



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
AMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
Programa de Pós-Graduação em Geografia

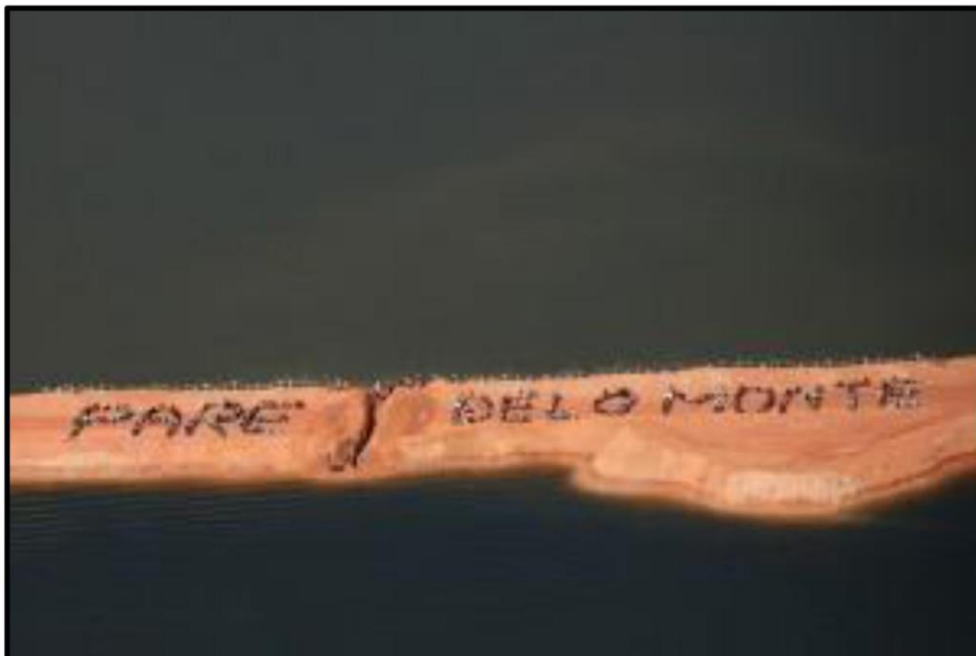


CEGeT
Centro de Estudos de
Geografia do Trabalho
Laboratório



CETAS

IVANA DE OLIVEIRA GOMES E SILVA



**CONFLITOS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA:
(DES)IDENTIDADES DO TRABALHO E LUTAS DE
RESISTÊNCIA NA ÁREA DE CONTROLE DA
UHE DE BELO MONTE (PA)**



Presidente Prudente
Julho de 2017

IVANA DE OLIVEIRA GOMES E SILVA

**CONFLITOS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA:
(DES)IDENTIDADES DO TRABALHO E LUTAS DE
RESISTÊNCIA NA ÁREA DE CONTROLE DA
UHE DE BELO MONTE (PA)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de concentração “Produção do espaço geográfico” - da FCT/UNESP, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Antonio Thomaz Júnior

Grupos de Pesquisa:

Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT - UNESP)

Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS - UNESP)

Presidente Prudente

Julho de 2017

S586c SILVA, Ivana de Oliveira Gomes e
Conflitos territoriais na Amazônia : (des)identidades do trabalho e
lutas de resistência na área de controle da UHE de Belo Monte (PA) /
Ivana de Oliveira Gomes e SILVA. -- Presidente Prudente, 2017
307 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Antônio Thomaz Júnior

1. Geografia do Trabalho. 2. Movimentos Sociais. 3. Usinas
Hidrelétricas. 4. Capital (Economia). 5. Amazônia. I. Título.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: CONFLITOS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA: (DES)IDENTIDADES DO TRABALHO E LUTAS DE RESISTÊNCIA NA ÁREA DE CONTROLE DA UHE DE BELO MONTE (PA)

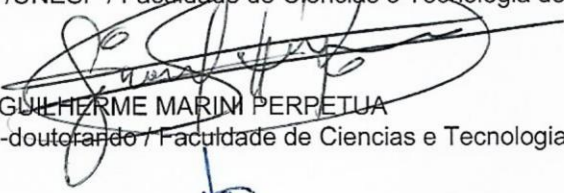
AUTORA: IVANA DE OLIVEIRA GOMES E SILVA

ORIENTADOR: ANTONIO THOMAZ JUNIOR

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em GEOGRAFIA, área: PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. ANTONIO THOMAZ JUNIOR
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO
FCT/UNESP / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Dr. GUILHERME MARINI PERPETUA
Pós-doutorando / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Prof. Dr. ATAMIS ANTONIO FOSCHIERA
Campus de Porto Nacional / Universidade Federal do Tocantins


Prof. Dr. JOSÉ ALVES
UFAC / Universidade Federal do Acre

Presidente Prudente, 22 de agosto de 2017

Dedico este trabalho aos meus pais, Ivone e José, pelo incentivo e apoio desde o início.

Ao meu amado Paulo Lucas, marido, amigo, fonte de força, carinho e energia para perseverar.

Aos meus queridos e amados filhos, Kari, Álvaro e León, pela cumplicidade amorosa e paciência.

A minha irmã Teka pelas orações e incentivo, por sua família linda que me inspira também.

Ao Bispo Emérito da Prelazia do Xingu, Dom Erwin, inspiração e apoio desde 1990.

Aos amigos e amigas do Xingu, Mebengokré, Awaete, agentes de pastoral, ribeirinhos, pescadores, colegas, agradeço cada sorriso e palavra nesses 27 anos de idas e vindas.

Aos amigos e amigas de Prudente ou em Prudente, dentro e fora da UNESP, pela acolhida humana que me ajuda de forma inestimável.

À Mayi (in memoriam) e Edith.

AGRADECIMENTOS

A conclusão do presente trabalho traz a contribuição de muitas pessoas e instituições a quem sou grata. Foram quase quatro anos de desafios, dúvidas, perseverança. Corro o risco de não ser justa com todos e todas que me auxiliaram das mais variadas maneiras, mas dedico meus profundos agradecimentos a cada um e cada uma. De forma nominal agradeço:

Aos meus pais José e Ivone, semeadores de esperança e incentivo, obrigada pai e mãe!

Ao meu amado Paulo Lucas da Silva, marido, amigo, cúmplice, perseverante, obrigada por aguentar firme em tantas situações difíceis nesses tantos anos de convivência, em particular nos últimos quatro.

Aos meus filhos Kari Vinícius, Álvaro Cristiano e Leon Estevam, pelo amor incondicional que dá forças para seguir adiante, a cada dia, com esperanças renovadas!

A minha irmã Teka e sua família, Beto, Marília, Maíra e Vágner, carinho que alimenta a alma, obrigada querid@s!

Ao amigo e pastor Dom Erwin, obrigada pelo exemplo, carinho e acolhida no Xingu, na sua casa e na Pastoral Indigenista.

Professor Doutor Antônio Thomaz Júnior, pela generosa acolhida, orientações, companheirismo nas lutas e confiança nessa jornada, obrigada!

Ao amigo e co-orientador Guilherme Marini Perpétua, por toda a solidária presença nesse trabalho, nas ideias, revisões, leituras, dicas e salvamentos, obrigada!

Aos amigos e amigas inseparáveis Andreany, Michel, Ana Lúcia, Jakson, Tina e Baiano, Dr Daniel, Nelio e Rita, Adi e Helen, vocês e seus filhotes são parte da nossa família, obrigada por tudo.

Aos colegas do GEDE-CC, pelo companheirismo e incentivo, obrigada a cada um e cada uma!

Aos amigos de Presidente Prudente, Robinzon, Yolima e Malena, minha família colombrasileira! Obrigada pela acolhida humana, companheirismo e pela amizade, sempre hospitaleira!

A Lia e toda a sua família, fonte de amizade e inspiração iluminada, obrigada!

Aos professores da UNESP e da UFPA que planejaram e executaram o curso, obrigada pelo aprendizado, em especial ao professor César Leal e professora Rosângela Hespanhol.

Aos docentes do PPGG-UNESP, que nos acompanharam nas disciplinas e construção da tese, agradeço pela generosa contribuição nas aulas e no rigor científico exigido, pelo companheirismo e aceitação da turma do Pará, tão singular.

Aos técnicos da Seção de Pós-Graduação, obrigada Aline, Cinthia, recebam os agradecimentos em nome de toda a equipe, que sempre foi gentil, acessível e competente conosco.

Professores Marcelo Carvalhal, José Alves, obrigada pelas preciosas contribuições e considerações durante a qualificação.

Colegas da Turma Dinter 2013, obrigada pela companhia, brincadeiras, debates e humanidade.

Amigos e colegas do Grupo de Pesquisa CEGeT e CETAS, pelo compartilhamento de estudos, esperanças e dados.

Colegas do Campus Altamira, pelo apoio e incentivo.

À FCT-UNESP Presidente Prudente e à UFPA, pela oportunidade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

SÚPLICA DO RIO

Ajoelhado

Na barranca do meu rio

Hoje triste lavo roupa

Pra vestir a solidão.

O caniço de alfinete

Que eu pescava lambari...

São retalhos da infância

Transformados em saudade,

Que juntando fiz uns versos

Pra compor esta canção

Não deixem morrer meu rio,

Me ajudem por favor!!!

O biguá que mergulhava, já morreu

Águapé não dá mais flor.

Em momentos de angústia

Ao pensar estando só,

Vejo o rio da minha infância

A correr buscando o mar;

Sinto sede de água pura

Quando a "natureza" chora

No silêncio das barrancas

Me pedindo pra cantar

Composição: Paulinho Pires

RESUMO

GOMES E SILVA, Ivana de Oliveira. **Conflitos territoriais na Amazônia: (des)identidades do trabalho e lutas de resistência na área de controle da UHE de Belo Monte (PA).** 2017. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP.

O presente estudo apresenta elementos que revelam a magnitude das atrocidades que envolvem a construção do UHE de Belo Monte (UHEBM), na região de Altamira (PA). Lançado em janeiro de 2007, sob efeito dos bons resultados da economia do primeiro mandato de Lula, o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, se caracterizou por ações e investimentos em grandes obras de infraestrutura em energia, transportes, incentivo a financiamentos e empréstimos para investimentos, via bancos estatais como Caixa Econômica Federal e BNDES, política de incentivos fiscais e tributários. A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, apresentada durante os PAC 1 e 2, é um projeto concebido desde o período da ditadura militar, que sofreu forte rejeição da opinião pública pelos danos socioambientais incalculáveis que provocaria em sua primeira versão, denominada UHE Kararaô. A ampla mobilização contrária ao empreendimento teve como ápice o encontro dos povos indígenas do Xingu, em Altamira, ocorrida no ano de 1989. A pesquisa revela que um dos problemas mais graves a se considerar, é que parte significativa dos movimentos sociais, representativos das camadas populares regionais, que estavam organizados em períodos anteriores ao início das obras, e que se expressavam por décadas, favoráveis a modelos sustentáveis de desenvolvimento regional, foi lesada de forma visceral. Historicamente contrários ao empreendimento hidrelétrico na bacia do Rio Xingu, durante a gestão dos governos petistas, movimentos sociais organizados, foram envolvidos e contaminados pela coalisão governista, e a ela se adaptaram de forma autofágica. Sobreviveram organizações populares de base com menor volume, descapitalizadas e marginalizadas pelos grupos hegemônicos, com capilaridade significativas nas alianças externas e fragilizadas em âmbito local. O esvaziamento dos movimentos sociais de base popular foi parcialmente patrocinado por massivas campanhas de criminalização da resistência, por parte dos grupos favoráveis ao empreendimento. O movimento apoiador do empreendimento hidrelétrico na década de 2010, passou a ser composto não apenas por corporações e grupos empresariais, mas também por lideranças cooptadas pelo discurso “chapa branca”, signatários do governo, que abandonaram seus ideais anti-sistema, como os princípios do desenvolvimento sustentável regional. O paradoxo nessa diáspora, levou a população a testemunhar posicionamentos de trabalhadores atingidos diretamente pela obra, por se encontrarem nas cotas de inundação do lago, argumentando em favor do empreendimento, alegando que acompanhavam a ‘marcha do progresso’, da geração de emprego e renda, aceitando pírias ofertas de indenização em troca da aceitação de seus desterreamentos. No mesmo lócus, alguns de seus vizinhos e companheiros de lutas, com perfil socioeconômico semelhante, se contrapunham vigorosamente e denunciavam publicamente inúmeros desrespeitos aos direitos das populações atingidas, visíveis em acordos redigidos pelas corporações do empreendimento, que lesavam as comunidades originárias, tribos indígenas, comunidades ribeirinhas, pescadores, trabalhadores rurais e urbanos em geral. As iniciativas do Estado, encaminhadas pelo governo, nesse contexto, são analisadas como expressão da servilidade ao capital, que prioriza os intentos deste e desconsidera, reduz e degrada os seres humanos, considerando-os como meros custos de produção. A dessolidarização de classe, é percebida como a consequência mais trágica, em um contexto de destruição socioambiental crescente.

Palavras-Chave: Amazônia. Conflitos socioterritoriais. Resistência. Adaptação.

ABSTRACT

GOMES E SILVA, Ivana de Oliveira. **Territorial conflicts in Amazon State: Work (un-)identity and endurance struggle in the area of the UHE of Belo Monte control.** Thesis (Geography Doctorate Degree) Science and Technology College FCT/UNESP.

The following paper brings elements that shows the magnitudes of the atrocities that surrounds the UHE of Belo Monte (UHEBM) construction, in the Altamira region (PA). In a scenario of capital reorganization, from the “petista” governmental plan design named New Development, managed in the first half of the 2000s, the project is the biggest work of the Growing Acceleration Program (PAC in Portuguese). Launched in January 2007, under the good economic results of the Lula’s first office, the PAC was featured by investment actions in great infrastructure, energy and transportation constructions, by funding and loan benefits for investments sponsored by state banks such as Caixa Econômica Federal and BNDS and promotional tax policies. The Hydroelectric Plant of Belo Monte, shown during Pac 1 and Pac 2, is a project conceived since the military dictatorship period that suffered great popular opinion rejection because of the priceless socio-environmental damages which its first version would cause, named UHE Kararaô. The wide gathering against the project, had its peak in the meeting between the indian Xingu people, in Altamira city, which happened in the year of 1989. The research shows that one of the worst problems to be considered is that great part of the social movements organized before the construction starts, which clearly stated against the building, during the PT’s governments, were absorbed by the public administration, and today, they do not oppose to this model as they use to fight against in the past and also adapted themselves in a opportunist manner. There are only few social organizations with less opposing power left, where the emptying process was provoked by massive criminalization campaigns done through the political opposition government groups, formed in their basis by shirked leaderships of the biased toward the government, movements and by workers hit directly due to the construction, mainly because they were found in the lake flooding shares, and which publicly opposes the disregard of the population rights, being it original communities, indian tribes, riverside population, workers or urban population in general. These collectives have reported the infringement of the mitigatory constructions, traded and which are in the UHEBM project, such as sewage, hospitals, schools, etc. The open conflict scenarios, spread through a big social intra organization, and among capital (State/ builder concession) vs. workers that fight for their rights, has specific materialization of the capital (industrial, commercial, fictitious in its entirety), in order to control the energy sources to ensure its auto expansion and accumulation, and not only territorially. The State efforts are analyzed as an expression of partnership with the capital, which focus in its attempts, ignoring, decaying and disregarding the human beings, which are considered simple production expenses.

Keywords: Amazon. socio territorial conflicts. Toughness. Adaptation.

LISTA DE SIGLAS

ACP - Ação Civil Pública

AHE - Aproveitamento Hidrelétrico

ANA - Agência Nacional das Águas

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

BASA - Banco da Amazônia

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Mundial

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEGeT - Centro de Estudos de Geografia do Trabalho

CEREST - Centro de Referência à Saúde do Trabalhador

CCBM - Consórcio Construtor de Belo Monte

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CETAS - Centro de Estudos e Pesquisas do Trabalho, Ambiente e Saúde

CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CNBB - Conferência dos Bispos do Brasil

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CONLUTAS - Confederação Nacional de Lutas

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

Socioeconômicos

DIT - Divisão Internacional do Trabalho

DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

EIA/ RIMA - Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio-Ambiente

ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A

ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil

ELETROSUL - Centrais Elétricas do Sul do Brasil

EPE - Empresa de Pesquisa Energética

FMI - Fundo Monetário Internacional

FND - Fundo Nacional de Desestatização

FNO - Fundo de Financiamento do Norte
FNSP - Força Nacional de Segurança Pública
FVPP - Fundação Viver, Produzir, Preservar
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LI - Licença de Instalação
LO - Licença de Operação
LP - Licença Prévia
LT - Linha de Transmissão
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MDTX Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MME - Ministério de Minas e Energia
MPE - Ministério Público Estadual
MPF - Ministério Público Federal
MPST - Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica
MPT - Ministério Público do Trabalho
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NESA - Norte Energia S.A.
NMS - Novos Movimentos Sociais
ONU - Organização das Nações Unidas
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PBA - Projeto Básico Ambiental
PCH - Pequena Central Hidrelétrica
PDE - Plano Decenal de Energia
PDRS - Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável
PDRSX - Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
PIB - Produto Interno Bruto
PIN - Programa de Integração Nacional
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA - Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPA - Plano Plurianual

PPI - Programa Piloto de Investimento

PPP - Parceria Público Privado

PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

PT - Partido dos Trabalhadores

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

SIN - Sistema Interligado Nacional

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SINTICMA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil Leve e na Indústria Madeireira de Altamira e Região

SINTRAPAV - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada do Município de Altamira

STF - Supremo Tribunal Federal

SUS - Sistema Único de Saúde

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFPA - Universidade Federal do Pará

UHE - Usina Hidrelétrica

USP - Universidade de São Paulo

UNESP - Universidade Estadual Paulista

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capacidade instalada em UHEs no Brasil por sub-bacias hidrográficas	74
Figura 2 - Praça em frente a Catedral de Altamira – década de 1940	103
Figura 3 - Vista da cidade de Altamira – década de 1940	104
Figura 4 – Divisão territorial da Prelazia do Xingu - PA	106
Figura 5 - Bispo imobilizado por PM durante protesto de canavieiros em Medicilândia – PA	110
Figura 6 - Manifestação dos canavieiros 1983 - Medicilândia - PA	111
Figura 7 Fotografia de Irmã Dorothy assassinada em 2005	116
Figura 8 Desflorestamento acumulado da Amazônia Legal (2009)	131
Figura 9 - Desembolsos do BNDES por setor entre 2006 e 2009	142
Figura 10 - Layout geral da obra	144
Figura 11 - Imagem Publicitária da UHE	145
Figura 12 - Quantidades totais da obra	147
Figura 13 - Comparativo de grandeza da obra	148
Figura 14 – Configuração dos acionistas do CCBM	151
Figura 15 – Evolução de mortes no trânsito Pará 2003-2015.....	154
Figura 16 - Visita de Lula pro UHEBM e militantes barrados.....	160
Figura 17 - Municípios Diretamente Atingidos pela UHE Belo Monte – PA.....	163
Figura 18 Homens da FNS reprimem greve nos canteiros da UHE Belo Monte em 2013.....	175
Figura 19 - Marcha dos trabalhadores da UHE Belo Monte encontra barreira da FNS....	176
Figura 20 - Lula discursa em evento pro-UHEBM em Altamira - junho 2010.....	185
Figura 21 - Configuração do Comitê Gestor do PDRSX	186
Figura 22 - Proponentes que aprovaram projetos em 2011 e 2012	187
Figura 23 - Evolução dos recursos disponibilizados (2011-2014)	189
Figura 24 - Tipos de indenização pagas até 2015 – população rural.....	204
Figura 25 - Construção das casas do reassentamento urbano.....	209
Figura 26 - Reassentamento urbano em Altamira	210
Figura 27 - Placa da Mineradora canadense na Volta Grande do Xingu	223

Figura 28 - Demolição das casas do Bairro Invasão dos Padres Altamira	228
Figura 29 - Detalhe da placa da Norte Energia proibindo acesso às casas - Altamira	230
Figura 30 - Placas proibitivas e propagandísticas lado a lado em Altamira.....	231

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Países com maior capacidade instalada de geração hidrelétrica (em GW) em 2012.....	64
Tabela 2 - Capacidade instalada (MW) de geração elétrica por região e unidade da federação no Brasil, em 2015.....	65
Tabela 3 - Geração elétrica (GWh) por fonte no Brasil, em 2015.....	66
Tabela 4 - Empreendimentos do setor em construção no Brasil, em 2015.....	66
Tabela 5 - Evolução da população residente total em Altamira e no Pará (2000-2016).....	164

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Origem do capital investido no setor elétrico (1880-2002).....	48
Quadro 2. Dados técnicos da UHE Belo Monte.....	153

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	18
INTRODUÇÃO.....	30
CAPÍTULO 1 – PRECEDENTES E INTERESSES ENVOLVIDOS NA TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO NA AMAZÔNIA E NO PROJETO DA UHE BELO MONTE	42
1.1 Política energética no Brasil – Breve análise	47
1.2 Apontamentos sobre o setor elétrico no Pará	63
1.2.1 Indústria mineral e usinas hidrelétricas na Amazônia	67
CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTOS E OPÇÕES TEÓRICAS PARA A ANÁLISE: SOBRE TRABALHO, DESIGUALDADES E LUTAS.....	76
2.1 Perspectivas do conceito de Trabalho	76
2.2 Divisão social do trabalho e desigualdades	79
2.3 Lutas de classe	81
2.4 .Classe e luta de classes	83
2.5 Organizações da classe trabalhadora: os movimentos sociais.....	86
2.6 Movimentos sociais, modelos de desenvolvimento e conflitos na amazônia.....	87
CAPÍTULO 3 – A HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA NA PRELAZIA DO XINGU E OS DESDOBRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS NEFASTOS DE BELO MONTE.....	101
3.1 Fragmentos históricos de Altamira e da Prelazia do Xingu	101
3.2 A Prelazia do Xingu e os conflitos na sua área pastoral.....	106
3.3 Lutas, ameaças e mortes	113
3.4 As camadas da corrosão classista – escalada conservadora do governo petista.....	120
3.5 A história se repete como farsa.....	129
CAPÍTULO 4 – ADAPTAÇÃO E RESISTÊNCIA DURANTE OS CONFLITOS	135
4.1. O ataque aos movimentos sociais: desterritorialização e criminalização da oposição.....	137
4.2 Adaptação aos imperativos da expansão do capital.....	141
4.3. A materialidade da UHEBM	143
4.4 Consórcios e esquemas de corrupção	151
4.5. A UHE Belo Monte e o desmonte da resistência	155
4.6. Violações de direitos como regra: vontade política X estado de direito	166
4.7. Perspectivas das resistências e das adaptações inflingidas.....	172

4.8. PDRSX: Instrumento corrosivo das lutas de classe.....	183
4.9. Da revolução à reforma	198
4.10. Desmonte e novas territorializações da resistência	200
4.11 Uma gênese das mudanças conservadoras?.....	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	240
ANEXOS.....	247

APRESENTAÇÃO

A pesquisa e tese aqui apresentadas surgem a partir de minhas vivências na região do Rio Xingu, iniciadas em 1990, quando iniciei minha atuação indigenista, na condição de educadora, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) no Alto e Médio Xingu. Distinto de trabalhos acadêmicos que prescrevem a primazia de uma vasta bibliografia sobre o tema, como requisito para a ação do pesquisador, minha inserção no campo da pesquisa ora apresentada, não se dá baseada em conhecimento técnico pautado por teorizações e reflexões, a partir dos investigadores que me precederam. A motivação e o conteúdo inicial, advém do fato de ser, eu mesma, parte integrante desse cenário, no qual restava evidente a relevância social e acadêmica do vasto material produzido pela realidade, desde a condição de moradora, remanescente das ações de oposição ao projeto de barramento no Rio Xingu desde a década de 1990, assim como, posteriormente, de pesquisadora interessada em investigar os processos de desterroação em curso na região do Xingu e Transamazônica. Foi ao adentrar nas lutas da Prelazia do Xingu, aos dezoito anos de idade, que vivenciei a experiência singular, de juventude e engajamento, de sensibilização humanitária para com os povos oprimidos, de forma ampla, e de forma particular, com os povos indígenas. Por meio das vivências com esses povos, pude me aprofundar no conhecimento das inúmeras formas de ameaças cotidianas sofridas, a partir dos interesses da sociedade nacional em invadir seus territórios, movida pela ganância em subtrair quaisquer riquezas ali existentes, desde o ouro dos garimpos clandestinos, as espécies florestais para os madeireiros, os rios para serem transformados em usinas hidrelétricas, a terra para ser transformada em pastagens e fazendas pelos nacionais, ditos ‘civilizados’. Entre os anos de 1990 até 1993, estive ligada ao CIMI, comovida e inspirada pela luta destemida, do então Presidente do CIMI e Bispo da Prelazia do Xingu, Dom Erwin Kräutler, em favor da causa indígena e das comunidades camponesas e ribeirinhas. No ano que antecedeu minha chegada ao Xingu, 1989, acontecera em Altamira, sede da Prelazia do Xingu, o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, evento apoiado pela Igreja Católica e pelos movimentos populares gerados a partir das Comunidades Eclesiais de Base, como o Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), que agregava sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, associações, movimentos de mulheres, além da Fundação Chico Mendes, CRACOHX (Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo

Hidrelétrico do Xingu), FASE, ONG's nacionais e estrangeiras. Participaram daquele evento, além das lideranças indígenas de várias etnias da Amazônia, pesquisadores de universidades, como o professor e ambientalista Camilo Viana (UFPA), o então deputado federal Fernando Gabeira, a militante e atriz Lucélia Santos, o astro de rock Sting e outros notáveis de renome internacional (MELO, 2005). Esse evento marcou iconicamente a luta contra as hidrelétricas no Rio Xingu, uma vez que o governo brasileiro anunciara a conclusão de estudos de viabilidade de exploração hidrelétrica, iniciadas na década de 1970, pela empresa de consultoria CNEC – pertencente ao grupo Camargo Corrêa, cujos resultados foram apresentados publicamente em 1980. A reação indignada da guerreira Tuíra Kayapó, ao esfregar seu facão nas bochechas do diretor da Eletronorte, afirmava que os povos indígenas do Xingu não aceitariam a construção da UHE Kararaô. Ao final do evento houve o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos da Floresta Amazônica, que exigia a revisão dos projetos de desenvolvimento na região.

A partir da ampla repercussão do evento, o empreendimento hidrelétrico foi adiado por décadas. O movimento indígena ganhou visibilidade e respeito, nacional e principalmente, no âmbito internacional. As lideranças Kayapó, caciques Raoni e Paulinho Paiakã, ganharam aliados e apoio. A auto-estima dos demais povos indígenas da região do Alto e Médio Xingu também se recuperou substancialmente, trazendo vitalidade aos movimentos indígenas e indigenistas, nas lutas por reconhecimento e demarcação das suas terras. Compartilhando do espírito de resistência gerado a partir daquele evento, aceitei o convite, feito por agentes de pastoral da Equipe paroquial de Bujaru, para me juntar a uma equipe de educadores leigos, do CIMI, atuantes na Prelazia do Xingu. Assim, migrei para a região Sudoeste do estado do Pará, distante cerca de 800 quilômetros de minha comunidade natal. A demanda por mais educadores, partira dos povos indígenas do Alto e Médio Xingu, após o evento de 1989, em Altamira. O objetivo central das comunidades indígenas a partir da ativação das escolas, pela via das organizações não estatais, como o CIMI, mostra o entendimento das comunidades indígenas do Xingu, de que era necessário buscar apoio fora do assistencialismo oficial, para o enfrentamento de ameaças ao seu existir, tais como as hidrelétricas, que já se encontravam planejadas para a região da bacia do Rio Xingu. Em minha dissertação de mestrado (GOMES E SILVA, 2009), na área de Ciências Sociais - Antropologia, analisei conflitos resultantes da luta por autonomia dos povos indígenas ainda sob a tutela do Estado, a partir do contato inicial entre o povo indígena *Awaete* e os representantes da sociedade nacional.

As ideias que deram origem ao projeto de pesquisa para o doutorado, decorrem das preocupações com os efeitos da pressão e dos mecanismos acionados pelos governos de Lula e Dilma, para impor a construção da UHE de Belo Monte, ante toda a resistência constituída regionalmente ao projeto. As lutas empreendidas por dezenas de anos, assim como os debates, feitos à luz de muitos estudos feitos por pesquisadores renomados, os apelos de ordem técnica, as ameaças e as sérias dúvidas acerca da extensão dos danos socioambientais, nada disso foi considerado importante o suficiente pelos governos petistas, ao decidirem por encaminhar a construção da Usina Hidrelétrica no Rio Xingu. Esses eventos apontaram para questões muito sérias, que envolvem a geopolítica, a (ir)responsabilidade com o futuro da Amazônia, a concepção de desenvolvimento defendida antes e durante o exercício do poder no governo, o abandono das práticas de debater coletivamente as propostas para definir as políticas estratégicas para o país, o respeito aos povos indígenas e às populações tradicionais, a relação de compromisso governamental diante dos interesses do capital *versus* os interesses da população amazônica.

As contradições entre o programa de governo que fora construído coletivamente e as ações de governo, em sentido oposto, dizem respeito a uma mudança radical de posicionamento do partido gestado na luta de classes, de um projeto de transformação social que se construía nas lutas populares e que foi traído, no momento oportuno da sua realização. Essas incoerências nos conduziram a propor uma investigação que pudesse revelar de que forma os movimentos sociais de base popular se posicionavam diante de tais situações, em que um projeto de usina hidrelétrica polêmico, combatido desde o período da ditadura até o governo FHC, deixa de ser compreendido como um ataque aos povos da Amazônia e passa a significar uma oportunidade de viabilização de políticas públicas. Tal entendimento é recorrentemente usado como resposta instantânea (e falseadora) aos questionamentos acerca dos por quês da mudança radical de posicionamento de alguns movimentos de base popular, diante da mega obra de Belo Monte.

A inserção no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP em Presidente Prudente, teve lugar a partir do contato com professores do curso de Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Pará, lotados no Campus de Altamira onde eu atuava, como docente efetiva desde 2009. Os colegas divulgaram a seleção para um Dinter de Geografia, resultante de convênio entre a UFPA, UEPA e a FCT-UNESP de Presidente Prudente. A princípio entendi que não teria

chances de ser aprovada na seleção, pelo fato de não ser egressa de graduação ou mestrado na área de Geografia. Contudo, ao saber que o PPGG possuía alunos oriundos de outras áreas do conhecimento, fiz a inscrição e fui fazer as provas de seleção, em Belém. O contato inicial com os professores avaliadores da Unesp foi ameno, a entrevista foi bem conduzida e as provas de conhecimentos específicos e de língua estrangeira estavam em um nível apropriado. Após aguardar os resultados, tive a satisfação de estar entre os candidatos e candidatas aprovadas. As aulas iniciaram em agosto de 2013, em Belém, nas instalações da UFPA e UEPA, ambas parceiras da FCT-Unesp no convênio com a CAPES.

Durante o período de agosto de 2013 a dezembro de 2014, em Belém, nos ocupamos exclusivamente das disciplinas, visto que a obtenção de créditos faz parte das atividades obrigatórias referentes às exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente. O primeiro conjunto de atividades, portanto, referiu-se ao cumprimento de créditos curriculares na forma de disciplinas e seminários, realizado entre o mês de agosto de 2013 até dezembro de 2014, dentro do prazo determinado pelo programa. A opção em centrar as atenções no cumprimento dos créditos, se deveu principalmente à duas questões, primeiramente, aproximar-me dos fundamentos epistemológicos da ciência geográfica, considerando o fato de minha formação inicial se dar em outras subáreas das Ciências Humanas, a saber, Pedagogia e Antropologia. Além disso, dessa maneira se criaria uma maior chance de dedicação à pesquisa, nos anos subsequentes

A escolha das disciplinas foi feita de acordo com a oferta, visto que o DINTER funcionou em um regime diferenciado de ofertas de disciplinas. No primeiro bloco de disciplinas ofertadas, no segundo semestre de 2013, em Belém do Pará, fomos informados que as três primeiras disciplinas eram obrigatórias. Após a Aula Magna, tivemos o início da disciplina Metodologia Científica em Geografia: Método, Teoria e o Pensamento Geográfico, seguida das disciplinas Teoria e Método em Climatologia Aplicada a Análise Ambiental. No bloco de ofertas seguinte, referente ao primeiro semestre do ano de 2014, ainda em Belém do Pará, cursamos as disciplinas Forma Urbana e Estrutura Urbana e a disciplina Políticas Públicas e Agricultura Familiar. Diante das particularidades da oferta de disciplinas pelo Programa, decidi juntamente ao Orientador, cursar o máximo das disciplinas ofertadas, visando a ampliação do arcabouço teórico-metodológico da discente e o cumprimento dos prazos. As próximas disciplinas foram ofertadas no Campus da

Unesp em Presidente Prudente, em uma segunda fase do DINTER, durante o segundo semestre de 2014.

Deslocamo-nos para a cidade de Presidente Prudente, no mês de julho de 2014, me acompanhara nessa mudança um de meus três filhos, que precisava ser matriculado em escola de ensino médio local, além da busca por um aluguel de imóvel para nossa moradia. Naquele período a Unesp passava por um movimento grevista, dos docentes e funcionários, de forma que foi bastante delicada a negociação entre a coordenação do Dinter com os professores em greve, para garantir a oferta de disciplinas para a turma, dentro dos prazos negociados junto à Capes. Entendemos que o direito à greve é um dos mais importantes e escassos direitos/instrumentos remanescentes das lutas que os trabalhadores conquistaram, com muitas ações, durante o século passado. Compreendemos também que “furar a greve”, ainda que para salvar os prazos de um convênio com a CAPES, é uma situação delicadíssima e que requer muita negociação e diálogo. No período que antecedeu o início das aulas me apresentei aos participantes do Grupo de Pesquisa e Centro de Estudos, coordenado por meu orientador, professor Dr. Antônio Thomaz Jr. – CEGET e CEMOSI. Participei de reuniões e apresentei meu projeto de pesquisa ao grupo, assim como os colegas discentes, de diferentes níveis de formação, membros dos grupos de pesquisa.

Nesse contexto, do movimento grevista nas universidades paulistas, tivemos uma grade de oferta restrita de disciplinas e pudemos escolher, dentre as poucas ofertadas pelo programa de Pós-Graduação. Após conversa com o orientador e ciente de que a necessidade de integralização dos créditos era algo urgente, escolhemos cursar as disciplinas: “A Antropologia, a Arqueologia e o Espaço Geográfico”, “Geografia do Turismo”, “Organização do Trabalho Científico II- Espaço, Tempo e Memória”, “Problemas Ambientais Urbanos”, “Seminários do Doutorado” e “Território, Processo de Trabalho e Saúde do Trabalhador”. É importante destacar que a escolha dos seminários se deveu diretamente à alteração da dinâmica das atividades da Pós-Graduação em decorrência dos quatro meses de greve nas universidades paulistas. Assim, nem todos os seminários tiveram relação direta com a área de pesquisa de todos os alunos matriculados. Contudo, a não-relação também oportunizou momentos de diálogo com outras discussões e pesquisas. Por fim, avaliamos que os seminários de doutorado permitiram ampliar e aprofundar alguns temas das nossas áreas afins e possibilitou conhecimento e contato com pesquisadores e pesquisas relevantes, no âmbito nacional e internacional.

As reuniões do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), e os colóquios de orientação ocorreram principalmente a partir de nossa chegada na cidade de Presidente Prudente, em julho de 2014. Até então os contatos se davam por meio de e-mails e a partir de 2014, as sessões de orientação aconteceram presencialmente, sendo previamente agendadas. Além das orientações presenciais, as correções e sugestões de ajustes ao projeto pelo orientador, constituíram importante instrumento de orientação dos trabalhos após o cumprimento dos créditos, feitos por e-mail e presencialmente, remetendo ao aprofundamento de leituras, análises e escrita da tese ao longo dos anos de 2015 e 2016.

No mês de fevereiro de 2016, no âmbito das atividades do Grupo de Pesquisa Ceget-Cetas, em Presidente Prudente - SP, participamos da Semana de Atividades do Temático em Pesquisa Qualitativa (Processo FAPESP nº 12/23959-9), com a assessoria da Prof. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar – UNESP) nos dias 22 e 23 de fevereiro. As atividades incluíram no primeiro dia, Palestra sobre a temática “As trajetórias e Memória da classe trabalhadora nos canaviais como metodologia qualitativa”, Apresentações e debates com as equipes de pesquisas para compartilhamento de experiências e questionamentos oriundos das pesquisas em andamento. No segundo dia tivemos Trabalho de Campo em áreas de avanço da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema pela manhã e Orientações sobre as análises de informações coletadas em campo. O evento foi bastante proveitoso e nos trouxe a oportunidade de conhecer melhor as diferentes frentes de pesquisa das equipes do CEGET e do CETAS, além de ter oportunizado participar da excelente experiência em campo com a orientação elaborada pela professora Maria de Moraes.

As atividades de levantamento bibliográfico e posterior revisão bibliográfica, ocorreu ao longo de todo o período, é atividade formativa contínua. Entende-se que a pesquisa exige atualização teórica permanente, seja na fase de planejamento, coleta ou análise dos dados.

Posterior à fase de créditos das disciplinas, no ano de 2015, iniciamos os trabalhos de campo, com o levantamento de dados e informações em Altamira-PA. Nos aproximamos dos movimentos de resistência que questionavam e protestavam ante a imposição da UHE Belo Monte pelo Governo Federal. Participamos de reuniões, conversas, entrevistas e contatos com os sujeitos que protagonizam as diferentes manifestações de apoio, questionamentos e protestos diante da obra, atingidos como

pescadores, moradores reassentados, ribeirinhos desalojados, moradores removidos sem firmar acordo, militantes de Ong's e lideranças locais dos movimentos sociais consolidados naquela região.

Em outubro de 2015, a participação no XI ENANPEGE, em Presidente Prudente, merece ser destacada, pois se constituiu em momento importante para a formação, principalmente nas atividades do GT coordenado pelo orientador de nossa tese. O GT agregou momentos de orientação, apresentação de dados da pesquisa, socialização e debate com os participantes dos Grupos de Pesquisa CEGeT e CETAS, atuantes em várias regiões do país.

No concernente à elaboração da tese, avançamos significativamente na construção de uma metodologia de coleta e análise a partir de 2015. A escrita de um artigo para apresentação no Enanpege e de outros artigos, bem como da redação final da tese, mostraram a necessidade de refinar a análise dos resultados e de produzir representações gráficas que comuniquem a espacialização dos conflitos e do par dialético resistência/adaptação da classe trabalhadora em movimento, face à UHE Belo Monte.

De acordo com o projeto de tese, temos como objetivo principal na pesquisa, a busca por compreender as formas de resistência e adaptação que os trabalhadores expressam diante dos impactos e alterações impostas pelo barramento do Rio Xingu, em função da construção da UHE/Belo Monte.

Tratava-se de apreender no interior de um cenário eivado de contradições, metamorfoses e conflitos, quem são e como operam os sujeitos que ao se adaptarem e ao mesmo tempo resistirem, se mostram capazes de transformar e/ou emancipar a sociedade e imprimir outro curso histórico para além do capital. É acerca da luta de classes, da acumulação de riqueza ou da propriedade privada nas mãos de poucos, afrontando a miséria na vida daqueles que produzem a riqueza, mas que dela não podem usufruir, que tratamos. Nossa preocupação recai sobre a necessidade de construir os significados teóricos e conceituais da compreensão que estamos alcançando, para o entendimento das ações de adaptação e resistência dos trabalhadores, com as atenções para a compreensão destes enquanto classe social. O emaranhado de conflitos entre promessas descumpridas, violações de direitos, contradições graves entre o prescrito e o realizado, comparece em nosso texto de forma análoga ao que testemunhamos durante a pesquisa, de cunho qualitativo, utilizando as técnicas da observação participante e análise documental, principalmente.

Buscamos ao longo das pesquisas, ter como referência um conceito que não restrinja o entendimento de classe trabalhadora apenas ao raio de ação de quem vende a força de trabalho, mas que considere de forma mais ampla os trabalhadores que estejam vinculados ao processo de controle, subordinação do capital e das formas de indiretas de extração de mais valia. Temos reflexões a respeito desse exercício teórico, principalmente a partir das contribuições de Thomaz Junior (2009)¹, quando o autor sugere a ampliação do conceito de classe trabalhadora, e em outros estudos retoma o conceito de plasticidade do trabalho. Por ora, isso é parte de uma teoria em construção, que decorre de propostas experimentais e de ideias em consecução, que carecem de ser consolidadas através de uma série de mediações e de uma argumentação teórica mais consistente. Quanto aos objetivos Específicos, inicialmente assim os definimos:

- ✓ Apreender os argumentos presentes nos discursos favoráveis e críticos aos processos que envolvem a construção da UHE de Belo Monte;
- ✓ Refletir sobre a noção de pertencimento à classe trabalhadora, considerando a perspectiva dos movimentos de resistência sobre si mesmos, e como são vistos nas organizações sociais das quais participam; considerando os diversos “setores” que resistem ao empreendimento: indígenas, moradores reassentados, agricultores, operários, pescadores, carroceiros, ambientalistas etc., considerando a pauta comum e as especificidades reivindicadas na resistência;
- ✓ Compreender quais são as alternativas locais de ‘desenvolvimento’, diferentes da concepção da UHBM, apontadas e defendidas pelos movimentos de resistência;
- ✓ Discutir a relação entre a luta pelo meio ambiente e preservação ambiental e a luta dos movimentos de resistência pela superação das desigualdades e contradições do desenvolvimentismo regional, considerando a diversidade de “lugares” de onde falam e resistem.

De acordo com o avanço da pesquisa, houveram modificações nas hipóteses e isso influenciou a perspectiva dos objetivos específicos. Contudo, a busca principal que se manteve foi por *compreender as formas de resistência e adaptação que os trabalhadores, na perspectiva da luta de classes, expressam diante dos impactos e alterações impostas pelo barramento do Rio Xingu nos territórios tradicionalmente por eles ocupados, em*

¹ Cf. Tese de Livre Docência, do autor.

função da construção da UHE/Belo Monte, sob o argumento da segurança energética nacional.

Por se tratar de um campo sensível, pois a investigação tocou em ações e motivações que muitos sujeitos e organizações preferem não analisar a fundo, tivemos muitos “travamentos” na busca de depoimentos e dados. A questão ética perpassa as mudanças e as permanências nos posicionamentos individuais e coletivos, de defesa dos princípios de luta por justiça socioambiental, de uma forma geral, no âmbito da nossa investigação. A terminologia socioambiental é aqui entendida como uma categoria cunhada a partir das mobilizações ocorridas em meados da década de 1980, que denunciaram graves danos causados ao ambiente natural e aos habitantes do planeta, pela expansão insana das frentes capitalistas na busca por fontes de enriquecimento das corporações transnacionais, nos diversos setores. Tal situação de pesquisa, que envolveu e confrontou princípios ético-políticos, orientações ideológicas e ações políticas, nos levou a buscar além de entrevistas, depoimentos, e da observação e acompanhamento de atividades relacionadas à tensão entre os interesses da UHEBM e os interesses da população atingida pelo empreendimento, coletar informações secundárias, quais sejam entrevistas, declarações, matérias jornalísticas, documentos, que expusessem as contradições e os posicionamentos dos sujeitos envolvidos nos conflitos. Convém destacar que uma parte significativa dos sujeitos entrevistados foi extremamente receptiva, por ver na pesquisa uma possibilidade de divulgação das situações de violação de direitos a que estavam expostos. Por outro lado, uma parte dos potenciais informantes se esquivou diante do convite para conversar acerca dos problemas envolvendo Belo Monte.

Nos dedicamos, dessa forma, ao exercício da pesquisa qualitativa, que implica “a análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações, no meio ecológico em que constroem suas vidas e suas relações, à compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais ou, então, dos vínculos entre as ações particulares com o contexto social em que se dão” (CHIZZOTTI, 2010, p. 78). Não obstante os percalços da pesquisa se mostrarem em atitudes fugidias de sujeitos com perfil e trajetórias importantes para a investigação, foi-nos possível alcançar suas manifestações por fontes indiretas, conforme mencionamos. Assim, trabalhamos na análise de entrevistas em profundidade de diferentes sujeitos que atuaram nos conflitos em torno da UHEBM, na análise de entrevistas e declarações de sujeitos a diversos canais jornalísticos, especialmente ao jornal *El País*, a matérias veiculadas na Revista Eletrônica da Unisinos *IHU on line*, entrevistas publicadas

na Revista Época, matérias jornalísticas do Jornal Folha de São Paulo, Estadão, entre outros. Além das matérias e entrevistas, nos valem de centenas de obras e artigos acadêmicos relacionados a diversos aspectos da UHEBM, fruto de pesquisas de especialistas renomados, como nas obras organizadas por A. Oswaldo Sevá Filho (2005), e por Sônia Magalhães e Francisco Hernández (2009), artigos e entrevistas do professor Célio Bermann. Além desses estudos, acessamos dissertações e teses de pesquisadores em formação, de universidades como a UFPA, UNESP, UFRGS, UNICAMP, USP, UNB, entre outras. As obras foram consultadas e algumas contribuíram significativamente para as análises do objeto da presente tese.

No concernente à revisão de literatura, inicialmente circunscrita aos eixos principais da pesquisa, pudemos contar com o auxílio da bibliografia apresentada e discutida por ocasião das disciplinas cursadas. Do mesmo modo, o próprio desenvolvimento da pesquisa, especialmente as inserções diretas nos locais de estudo conduziram-nos a assuntos e discussões os quais inicialmente não havíamos previsto, o que resultou na abertura de amplo leque de questões que exigiram análises mais aprofundadas. As obras de Thomaz Jr., acerca do avanço do capital e dos conflitos territoriais envolvendo o agrohidronegócio, trazem o conceito que abarca as iniciativas do capital, sejam aquelas inicialmente apresentadas como políticas públicas, ou de interesse público, como é o caso das usinas hidrelétricas na Amazônia e da transposição do Rio São Francisco no nordeste, por exemplo, ou nos casos daquelas assumidamente declaradas como ações do capital privado, subsidiadas por financiamentos públicos, para o alcance do acesso e controle das terras e grandes reservatórios de água, tendo como objetivo a produção de *commodities*. A tese de José Alves, que tratou dos conflitos de trabalhadores nas obras da hidrelétrica de Jirau, contribuiu para contextualizar a investida da indústria barrageira na Amazônia a partir dos governos petistas, evidenciando aspectos comuns na engenharia social e nas tramas políticas que se assemelham com a UHEBM. A tese de Atamis Foschiera, que traça uma retrospectiva da trajetória do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens (MAB), auxiliou na verificação de mudanças e permanências nos posicionamentos no caso da UHE de Belo Monte, em relação aos referenciais ideológicos do movimento e discursos elaborados, a partir do evento dos governos petistas. São contribuições de autores que também são membros do CEGET, que possuem em comum a busca por esclarecer os contornos das lutas tais como se apresentam, em contínuos processos de transformação, emanados pela plasticidade imposta ao mundo do trabalho pelo capital.

Acreditamos que o principal resultado obtido em nossa pesquisa seja o delineamento da hipótese que, a nosso ver, articula as metamorfoses ocorridas a partir da década de 1990, no interior dos movimentos sociais de base popular, ao desenvolvimento de um reformismo progressivo, que abandonou os referenciais socialistas e que culminou com a assimilação de instituições de base classista ao projeto capitalista neoliberal. Chamamos esse processo de ***desmonte da resistência classista***. Os processos investigados no entorno do empreendimento da UHEBM oferecem a visibilidade necessária para se empreender a análise do processo de desmonte da resistência classista a partir de uma microrrealidade, que possui encadeamentos com um contexto social maior.

O desmonte da resistência classista, teria como ponto de partida a adesão de lideranças e grupos ditos progressistas, ao pragmático ideário neoliberal, focalizando o sucesso eleitoral por meio de alianças com setores patronais. Essa tendência atingiu setores representativos da classe trabalhadora, como centrais sindicais, partidos políticos, movimentos sociais, principalmente a partir da década de 2000, no país. Tal movimento de miscelânea ideológica, se chocou com sua trajetória e princípios característicos, ao considerar-se que, outrora, tais setores representavam os interesses da classe trabalhadora e aspiravam profundas transformações. Ao apresentarem a abertura para alianças e coalisões com setores patronais conservadores, esses grupos trouxeram como justificativa às suas bases, a intenção de viabilizar as mudanças sociais, tornar exequíveis alguns avanços pontuais, usando para isso os mecanismos da democracia liberal, compartilhando práticas, antes consideradas inaceitáveis, dos partidos burgueses.

A partir dessa mudança de paradigma, o pragmatismo característico da política conservadora passa a fazer parte das ações políticas dos setores neoconvertidos, por meio das políticas de alianças eleitoreiras, na busca frenética por financiadores de campanhas eleitorais, por envolvimento em esquemas de beneficiamento de corporações, no afastamento das bases, no cupulismo das decisões, desde o sindicalismo até os partidos, que afastou das bases o debate e o voto nas questões mais caras à classe trabalhadora (ANTUNES, 2011; 2014). A insustentabilidade da retórica classista não tardou a aparecer, como pudemos perceber desde a “Carta aos Brasileiros”, do então candidato Lula, na campanha no ano de 2002, assim como no encaminhamento das intermináveis reformas pro-capital, ensaiadas e realizadas ao longo dos treze anos de governo do PT.

O avanço grotesco do capital, minando os instrumentos de luta da classe trabalhadora, impondo a precarização insuportável pelas reformas trabalhista, sindical e

previdenciária, pelas mãos de um governo originário das lutas de classes, parece um enredo surrealista, mas é bem real. Como essas questões emergiram nos conflitos em torno de Belo Monte? Quais as consequências do programa neoliberal petista, aplicado à Amazônia, sobre os movimentos sociais populares? É o que pretendemos mostrar e debater ao longo de nosso texto, que evidencia o desmonte da resistência classista nesse contexto.

INTRODUÇÃO

O objeto de nossa tese, a saber, a resistência e a adaptação da classe trabalhadora, relacionadas em tensão dialética, ante a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), em Altamira – PA, obra executada durante os governos petistas. O recorte parte das lutas entre a população, o Estado e o capital pelo controle e usos do território, condição para a produção e reprodução da vida das populações tradicionais e dos migrantes que habitam a região da Transamazônica e Xingu e condição para o avanço do capital sobre o território, apoiado em sua expansão pelo Estado.

Convém destacar que a organização da classe trabalhadora em sindicatos, associações e movimentos populares, surgiu como forma de enfrentamento ao abandono do Estado e aos sucessivos conflitos territoriais na região do Xingu e Transamazônica, área diretamente atingida pelo empreendimento denominado Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM). Essa organização de base popular, teve o seu desenvolvimento marcado a partir da década de 1970, quando a Igreja católica, presente desde as pequenas comunidades eclesiais de base, assumiu os princípios da Teologia da Libertação, acompanhando e apoiando as lutas por condições adequadas de vida, por parte das populações vulneráveis e oprimidas, em toda a América Latina.

Em uma perspectiva histórica mais ampliada, temos registros que provam que na Amazônia, assim como na maior parte do território americano, os conflitos territoriais datam da chegada dos europeus, no século XVI aproximadamente: massacres, pilhagem, escravização dos nativos, voracidade na busca por riquezas. A adaptação e resistência dos povos nativos diante das sucessivas invasões, ocorrem de forma dialética, desde então. Anteriormente à emergência da Teologia da Libertação, a Igreja Católica já se fazia presente na área atualmente denominada Prelazia do Xingu, no formato de missões, atendendo populações indígenas e ribeirinhas, migrantes nordestinos, que se refugiavam das grandes secas desde o século XIX na região, realizando atividades de visitas e celebrações pastorais que atendiam a população regional, de distintas origens étnicas e geográficas, agrupadas em pequenas comunidades, aldeias, vilas.

Dessa inserção secular no meio dos povos Xinguaras, a Igreja, após o Concílio Vaticano II, passou a apoiar e incentivar a geração de movimentos organizados que denunciavam violações de direitos sofridos pelas populações, violências, invasões de

terras, enfim, a grave situação de abandono do Estado. Os sofrimentos da população, causados por conflitos fundiários e massacres, ou pelo acometimento de doenças em locais isolados, eram testemunhados e denunciados pelas equipes de religiosos, assim como suas dificuldades de locomoção, para a comercialização de sua produção extrativista ou da agricultura, e seu acesso aos bens culturais, tais como os serviços públicos essenciais, de saúde e educação. O testemunho dessas condições resultava em registros, comunicações, na forma de cartas, comunicados e livros, desde então. A partir dessa comunicação, redes solidárias eram acionadas sensibilizadas, em diversos lugares, diante dos fatos relatados passavam a interagir, buscando alternativas para as comunidades amazônicas, na forma de assessorias, projetos e auxílios.

Nas décadas de 1980 e 1990, na escala regional e também no âmbito nacional, os movimentos sociais cresceram em gênero, número e grau de influência, sob as formas de sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, associações, cooperativas, comunidades eclesiais de base, movimentos de mulheres, movimentos em defesas de crianças e adolescentes, movimentos socioambientais, movimentos por democracia, etc. Ao lado desses movimentos sociais, nacionalmente, crescia o PT – Partido dos Trabalhadores, originário das lutas sindicais no ABC paulista, que se articulou de forma consistente aos demais movimentos sociais emergentes, nas diferentes regiões do país. Entendia-se que a partir da chegada ao poder, os petistas realizariam as aspirações apresentadas pelas diferentes bases setoriais e que eram debatidas ao longo dos anos, em inúmeros encontros de formação, assembleias, fóruns, seminários, etc.

Em grande parte dos movimentos sociais seus dirigentes e lideranças tornaram-se filiados ao partido, passando a participar de vários coletivos articulados. Os debates sobre alternativas de desenvolvimento para a Amazônia ocorreram em diversas frentes nos movimentos sociais, que a partir de princípios da agroecologia, do extrativismo, da redução de queimadas, entre outras possibilidades, sinalizaram a construção de novas propostas para a Amazônia. Essas concepções fazem parte de um arcabouço teórico maior, são fundamentadas na visão de que outras formas sociais são possíveis de serem construídas. A partir dessas novas concepções de desenvolvimento para a Amazônia, o chamado desenvolvimento sustentável, assim como da perspectiva da construção de uma outra estrutura sociometabólica, muitos grupos e movimentos surgiram, se ampliaram e alguns conflitos se agravaram, contra as forças antagônicas envolvidas. Os emblemáticos casos de assassinatos como de Chico Mendes (1989) e da missionária ambientalista

Dorothy Stang (2005), revelam a violenta reação dos oligarcas, latifundiários, representantes locais dos interesses e da ideologia do capital ao serem “desafiados” por propostas alternativas de ocupação e de uso do território em disputa. De forma dialética, à medida que os movimentos da classe trabalhadora resistiram e se ampliaram, os representantes do capital recrudesceram o ataque aos movimentos sociais e passaram a se articular, não somente tendo o Estado como seu sustentáculo principal, por meio dos grandes projetos financiados com recursos públicos (SUDAM, BASA, BNDES, entre outros), mas também criando organizações estruturadas em formatos assemelhados às entidades de base popular, na forma de associações e consórcios, apresentando-se como ‘sociedade civil organizada’, diferenciando-se, contudo, por suas finalidades como pelo uso da violência, pelas ameaças à vida das lideranças dos movimentos sociais de base popular, e pelo objetivo de apropriação, expansão e acumulação ilimitada das riquezas existentes no território amazônico.

Entendemos que é essencial para a construção de nossa tese, a articulação entre os conceitos de território, poder, violência, política (RAFFESTIN, 1993), entendendo que a Geografia, que possui como objeto o espaço social, transita nessa seara, ao reconhecer como uma de suas tarefas “desvendar máscaras sociais” (MOREIRA, 2013, p.61-2), apreendendo a teoria do espaço geográfico como uma teoria social.

A redação da tese está estruturada em quatro capítulos, sendo que no primeiro capítulo discutimos os precedentes e os interesses envolvidos na territorialização do setor energético na Amazônia e no projeto da UHE Belo Monte. Apresentamos um resumo histórico do setor energético no Brasil, buscando evidenciar a preponderância dos interesses do Capital na constituição dos sistemas de eletricidade no país, destacando algumas disputas entre os capitalistas estrangeiros e nacionais no setor elétrico em meados do século passado, que contrastavam duas visões de desenvolvimento, uma liberal tradicional e outra denominada nacional-desenvolvimentista. Busca-se destacar o papel secundário e meramente retórico, dos chamados ‘interesses públicos’, nas grandes decisões políticas que envolvem a ampliação da capacidade de geração e distribuição de energia elétrica, de forma particular nas construções das grandes usinas hidrelétricas.

No segundo capítulo intitulado “Fundamentos e opções teóricas para a análise: sobre trabalho, desigualdades e lutas”, trazemos um exercício de diálogo dos fundamentos mais caros aos aportes teóricos que adotamos, com os sujeitos e discursos da empiria que investigamos. As contribuições para a crítica da ordem social vigente legadas por Marx,

Engels, Sanchez Vásquez, Adorno, Kosík, e aquelas que ainda se encontram em desenvolvimento nas obras de Mészáros, Antunes, Thomaz Jr., Alves, entre outros, se somam a autores que analisam eventos críticos na Amazônia, tais como Sevá Filho, Bermann, Loureiro, Alves, Magalhães, entre outros. Desse conjunto de autores emerge nossa análise ao dramático evento da construção da UHE Belo Monte, projeto que ressurgiu nos governos petistas de Lula e Dilma, justificado por retóricas que utilizam uma suposta “segurança energética” e o “interesse público” como imperativos, para legitimar a construção da barragem no Rio Xingu, antes combatida por suas bases partidárias e por eles próprios, por se entender, então, que tal empreendimento representava uma demanda que beneficiava exclusivamente ao capital.

No capítulo terceiro apresentamos aspectos observados na história da construção da resistência aos avanços destrutivos do capital sobre o território Amazônico, na área da circunscrição da Prelazia do Xingu, (Xingu e Transamazônica) e os desdobramentos socioambientais nefastos da UHE Belo Monte que incidem sobre os movimentos de base popular aí existentes. Cerne da tese, o capítulo apresenta o exercício tenso que envolve a discussão das profundas mudanças de posicionamento de indivíduos e grupos, buscando elucidar suas motivações e justificativas, ao optarem por aceitar um projeto emblemático dos interesses do capital e ao se submeterem àquilo que foi denominado pelo expoente das teorias neoliberais, Friedrich Hayek, como o “imperativo moral do mercado”, o mercado total. Segundo Duarte (2016),

As idas e vindas do PT durante os governos Lula e Dilma, com suas mudanças táticas em busca do pragmatismo da governabilidade, revelaram-se problemáticas para o partido na medida em que este, ao se distanciar do seu liame ideológico e enveredarse pelo “pragmatismo eleitoral”, em que o partido passa a construir, ou pelo menos tentar construir, um complexo acordo de governabilidade com partidos que vão, inclusive, para o arco ideológico da direita.(p. 44)

Trata-se de discutir um tabu, falar de uma traição cometida aos princípios e fundamentos originários, às bases geradoras da agremiação partidária. Analisar as consequências de sucessivos ataques daqueles governos à classe trabalhadora, protagonizados por seus supostos representantes, que optaram por se render ao capital.

No quarto capítulo “Adaptação e resistência durante o conflito”, descreve-se sumariamente aspectos técnicos relacionados à materialidade da UHEBM, apontando as contradições mais flagrantes relacionadas ao empreendimento e suas supostas propostas de reparação aos atingidos por suas obras. Recupera-se a memória de conflitos ocorridos

antes, durante e depois do funcionamento da usina, no seu entorno e no interior dos canteiros, relatando de forma breve as notícias das greves e repressões/negociações nos canteiros. A adaptação de que tratamos, ocorre de formas explícitas em alguns casos e de forma difusa em outras situações. A aceitação em participar dos jogos vorazes da UHBM, implica adaptar-se a lógica do desmonte dos movimentos classistas, servir ao triunfo do capital no campo material e imaterial.

Na dimensão material a adaptação implica aceitar a barganha de direitos como se estes fossem objetos, coisas, ou concessões, favores. No campo do discurso político, significa praticar o clientelismo, perpetrar a velha política corruptora. Significa, também, aceitar consumir a farsa do financiamento das supostas políticas públicas. Nesse sentido foi criado, pelo governo petista, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, por meio do Decreto nº 7.340 de 21 de outubro de 2010, com a finalidade oficial de promover políticas públicas que resultassem na melhoria da qualidade de vida da população que habita sua área de abrangência (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, no Estado do Pará). Com previsão de investimentos na ordem de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), o PDRSX foi o grande instrumento aliciador de organizações sociais, do governo e do empreendimento, funcionando como um grande balcão de negócios, onde se negociava o financiamento de projetos sociais, institucionais ou pessoais, em troca do silenciamento das consciências, neutralizando um grande grupo formador de opinião, existente na região atingida pelo empreendimento.

O PDRSX serviu também para capitalizar grupos oligárquicos, que forjaram associações e projetos de fachada, para pôr as mãos nas fatias dos 500 milhões de reais, amnésicos e anestésicos, que compõem os fundos do Plano. Araújo (2015), em sua pesquisa de doutoramento, apurou que um movimento de resistência regional, denunciou práticas nada republicanas, até mesmo criminosas, que foram perpetradas pelos patrocinadores do empreendimento, em Altamira e região:

Esse Movimento denuncia, ainda, práticas que remontam aos anos duros da ditadura militar, a exemplo de agentes infiltrados nas reuniões do movimento, episódio registrado em 2013, numa reunião de planejamento da organização, na cidade de Altamira. Além de um processo de criminalização dos movimentos sociais, na qual as principais lideranças respondem a processos judiciais e estão proibidas de se aproximar das obras da usina. Dessa forma, ocorre a conhecida prática de perseguição aos “inimigos da ordem” e a concessão de favores aos grupos e movimentos que se mantêm aliados aos imperativos governamentais e do capital. Esse fenômeno fica evidente na forma de destinação dos recursos

do PDRS. As organizações e movimentos que apoiam o governo, abdicando da resistência contra o empreendimento, recebem aprovação dos seus projetos (...).

Diante da magnitude das ações de pragmatismo e ações de cooptação, as perdas irreparáveis no plano imaterial, se deram também naquilo que se pode denominar como a captura das subjetividades, ou de uma identificação com o agressor, emprestando aqui os jargões da psicanálise. As operações de compra de apoio, passaram a ser tratadas abertamente: criou-se para muitos, a disposição de tudo negociar, mediante algum retorno material. O empreendimento também transformou mobilizações legítimas em moedas de troca, desvirtuando manifestações de luta por dignidade, dissolvendo a resistência por algum tipo de acordo, à custa de alguns milhares de reais.

Mediante a oferta de vantagens financeiras, criou-se uma grande arena de vale-tudo. Um ambiente de degradação dos princípios de ética, de intencional fragmentação de lutas, de separação dos atingidos pelo empreendimento, visando a precificação e negociação da resistência ao empreendimento. Dividir para conquistar, pareceu ser a tônica das estratégias acionadas, em um ambiente onde os acordos nos bastidores cobriam tudo, desde arranjos para maquiagem contábil, como trocas de notas na prestação de contas, moeda para apoiar aprovações de projetos suspeitos, para deixar de questionar desvios de função. Reis (2015), relata em sua dissertação, a dinâmica de negociações entre os povos indígenas atingidos pela UHEBM e os empreendedores (governo e empresas).

A fragmentação política aconteceu não somente entre os povos, mas internamente a eles. A consequência desta fragmentação pode ser expressada, embora não unicamente, pela pulverização de aldeias – de 18, em 2011, hoje há 41 aldeias na região. Em alguns casos, a fragmentação das aldeias tiveram motivação política, já em outros casos, principalmente nos povos de língua Tupi (Araweté, Asurini e Parakanã) que só tiveram suas famílias agregadas em uma aldeia após o contato da Funai, fica difícil falar em rompimento. Até um passado recente estes povos viviam sob uma lógica de distribuição espacial baseada em núcleos familiares e não em uma aldeia. Porém, o fato é que o recurso de R\$ 30.000 (trinta mil) por mês, destinado para cada aldeia na forma de listas, como mencionado anteriormente, impactou suas formas de organização social e política. (p. 92)

As práticas engendradas nas negociações dos valores do fundo, corroeram o espírito solidário, público, coletivo, ético, daqueles que aceitaram participar do esquema

compensatório. Reis (2015, p.92) observa a manipulação da empresa em negociações com os povos indígenas, quando estes se manifestavam frente aos atrasos na execução das cláusulas condicionantes e ações compensatórias, previstas no licenciamento da obra,

Além disso, as negociações de desocupação de canteiros de obras, estradas, etc, muitas vezes terminavam em acordos entre lideranças e empreendedor e estes acordos, como a construção de casas em todas as aldeias, eram estendidos a todas etnias, porém, de forma bastante desordenada, gerando brigas e conflitos entre lideranças. Como me disse certa vez um Kuruaya: “o que a gente ganhou, todos ganharam e a gente não teve culpa se os outros não souberam lidar com isso.”

As condicionantes são os compromissos que o empreendedor e o Governo Federal assumiram com o órgão ambiental federal (Ibama), para legalmente obter e manter a autorização do empreendimento, desde a construção até o funcionamento, visando a garantia da sustentabilidade ambiental do empreendimento (ISA, 2013).

O ambiente político em torno da UHE Belo Monte, patrocinou o desmonte da resistência classista, a dessolidarização dos povos, a criação de situações de discórdias entre os atingidos, no contexto de Belo Monte. O detalhamento acerca das ações de desmonte da resistência, emerge das denúncias abafadas, de sujeitos que insistiram em resistir, mesmo após serem atacados ao ponto de serem sistematicamente ignorados, tornados invisíveis, na cena local. Ante a dimensão dos esquemas de dominação e de intimidação acionados. Reis (2015), observa a reificação dos sujeitos, durante as negociações pelas ações de reparação aos povos indígenas atingidos pelo empreendimento.

Considerando que os povos indígenas são abordados pelos procedimentos estatais enquanto parte dos “problemas ambientais” (Viveiros de Castro e Andrade, 1988) a serem compensados e/ou mitigados, não é raro de se observar, não só na ocasião desta reunião, mas em outras envolvendo lideranças indígenas, a tentativa de domesticar e frear suas vozes, por meio da burocracia. (p.95)

Tratados como problemas ambientais e obstáculos ao desenvolvimento, as populações atingidas em alguns momentos, durante os conflitos e negociações entre as populações atingidas, se davam conta da estratégia de fragmentação da resistência, conduzida pelos gestores do empreendimento e representantes do governo. Dessa consciência e da resistência firme de algumas lideranças, surgiram ou mantiveram-se ativos alguns grupos de oposição ao empreendimento, que não obstante, prosseguiu, atropelando vidas e direitos das populações locais.

À guisa de conclusão, temos a tese que busca tornar evidente a *ocorrência de um processo de desmonte ou de corrosão da resistência classista, no interior das lutas que*

envolvem a construção da UHE Belo Monte, desde as ações que precederam o início das obras, até o ano de 2017, quando se analisaram fatos e depoimentos, documentos e notícias relacionadas. A culminância do processo de desmonte da resistência classista, que atingiu duramente as organizações e movimentos sociais naquela área de influência, se mostrou em situações de fragmentação dos movimentos sociais, dispersão das bases, cooptação de parte das lideranças e de alguns movimentos sociais pelo governo/empreendimento, que passaram a corroborar a retórica de progresso associada ao empreendimento, aceitaram participar das políticas compensatórias em processos e editais colocados sob suspeição, sem questionar a origem dos recursos financeiros envolvidos, as metodologias construídas para eleger os projetos a serem financiados ou as conexões entre interesses públicos *versus* interesses privados.

Paralelamente a isso, na escala nacional os escândalos envolvendo os governos petistas em esquemas de corrupção assumiram proporções jamais imaginadas até então. Os fatos investigados, que envolvem as grandes empreiteiras do país financiando os políticos e suas campanhas em troca de vantagens junto às obras e verbas públicas, principalmente do PAC e BNDES, atingiu o núcleo do PT e evidenciou esquemas de corrupção e propina ligando a construção da UHE Belo Monte ao governo petista e sua base aliada. Tal investigação denominada “Operação Lava Jato”, embora evidenciasse a participação da maioria dos partidos existentes no país nos esquemas de propinas, foi utilizada pelas forças de direita para desestabilizar o governo petista, resultando em uma espécie de golpe legislativo, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff e alçou o vice-presidente Michel Temer ao posto da Presidência da República.

Enfiar o dedo na ferida é uma tarefa ingrata, muitas foram as dificuldades encontradas para acessar algumas pessoas e informações relevantes, em um cenário de decadência moral, desolação e constrangimentos. Contudo, era previsível que assim fosse, um tabu merece os significados que carrega, é difícil “falar da corda na casa do enforcado”. Não obstante, conseguimos levar adiante os trabalhos, coletando informações importantes, buscando dados em fontes secundárias, para obter elementos que não foram alcançadas no campo empírico de forma direta.

O processo de desmonte e corrosão da resistência classista envolveu decisões unilaterais do governo federal, que a partir da justificativa de uma suposta “segurança energética” que demandava a construção da UHE Belo Monte, passou a operacionalizar o empreendimento em um combate desigual aos movimentos de resistência. A retórica dos

interesses nacionais, que diante da iminência de um apagão exigiam o sacrifício do Rio Xingu, foi amplamente veiculada e gerou intensos combates virtuais, em redes sociais, matérias publicitárias tendenciosas apresentadas como notícias, na desqualificação dos interlocutores que se opunham ao empreendimento e em diásporas nas organizações de base popular. O embate entre quem era “contra” e quem era a “favor” de Belo Monte foi não apenas um jogo desigual em termos de recursos midiáticos e falas oficiais de autoridades políticas e técnicas, mas envolveu uma manipulação ideológica e um apelo populista muito forte. A promessa de emprego, progresso, riquezas, mexeu com os “instintos primitivos” de grupos empresariais locais, que passaram a utilizar suas associações patronais como eixos geradores de outras associações criadas “sob encomenda” para dar volume ao movimento pró-barragem. Caravanas organizadas por esses grupos de interesse empresarial local, lotaram várias das audiências públicas obrigatórias, criando uma espécie de guerra de torcidas totalmente assimétrica. De um lado o poder econômico local, articulado aos grupos políticos regionais e nacionais, de centro-direita e, naquele contexto, ligados aos governos petistas, numa coalisão nunca antes imaginada, agiu mobilizando empregados de suas empresas e familiares, desempregados de madeireiras ilegais que haviam sido impedidas de funcionar por operações do governo federal, grupos de pessoas vulneráveis às pressões e promessas de emprego e renda via UHEBM, um exército de desempregados ou subempregados, que devidamente insuflados e financiados, aos moldes dos cabos eleitorais, se inflamavam nas reuniões berrando contra o grupo formado por militantes de diferentes organizações consolidadas no cenário regional, que por suas lutas anteriores e pelo entendimento das consequências desse tipo de megaobra, protestavam contra a vinda do empreendimento e seus desdobramentos potencialmente desastrosos.

As audiências públicas obrigatórias se deram sob forte esquema de policiamento, foram mobilizadas forças militares estaduais e federais, que faziam a proteção ostensiva dos representantes do empreendimento, reprimiam os manifestantes contrários à barragem, inclusive dificultando ou até mesmo impedindo seu acesso aos locais. Os locais de realização das audiências públicas algumas vezes foram transferidos para espaços menores, para assim, sob a alegação das dimensões espaciais restritas, impedir a entrada dos militantes dos movimentos de resistência. Membros ativos da resistência passaram a ser fotografados e interpelados por agentes de segurança, posteriormente foram denunciados à

polícia e à justiça pelo empreendimento, para que fossem impedidos de se aproximar de eventos relacionados ao empreendimento, assim como das obras da barragem.

Os governos federal, estadual e municipal, articularam-se buscando superar quaisquer divergências, fossem de cor ou ideologia partidária, em favor do empreendimento. Nesse ínterim os militantes em posição de liderança foram orientados a repensar seus posicionamentos, sob pena de serem alijados de suas posições. Tais ações emanadas dos dirigentes petistas provocaram as fragmentações nos movimentos sociais regionais, que consideramos parte fundamental da nossa tese acerca dos processos de corrosão da resistência classista, a partir da decisão inarredável do governo petista de impor o barramento no Rio Xingu. Na esfera regional foram criados consórcios de municípios, cujos prefeitos buscaram auferir o maior número possível de recursos a partir da obra.

Dentre os instrumentos utilizados pelo governo petista para articular a compra de consenso em torno do empreendimento barrageiro no Rio Xingu, a criação do PDRSX – Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, por meio de Decreto Presidencial no ano de 2010, teve um papel estratégico e devastador para a identidade de classes dos movimentos sociais existentes na região. Seu funcionamento e metodologias, objetivos, virtualmente são acessíveis, o sítio eletrônico do plano informa em linhas gerais sua natureza e dinâmica. No âmbito empírico, sempre que indagamos informalmente participantes do Comitê Gestor ou das Câmaras Técnicas, percebemos uma pressa em informar superficialmente sobre as atividades, editais e financiamentos, sem detalhar os processos de escolha de projetos, por exemplo. Diante dessas atitudes percebidas e de alguns comentários acerca de seleções de projetos arranjadas de forma suspeitas entre pares, problemas na prestação de contas de entidades beneficiadas e as altas cifras envolvidas, obtivemos informações relevantes que confirmaram que o Plano operou desde o início como um balcão de negócios.

A mais recente denúncia a que tivemos acesso, tornada pública em uma rede social, expôs com detalhes o funcionamento inadequado de uma das Câmaras Técnicas e dos arranjos clientelistas que ocorreriam durante a avaliação dos projetos apresentados a fim de receber financiamento. Esse tipo de evento desagregador da resistência dos trabalhadores por sua face corruptora, pela indução ao ilícito, pela facilitação do acesso obscuro aos recursos do erário público, evidencia as ações intencionalmente destrutivas da resistência historicamente constituída na região. Além disso mostra o empenho dos governos em

forjar uma grande aliança pró-barragem, que a exemplo de sua coalisão pela governabilidade, se mostrou desastrosa, usando o dinheiro público, distribuindo entre organizações patronais e sindicatos de trabalhadores, prefeituras, empresas estatais, ONGs, instituições públicas, reforçando a retórica de um governo supraclassista, que na prática é apenas um governo pós-ético, totalmente a serviço do capital.

Para além do quadro a que denominamos desmonte da resistência classista, vislumbramos a resistência ressurgindo após os graves ataques de ordem material e moral perpetrados contra os movimentos sociais de base e de suas identidades de classe. Há um reconhecimento de que a formação intelectual dos sujeitos da classe trabalhadora atuantes nas comunidades e movimentos sociais, não deve ser negligenciada. Ao receber e aceitar convites para participar de um grupo de formadores para trabalhar com lideranças das comunidades eclesiais de base, no âmbito da Prelazia do Xingu, que estão ligadas a outros movimentos e organizações de base popular, como conselhos, sindicatos, movimentos, cooperativas, etc, pode-se verificar que foi sentida a necessidade da autocrítica no interior de alguns movimentos, embora varie em intensidade e alcance. A disposição em retomar a formação de lideranças fora do circuito dos movimentos financiados pela estrutura petista, é, em nosso entendimento, uma sinalização importante, que pode reconciliar as forças dispersas no interior da resistência constituída regionalmente. Internamente a Igreja Católica recebe do atual pontífice, Papa Francisco, inspiração para voltar as bases, reencontrar os fundamentos éticos, reparar erros, ser solidária com os mais pobres, lutar por justiça socioambiental em escala planetária. O bispo emérito do Xingu, D. Erwin, aposentado desde 2016, porém ainda ativo nas pastorais, se mantém fiel na defesa da vida das populações e do Rio Xingu, não desistiu de lutar contra os projetos destrutivos no território Amazônico e continua a denunciar em inúmeras entrevistas, nos últimos anos, a postura dos governos petistas aliados aos interesses do Capital e seu pesar pela mudança de orientação do partido e de seus representantes regionais. Seu substituto, Dom João Muniz, recebeu o legado de lutas de seu antecessor e tem demonstrado coerência na continuidade da ação pastoral em defesa da vida e das populações oprimidas. A postura do pontificado do Papa Francisco em investigar crimes praticados no interior da própria Igreja e de punir os responsáveis, sinaliza concretamente para a necessária autocrítica, quiçá revolucionária, na sociedade. Ao considerar tais sinalizações a partir da resistência remanescente de alguns movimentos sociais e da Igreja Católica, reconhecendo sua atuação histórica e decisiva na constituição das lutas de classe na região da

Transamazônica e Xingu, vislumbramos que a capilaridade das ações éticas sejam uma possibilidade efetiva de reconfigurar a resistência classista, a partir da revitalização das comunidades de base.

CAPÍTULO 1 – PRECEDENTES E INTERESSES ENVOLVIDOS NA TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO NA AMAZÔNIA E NO PROJETO DA UHE BELO MONTE

“Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países se especializam em ganhar, e outros em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalançaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta”. (Eduardo Galeano)

Uma breve análise da história da indústria da eletricidade no Brasil se faz necessária ao nosso texto, visto que explicita disputas e conflitos entre as diferentes concepções de desenvolvimento, os interesses nacionais, a abordagem das questões socioambientais e os interesses da maioria da população brasileira. Isso nos parece importante para se verificar que o capital tem orientado as mudanças ocorridas ao longo do Império e da República, variando principalmente nas questões que envolvem, de um lado, uma defesa dos princípios liberais, na qual o capital estrangeiro precisa ter fluxo livre e o Estado não deve intervir, contrariando, em alguma medida, a outra tese, que propõe o fortalecimento do desenvolvimento interno do país, sustentado por ações do Estado enquanto agente regulador, protecionista e financiador. As duas teses, não obstante o fato de se oporem na disputa pela hegemonia na condução dos processos produtivos, têm em comum a finalidade de servir à lógica da acumulação, de favorecer o desenvolvimento do capitalismo enquanto modo de produção.

Desde a invenção das máquinas movidas a vapor, a humanidade difundiu mudanças, em uma aceleração impressionante, nas formas de produzir a vida. Marx e Engels a esse respeito destacaram que:

Os homens que no século XVII e XVIII haviam trabalhado para criar a máquina a vapor, não suspeitavam de que estavam criando um instrumento que, mais do que nenhum outro, haveria de subverter as condições sociais em todo o mundo e que, sobretudo na Europa, ao concentrar a riqueza nas mãos de uma minoria e ao privar de toda a propriedade a imensa maioria da população, haveria de proporcionar primeiro o domínio social e político à burguesia, e provocar depois a luta de classes entre a burguesia e o proletariado, luta que só pode terminar com a liquidação da burguesia e a abolição de todos os antagonismos de classe. (ENGELS, 2013, p. 22)

A partir das transformações provocadas pelas invenções que propiciaram a Revolução Industrial, o capitalismo industrial, na perspectiva de aumentar ilimitadamente a

produtividade e o lucro, buscou atualizar os instrumentos que possibilitassem lograr tal intento. A revolução tecnológica que possibilitou a indústria da eletricidade, a indústria de aparelhos elétricos, a indústria petrolífera, representou não apenas a emergência da segunda fase do capitalismo, iniciada a partir de 1880 e denominada por Marx como imperialismo, mas colocou a geração de energia como elemento central para o desenvolvimento da indústria moderna.

A indústria da eletricidade é estratégica para o desenvolvimento do capitalismo, sua geração foi e continua a ser objeto de pesquisas, empreendimentos, controvérsias. As fontes de energia elétrica utilizadas contemporaneamente são os combustíveis fósseis, a energia hidráulica, o gás natural, a energia solar ou fotovoltaica, a energia eólica, nuclear, geotérmica, marítima, biogás e biomassa. Contudo, não obstante a variedade de fontes disponíveis, a geração de energia no Brasil, atualmente, advém majoritariamente de usinas hidrelétricas.

A conceituação de energia na atualidade, feita por especialistas do setor, enfatiza a tendência global a partir da crise do petróleo da década de 1970, em utilizar outros recursos naturais na geração da eletricidade:

A energia é um insumo ou produto, dependendo do uso final, de extrema importância para o desenvolvimento de qualquer sociedade. A partir das restrições econômicas e ambientais e a dificuldade de substituição do petróleo e dos combustíveis fósseis para gerar energia, consagrou a importância do estudo e aplicação da eficiência energética em todos os níveis de produção, consumo e distribuição da mesma. (ABREU, 2010)

A energia hidrelétrica é gerada pelo aproveitamento do fluxo das águas em uma usina na qual as obras civis – que envolvem tanto a construção quanto o desvio do rio e a formação do reservatório – são tão ou mais importantes que os equipamentos instalados. Por isso, ao contrário do que ocorre com as usinas termelétricas (cujas instalações são mais simples), para a construção de uma hidrelétrica é imprescindível a contratação da chamada indústria da construção pesada. Uma definição rápida para a pergunta o que é uma Usina Hidrelétrica seria: um conjunto de obras e equipamentos cuja principal finalidade é a geração de energia elétrica através do aproveitamento do potencial hidráulico de um rio. O potencial hidráulico é proporcionado pela vazão hidráulica e pelos desníveis existentes no curso do rio. O aproveitamento do potencial hidráulico pode se dar de forma natural, quando existem cachoeiras ou quedas d'água; por meio da construção de barragens ou através de desvios do leito natural do rio (ANEEL, 2008). A primeira usina hidrelétrica do

mundo foi construída no final do século XIX, em 1882, nos Estados Unidos da América, a *Vulcan Street Plant*, de 12,5kW, no Fox River (Appleton, Wisconsin). Na mesma época, começou a operação de uma usina hidrelétrica da *Minneapolis Brush Electric Company*. Em 1901, a transmissão de energia por longas distâncias se tornou econômica na América após a instalação de um equipamento de corrente alternada na UHE *Niagara Falls*, no Estado de Nova York, por George Westinghouse, possibilitando a expansão do uso das usinas hidrelétricas, quando o carvão ainda era o principal combustível e as pesquisas sobre petróleo estavam em fase inicial (idem). Em 1928 fora criada uma organização global, que é comparada por Sevá Filho (2005) a um sindicato patronal mundial de empresas barrageiras, a ICOLD (*International Commission in Large Dams*), que desde então mobilizou pesquisadores, empresários, gerentes do setor elétrico, jornalistas especializados na área, em conferências internacionais de caráter técnico-científico atuantes em obras hidrelétricas consideradas ‘problemáticas’, nos diferentes continentes do planeta. Acerca das origens e fins da ICOLD, encontramos um texto informativo publicado por ocasião dos 80 anos da entidade, no sítio do Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB).

Em meados da década de 20, um grupo de engenheiros franceses, promovidos e estimulados por várias organizações profissionais, concebeu durante cerca de três anos os fundamentos de uma nova organização que congregasse a comunidade barrageira francesa e mundial. Assim, em 06 de julho de 1928 foi finalmente fundada a ICOLD, adotando como sede Paris, a capital francesa, em função de suas origens, e congregando cinco países-membros. Desde sua fundação até 1967 ela operou como um corpo autônomo dentro da Conferência Mundial de Energia, quando se tornou uma organização não-governamental independente. Hoje a ICOLD congrega 88 países-membros e tem uma importante atuação reconhecida e respeitada em todo o mundo. (Disponível em: www.cbdb.org.br/documentos/Aniversário_da_ICOLD.doc)

Dentre os resultados dessa mobilização, muitos estudos e documentários foram produzidos, descrevendo as tragédias e os sucessos dos empreendimentos barrageiros no contexto mundial. Exemplo disso foi a publicação de uma das primeiras revistas técnicas periódicas sobre hidroeletricidade, chamada “*La Houille Blanche*”, lançada na França em meados de 1930. O periódico trazia no nome algo traduzível como “carvão branco” ou “carvão limpo”, que traz uma clara mensagem de associação entre hidroeletricidade à energia limpa, não obstante todas as tragédias já conhecidas, desde então, decorrentes da indústria de hidroeletricidade na época, como por exemplo, o desastre de Teton Dam, nos

Estados Unidos, cuja barragem se rompeu durante o enchimento arrasando fazendas e moradias rio abaixo, a tragédia da represa de Vajont, na Itália, que atingida por uma avalanche, destruiu vilarejos e moradores, entre outros (SEVÁ FILHO, 2005).

O mote de “energia limpa”, “sustentável” é largamente utilizado nos discursos barrageiros ainda na atualidade, ao lado do apelo ao progresso da humanidade, ao desenvolvimento sustentável, ao aproveitamento de nossas riquezas etc.

Nos anos 1930, a capacidade das turbinas hidráulicas foi aumentada, acompanhando o aumento da demanda por energia. As grandes usinas (> 15MW) e o aumento crescente da capacidade das turbinas se tornaram a norma. A potência das turbinas a vapor foi também aumentando rapidamente e o custo da eletricidade continuou a cair. No período 1940-1970, na América, o custo de operar e manter velhas e pequenas hidrelétricas se tornou maior que a renda que elas produziam. Dessa forma, as pequenas centrais (< 15MW) foram sendo aposentadas e deu-se a escalada das grandes centrais (> 15 MW). Uma tendência similar ocorreu na Europa. A expansão capitalista do período posterior à segunda guerra mundial, que se estendeu de 1945 até o início da década de 1970, envolve também o período de crescimento das grandes hidrelétricas no mundo, que disparou principalmente a partir de 1960. A crise do petróleo de 1973 provocou um movimento mundial na busca por fontes alternativas de energia e as hidrelétricas foram reapresentadas como uma das alternativas globais para a geração de energia “limpa” e sustentável.

A nosso ver, essa retórica, de uma suposta energia limpa associada às hidrelétricas, inaugurada no século passado, pode ser identificada como aquilo que os especialistas das ciências ambientais denominam como *greenwashing*, uma prática criminosa de propaganda, que vende a falsa imagem de correção ambiental, na direção do consumo consciente, mascarando a verdadeira natureza dos produtos anunciados.

A voracidade do capital industrial objetivando a apropriação das fontes de energia mundo afora têm fomentado inúmeras guerras, principalmente por petróleo, produzindo uma enorme destruição, degradação da humanidade e dos territórios, tão logo sejam identificados como “áreas de interesse” para a exploração energética. No Brasil, a disponibilidade de reservas fósseis é considerada pequena, contudo o potencial energético presente no território é bastante significativo, seja pela possibilidade de captação de energia solar, eólica ou hidráulica. A geração de energia por meio de usinas hidráulicas foi escolhida pelo capital e pelo Estado, no Brasil, como a forma mais lucrativa de gerar

energia, apesar das consequências extremamente perversas observadas a partir dos grandes projetos levados a efeito. Sevá Filho (2005) denunciou o olhar distorcido do capital sobre os rios, apresentando em suas pesquisas, análises de riscos e ponderações acerca das consequências da mercantilização desenfreada da água.

Uma obsessão da engenharia mundial é esta ‘ideia fixa’ de barrar todos os rios, aproveitando-se quedas d’água existentes, ou construindo-as em rocha, terra e concreto armado, para instalar grupos turbo-geradores e produzir energia elétrica. Estas entidades geográficas, geológicas e biológicas, os rios, a um só tempo são vazões vivas de água se deslocando pelo planeta, e são meios bio-químicos da vida estável de cada local e da vida dos animais migratórios. Numa visão mutilante da realidade, rios e suas terras ribeirinhas passam a ser olhadas através de uma calculadora, como se existissem apenas para serem barrados por um paredão e para terem sua energia em parte aproveitada. (SEVÁ FILHO, 2005, p. 13)

Ora, o Estado moderno, ao lado do capital, exerce a função de complementação, numa íntima relação de dependência ontológica à totalidade social (MÉSZÁROS, 2002), tendo como característica a desconsideração com a humanidade, visto que o capital evidencia na sua busca por autoexpansão que não aceita limites. A desconsideração para com a humanidade envolve a indiferença em relação aos rios, à terra, à floresta, aos biomas e sua importância para o equilíbrio da natureza. O capital, no segmento barrageiro do setor elétrico, ignora e atropela a natureza, as populações atingidas por tais empreendimentos, tendo seus intentos legitimados pelo Estado, por meio de discursos falaciosos e práticas autoritárias. Belo Monte se insere nesse contexto, contando com a intensa mobilização de forças que anteriormente afirmavam defender outros modelos de desenvolvimento, autoproclamadas progressistas, “de esquerda”, que alçadas à posição de gestores do Estado, entregaram-se sem reservas aos projetos de territorialização do capital.

Na breve análise histórica da indústria da eletricidade no Brasil, buscamos destacar os fatos que devidamente analisados, corroboram a assertiva de Mézáros (2002) anteriormente destacada, evidenciando o alinhamento entre expansão dos sistemas de geração e distribuição de energia elétrica aos intentos do capital, em detrimento das condições de vida e das perspectivas futuras para a humanidade.

1.1 Política energética no Brasil – Breve análise

A produção de energia elétrica no Brasil se desenvolveu em fase próxima ao processo de transição do ciclo agrário-exportador para o processo de industrialização do país, principalmente nas regiões Sudeste e Sul. Diferenciando-se dos países centrais que iniciaram a produção industrial anteriormente ao desenvolvimento da energia elétrica, o ingresso na industrialização nacional se deu a partir da importação das ideias e práticas de desenvolvimento industrial dos países europeus, após a superação das máquinas movidas a vapor e à época da descoberta da eletricidade (FOSCHIERA, 2009; PINHEIRO, 2006, JANNUZZI, 2007).

De acordo com vários estudiosos das problemáticas do setor elétrico, é possível identificar, na trajetória da indústria de eletricidade no Brasil, distintas fases, que variavam de acordo com vários fatores em disputa. Poder-se-á resumir a história da indústria da eletricidade no Brasil em quatro grandes fases, sendo considerada como a Primeira Fase aquela ocorrida nas duas últimas décadas do século XIX, com a geração e fornecimento de energia elétrica feitos por pequenas empresas privadas, ligadas à economia cafeeira e mineração, na região Sudeste; a Segunda Fase ocorre ligada aos eventos ocorridos na primeira metade do século XX, como o início da urbanização e industrialização do país e com o ingresso de grandes empresas estrangeiras que dominam o mercado elétrico no país, tendo as empresas *Light* e a *American & Foreign Power Company* (Amforp) como protagonistas do monopólio; a Terceira Fase se desenvolve a partir da Segunda Guerra Mundial, quando o Estado começa a regulamentação do setor, as empresas estrangeiras param de investir e são criadas as empresas estatais, que começam a realizar grandes obras e usinas elétricas de grande porte; a Quarta Fase se constitui a partir de meados do século XX, quando há uma crise nos investimentos estatais e, de acordo com a orientação neoliberal assumida pelo capital, começam os investimentos de grandes grupos privados nacionais e estrangeiros, iniciando um processo de desverticalização, reestruturação e privatização do setor elétrico.

Apesar de didaticamente resumida e eficaz, a apresentação das quatro grandes fases descritas acima, requerem um detalhamento mais adequado para alcançar o entendimento de um número maior de aspectos importantes presentes na história da indústria energética no Brasil. Buscamos em diversas fontes bibliográficas as narrativas acerca do desenvolvimento do setor elétrico e encontramos uma miríade de perspectivas distribuídas

em um número considerável de monografias, artigos, livros. Há produções de caráter conservador, que possuem como eixo dos textos, aspectos descritivos técnicos e que evitam ou minimizam análises críticas, acerca dos prejuízos socioambientais, por exemplo. De outra parte, há uma significativa produção fundamentada na perspectiva crítica de cariz ambientalista. A partir das leituras de parte das produções encontradas, pinçamos algumas contribuições de vários autores para formular um resumo que atenda aos objetivos da pesquisa.

De acordo com as análises apresentadas por Gomes e Vieira (2009), é possível demarcar algumas etapas do financiamento privado e estatal, em uma trajetória que atravessa a história do setor elétrico no Brasil desde o século XIX até o século XXI.

Quadro 1 - Origem do capital investido no setor elétrico (1880-2002)

Ano	Principal disponibilidade de recursos	Quem aplica os recursos	Principais reflexos no setor elétrico	Modelo
1880-1930	Há recursos disponíveis no exterior para investir	Empresas estrangeiras investem muito no setor.	Não há falta de energia.	Monopólio privado
1931-1945	Cessam os recursos externos e não existem capitais nacionais.	Praticamente nenhuma entidade investe	A partir de 1937, por falta de investimentos, começa o racionamento de energia.	Privado
1946-1962	Fundos setoriais e de empréstimo do Banco Mundial.	União e estados	Os recursos aplicados são insuficientes para suprir a demanda de energia.	Privado
1963-1979	Recursos externos, novos fundos setoriais e aumento da tarifa.	A União, por meio da Eletrobrás, e os estados	Cessam os racionamentos	Monopólio estatal
1980-1992	Os recursos externos são suspensos e os recursos internos diminuem significativamente.	O sistema Eletrobrás e os estados	Não houve racionamento porque novas usinas de geração, cuja construção foi iniciada anteriormente, entraram em operação.	Monopólio estatal
1993-2002	Alguns recursos de empresas estaduais privatizadas.	Empresas privatizadas	O governo federal não investe no setor. Em 2001, há racionamento de energia.	Híbrido

Fonte: Gomes e Vieira (2009). Elaborado pelos autores.

Iniciando a contextualização histórica resumida do setor, destacamos que na primeira fase a energia elétrica é trazida ao Brasil e de acordo com os primeiros registros na história da eletricidade no Brasil, no século XIX, durante o Império, D. Pedro II, no ano de 1879, autorizou Thomas Edson a introduzir no país os aparelhos e técnicas para

iluminação pública a partir da eletricidade². No ano de 1883 foi inaugurada a primeira usina hidrelétrica do Brasil, localizada no Ribeirão do Inferno, afluente do Rio Jequitinhonha, no município de Diamantina, em Minas Gerais. O empreendimento foi construído com a finalidade de melhorar a exploração de diamantes por um proprietário de minas (FOSCHIERA, 2009).

Nesse período inicial da história da eletricidade no Brasil, D. Pedro II, entusiasta das modernas invenções, inaugurou na cidade de Campos (RJ), o primeiro serviço público municipal de iluminação elétrica do Brasil e da América Latina. Em 1889, ano em que foi proclamada a República Federativa do Brasil, entrou em operação a primeira usina hidrelétrica de maior porte no país, pertencente ao industrial Bernardo Mascarenhas, em Juiz de Fora (MG).

As companhias elétricas que inicialmente atenderam às necessidades da nascente indústria brasileira primária e dos serviços de iluminação pública, eram propriedades da iniciativa privada nacional e algumas poucas companhias eram públicas. Em 1887 várias iniciativas propagaram o fornecimento de energia elétrica, como o início da geração de energia na Usina Termelétrica Velha em Porto Alegre (RS) e a criação da Companhia de Força e Luz no Rio de Janeiro, destinada a fornecer iluminação a algumas áreas do centro da cidade, a partir da energia gerada em uma pequena usina termoelétrica (JANNUZZI, 2007). A partir do final do século XIX e na primeira metade do século XX entraram em cena algumas companhias do capital internacional. No ano de 1899, foi criada em Toronto (Canadá) a São Paulo *Tramway, Railway, Light and Power Company Limited*, empresa subsidiária da matriz canadense *Light*. A concessionária trazia enormes expectativas de atuação no Brasil, seus objetivos eram abrangentes, como demonstrado na citação a seguir:

[...] além da produção, utilização e venda de eletricidade gerada por qualquer tipo de fonte (hidráulica, mecânica, gás, vapor, pneumática), abrangendo também o estabelecimento de linhas férreas, telegráficas e telefônicas. A empresa pretendia controlar ainda bens móveis e imóveis, incluindo terras, lagos, açudes, rios, quedas e correntes d'água, necessários às suas atividades (PINHEIRO, 2006, p.9-10).

² Há várias fontes que tratam da história da eletricidade no Brasil, além das dissertações e teses disponíveis (PINHEIRO, 2006; JANNUZZI, 2007; FOSCHIERA, 2009, ALVES, 2014). Para consultas de caráter informativo, há vários sites que apresentam resumos, datas e eventos significativos, como o site <http://www.cemig.com.br/pt-br/a_cemig/Nossa_Historia/Paginas/historia_da_eletricidade_no_brasil.aspx>.

Nos anos de 1903 e 1904 foram criadas as primeiras leis - Lei nº 1.145 de 31 de dezembro de 1903 e Decreto nº 5.704, de 10 de dezembro de 1904 - que regulamentavam a geração, concessão e o aproveitamento hidráulico dos rios brasileiros para fins de serviços públicos e facultando o uso de excedentes em atividades privadas (ELETROBRÁS, 2006). Apesar de muitos analistas afirmarem que essas leis não tiveram eficácia, elas representam o marco inicial da regulamentação federal sobre eletricidade. O fato de se questionar a eficácia da legislação, contudo, é algo interessante, pois o Estado burguês cria margens para as ações do capital, invariavelmente, como veremos no decorrer da história do setor e principalmente ao discutir os conflitos socioambientais envolvendo a produção de eletricidade, e, em particular no caso da UHE Belo Monte.

Em 1904 a canadense *Light* expandiu sua área de atuação para o estado do Rio de Janeiro, com a criação da subsidiária *The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company Limited* e passou a fornecer energia elétrica para a maior parte dos serviços públicos urbanos, tais como o bonde, iluminação pública, gás canalizado e telefonia. No ano de 1911, a terceira subsidiária da *Light* adquiriu a Empresa de Eletricidade de Sorocaba. Denominada de São Paulo *Electric Company Limited*, ela recebeu a concessão para construir a Usina Hidrelétrica de Itupararanga, inaugurada em 1914. No início da segunda década do século XX (1911-1920), as três subsidiárias da *Light* no Brasil foram reunidas numa Holding denominada *Brazilian Traction, Light and Power Co. Ltda* (FOSCHIERA, 2009).

Segundo Pinheiro (2006), na primeira década do século XX, entraram em operação 77 pequenas centrais elétricas e, conforme o recenseamento, em 1920 estavam em atuação 343 usinas hidrelétricas, contudo, merece registro a voracidade da empresa canadense *Light* no período, que não se limitando às atividades de geração e distribuição de energia elétrica, avançava para outros setores estruturais da economia brasileira, como os transportes movidos a eletricidade e a distribuição de água em São Paulo.

Anteriormente à chegada da *Light* em São Paulo, o transporte público era de responsabilidade da Companhia Viação Paulista, cujos bondes de tração animal cruzavam as principais ruas da cidade. A geração e distribuição de energia elétrica estavam a cargo da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, que produzia energia numa pequena usina a vapor, localizada no centro da capital. Ambas eram controladas por capitais nacionais. Logo a *Light* entrou em conflito com as duas empresas. Dispondo de recursos técnicos e financeiros de monta, a

empresa canadense tinha a possibilidade de eliminar ou absorver os concorrentes. Em pouco mais de um ano, a Light havia comprado a Viação Paulista e detinha controle acionário da Companhia Água e Luz. *Com a garantia do monopólio dos serviços de bondes elétricos e fornecimento de energia, a empresa desfrutou das vantagens oferecidas pelo rápido crescimento urbano de São Paulo, o que se refletiu no ritmo de construção de novas usinas e no consequente aumento de sua capacidade geradora nas duas primeiras décadas do Século XX.* (PINHEIRO, 2006, p. 19. Grifos nossos).

Existia no país, até 1920, um conjunto amplo e heterogêneo de pequenas usinas térmicas e hidrelétricas, pertencentes a empresas de caráter local que atendiam, no mais das vezes, ao consumo de um único município; instalações autoprodutoras de estabelecimentos industriais; pequenas unidades de consumo doméstico em áreas agrícolas. Segundo Pinheiro (2006), os proprietários das usinas concentravam a maior parte de seus investimentos na exploração de recursos hídricos, salvo nos estados onde o potencial hidráulico era modesto ou de aproveitamento tecnicamente difícil e economicamente oneroso, optava-se pela geração térmica. Entre os anos de 1901 e 1910, 77 unidades geradoras entraram em operação, na década seguinte foram mais 164. Em 1920, 343 usinas estavam em operação no país e a potência instalada era da ordem de 350.000 KW. A partir da década de 1920 houve um aumento significativo nos investimentos no setor e um processo de desnacionalização bastante agressivo. A capacidade instalada duplicou. Segundo censo realizado em 1920, a energia elétrica respondia por 47% da força motriz utilizada pela indústria, percentual dez vezes maior do que o registrado em 1907.

Em 1927 a *American & Foreign Power Company* (AMFORP), empresa do grupo norte-americano *Electric Bond & Share Corporation*, ingressou no país e adquiriu várias empresas de pequeno porte no interior dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Fora criada em 1923, com o objetivo de agilizar os negócios da *Bond & Share* no exterior e concretizar a aquisição de propriedades para a empresa fora dos Estados Unidos (PINHEIRO, 2006; JANNUZZI, 2007). A partir de sua atuação, se observou uma profunda alteração nos regimes de propriedade e funcionamento das empresas do setor. Até o ano de 1930 a predominância do capital estrangeiro no setor elétrico era majoritária.

Período 1930-1945

No ano de 1930, os reflexos da crise capitalista mundial de 1929 repercutiam fortemente no Brasil, o setor de exportação cafeeira foi duramente abalado e os conflitos políticos internos em torno da sucessão presidencial colocaram então vários estados da federação em conflito, culminando com a chamada “Revolução de 1930”. Após o candidato presidencial Getúlio Vargas, da Frente Opositorista, ser derrotado nas urnas, os estados que o apoiaram, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, declararam luta armada contra os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Amplamente apoiada por organizações civis e militares, a Frente Opositorista garantiu a assunção de Getúlio Vargas ao governo.

Evidencia-se no quadro 1, que para cada período com baixo investimento no setor, independente da origem pública ou privada, sobrevém uma crise. Observamos que no período entre os anos de 1931 até 1945, Gomes e Vieira (2009) detectam uma fase sem investimentos e uma consequente crise no setor. Convém lembrar que esta época foi marcada pela emergência da regulamentação estatal para o setor, até então inexistente. Durante seu governo, Vargas promoveu amplas e profundas mudanças no país, pondo fim a estrutura descentralizada da Velha República. O regime que foi instalado promoveu extensa reforma institucional visando à centralização político-administrativa do país e o fortalecimento do poder de intervenção do Estado em diferentes planos da vida social, inclusive no econômico. A depressão dos anos 1930 fez entrar em colapso o modelo baseado na economia agroexportadora, obrigando a economia nacional a buscar novas alternativas. Tal situação justificou e estimulou o planejamento e desenvolvimento de um modelo de desenvolvimento econômico baseado na industrialização, em substituição ao modelo de economia exportadora de bens primários. Nesse contexto, o setor elétrico passou a ser estratégico para o Estado, que adotou várias medidas para ajustar a indústria de energia elétrica ao seu planejamento. Pinheiro (2006, p. 27) destaca que,

A reordenação institucional teve início em 15 de setembro de 1931, com a suspensão de todos os atos de alienação, oneração, promessa ou começo de transferência de qualquer curso perene ou queda d’água. Estava sendo dado o primeiro passo para a afirmação da União como poder concedente em matéria de energia elétrica. A medida explicitava a promulgação próxima do Código de Águas e a necessidade de se evitar operações que pudessem vir a dificultar a aplicação das novas leis ou a salvaguarda dos interesses do país. Proibindo a aquisição de novas empresas geradoras de eletricidade e respectivas concessões de aproveitamento de quedas d’água, a medida tendia a refrear o processo de concentração do Setor Elétrico ocorrido nos anos 1920, comandado pelos grupos Light e AMFORP (PINHEIRO, 2006, p. 27).

O ato assinado em 1931, que proibia aquisição ou concessão de aproveitamento sobre cursos ou quedas d'águas pelo capital privado, foi seguido pela criação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em 1933, ligado ao Ministério da Agricultura, que passou a gerenciar as atividades ligadas à exploração de energia hidráulica, irrigação, concessões e legislações de águas. Outra ação importante foi a extinção da Cláusula Ouro³ no setor elétrico, em 1933, medida bastante ampla, mas de particular efeito sobre os serviços de energia elétrica, posto que a cláusula-ouro prevaleceu como mecanismo básico para fixação de tarifas desde a assinatura do primeiro contrato com a São Paulo *Light*.

Em 1934, a promulgação do Código de Águas atribuía ao Estado o poder de autorizar ou conceder o aproveitamento de energia hidráulica, apresentando a divisão de poder entre União, estados e municípios vinculado geograficamente à jurisdição do curso d'água. O código redirecionava a competência dos estados, cujas ações foram condicionadas à criação de um serviço técnico e administrativo, cuja organização deveria ser aprovada pelo governo federal, que passou a centralizar o planejamento e as ações do setor (PINHEIRO, 2006; FOSCHIERA, 2009). A intervenção do Estado na vida econômica do país ganhou dimensões mais amplas durante a ditadura Vargas (1937-1945). Com o golpe de novembro de 1937, Vargas instituiu um regime autoritário e fortemente centralizador. A Constituição outorgada, influenciada pelo fascismo europeu, confirmava a autoridade suprema do presidente que poderia suprimir os partidos políticos e dissolver o Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais.

Durante a ditadura Vargas houve a criação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), em 1939, com a função de estudar, opinar e propor ao Governo Federal temas e medidas relacionadas ao assunto. Assim, as questões relativas à organização e ao desenvolvimento do setor de energia elétrica saíram da responsabilidade do Serviço de Águas do Ministério da Agricultura e a política energética passou a ser diretamente subordinada à Presidência da República. O CNAEE foi concebido por uma equipe de técnicos do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) – principal formulador de políticas públicas durante o Estado Novo – e encarregado de manter

³ A Cláusula Ouro era um dispositivo constitucional que permitia que as empresas recebessem em ouro parte de suas receitas auferidas por atividades no setor elétrico brasileiro, de modo a excluir ou limitar, em seus efeitos, a moeda nacional. Foi tornada nula pelo Decreto nº 23.501, de 27 de novembro de 1933.

estatísticas, organizar os planos de interligação de usinas e sistemas elétricos, regulamentar o Código de Águas, examinar todas as questões tributárias referentes à indústria de energia elétrica e resolver, em última instância, as discordâncias entre a administração pública e as concessionárias (JANNUZZI, 2007). Na época, a disponibilidade energética tendia a diminuir consoante o crescimento econômico do país e o consequente aumento do consumo de energia elétrica para as diversas finalidades – industrial, residencial e iluminação pública. Com a crise que se esboçava, através do Decreto-Lei nº 345/39, o governo federal encarregou o CNAEE de administrar o suprimento de energia elétrica em todo o país. A despeito dos esforços de interligação dos sistemas elétricos empreendidos pelo órgão, a crise tornava-se cada vez mais preocupante, o que acabou por determinar a adoção de medidas de racionamento, em 1942, e a pensar em medidas mais efetivas de planejamento (PINHEIRO, 2006; JANNUZZI, 2007; FOSCHIERA, 2009).

Ao criar instrumentos de controle do território, incluindo água e subsolo, o Estado inicia uma intervenção sistemática, mas as primeiras ações de maior intervenção do poder público nessas áreas se deram no âmbito dos estados ou regiões, sem que houvesse ainda uma planificação centralizada (PINHEIRO, 2006; FOSCHIERA, 2009). Destacam-se no período as ações desenvolvidas pelos governos dos estados do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de grupos da região Nordeste. No estado do Rio Grande do Sul, em 1943, foi criada a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), com o objetivo de suprir as demandas de energia que se colocavam no estado. Uma das ações colocadas em prática foi a transferência das concessões municipais para o domínio estadual, interligando as centrais elétricas.

A ação do Estado no setor de energia, nesse caso nas fontes hidráulicas, deveria eliminar o lucro suplementar que vinha sendo acumulado pelas empresas estrangeiras, que dominavam o setor até a década de 1930 e transferir aos grandes consumidores, principalmente para os investidores da indústria nacional, por meio de preços mais reduzidos de energia, pois a tarifa da eletricidade passaria ter o “seu preço determinado pelo custo da produção própria – hidrelétricas - mais uma taxa correspondente ao lucro médio do capital sobre os investimentos realizados” (GONÇALVES JUNIOR, 2007, p.208; FOSCHIERA, 2009, p. 95).

As mudanças no setor energético, onde o Estado se fez cada vez mais determinante, são entendidas como parte de uma estratégia criada pela burguesia industrial nacional, que buscava formas de reduzir seus custos de produção para ampliar seus lucros. O aumento no

consumo de energia pelas indústrias e pelos consumidores residenciais, somado à suspensão dos investimentos do capital privado no setor elétrico, eram indicativos de uma crise a médio prazo na geração e fornecimento. Percebe-se que no jogo entre o Estado capitalista e os interesses do capital, a energia elétrica já representava um bom negócio.

O período pós-guerras (1945-1962)

No período pós-guerras mundiais, o Brasil, diante da diminuição das restrições comerciais, vivenciava uma disputa interna na qual se debatia qual deveria ser o papel do Estado na organização e execução das políticas voltadas ao sistema produtivo brasileiro e qual deveria ser o papel da iniciativa privada, nacional e estrangeira, com vistas ao período de reconstrução das economias mundiais.

A disputa se polarizava entre os liberais, que defendiam o Estado não-intervencionista e a livre circulação de capital para investimento na indústria independentemente de sua origem, uma suposta vocação essencialmente agrícola do Brasil e eram contrários ao incentivo estatal à indústria nacional. No outro polo, os desenvolvimentistas preconizavam a defesa pela constituição de uma industrialização nacional que substituísse as importações, defendiam a forte intervenção do Estado na economia, tanto nos setores de infraestrutura quanto naqueles em que o capital privado não tivesse condições ou interesse de atuar. Além da contenda entre os pensamentos liberal, favoráveis à livre circulação do capital estrangeiro na indústria nacional *versus* o pensamento nacional-desenvolvimentista, que defendia o fortalecimento da industrialização interna, amparada pelo Estado, temos outras variáveis importantes, como a que trata da origem do capital determinante para o desenvolvimento do setor elétrico no decorrer da história. Em análise realizada por Pinheiro (2006), a disputa no setor se dava entre privatistas e nacionalistas. Os primeiros defendiam o setor elétrico como campo de atividade das empresas privadas, criticando as regras tarifárias e de controle do uso dos recursos naturais, como o Código de Águas. O segundo grupo atacava os privilégios monopolistas das empresas *Light* e *Amporff*, criticava a qualidade dos serviços oferecidos aos consumidores pelas empresas privadas e as responsabilizava pela política de baixos investimentos na expansão e melhorias na geração e abastecimento de energia. Ademais, defendia a intervenção estatal e o Código de Águas.

No ano de 1945, fora bastante significativa a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), que embora somente em 1948 viesse a se constituir efetivamente, foi a primeira empresa voltada à geração de energia elétrica organizada pelo governo federal. O anteprojeto de uma organização para realizar o aproveitamento de energia hidráulica no rio São Francisco foi apresentado ao governo federal em 1944, sendo autorizada sua construção em outubro de 1945 (PINHEIRO, 2006). A criação da CHESF representou um marco para o setor elétrico do país, pois além de destacar o início da fase em que o Estado passa a ser construtor de usinas hidrelétricas, essas passam também a apresentar grande porte. A partir daí se inaugurou a tendência de separação entre a geração de energia elétrica, que passou a ficar sob responsabilidade do governo federal, e a distribuição, atribuída aos governos estaduais.

A disputa entre as duas correntes, liberal e nacional desenvolvimentista, com suas respectivas visões de desenvolvimento, se estendeu durante os governos de Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, mesclando ora a preponderância de uma e ora da outra visão. É importante destacar o teor de algumas disputas ocorridas durante a Assembleia Nacional Constituinte, eleita em dezembro de 1945, na mesma eleição que tornou Dutra presidente. Na constituinte, as discussões acerca do Setor elétrico ficaram bastante polarizadas entre os liberais, que defendiam a presença e interesses do capital estrangeiro, confrontando os parlamentares “nacionalistas”. O debate em torno dos critérios para o cálculo das tarifas confrontava as visões dos nacionalistas, que defendiam o critério do “custo histórico”, segundo o qual o cálculo deveria ter como referencial o valor original do capital efetivamente investido nas instalações, menos a depreciação. Segundo esses, as empresas prestadoras de serviços de utilidade pública não poderiam agir como qualquer empresa privada que atua ao sabor das regras do mercado. Já os privatistas propunham a chamada “justa remuneração do capital”, a qual atuaria como elemento de estímulo aos investimentos do capital externo no Setor e em outros serviços públicos, e teria como consequência expansão e melhoramentos (PINHEIRO, 2006).

Durante o governo Dutra prevaleceu a visão liberal no setor elétrico, que como seu principal feito lançou o primeiro Plano Nacional de Eletrificação, em 1946. O plano,

[...] privilegiava a criação de setores interligados regionais. [...] O modelo adotado na Inglaterra durante a década de 30 era citado como exemplo. Nesse sentido, para a estruturação de um plano nacional, o país deveria ser dividido em regiões autossuficientes em recursos energéticos. [...]. Ao

invés da construção de grandes centrais elétricas, o plano privilegiava a construção de usinas de porte médio e pequeno. E a atuação do Estado deveria se limitar ao remanejamento das leis e do sistema de fiscalização e a função de agente coordenador do programa de racionalização dos serviços. [...] o Estado deveria agir supletivamente a iniciativa privada (CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, *apud* SILVA, 2001).

As tentativas de planificação da economia brasileira incluíram nesse período o Plano Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (Plano SALTE), de 1947, que reuniu contribuições de várias áreas do governo federal, sob a coordenação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP). O plano era uma tentativa de coordenar os gastos públicos mediante um programa plurianual de investimentos. No campo da energia elétrica, uma de suas prioridades, ele recomendava elevar a capacidade instalada do país de 1.500 para 2.800 MW em seis anos. Os recursos para sua execução seriam provenientes do erário federal e de empréstimos externos. O plano foi parcialmente cumprido e, em 1952, viu-se praticamente encerrado. A aparente autonomia nacional nas tentativas de planificação não eram, contudo, as únicas alternativas no período. Paralelamente à tramitação do Plano Salte no Congresso Nacional (1948-50), formou-se a Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, que era uma missão de cooperação econômica entre o Brasil e os Estados Unidos (Missão ABBINK). Embora corroborasse os objetivos do Plano Salte, reafirmava a necessidade de desenvolver o setor elétrico com base em poupança privada, mantendo o Estado na posição de regulador e fiscalizador das concessões. Propunha, ainda, a criação tanto de um fundo de recursos específicos quanto de um banco para geri-lo. Mais uma vez, cogitava-se a ideia de um banco de desenvolvimento. Mas as proposições da Missão *Abbink*, assim como as de planos e missões anteriores, pouco avançaram. A década de 1950 é considerada como um período de mudanças significativas na industrialização brasileira, principalmente porque até então, a indústria nacional (produção de bens perecíveis e semiduráveis de consumo) se desenvolvera substituindo importações em resposta a restrições externas, causadas principalmente pelas guerras. Havia um entendimento de que a continuidade da expansão industrial deveria centrar-se de forma autônoma no mercado interno. Observou-se nesse período uma gradual perda de importância do setor tradicional de produção de bens de consumo não duráveis – como as indústrias de alimentos e têxtil – e uma formação e rápido crescimento de setores de bens de consumo duráveis – como as indústrias de eletrodomésticos – e de bens de capital e insumos básicos – como as indústrias de aço,

cimento, produtos químicos, pesados equipamentos elétricos (PINHEIRO, 2006). Paralelo a isso se observou um acelerado processo de urbanização consequente da industrialização e uma ampla difusão de bens de consumo duráveis, como os eletrodomésticos em geral. Desse modo, o novo estágio dependia de mudanças estruturais que viabilizassem a implantação da indústria pesada, da indústria de bens intermediários e da indústria de bens de capital. O balanço energético, que até então apresentava-se superavitário, passou a apresentar um *déficit* cada vez maior em relação ao consumo. Uma crise energética de grandes proporções exigiu a recorrente adoção de políticas de racionamento, com sérios problemas para o conjunto da economia e para os consumidores individuais. Essas dificuldades estenderam-se por toda a década de 1950, com efeitos particularmente graves no Sudeste, prolongando-se até os primeiros anos da década seguinte (PINHEIRO, 2006; JANNUZZI, 2007; FOSCHIERA, 2009).

A volta de Getúlio Vargas à presidência da República, em janeiro de 1951, significou uma reorientação da política econômico-financeira. Vargas conferiu à industrialização papel fundamental na promoção do desenvolvimento. Em linhas gerais, sua política de desenvolvimento baseava-se no aumento da produção de bens de consumo, no alargamento do mercado interno, no aumento da renda nacional e na maior intervenção do Estado na economia, principalmente em energia, transporte e indústria de base. Porém, ao reconhecer a inserção do país no contexto econômico mundial, Vargas admitia a necessidade de contar com a participação do capital e da tecnologia estrangeiros, através da importação de máquinas e outros produtos básicos (PINHEIRO, 2006; FOSCHIERA, 2009). Havia um recíproco interesse do governo brasileiro por uma articulação com os norte-americanos nesse novo estágio do desenvolvimento econômico.

Refletindo a heterogeneidade das forças que o constituíam, o segundo mandato do governo Vargas adotou uma política econômica de duas frentes. Por um lado nacionalista e estatista, por outro, frente à carência de recursos internos, receptiva ao capital estrangeiro. O governo Vargas, em 1951, negociou com Washington a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos Para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU), composta de técnicos, políticos e empresários dos dois países. Os estudos promovidos pela CMBEU diagnosticaram a presença de desequilíbrios estruturais na economia brasileira, sobretudo em setores estratégicos, como, por exemplo, o transporte e a energia. Superar tais pontos de estrangulamento era crucial para a continuidade do processo de crescimento industrial, com os interesses nacionais atrelados aos norte-americanos. Ainda em 1951, o governo

brasileiro negociou um acordo de cooperação financeira com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Banco de Exportação e Importação (Eximbank) para financiarem, em moeda estrangeira, as importações de máquinas e equipamentos necessários aos projetos de desenvolvimento sugeridos pela CMBEU. A contrapartida do acordo foi a criação, naquele ano, do Programa de Reaparelhamento Econômico (Lei 1.474, de 26 de novembro de 1951). Os recursos para esse programa provinham do Fundo de Reaparelhamento Econômico (FRE), formado com recursos fiscais captados por um empréstimo compulsório dos contribuintes do Imposto de Renda e por empréstimos contraídos no exterior. Tendo a incumbência de administrar os recursos do FRE, foi criado em 1952 o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE, mais tarde renomeado como BNDES), autarquia subordinada ao Ministério da Fazenda (Lei 1.628, de 20 de junho de 1952). (GOMES, ALBARCA, FARIA e FERNANDES, 2012).

O órgão responsável pela ênfase nacionalista da política econômica governamental no segundo mandato de Vargas foi a Assessoria Econômica do Gabinete Civil da Presidência da República, formada em fevereiro de 1951. A Assessoria tinha por tarefa elaborar projetos para a política nacional de energia, incluindo petróleo, carvão e energia elétrica, e fazer um balanço econômico do país e do governo anterior. Inicialmente voltada para os setores petrolífero e carbonífero, no mesmo ano de sua criação, a Assessoria Econômica apresentou ao Legislativo dois projetos referentes a essas temáticas: o Plano do Carvão Nacional e o projeto de Criação da Petrobrás, que estabelecia o monopólio estatal. Ambos foram aprovados em 1953.

O processo de estatização, que era constituinte da estratégia de integração nacional, foi materializado em um Setor Elétrico que se idealizava integrado e regionalizado. No segmento estatal, a expansão do Setor foi marcada pela criação de grandes empresas estaduais e federais, culminando com a criação da *holding* Eletrobrás, em 1962. A produção de energia passou a ter nova configuração, na qual foi, em certa medida, consolidada uma divisão de encargos entre a empresa pública e a empresa privada. Enquanto a empresa pública ocupava-se primordialmente da expansão do parque gerador, as empresas privadas, nacionais e estrangeiras, empregaram a maior parte de seus investimentos na área de distribuição de energia elétrica.

Tendo por modelo as orientações da lei de criação da Petrobrás, a Eletrobrás foi concebida como uma empresa pública de âmbito nacional, com seu capital inicial

totalmente subscrito pela União. A estatal tinha por encargo fundamental a execução dos empreendimentos previstos no Plano Nacional de Eletrificação, de responsabilidade de governo federal. Assim passava a ser atribuição da Eletrobrás a realização de estudos e projetos, a construção e operação de usinas e linhas de transmissão e a implantação da indústria de material elétrico, em associação ou não com o capital privado, nacional ou estrangeiro (PINHEIRO, 2006; FOSCHIERA, 2009). De acordo com Pinheiro (2006), partir das décadas de 1960 e 1970, foi sendo superado o caráter regional do planejamento no setor elétrico brasileiro em prol de um modelo centralizado e de abrangência nacional. A primeira grande interconexão do sistema integrado se deu com a inauguração da hidrelétrica de Furnas (1963), no Rio Grande, na divisa de São Paulo e Minas Gerais, que integrou os sistemas desses dois estados e o do Rio de Janeiro. No final da década de 1960, fez-se a interconexão dos sistemas elétricos do Sudeste/Sul (FOSCHIERA, 2009).

No ano de 1962 quando foi criada a *holding* Eletrobrás, ela contava com seis empresas subsidiárias, sendo quatro delas as empresas federais, que gerenciavam regionalmente o sistema, a saber, Furnas Centrais Elétricas S.A.(FURNAS), com atuação nas regiões Sudeste e Centro-Oeste; Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL), com atuação na região Sul; Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF), que atuava na região Nordeste; Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE), atuante na região Norte. Somavam-se a estas, duas empresas distribuidoras, *Light* e *Excelsa*, atuantes no Rio de Janeiro e Espírito Santo respectivamente. Além de controlar as subsidiárias, a Eletrobrás era acionista das empresas estaduais. A política de energia elétrica passa a ser planejada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e executada pela Eletrobrás. O DNAEE exerce o papel de órgão normativo e fiscalizador, sendo o responsável direto pela outorga de concessões de aproveitamentos hidrelétricos e prestação de serviços. Os demais integrantes do Setor, empresas controladas da Eletrobrás, eram as empresas estaduais e municipais, as empresas privadas e os autoprodutores, que passaram a agir em consonância com as diretrizes federais em suas tarefas de produzir, transmitir e distribuir energia elétrica (PINHEIRO, 2006). Totalizavam 60 empresas concessionárias de energia elétrica, dentre as quais 6 eram federais, 27 estaduais e 27 privadas, sob a coordenação da Eletrobrás.

Golpe militar e repercussões no setor elétrico

O Setor Elétrico brasileiro apresentou um extenso período de crescimento no pós-guerra, com destaque para o final dos anos de 1960 e durante a década de 1970, resultando na constituição de um setor sofisticado, centralizado no que concerne ao planejamento da

operação e do aporte de recursos para investimentos, eficiente, segundo a política vigente, e de dimensões continentais. De acordo com o que destaca Rosa (ROSA et al, 1998 *apud* PINHEIRO, 2006), vários fatores foram determinantes para a geração desse contexto favorável, dentre os quais podem ser citados: i) disponibilidade de crédito internacional a juros relativamente baixos; ii) instrumentos tributários de financiamento setorial, como o Imposto Único de Energia Elétrica (IUEE) e o Empréstimo Compulsório (EC); iii) política tarifária favorável às empresas concessionárias; iv) crescente ampliação da demanda, resultado do crescimento industrial e da rápida urbanização; e v) disponibilidade de recursos hidrelétricos de baixo custo e próximos aos centros de carga.

O cenário favorável permitiu aos militares o planejamento e a realização de grandes projetos no setor elétrico, inclusive a investida na Amazônia, que passa a ser considerada estratégica para geração de energia a partir do aproveitamento hidráulico (PINTO, 2005).

O capital, ao demandar um planejamento operacionalizado pelo Estado, explicita sua tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital.

Um episódio curioso ocorreu em maio de 1959, quando o governo do estado do Rio Grande do Sul decretou a encampação da Companhia de Energia Elétrica Riograndense, subsidiária da AMFORP, pelo valor simbólico de um cruzeiro. Até 1963 mais duas empresas subsidiárias da AMFORP haviam sido encampadas por governos estaduais. Para mediar os conflitos entre os estados brasileiros e as empresas estrangeiras, foi criada em maio de 1962, a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (CONESP). A comissão tinha por objetivo indicar ao Poder Executivo os serviços que deveriam passar ao regime de exploração direta, negociar as condições e a forma de reembolso ou indenização aos acionistas e fixar as normas a serem seguidas no tratamento do patrimônio e dos ativos das empresas a serem nacionalizadas (PINHEIRO, 2006). Em abril do ano de 1963, o grupo norte-americano AMFORP e o governo brasileiro anunciaram um acordo que previa a compra dos bens do grupo no Brasil, pelo valor de US\$ 135 milhões. Porém, o presidente João Goulart determinou a suspensão das negociações e instituiu uma comissão de técnicos brasileiros para fazer o tombamento patrimonial e contábil das propriedades da AMFORP no país.

Somente após a deflagração do golpe militar de 1964, o governo federal criou uma comissão interministerial, sob a coordenação da Eletrobrás e com a participação dos ministros da Fazenda, do Planejamento e das Relações Exteriores, que finalizou as

negociações para aquisição das concessionárias estrangeiras controladas pelo grupo AMFORP. Em 14 de outubro de 1964, foi assinada a Lei 4.428 que regulamentava a compra. No mês seguinte, foi assinado em Washington um tratado no valor de US\$ 135 milhões, mediante o qual o Brasil adquiria as empresas da AMFORP. A partir do curioso caso da compra da AMFORP, que trouxe tensão às relações entre Brasil e EUA, encerrado pelo governo militar em 1964, se apercebe o zelo do governo da ditadura militar para com os interesses norte-americanos.

Em 1967, durante o governo do presidente de Costa e Silva, modificações ministeriais alteraram o quadro da administração do setor de energia, modificando a estrutura da Eletrobrás. No mesmo ano foram agrupadas as atividades de engenharia e planejamento, redundando na Diretoria de Planejamento e Engenharia, de quem ficavam a cargo as questões relativas ao meio ambiente. As diretorias financeira e de investimentos foram novamente agrupadas, formando a Diretoria Econômico-Financeira. Foram criadas também as Diretorias de Gestão Empresarial e a de Coordenação. Para assessorar a Presidência foram criadas uma Consultoria Jurídica, uma Secretaria Geral e uma Assessoria de Relações Públicas. Em 1968, a Diretoria de Administração foi extinta e em seu lugar foi criada a Diretoria de Integração Regional. Em 1976, a Diretoria de Gestão Empresarial foi suprimida e foi criada a Diretoria de Operação de Sistemas. No mesmo ano, foi instituída a Coordenação Geral da Presidência, que além de prestar assessoria direta ao presidente, coordenava a execução do Orçamento Plurianual de Investimentos do Setor Elétrico. No âmbito da Coordenação Geral da Presidência foi criado o Sistema de Informações Estatísticas do Setor de Energia Elétrica (SIESE) (JANNUZZI, 2007).

No ano de 1979, com a posse do presidente João Figueiredo, a Eletrobrás empreendeu uma redistribuição de encargos entre suas diretorias. A Diretoria Econômico-Financeira assumiu as atividades de coordenação da elaboração do Orçamento Plurianual de Energia (OPE), a Diretoria de Coordenação incorporou a Diretoria de Integração Regional, e parte das atribuições da primeira foram incorporadas às Diretorias de Planejamento e Engenharia e de Operação de Sistemas.

Mudanças significativas ocorreram novamente no ano de 1986, a partir da criação da Assessoria da Presidência para Preservação da Memória do Setor de Energia Elétrica (ASPR), com a posterior instituição do Centro de Memória da Eletricidade no Brasil – Memória da Eletricidade. A ASPR passou por alterações em suas atribuições, voltando-se para o atendimento direto do Centro de Memória.

O planejamento em um sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 1987). Oliveira, ao discutir planejamento, capitalismo e regionalização da economia, cita uma fala de Paul Baran, que em 1963 afirmara que “não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento”. De acordo com essas premissas é que analisamos o avanço do planejamento sobre a Amazônia, especificamente no concernente ao estado do Pará, que se desenvolve baseado em uma retórica protecionista em relação ao território, permeado por negociações obscuras com o capital estrangeiro, desenvolvidas principalmente durante o período da ditadura militar.

1.2 Apontamentos sobre o setor elétrico no Pará

Até meados da década de 1940, o estado do Pará dispunha de uma escassa rede de energia elétrica, gerada em maquinário movido a diesel, com funcionamento bastante precário. O serviço era realizado por equipamentos remanescentes de concessionárias inglesas, que cessaram os investimentos no estado, ao longo do tempo. Com a herança sucateada, a empresa denominada *Pará Elétric* oferecia péssimos serviços à população, de tal forma que foi apelidada de Parálitica (PINTO, 2005). O consumo era reprimido e nenhuma indústria se instalava na região diante de tal escassez no fornecimento.

Na década de 1960, o governo do Pará criou a Comissão Estadual de Energia, e em seguida a companhia estatal Centrais Elétricas do Pará (CELPA). Incumbida de prover a geração de energia para o estado, a Celpa começou a considerar o potencial hidrelétrico do Pará, tendo como um de seus primeiros alvos potenciais o rio Tocantins, pelas condições apresentadas no trecho da Cachoeira Itaboca, localizada a 300 km a sudoeste de Belém. As previsões dos técnicos da época é que uma hidrelétrica ali instalada geraria 20 vezes mais energia que o total consumido na época em toda a Amazônia, aproximadamente 1,2 mil megawatts (idem).

Na década seguinte, após a crise do petróleo, em plena ditadura militar, foi criada a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE), no dia 20 de junho de 1973. Parte da estratégia integracionista e desenvolvimentista dos militares foi uma das ações do “Planejamento Regional” (1930-1985), que de acordo com Becker (2009, p. 23-24), se insere nas ações da fase da Produção do Espaço Estatal. Apoiando sua análise no

pensamento de Lefebvre (1978), Becker define a produção do espaço pelo Estado, passando primeiramente pela construção do território, que é o seu fundamento concreto. A partir do território o Estado passa então a produzir o espaço político, seu espaço por excelência, a partir do qual passa a exercer o controle social, usando seus atributos normativos e hierárquicos. Para Becker (2009), somente no período de 1966 a 1985 é que se iniciou de forma efetiva o planejamento regional, que consistia em acelerar o processo de ocupação da Amazônia com forte intervenção do Estado na economia e no território, como forma de expandir a fronteira em atendimento as demandas do mercado externo.

Antes de abordarmos em detalhe o panorama atual da produção hidrelétrica no Pará e o caso da UHE de Belo Monte, convém apresentarmos alguns dados e informações importantes para a compreensão do cenário atual do setor no Brasil.

Conquanto América do Sul e Central respondessem, em 2012, por apenas 15% da capacidade produtiva instalada de geração de energia hidrelétrica no mundo, atrás de Ásia e Oceania (39%), Europa (17,7%) e América do Norte, o Brasil era o segundo país nesse quesito, superado apenas pela China (Tabela 1).

Tabela 1 – Países com maior capacidade instalada de geração hidrelétrica (em GW) em 2012

	2008	2009	2010	2011	2012	Part. % (2012)
China	171,5	196,8	219,0	231,0	249,0	25,4
Brasil*	77,5	78,6	80,7	82,5	84,3	8,6
Estados Unidos	77,9	78,5	78,8	78,7	78,7	8,0
Canadá	74,2	74,5	74,9	75,2	75,4	7,7
Rússia	47,1	47,3	47,4	47,3	47,4	4,8
Índia	39,3	39,6	40,6	42,4	42,8	4,4
Noruega	28,1	28,2	28,4	28,6	28,6	2,9
Japão	21,9	21,8	22,4	22,1	22,2	2,3
Turquia	13,8	14,6	15,8	17,1	19,6	2,0
França	18,1	18,2	18,3	18,4	18,4	1,9
Outros	283,9	290,1	295,5	306,1	312,7	31,9
Mundo	853,4	888,2	921,9	949,4	979,1	100

*Inclui a parte nacional de Itaipú. Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA) *apud* Brasil; Ministério de Minas e Energia (2016). Modificado pela autora.

Em 2015, a Região Sudeste detinha a maior parte da capacidade produtiva instalada de geração de energia elétrica (31,3%) no Brasil, sucedida pelas Regiões Sul (22,1%), Nordeste (19,1), Norte (15,3) e Centro-Oeste (12,3) (Tabela 2).

Tabela 2 - Capacidade instalada (MW) de geração elétrica por região e unidade da federação no Brasil, em 2015

Região	Capacidade	Part. % (2015)
Norte	21.497	15,3
Rondônia	6.306	29,3
Acre	194	0,9
Amazonas	2.334	10,9
Roraima	122	0,6
Pará	9.253	43
Amapá	842	3,9
Tocantins	2.446	11,4
Nordeste	26.883	19,1
Maranhão	2.642	9,8
Piauí	685	2,5
Ceará	3.213	12,0
Rio Grande do Norte	2.880	10,7
Paraíba	641	2,4
Pernambuco	3.079	11,5
Alagoas	4.023	15,0
Sergipe	1.703	6,3
Bahia	8.016	29,8
Sudeste	44.112	31,3
São Paulo	19.493	44,2
Minas Gerais	14.792	33,5
Espirito Santo	1.558	3,5
Rio de Janeiro	8.269	18,7
Sul	31.098	22,1
Paraná	17.254	55,5
Santa Catarina	5.454	17,5
Rio Grande do Sul	8.390	27,0
Centro-Oeste	17.268	12,3
Mato Grosso do Sul	5.701	33,0
Mato Grosso	3.569	20,7
Goiás	7.944	46,0
Distrito Federal	53,3	0,3
Brasil	140.858	100

Fonte: Balanço Energético Nacional 2016 (*apud* BRASIL; MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2016). Modificado pela autora.

É importante observar que, atualmente, o estado do Pará possui a maior capacidade instalada no contexto da Região Norte, respondendo por 43% do total regional, e a quarta do Brasil, antecedido apenas por São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

O predomínio da fonte hidrelétrica (61,9%) na geração de energia elétrica é um aspecto importante da matriz energética brasileira a ser salientado (Tabela 3).

Tabela 3 - Geração elétrica (GWh) por fonte no Brasil, em 2015						
Fonte	2011	2012	2013	2014	2015	Part. % (2015)
Gás Natural	25.095	46.760	69.003	81.073	79.490	13,7
Hidráulica	428.333	415.342	390.992	373.439	359.743	61,9
Derivados de Petróleo	12.239	16.214	22.090	31.529	25.662	4,4
Carvão	6.485	8.422	14.801	18.385	19.096	3,3
Nuclear	15.659	16.038	15.450	15.378	14.734	2,5
Biomassa	31.633	34.662	39.679	44.987	47.394	8,2
Eólica	2.705	5.050	6.578	12.210	21.626	3,7
Outras	9.609	10.010	12.241	13.590	13.741	2,4
Total	531.758	552.498	570.835	590.542	581.486	100

Fonte: Balanço Energético Nacional 2016 (*apud* BRASIL; MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2016). Modificado pela autora.

Tal preponderância da hidreletricidade tende a ser ampliada, tendo em vista que as usinas hidrelétricas são, de longe, os empreendimentos em construção com maior potência outorgada, participando com 68% do total a ser acrescentado nos próximos anos (Tabela 4).

Tabela 4 - Empreendimentos do setor em construção no Brasil, em 2015			
Tipo de usina	Usinas	Potência Outorgada (MW)	Part. % (2015)
Usina Hidrelétrica	11	15.269	68
Central Eolielétrica	131	3.462	15,4
Usina Termelétrica	28	1.906	8,5
Usina Termonuclear	1	1.350	6,0
Pequena Central Hidrelétrica	41	465	2,1
Central Hidrelétrica	1	1	0,0
Total	213	22.453	100

Fonte: Brasil; Ministério de Minas e Energia (2016). Modificado pela autora.

1.2.1 Indústria mineral e usinas hidrelétricas na Amazônia

No Brasil, as primeiras descobertas de bauxita ocorreram em 1917, nos estudos realizados pela empresa americana Alcoa, em Mariana, Minas Gerais. Importantes depósitos de bauxita já eram conhecidos na Guiana Inglesa (atual República Cooperativa da Guiana), mas só na década de 1950 as multinacionais passaram a se interessar efetivamente pela exploração mineral na Amazônia. A primeira empresa, a Kaiser, limitou-se a vistoriar as margens do rio Amazonas próximas ao litoral do Pará e do Amapá. Até o final dos anos 1960, somente empresas multinacionais haviam feito descobertas importantes de minérios na Amazônia, detectando a existência de manganês, bauxita, caulim, titânio, cassiterita e o principal deles, o minério de ferro de Carajás. A maior parte dessas descobertas aconteceu, a partir do ano de 1964, após o golpe militar, a partir das facilidades oferecidas ao capital estrangeiro pelo governo militar brasileiro (PINTO, 2005).

A empresa canadense Alcan, que realizava explorações em jazidas localizadas na Guiana Inglesa e na Guiné, realizou pesquisas na região central da margem esquerda do Amazonas. Como resultado, em 1967, encontrou a primeira grande reserva, na calha do rio Trombetas, em Oriximiná (PA), mesorregião do Baixo Amazonas, com depósito estimado em 500 milhões de toneladas de bauxita, cinco vezes mais do que as reservas brasileiras de então.

Em maio de 1972 a Alcan já possuía um projeto aprovado para receber colaboração financeira da SUDAM, mas adiou a implantação do projeto alegando a existência de excesso de minério no mercado. O governo militar pretendia, porém, transformar a Amazônia em uma grande fonte de divisas e obrigou a Alcan a abrir o capital. Assim, a estatal Companhia Vale do Rio Doce ficou com 41% das ações da Mineração Rio do Norte e a CBA, do grupo Ermírio de Moraes, com 10%. Dessa forma foi assegurada a maioria nacional onde, antes, havia o controle absoluto de uma multinacional. Os militares tinham uma motivação estratégica para a iniciativa: a CBA era, até então, o único produtor nacional do alumínio. Os outros dois produtores eram multinacionais, a Alcan e a Alcoa, parte de um cartel denominado as “seis irmãs”.

As empresas brasileiras não possuíam experiência na exploração mineral, o que provocou o início dos contatos com o Japão, no ano de 1973, ano de criação da Eletronorte (PINTO, 2005). A partir dos contatos da CVRD com o Japão naquele ano, uma missão

técnica veio de Tóquio realizar estudos de viabilidade para implantação de indústrias de alumínio no estado do Pará. O Japão passava por dificuldades estruturais, pois a crise do petróleo atingiu fortemente os países centrais do capitalismo industrial. Dependente em 80% do petróleo como fonte de energia, o Japão ficaria impedido de produzir bens industriais de alta demanda energética, sobretudo o alumínio, o mais eletrointensivo de todos. As fábricas de alumínio precisavam ser fechadas no Japão e reabertas em outros lugares, que apresentassem condições favoráveis. O território mais promissor estava na Amazônia brasileira. De acordo com Lúcio Flávio Pinto,

Com adaptações e correções, o projeto japonês foi executado, tornando-se a mais bem-sucedida experiência de transferência industrial de todos os tempos. Todas as 46 fábricas de alumínio nipônicas foram fechadas e a maior (e mais rentável) delas foi aberta e começou a funcionar, 20 anos atrás, a 50 quilômetros de Belém, garantindo o atendimento de 15% da demanda de metal do Japão, com mais de 200 mil toneladas. O principal segredo do sucesso seria dispor de uma fonte de energia abundante e barata. (PINTO, 2005, p.97)

A fonte de energia abundante e barata estava ao lado das imensas jazidas, próxima a bacia amazônica. Tão logo se realizaram os estudos de viabilidade, o Rio Tocantins foi considerado adequado a um projeto de geração de hidroeletricidade, e “os japoneses, em negociações intensivas mantidas entre Brasília e Tóquio, fecharam um pacote completo: participariam tanto da fábrica quanto da hidrelétrica” (idem).

Uma questão importante de ser destacada é que o monopólio estatal da energia elétrica, então exercido pela Eletrobrás, foi ignorado. A Eletronorte, pelo seu estatuto, permitia que cotistas estrangeiros subscrevessem até 1/3 das ações da empresa, permitindo ao Japão adquirir um terço da energia firme da usina hidrelétrica de Tucuruí.

Ao final, o governo brasileiro arcou com todos os custos, inclusive de obras de interesse direto da Albrás, como a construção da vila residencial da fábrica e do porto. O rompimento com o monopólio estatal da energia elétrica demonstrou quão alto era o nível de empenho do governo brasileiro em estabelecer a associação com o capital japonês. Em 13 de novembro de 1973, o então poderoso ministro Delfim Neto assinou, em Tóquio, o primeiro memorando de entendimento para a implantação de uma fábrica de alumínio e da hidrelétrica de Tucuruí, ambos no Pará. Ato contínuo, a Federação das Indústrias do Japão (Keindaren) enviou outra missão, com técnicos em siderurgia, energia e alumínio para estudar os projetos. Seus pareceres fundamentaram a decisão da Vale e do consórcio japonês LMSA (depois substituído pela Nalco, em 1977, e, por fim, pela NAAC) para

implantar a fábrica de alumínio na Amazônia pelo governo japonês e 32 empresas privadas daquele país, incluindo os cinco maiores produtores de alumínio do Japão. Deveria ser a maior e melhor fábrica de alumínio do Brasil. Os japoneses aplicaram o mesmo roteiro em Gana e na Indonésia. No jornal carioca “Opinião”, na edição do dia 20 de setembro de 1974, é possível acompanhar a notícia da visita ao Brasil do primeiro ministro japonês, Kakuei Tanaka. Usando as manchetes “A presença japonesa” e “O que Tanaka veio fazer”, o jornal apresenta uma resenha da visita e dos verdadeiros interesses da visita ao então presidente general Ernesto Geisel. Os investimentos do capital japonês no Brasil iniciaram de forma significativa a partir do aporte financeiro destinado ao projeto Usiminas, em Minas Gerais, nos anos 1960, por meio do grupo *Nippon Steel*. Em seguida a relação comercial “esfriou”, voltando a ser considerada de interesse dos japoneses, governo e empresários, após o golpe militar. O jornal cita, na mesma matéria, as declarações do embaixador japonês no Brasil, Atsushi Uiyama, que afirmou que em 1961, quando visitou o país, “havia desordem, indisciplina e as manifestações de rua eram comuns”. Com o golpe militar o cenário parece encorajador para o Japão, nas palavras de Uiyama, “Agora, depois da revolução, vimos o país evoluir para um clima de responsabilidade, organização e, o que é mais importante, de estabilidade política e econômica”. É bastante reveladora a reportagem, pois o papel da Amazônia e do Brasil diante do capital estrangeiro, no caso o japonês, é o de fornecedor estável de matérias-primas, sediando indústrias eletrointensivas e arcando com o financiamento das obras de infraestrutura, cercando de vantagens o capital e abrindo mão da defesa dos interesses da população nacional, atingida pelos projetos de variadas formas. Anuncia ainda a matéria que,

Oficialmente, depois do encontro do general Geisel e do premier Tanaka deveriam ser anunciados dois grandes projetos — para a fabricação de alumínio e celulose — com participação de capitais japoneses. A usina de alumina-alumínio que será instalada no vilarejo de Vila do Conde, a 28 quilômetros de Belém e que produzirá, a partir de 1980, 1,2 milhão de toneladas de alumina e pelo menos 600 mil toneladas de alumínio por ano — utilizando a bauxita proveniente da mina do rio Trombetas, que por sua vez tem a participação da empresa canadense Alcan. O investimento total é de 2,4 bilhões de dólares, *incluindo a construção da hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, que deverá fornecer 1.2 milhão de quilowatts para o funcionamento da usina*. (Jornal Opinião, 20/09/1974, p. 14-5. Grifos nossos).

Foi então que, em 1975 começou a ser construída a UHE de Tucuruí, a segunda maior usina hidrelétrica do país, com capacidade de produção de 4,2 mil MW na primeira etapa e 8,3 mil MW de potência final. Inicialmente deveria custar 2,1 bilhões de dólares,

mas ao ser inaugurada em 1984, seu orçamento já alcançara US\$ 5,4 bilhões. Atualmente estima-se seu custo com a linha de transmissão em valores acima de US\$ 10 bilhões. Para a Eletronorte, porém, o número oficial é de US\$ 4,7 bilhões, valor inferior ao que havia sido gasto até o ano de 1984, contabilizados os juros da construção. Independentemente do valor de referência, ele extrapolou todas as projeções iniciais, inclusive as margens de acréscimo debitadas ao chamado “fator amazônico”, que seria a oneração resultante das adversas condições encontradas na região. Segundo o ex-ministro de Minas e Energia e ex-presidente da CVRD, Eliezer Batista, a usina teria custado muito menos se não tivesse havido tanta corrupção nas obras (PINTO, 2005). Calcula-se que o desvio de dinheiro público seria de aproximadamente US\$ 2 bilhões. Uma representação foi encaminhada por um parlamentar ao TCU em 1997, após divulgação da declaração de Batista⁴, mas não repercutiu na imprensa ou na sociedade nacional.

É interessante destacar que os interesses dos países capitalistas centrais estavam sendo amplamente atendidos pelos governos militares no Brasil, que ao favorecer comercialmente norte-americanos e japoneses, como nos fatos evidenciados anteriormente, do ponto de vista ideológico essa servidão voluntária também se afirmava. O combate ao socialismo esteve como eixo do golpe militar no Brasil, atendendo aos interesses norte-americanos, que tinham na Ásia o Japão como seu aliado após a Segunda Guerra. A política de exploração energética e mineral, baseada fortemente na Amazônia, é parte estratégica desse jogo de interesses que visava o bloqueio do avanço socialista na América Latina. É no contexto do regime autoritário em defesa do capital, portanto, que os grandes projetos de desenvolvimento e ocupação do território amazônico são definidos e executados. As relações internacionais foram evocadas pelo jornalista que cobria a visita do *premier* japonês em 1974:

Devido à estratégica posição do Japão na Ásia, os Estados Unidos se encarregaram de incentivar o rápido renascimento da economia japonesa como melhor instrumento de conter a expansão socialista no continente, principalmente para fazer face à República Popular da China, proclamada em 1949. Esta posição se consolidou mais ainda em 1950, quando estourou a guerra da Coréia, provocando a intervenção americana. Assim, se por um lado os americanos encaravam com forte simpatia a existência

⁴ Em entrevista à professora Gisela Pires do Rio de Janeiro, Batista declarou os fatos supramencionados, em 17/10/1995. Lúcio Flávio Pinto publicou a notícia em seu *Jornal Pessoal* por três vezes aquele ano, sem que houvesse maiores repercussões (PINTO, 2005, p.98).

de um aliado poderoso no leste da Ásia, os antigos monopólios que sustentavam a economia japonesa antes do conflito mundial iam se articulando rapidamente, beneficiando-se, inclusive, dos crescentes gastos americanos ligados à guerra. O rápido reagrupamento do capital monopolista japonês, sob os olhares benévolos do governo americano, custou, entretanto, ao Japão a renúncia a uma diplomacia definida, e seu caminho normal foi o de alinhar-se com os norte-americanos. (*Idem, ibidem*).

Outro ponto crucial a ser destacado é que os esquemas de corrupção no setor elétrico ocorrem há bastante tempo, envolvem um volume bilionário de dinheiro público, as denúncias não são apuradas mesmo quando feitas por fontes confiáveis, e, perduram na atual configuração do avanço da política que coloca a Amazônia como província hidroenergética e minero-exportadora.

Ainda no caso Albrás Alunorte e UHE de Tucuruí, a conivência do Estado brasileiro com as políticas imperialistas dos países centrais ficou bastante evidente quando decidiu assumir o custo de toda infraestrutura, inclusive da energia, cujo investimento superava algumas vezes o custo das fábricas, tornando o negócio mais rentável aos investidores estrangeiros. Para os japoneses, representava uma enorme vantagem receber o alumínio primário para processá-lo em seu território, sem a enorme demanda por energia e sem arcar com o ônus ecológico da lavagem da bauxita para transformá-la em alumina, ou com os custos socioambientais decorrentes da construção da usina hidrelétrica. O processo produtivo mais custoso e seus problemas ficaram efetivamente restritos ao ponto de origem (PINTO, 2005).

Em uma pesquisa realizada em 06 de novembro de 2003, Araújo (2005, p.139) fez um exercício de quantificação das ordens de grandeza dos vários fluxos de eletricidade despachados a partir de Tucuruí, da qual compartilhamos um resumo, elaborado pelo autor, a partir de uma “fotografia instantânea do sistema”.

Estava instalada uma potência total de 4.710 MW e a potência operacional efetivamente aproveitada do Rio Tocantins era de 3.272,2 MW em Tucuruí (70% da capacidade). Deste total: 1.596 MW (48,8%) asseguravam a demanda dos principais clientes eletrointensivos, no estado do Pará, 671 MW para Albrás; 150 Mw Alunorte; 74 MW Carajás; 61 MW CCM; no estado do Maranhão 640 MW Alumar. 1.102,2 MW foram despachados para concessionárias nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins e 574 MW foram destinados ao sistema CHESF, que atende a região nordeste.

É possível verificar que em apenas uma tomada instantânea, quase a metade de toda a energia produzida pela mega usina de Tucuruí tem como destino a indústria de minérios.

Após 33 anos da UHE Tucuruí em funcionamento, o apetite das indústrias eletrointensivas tem determinado a ampliação e a construção de mais usinas hidrelétricas na Amazônia. A retórica justificadora da necessidade de expansão da rede de hidrelétricas passa pela alusão às ameaças de apagão e ao caos potencialmente próximo que atingiria todo o país. Na verdade, o planejamento do setor elétrico há décadas projeta uma propagação impressionante no número de barragens na Amazônia, cujas justificativas estão conectadas aos planos de expansão da indústria mineiro-exportadora.

Compreender este cenário atual requer retroceder ao início da década passada, particularmente à ascensão do PT ao Governo Federal. No primeiro mandato do ex-presidente Lula da Silva (2003/2006), foi elaborado o Plano Nacional de Energia 2030, configurando-se como um instrumento de planejamento de longo prazo, balizador das tendências e demandas de energia para as próximas décadas, elegeu como centralidade a expansão da oferta energética sob a égide da eficiência e da inovação tecnológica. (BRASIL. MME, 2007).

O plano destaca que a energia produzida pelas hidrelétricas se constituiria em uma alavanca para o desenvolvimento do país, viabilizando a autossuficiência na produção, baixos custos na produção e economia de divisas. O documento estima que o consumo de energia do país sofrerá um crescimento significativo, passando de 375 TWh, em 2005, para valores entre 847 e 1.244 TWh, em 2030. A projeção desse cenário justificaria a expansão dos projetos hidrelétricos e a diversificação das fontes de energia, priorizando aquelas renováveis.

Por outro lado, o Plano ressalta que um dos desafios para expansão da oferta hidrelétrica é a demora das licenças ambientais, exatamente o instrumento que visa salvaguardar as populações atingidas dos impactos socioambientais decorrentes da construção e implantação dos empreendimentos. Nessa esteira, a mensagem subliminar indica que a produção de energia para atendimento dos interesses dos grandes consumidores desse insumo (setor industrial, comércio e serviços) deve prevalecer sobre efeitos negativos impostos ao meio ambiente e às populações atingidas, elo mais vulnerável nesse circuito. Os empreendimentos construídos ou em fase de construção, a exemplo da Usina de Belo Monte, confirmam a materialização desse discurso.

Outra justificativa, apresentada no referido Plano, para ampliação da oferta

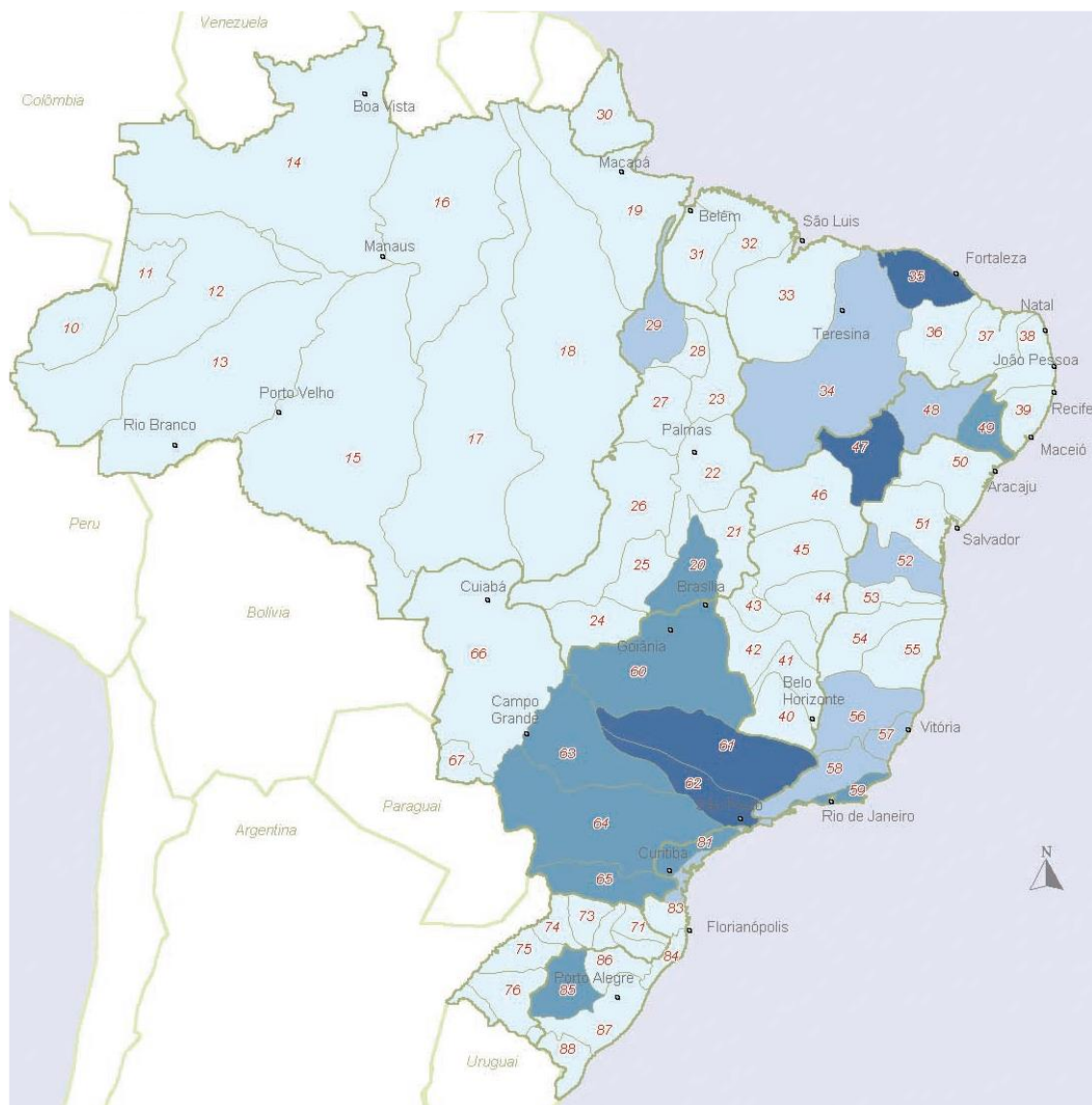
energética a partir dos projetos hidrelétricos é a baixa utilização da capacidade de geração de energia nas bacias hidrográficas. O país utilizaria apenas 30% desse potencial, e a Bacia do Amazonas seria a mais importante nesse cenário, visto o expressivo potencial que ainda pode ser aproveitado.

A retórica de um risco eminente de “apagão”, caso as obras planejadas para o setor energético não fossem construídas, foi largamente difundida na mídia, o que endossava o discurso do Estado e dos empresários responsabilizando movimentos sociais, ONGs, promotores e procuradores, históricos defensores da causa ambiental e das populações atingidas, por atrasos das obras, decorrente de batalhas judiciais travadas entre esses sujeitos antagônicos.

No Atlas de Energia Elétrica no Brasil (ANEEL, 2002), há uma série de figuras e tabelas que são bastante representativas dos interesses e do planejamento do setor para a Amazônia. Destacamos primeiramente a figura 1, que demonstra a situação de aproveitamento das sub-bacias hidrográficas, demonstrando a capacidade instalada em UHEs no Brasil.

A coloração mais escura representa as sub-bacias com maior aproveitamento hidráulico, destacando a saturação das sub-bacias dos Rios Paraná e São Francisco. A coloração mais clara destaca as sub-bacias com menores taxas de aproveitamento.

Figura 1 - Capacidade instalada em UHEs no Brasil por sub-bacias hidrográficas



Fonte: ANEEL (2002).

As sub-bacias localizadas na região Amazônica, além de serem as mais extensas do território nacional, são aquelas com menor capacidade instalada, geradoras de cobiça e especulações no setor das *Dam Industries*⁵.

A retórica atual acionada principalmente na polêmica construção da UHE Belo Monte, no rio Xingu, é a ideia de que a energia gerada a partir das hidrelétricas é sustentável, energia limpa. No ano de 2000 a Comissão Mundial de Barragens (CMB), publicou o relatório “Barragens e Desenvolvimento: um novo modelo para tomada de

⁵ *Dam*, é um termo da língua inglesa que significa barragem. *Dam Industries* pode ser traduzido como Indústria Barrageira.

decisões”, de um estudo abrangente de natureza global e independente, analisando o desempenho e impacto das grandes barragens e das opções disponíveis para o desenvolvimento de recursos hídricos e energéticos (SEVÁ FILHO, 2005). A pesquisa concluiu, após examinar oito grandes barragens nos diferentes continentes, que os impactos socioambientais são cumulativos, como no caso da qualidade da água, inundações naturais e composição de espécies; a destruição de florestas e habitats selvagens, o desaparecimento de espécies e a degradação das áreas de captação a montante devido à inundação da área do reservatório. Esses fatores analisados, somados a outros, constataam que as barragens provocam danos irreversíveis a espécies e ecossistemas, todas as represas emitem gases que contribuem para o efeito estufa, sendo que a intensidade das emissões é significativa em alguns casos, como o caso de Tucuruí, quando comparado com as emissões de usinas termelétricas equivalentes. Diante de dados comprovados cientificamente como estes, apresentados pela Comissão Mundial de Barragens (2005), o discurso da ‘energia sustentável’ a partir das hidrelétricas não tem sustentabilidade a partir das análises empíricas, ou seja, tal retórica ufanista é um recurso publicitário utilizado para manipular a opinião pública acerca da viabilidade desse tipo de geração de energia, propaganda enganosa de um suposto desenvolvimento sustentável, insustentável na verificação concreta, portanto, *greenwashing*. Como demonstraremos no decorrer do texto, os resultados empíricos a que chegamos com a presente tese confirmam tal afirmação.

Contudo, antes de adentrar no texto que trata diretamente da UHE Belo Monte e dos conflitos decorrentes de tal empreendimento, apresenta-se uma discussão acerca dos referenciais admitidos como norteadores das discussões e análises da presente tese. Trata-se de reafirmar a teoria marxista como eixo da crítica social empreendida.

CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTOS E OPÇÕES TEÓRICAS PARA A ANÁLISE: SOBRE TRABALHO, DESIGUALDADES E LUTAS

2.1 Perspectivas do conceito de Trabalho

O objetivo deste capítulo é apresentar as bases do entendimento acerca do homem e do trabalho em relação à desigualdades, lutas e resistência, a partir da perspectiva apresentada por Karl Marx, que são tomadas como princípios na elaboração do presente estudo. É a partir desses pressupostos que colocamos em movimento a tarefa de compreender o mundo do trabalho em suas múltiplas configurações e re-configurações, situando as lutas da classe trabalhadora na mesorregião Sudoeste do Pará diante do megaempreendimento UHE Belo Monte, considerando questões atuais que põem à prova o projeto de sociedade defendido por movimentos sociais e partidos que se autointitulam progressistas e “de esquerda”. Consideramos necessário demarcar os fundamentos basilares da práxis crítica, revolucionária, visto que na atualidade testemunhamos uma perda sem precedentes dos princípios éticos e dos fundamentos teóricos na cena política nacional.

A perda de horizontes utópicos, principalmente no que concerne a uma sociedade sem classes, que supere as desigualdades e a miséria inflingida à humanidade pelo sistema do capital, é sem dúvida um ingrediente que potencializa o avanço insano da ideologia burguesa no interior dos movimentos organizados na base da sociedade civil. É a partir dessa incômoda percepção da corrosão do espírito libertário e da práxis revolucionária nesses grupos, que convidamos o leitor a uma breve revisão conceitual, por entender que o esquecimento da teoria marxista e da perspectiva da sociedade sem classes potencializa os intentos mais destrutivos da humanidade impostos pelo capitalismo contemporâneo. Nossa tese se apoia nas memórias de vida dos trabalhadores e na memória atualizada dos fundamentos da luta da classe trabalhadora, entendendo que uma luta que se faz sem os devidos esclarecimentos acerca de seus baldrames mais profundos está fadada a ser sobrepujada. Vásquez (2007, p. 316), ao tratar de ética e marxismo, usa de cautela e esclarece os conceitos de ética e moral, antes de empreender a investigação acerca do tema em tela. Moral para o autor é “uma forma específica do comportamento humano, individual ou coletivo, que se dá realmente, ou que se propõe que deveria dar-se. E por ética entendemos a atenção reflexiva, teórica à moral em um ou outro plano – o fático ou o ideal – que não são para ela excludentes”. Ora, não é possível apresentar uma tese que trata

da percepção de um intenso processo de desmonte ou corrosão do caráter classista no interior dos movimentos de resistência a partir de um determinado evento, qual seja, a UHEBM construída no Rio Xingu, sem reconhecer que a questão da ética associada ao marxismo, se faz necessária, como se demonstrará.

O ser real, concreto, histórico e dialeticamente constituído, vive e se objetiva na vida cotidiana. Marx e Engels definiram os seres que vivem em sociedade, homens e mulheres, como seres que, nas mais diversas expressões, apresentam determinadas características que os distinguem dos outros seres da natureza. O primeiro ato humano e social, segundo os apontamentos marxistas, é a criação das condições materiais para a sua sobrevivência. (ENGELS, 2013, p. 17). O trabalho, portanto, apresenta-se como característica fundante na ontologia do ser social. No capítulo V do primeiro volume de *O Capital*, Marx conceitua o trabalho:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a Natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a Natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo - braços e pernas, cabeça e mão -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. (MARX, 2008, p. 211)

No mesmo capítulo, Marx também enfatiza que o trabalho teleologicamente orientado é uma atividade exclusivamente humana:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas *o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade*. No final do processo de trabalho, aparece um resultado que já existia antes, idealmente, na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; *ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira*, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem que subordinar sua vontade. (MARX, 2008, p. 211-12. Grifos da autora)

Adiante sintetiza:

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes *comum a todas as formas sociais*. (Idem, p. 218. Grifos da autora).

A partir das leituras de Engels e Marx e de sua visão da história, rememoramos e destacamos que em sua perspectiva evolutiva sublinham a descoberta do fogo e o desenvolvimento da agricultura como dois acontecimentos seminais na história da humanidade e da organização territorial decorrente desses fatos. A descoberta do fogo, que inaugura o uso humano intencional da energia, permitiu ao ser humano desenvolver aspectos fundamentais da cultura, desde a alimentação até a segurança, proporcionada pela iluminação. A agricultura permitiu ao homem reordenar a paisagem natural, pela domesticação das espécies animais, vegetais e criar os territórios, pela guarda e vigilância das plantações e das colheitas, pela apropriação dos solos e das fontes de água, pelo ordenamento dos caminhos e das localizações. Aqui não é possível deixar de pensar nos modos de vida construídos há centenas de anos, no caso dos povos indígenas, ou há décadas, como é o caso de ribeirinhos, pescadores e colonos assentados na região do Xingu, que foram drasticamente atropelados pelo megaprojeto da UHE Belo Monte, perdendo territórios de trabalho, moradia e sociabilidade, conforme detalharemos adiante. Trabalho, energia e território são apresentados, portanto, como referências ontológicas na história do desenvolvimento humano.

No tangente à divisão do trabalho, inicialmente, havia uma divisão sexual, relacionada com a propriedade natural de instrumentos de trabalho. Aos homens cabia a fabricação e uso dos instrumentos de caça. Às mulheres cabia a fabricação e uso de instrumentos de coleta e da casa. A organização familiar tinha por base a mulher geradora, prevalecendo o sistema matrilinear, segundo o autor. A divisão social, para além da divisão sexual, só se instaurou quando os seres humanos de algumas regiões ricas em animais e plantas, aprenderam a domesticá-los. Engels (2013), destaca que, na Mesopotâmia, Oriente Médio, Ásia Central, e nos vales dos grandes rios da China, Índia e Egito, as tribos aprenderam, além disso, a criar os animais capazes de fornecer-lhes leite e carne, dando origem à pecuária, e a semear as sementes de cereais, dando origem às lavouras.

O desenvolvimento da agricultura, compreendendo a pecuária e/ou as lavouras, representou uma profunda revolução relacionada à força de trabalho e meios de produção. Essa fase compreende fenômenos históricos como a criação de novos instrumentos de trabalho, feitos de bronze e ferro e outras modificações no processo de trabalho (BOTTOMORE, 1988, p.156-57). Num processo de desdobramento da propriedade anterior dos instrumentos, coube aos homens a propriedade do gado e das ferramentas

produtivas. Às mulheres continuou cabendo a propriedade dos utensílios de coleta e caseiros. Na prática, os homens ficaram com a propriedade dos novos instrumentos, capazes de gerar riquezas até então desconhecidas. A mudança na propriedade dos meios de produção introduziu desigualdades profundas nas relações entre os homens e as mulheres, envolvendo não apenas o trabalho como produção de valor de uso.

Nessa questão que rememora tensões entre gênero e trabalho, evocamos as interlocutoras presentes na tessitura dessa tese, mulheres trabalhadoras, com trajetórias de lutas, superações, derrotas, vitórias, compreensões profundas e peculiares dos dramas sociais que lhes tomaram a paz, o território, a casa, as sociabilidades constituídas ao longo de décadas. Ao mesmo tempo, a experiência de dor e de lutas não lhes deixa escapar a esperança, a disposição em reconstruir a resistência, de onde esperam gestar o mundo novo, a justiça, o bem viver.

2.2 Divisão social do trabalho e desigualdades

No processo de trabalho a atividade humana é materializada ou objetivada em valores de uso. “O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas [...]”⁶. À medida que uma maior produtividade do trabalho foi alcançada pelas atividades agrícola e pastoril, tal produção alterou não apenas a relação dos humanos com o ambiente, que implicou a criação de novos espaços, novas disputas pela posse da terra, etc. Num processo relativamente prolongado, erigiram-se conflitos em torno do direito de herança pela linha materna, da chefia da família, da instauração da monogamia, da exclusividade masculina sobre a religião familiar e da formalização da propriedade privada como regra. Esse processo perdurou por alguns milhares de anos nas sociedades agrárias primitivas daquelas regiões, e resultou no patriarcado antigo. Este modelo consolidou a divisão social, subordinando as mulheres aos maridos, inclusive com o direito de vida e morte sobre elas. Todos os membros da família obedeciam ao patriarca, proprietário privado, pai, chefe, sacerdote e comandante, a herança passou a ser transmitida pela linhagem paterna. A agricultura e o

⁶ *Ibid. Ibidem.*

artesanato consolidaram-se como economia, surgiu a necessidade da escrita e dos números, para o controle da produção, do consumo, dos bens hereditários e da troca dos bens produzidos.

O escambo primitivo transformou-se pouco a pouco em comércio, indicando a necessidade de criação de um produto que fizesse o papel de equivalente geral. Com a cristalização da propriedade privada dos principais meios de produção, estavam dadas as condições para desdobrar a divisão social entre homens e mulheres em novas classes sociais.

A divisão social em gênero e em classes introduziu, inicialmente, desigualdades de propriedade e de riqueza, e modificou totalmente as relações de gênero e familiares, as relações nos clãs e nas tribos. A partir daí a divisão em classes sociais, e a luta entre elas, passou a ter presença permanente na história dos seres humanos. Sucederam-se os períodos históricos em que outras formas de exploração do trabalho foram praticadas, dentre elas o escravismo, por exemplo, que foi o sustentáculo do patriarcado à medida que o trabalho produtivo era realizado quase que na totalidade pela força de trabalho escrava.

Cabe aqui refletirmos acerca das peculiaridades encontradas no mundo do trabalho nos rincões do Xingu atingidos pela UHE Belo Monte. As histórias de expropriação dos pequenos arrendatários, colonos, moradores, pescadores, indígenas, posseiros, ocorrem de forma ininterrupta desde os primórdios da colonização, iniciada em meados do século XVII. A cada novo ciclo de expansão da fronteira na Amazônia, nas longínquas terras xinguaras, processos análogos ao que é definido por Marx, no Livro I d'O capital (2008), como acumulação primitiva do capital revigoram-se e atualizam formas de violência, exploração, expulsão da terra. No mais recente megaprojeto dos PAC I e II dos governos petistas, a tomada das terras, a destruição das casas, dos instrumentos de trabalho, a implantação de leis severas que obrigaram os espoliados a venderem sua força de trabalho em condições análogas à escravidão, todo esse conjunto clássico de ações violentas se mostrou vigoroso, atualizado, legitimado e apoiado pelo aparato estatal.

A grande surpresa é ter como artífices desse eco-etnocídio o protagonismo de grupos políticos que por décadas discutiram e defenderam alternativas de desenvolvimento diametralmente opostas ao que se encaminhou com o projeto UHEBM, que se autodeclaravam progressistas e “de esquerda”, colocando-se no campo de luta de classes como “partido dos trabalhadores”.

2.3 Lutas de classe

Seguindo a estrutura lógica da reconstituição histórica proposta por Marx e Engels, as novas exigências humanas são propulsoras das transformações no mundo do trabalho, que por sua vez produzem consequências sociais de amplo espectro. A produção de excedentes pelas forças produtivas trouxe maior segurança para a sociedade, como, por exemplo, reservas de suprimentos nos tempos de escassez, mas também possibilitou o jogo político.

O controle sobre o excedente foi desenvolvido juntamente com a formação de uma minoria, que a partir desse controle obteve poder sobre os outros membros da sociedade. A diferenciação dos indivíduos de acordo com a tarefa social por eles executada criou as classes.

No campo das desigualdades no mundo do trabalho, foi a partir da prática do escravismo que o trabalho passou a ser tratado como uma atividade indigna aos homens livres, premissa que serviu como justificativa para as desigualdades serem praticadas daquele contexto em diante. Em cada período histórico passou a existir uma classe dominante, que provocou mal-estar nas classes exploradas, sendo essa dominação o fato crucial para o desencadeamento das revoluções, apesar dos aparatos criados pelas classes dominantes para sua autoproteção. A história das sociedades humanas é assim entendida como a história da dominação dos homens pelos homens – como afirmam Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista (2013) - e, por conseguinte, da luta de classes.

Engels destaca a emergência da burguesia como classe, no contexto do surgimento do capitalismo, citando, entre outros eventos históricos, a invenção da máquina a vapor, como evento difusor de transformações sociais profundas no século XVII. Tal relação entre exploração do trabalho e dominação das novas fontes de energia são inauguradas, então.

Os homens que no século XVII e XVIII haviam trabalhado para criar a máquina a vapor, não suspeitavam de que estavam criando um instrumento que, mais do que nenhum outro, haveria de subverter as condições sociais em todo o mundo e que, sobretudo na Europa, *ao concentrar a riqueza nas mãos de uma minoria e ao privar de toda a propriedade a imensa maioria da população, haveria de proporcionar primeiro o domínio social e político à burguesia, e provocar depois a luta de classes entre a burguesia e o proletariado, luta que só pode terminar com a liquidação da burguesia e a abolição de todos os antagonismos de classe.* (ENGELS, 2013, p. 22. Os grifos são nossos)

A atualidade do texto de 1876 é incontestável. Os instrumentos criados pelo capitalismo carregam contradições cada vez mais degradantes à humanidade, tema que envolve os fatos que tentamos analisar, explicitando aspectos relevantes dos inúmeros prejuízos decorrentes do avanço destrutivo do capital sobre a humanidade e a natureza. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels (2013, p. 2) afirmam que “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”, afirmando que essa luta seria a força capaz de revolucionar a história.

Intentamos com nosso trabalho perserverar nas ações, que Engels definiu como o *confronto e análise dos materiais proporcionados pela história, para que ao conhecer as consequências sociais indiretas e mais remotas dos atos da produção, possamos superá-las*. Vimos que na atualidade, no seio de uma sociedade dividida em classes, assentada nas relações sociais capitalistas e pela exploração “do homem pelo próprio homem”, o ser se encontra diretamente, intrínseca e extrinsecamente vinculado ao antagonismo capital *versus* trabalho.

Lukács (2012), em sua obra “Para uma ontologia do ser social - I”, assevera que mesmo a um olhar muito superficial sobre o ser social já se mostra a inextricável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho. A partir dessas imbricações surgem novas relações da consciência com a realidade. Em seus estudos, Lukács apresenta o trabalho como posição teleológica, ou seja, a finalidade exequível da realização plena do espírito humano. Contudo, se por um lado os autores de linhagem marxista corroboram a centralidade do trabalho para a constituição humana, de outro, a alienação do trabalho, fruto da divisão do trabalho entre trabalho material e trabalho intelectual, herança do escravismo que foi tornada sofisticada pelo desenvolvimento do capitalismo, transforma o trabalho concreto no interior do capitalismo em algo separado do trabalhador. Surge o trabalho abstrato como condição da alienação.

Compartilhamos o entendimento de que a forma atual do capitalismo é caracterizada pela profunda fragmentação de todas as esferas da vida social, a partir da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da corrosão dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de lutas de classe. Diante desse quadro agressivo movido pelo capital contra a classe trabalhadora, faz-se urgente reconhecer a possibilidade e, sobretudo, a incontornável urgência de um movimento

teórico que leve à revitalização do marxismo, que inspire os estudos acerca do ser social e da superação das condições de opressão a que está submetido. É nesse sentido que retomamos discussões fundamentais e confrontamos situações atuais e particulares, que não obstante a singularidade contextual, expressam a tendência destrutiva e acelerada do capital contra o futuro da humanidade.

2.4 .Classe e luta de classes

O conceito de classe trabalhadora, que consideramos adequado para a elaboração do presente trabalho, se diferencia das concepções clássicas, que defendem o operariado como sujeito exclusivo na oposição ao capital⁷. Consideramos aqui os pressupostos defendidos por Thomaz Júnior (2003), de que o conceito de classe trabalhadora, diante da reestruturação do capital e das imposições daí emanadas, precisa considerar os sujeitos que vivem do seu trabalho, para além do operário, quais sejam, os assalariados, os camponeses, os subempregados, indígenas, quilombolas, etc.

Entender a classe trabalhadora hoje, diante dos desdobramentos do complexo da reestruturação produtiva, a polissemia do trabalho, requer que consideremos como parte integrante: a) o conjunto dos trabalhadores que vivem da sua força de trabalho; b) aqueles que mesmo se garantindo com certa *autonomia* em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; c) os trabalhadores proprietários *ou não* dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho familiar na agricultura e que são inteiramente subordinados ao mando do capital; d) da mesma forma, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; e) o conjunto dos trabalhadores que lutam por terra, inclusive os camponeses deterreados, posseiros, meeiros e; f) todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, da produção e venda de artesanatos, pescadores, etc. Enfim, *essa definição de classe trabalhadora nos permite compreender a malha social complexa que reflete a característica principal da organização espacial do nosso tempo, ou seja, o conteúdo contraditório da luta de classes e os elementos estruturantes da relação capital-trabalho.* (THOMAZ JUNIOR, 2010c, p.45. Grifos nossos).

⁷ A esse respeito, ver, entre outros, o livro de Sérgio Lessa “Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo” (2007).

Marx estabelece uma distinção importante entre a condição de classe (objetiva) e a consciência de classe (subjativa). Pertencer a uma classe depende de conhecer sua própria posição dentro do processo de produção. O processo de formação da consciência de classe decorre, segundo Marx, de uma organização de classe abrangente, o que não impede que haja conflitos entre os interesses comuns de toda uma classe com os interesses particulares de certos trabalhadores ou de grupos de trabalhadores. A fragmentação das lutas na base da sociedade, em que pese a virtude de reconhecer as peculiaridades dos grupos sociais considerando o gênero, etnia, entre outros marcadores culturais identitários, não deveria comprometer o entendimento da divisão da sociedade em classes.

Essas considerações apontam para a grande importância dada à solidariedade de classe para evitar o “efeito de isolamento”, que enfraquece tanto a solidariedade de classes quanto a consciência de classe. O conceito de Classe possui importância capital para o desenvolvimento da teoria marxista, embora não se encontre em suas obras uma definição sistemática (BOTTOMORE, 1988, p. 161) Considera-se que a descoberta de Marx, de compreender o proletariado como uma força política em uma luta pela emancipação foi vital para o desenvolvimento de sua análise da estrutura econômica das sociedades modernas, de sua gênese e desenvolvimento, o que coloca o conceito de classe como ponto de partida para a elaboração de sua teoria. Ainda sobre o entendimento de classe trabalhadora a partir de Marx, Mattos (2013) apresenta uma síntese que nos auxilia no esclarecimento de seu conceito:

Marx não distinguiu sempre de forma muito precisa a terminologia com que se referiu à classe, mas dois são os termos fundamentais que encontramos, quase sempre como sinônimos intercambiáveis, em sua obra: proletariado e classe trabalhadora. Por proletariado podemos entender *todos aqueles que nada possuem, ou melhor, não possuem outra forma de sobreviver, numa sociedade de mercadorias, do que vender, como tal, a sua força de trabalho*. A expressão classe trabalhadora é normalmente associada, nos textos de Marx e Engels, ao *conjunto daqueles que vivem da venda da sua força de trabalho*, quase sempre em troca de um salário. (MATTOS, 2013, p. 90, grifos nossos)

No Manifesto Comunista de Marx e Engels, a frase “a história de todas as sociedades que até hoje existiram é a história da luta de classes”, coloca tanto o conceito de classe como a luta de classes como o motor da história. Na Ideologia Alemã (MARX; ENGELS, 1998), os autores sugerem que a “própria classe é um produto da burguesia”. Considerado um fenômeno complexo e ambíguo, o estudo da estrutura de classes pelos marxistas desde o final do século XIX agrega novos temas, como a relação das classes e

das lutas de classes com outros grupos sociais e outras formas de conflito social. A perspectiva apontada, seguindo as palavras do próprio Marx é a de que *os estudos para a formulação de uma teoria histórico-filosófica se dá pela análise concreta, em cada caso específico, das circunstâncias empiricamente dadas* (BOTTOMORE, 1988, p. 63).

O conceito de classe oprimida é apresentado por Marx em Miséria da Filosofia (2009), como a condição necessária para a transformação radical da sociedade de classes, visto que o maior poder produtivo dentre os instrumentos de produção é o da classe trabalhadora.

Fizeram-se muitas investigações para descrever as diferentes fases históricas que a burguesia percorreu, desde a comum até a sua constituição como classe. Mas quando se trata de apresentar um quadro exato das greves, coalizões e outras formas pelas quais, diante de nossos olhos, os proletários realizam a sua organização como classe, alguns são tomados por um temor real e outros exibem um desprezo transcendental. *Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes. A libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, a criação de uma sociedade nova.* Para que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir uns ao lado de outras. De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é da classe revolucionária mesma. A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as formas produtivas que poderiam se engendrar no seio da sociedade antiga. (MARX, 2008, p. 191, grifos nossos).

As contradições, injustiças são apresentadas como o combustível para a superação da sociedade de classes. Acerca do contexto histórico que envolve a criação das classes, na mesma obra, Marx destaca a noção de classe em sua relação com os processos sociais:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois é já, face ao capital, uma classe, mais ainda não o é para si mesma. *Na luta, de que assinalamos algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe.* Mas a luta entre classes é uma luta política. (MARX, 2008, p. 190, grifos nossos).

A luta entre classes requer, além do reconhecimento coletivo da condição de explorados por outra classe, a organização coletiva enquanto classe, condição *sine qua* para efetivar a luta política.

Para Thompson,

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra os outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. *A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.* Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos prejudicar nenhuma lei. *A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.* (THOMPSON, 2011, p.7).

Afirma-se, portanto, a centralidade da questão da consciência e organização da classe trabalhadora para a superação da sociedade antagônica, contraditória, que é fundada na exploração efetivada pela classe que detém os meios de produção sobre aquela que detém apenas sua força de trabalho.

2.5 Organizações da classe trabalhadora: os movimentos sociais

Movimento social e movimento político são descritos como expressões da luta entre as classes, por Marx:

Entretanto, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de uma classe contra outra, luta que, levada à sua expressão mais alta, é uma revolução total. [...] Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social. [...] Somente numa ordem de coisas em que não existam mais classes e antagonismos entre classes as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas. (MARX, 2008, p. 191).

A luta dos movimentos sociais é entendida na perspectiva marxiana como uma das lutas que vislumbra a transformação radical da sociedade, a revolução, a superação da sociedade de classes. A posição do sujeito coletivo na estrutura social o coloca em uma classe, que está em oposição à outra classe, portanto, a classe trabalhadora tem como seu oposto a burguesia. Tal oposição seria a chave explicativa para os conflitos sociais, *locus* dos movimentos sociais.

A contradição capital X trabalho é fundamental para apreender a dinâmica da sociedade capitalista e os conflitos que se desenvolvem em seu interior. Não obstante, os

movimentos sociais, ao mesmo tempo em que expressam as contradições de classes, são elementos constituintes das mesmas, se entendendo que as classes se constituem durante as lutas, não estando dadas automaticamente pela posição na estrutura produtiva. Manifestam assim, modos de contestação frente às várias formas de opressão, exploração, dominação que emergem nas relações inerentes ao capitalismo.

O reconhecimento da pluralidade das lutas, contudo, não deveria produzir a pulverização de lutas, criando ambientes de tal sorte ensimesmados nas suas especificidades de modo a deixar de perceber que o difusor das desigualdades é o capital, que precisa ser enfrentado com vistas a sua superação por outras formas sociais.

A articulação das lutas de diferentes sujeitos, na área do entorno da UHEBM, conseguiu avançar há duas décadas atrás, embora de forma bastante pragmática. A ausência de uma articulação mais efetiva, que destacasse a necessidade de estudos acerca da abrangência dos desafios e problemas colocados local e regionalmente, penaliza os movimentos sociais, que assim perdem de vista a importância do fortalecimento das lutas em conjunto, a partir do não-reconhecimento da centralidade da luta de classes.

2.6 Movimentos sociais, modelos de desenvolvimento e conflitos na Amazônia

O conceito de movimentos sociais, a partir das ideias de Marx, esteve sempre conectado à luta de classes, relacionado as variadas formas de organização coletiva do proletariado, especialmente aos sindicatos e outras formas de associações de trabalhadores. As lutas de classe modernas têm importância fundamental para a teoria marxista, porque, seu resultado final deveria conduzir a transição para uma sociedade sem classes, isto é, para o socialismo.

Contestado por teorias antagônicas ao marxismo, a partir da década de 1960 o conceito de movimentos sociais começa a ser desvinculado do entendimento da luta de classes, com a construção de denominações alternativas, como Novos Movimentos Sociais (NMS) e Ações Coletivas (MELUCCI, 1999). Os Novos Movimentos Sociais são apresentados como uma categoria que designa as mobilizações coletivas de múltiplas vertentes, pulverizando temáticas específicas dos diferentes processos históricos que envolvem a sociedade, dando origem a uma considerável dispersão no cenário de conflitos sociais e da construção de resistências. A existência de especificidades culturais,

territoriais, multiescalares, não implica necessariamente, em nosso entendimento, a negação da luta de classes, eixo estruturante das contradições observadas nos diversos contextos da história da humanidade. Contudo, os pensadores de orientação burguesa conseguiram avanços na divulgação de teorias e práticas de ações coletivas de caráter conservador, devidamente camufladas como pensamento de vanguarda.

Os desdobramentos advindos desse movimento transferem a atenção do eixo estrutural socio-econômico para o aspecto cultural, quando os chamados “novos atores coletivos” revelam suas pautas específicas para a sociedade. Há que se reconhecer que os NMS deram maior visibilidade a situações específicas de opressão, como nas questões de gênero, étnicas e culturais.

Em uma perspectiva histórica ampla pode-se afirmar que sempre existiram movimentos sociais, pois representam forças sociais organizadas, demonstram o “pulsar da sociedade”, que manifesta resistência ao instituído que os oprime em busca do novo que os liberte. (TOURAINÉ, 1984). Trata-se de uma história de lutas em resposta às injustiças sofridas por seus participantes, que buscam confrontar suas necessidades com os projetos opressivos do Estado e dos grupos alinhados ao poder, artífices do modelo hegemônico de sociedade.

Na história contemporânea brasileira, para os propósitos da presente pesquisa, fazemos um recorte que busca recuperar alguns aspectos da luta de classes, a partir dos movimentos sociais e organizações populares constituídas no Brasil tomando como referência eventos que ocorreram ao final do período da ditadura militar até o momento atual.

Movimentos autônomos, movimentos de base de diversas matizes, associações, sindicatos, comunidades eclesiais, pastorais, enfrentaram o Estado Capitalista autoritário, nos tempos de violenta repressão aos trabalhadores organizados. Nas décadas de 1970 e 1980 os movimentos sociais se disseminaram até os rincões da Amazônia e nos interessa recuperar elementos dessa constituição inicial para compreender as recentes mutações que envolvem suas características.

A partir do conjunto de perspectivas preliminares de análise, apresentando os conceitos-chave que envolvem trabalho, classe, os movimentos sociais e suas metamorfoses, temos o território, como conceito geográfico fundamental, que articula homem e natureza, espaço e poder, nos traz o eixo da discussão, como a arena na qual são construídos e reconstruídos, de acordo com os fins do modo de produção capitalista e suas

repercussões na luta de classes, no recorte pesquisado, pois como afirmava a geógrafa Bertha Becker, Geografia é política.

Cabe lembrar que é importante percebermos, em meio às tensões que envolvem a geopolítica, que a guerra é entendida como uma continuação da atividade política, uma realização da mesma por outros meios (CLAUSEWITZ, 1996, p. 24), “um ato de força para impor nossa vontade ao adversário”. O objeto de nossa tese, a saber, a resistência e a adaptação da classe trabalhadora, relacionadas em uma tensão dialética, ante a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), em Altamira – PA, gira em torno das lutas por território, condição para a produção e reprodução da vida dos naturais e migrantes que habitam a região da Transamazônica e Xingu. Portanto, a retórica de Clausewitz acerca da política como prolongamento da guerra, faz sentido no presente contexto. A guerra aos movimentos sociais empreendida pelos patrocinadores do empreendimento hidrelétrico, quais sejam,. O Estado capitalista e os empreendedores privados usaram de diferentes armas para derrotar ou ao menos enfraquecer aqueles que discordam do modelo de desenvolvimento excludente imposto.

2.6.1 A Amazônia sob o fardo das vontades externas

Uma breve análise histórica da geopolítica praticada na Amazônia irá demonstrar que o Estado Capitalista é o sujeito hegemônico que operacionaliza, manipula, altera e administra o território, ao suceder políticas de ocupação emanadas do capital via poder central, desde o período colonial (LOUREIRO, 2009). Dentre os sucessivos modelos de desenvolvimento adotados no país percebe-se a tendência em fazer a opção preferencial pela especialização e exportação de *commodities* em detrimento do crescimento econômico pautado pela industrialização, cujo ciclo econômico é tido como mais virtuoso em termos de empregabilidade e sustentabilidade, tese que era defendida pelos artífices do nacional desenvolvimentismo.

A Amazônia, desde o período colonial, atende aos interesses de diferentes metrópoles, de Portugal à China, a exploração de seus recursos naturais está voltada aos interesses externos a si e à suas populações. No período que trazemos como recorte para análise em nosso estudo, destacamos os acontecimentos ocorridos a partir da década de 1970. Época do regime militar, o planejamento dependente dos interesses norteamericanos viu na Amazônia um espaço favorável para experiências de ocupação e exploração. No

governo de Humberto Castelo Branco (1964-1967) as ações para realizar tal planejamento na Amazônia foram iniciadas, e em 1966 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), dando início ao período dos grandes projetos e investimentos na região. A SUDAM, passou a ser a agência fomentadora de grandes projetos de exploração dos recursos naturais e de investimentos do capital nacional e internacional. De forma específica, por meio Programa de Integração Nacional (PIN), foram projetadas as construções de Rodovias, tais como, a Belém-Brasília (BR-010), Cuiabá-Santarém (BR 163), Transamazônica (BR 230), Porto Velho-Cuiabá (BR 364), Perimetral Norte (BR 210), entre outras, que deram suporte a várias frentes de colonização de áreas de fronteira (SILVA, 2008).

No mês de setembro do ano de 1972 foi inaugurada a rodovia Transamazônica (BR 230), sob o lema propagandista do governo do General Médici: “Amazônia: terra sem homens para homens sem terra”. A partir da inauguração da rodovia Transamazônica, oficializou-se uma nova etapa da ocupação da região do médio Xingu. Com a promoção do deslocamento de migrantes de todo o país, atraídos pela promessa do progresso via exploração dos recursos naturais da região, iniciou-se a construção de um grande projeto de colonização que afetou de forma dramática as populações indígenas e os pequenos agricultores da região. Paralela à construção da malha rodoviária na Amazônia, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) teve escritórios montados em cidades como Fortaleza (CE) e Natal (RN), no período entre 1970 e 1974, para cadastrar famílias interessadas em receber lotes nas imediações das novas estradas. Dentre os critérios de elegibilidade para os futuros colonos, privilegiava-se a numerosidade das famílias e a experiência prévia com a agricultura (LACERDA, 2013).

As populações nativas, povos indígenas, ribeirinhos, caboclos, migrantes remanescentes do período de exploração da borracha, que identifico nesse trabalho como constituintes da classe trabalhadora, continuaram invisibilizados, entregues à própria sorte. Os pequenos agricultores recém-chegados foram relegados ao abandono do Estado, tão logo chegaram à região, receberam os lotes de terra e encontraram grandes dificuldades com o transporte, acesso precário aos serviços básicos e falta de financiamento para a produção agrícola. Tais dificuldades enfrentados por inúmeras famílias, vindas principalmente do Nordeste e do Sul do país, influenciaram a constituição de diversos movimentos sociais de resistência, como sindicatos, cooperativas, comunidades eclesiais de base, que empreenderam grandes manifestações e protestos com vistas a melhores

condições de sobrevivência na Transamazônica. Sem infraestrutura para escoar a produção agrícola e extrativista, sem acesso aos serviços de saúde e educação, os colonos conquistavam a terra, mas não tinham condições de se manter com dignidade (HÉBETTE, 2004; SILVA, 2008.). Por outro lado, aos grandes investidores do Sul e Sudeste, bem como aos grupos estrangeiros, foi empenhado o aval necessário para a apropriação de vastas áreas de terra, assim como polpudos incentivos fiscais para a implementação de atividades de exploração da floresta em larga escala, nas atividades madeiras, extração mineral, etc. A desigualdade na relação entre o Estado com a classe trabalhadora e deste com o patronato era bastante evidente, o que estimulou os movimentos de origem sindical a organizarem diversas ações na Transamazônica a partir da década de 1980 (SOUZA, 2006).

Parte da engenharia do planejamento da ditadura militar, o projeto de integração nacional (PIN), além das construções de rodovias, contratou pesquisas acerca do aproveitamento hidrelétrico da Amazônia, cujo potencial representaria 60% do total do país e era apresentado entre as prioridades do projeto desenvolvimentista de industrialização brasileira devidamente integrado aos interesses de multinacionais, como parte das estratégias da modernização desenvolvido pelo governo durante a ditadura. A estratégia híbrida da política econômica da época enfatizava a aliança entre o Estado e os capitais estrangeiro e nacional (PETRAS, 2014).

A partir de dados coletados junto ao antigo CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), que contribuiu para a criação do atual Instituto Sócio Ambiental (ISA), é possível recuperar parcialmente a gênese do projeto da UHE Belo Monte. Encontramos registros de que o processo teria se iniciado no ano de 1975, com o início dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu.

Na década de 1980 destacou-se nacionalmente o Projeto Grande Carajás (PGC), que reiterou a postura exógena dos grandes projetos, visto não haver quaisquer informações acerca de seus benefícios para a população regional atingida. As decisões eram tomadas sem qualquer coordenação com as respectivas autoridades regionais ou locais (VALVERDE, 1989). Nem mesmo a autoridade executiva encarregada do desenvolvimento regional na Amazônia, a SUDAM, participou ativamente das negociações do maior programa de desenvolvimento regional àquela época.

A construção da UHE de Tucuruí foi um desdobramento do PGC, pois para a exploração minero-siderúrgica era necessária a infraestrutura de fornecimento de energia

elétrica abundante. Contudo, a retórica oficial anunciava o empreendimento como a ‘salvação’ para a precária energia elétrica ofertada em Belém e na região nordeste. Na prática a concepção da UHE Tucuruí foi construída em acordos com os interesses capitalistas multinacionais, interessados em exploração de minérios para seus centros industriais.

Foi na esteira da lucrativa construção da UHE Tucuruí, que de acordo com autoridades envolvidas em sua construção, foi onerada pelos altos gastos com a corrupção de políticos, que o AHE do Rio Xingu foi planejado. Sevá Filho (2005) recupera a gênese dos bastidores onde se decidiu inventariar o Rio Xingu, durante as obras de Tucuruí.

“No final da década de 1970, técnicos da empresa de consultoria CNEC, de SP, haviam calculado o chamado ‘potencial hidráulico’ do Rio Xingu. Governantes da época e tecnocratas das empresas de eletricidade repetiam o número estrondoso: as hidrelétricas somariam mais de 22 milhões de kilowatts, num tempo em que a potência total instalada no país mal passava dos 50 milhões de KW”.(SEVÁ FILHO, 2005, p.30)

Não por acaso, foi durante o mandato presidencial de José Sarney (1985-1989), que foram anunciadas as obras da UHE Kararaô, no Rio Xingu. O porta-voz da obra na época, o engenheiro José Antonio Muniz Lopes, técnico do setor elétrico e apadrinhado político dos Sarney, ocupa desde então cargos estratégicos no setor elétrico. O grupo político dos Sarney é denunciado por Sevá Filho (2005), como parte dos núcleos de *lobbistas* do setor barrageiro, em atividade desde a década de 1970, formado por personagens emblemáticos como o senador Edison Lobão, defensor dos empreendimentos barrageiros desde Itaipu (GERMANI, 2003), passando a ser alçado nos governos petistas à condição de Ministro de Minas e Energia. De acordo com pesquisadores especialistas do setor, sem no entanto possuir as qualificações técnicas necessárias para assumir tal função (BRUM, 2011).

Nas tramas do planejamento para o pretenso “desenvolvimento da Amazônia”, desde o ciclo protagonizado pelos militares, esteve articulada uma retórica de desenvolvimento interno para mascarar a dependência aos interesses externos, práticas de corrupção, recebimento de propinas, oneração de custos das obras, ímpeto por um rápido crescimento econômico protagonizado por grandes corporações, atividades extremamente danosas ao contexto socioambiental (desmatamento e queimadas da floresta em alta escala, poluição de rios com rejeitos de atividades de mineração, alagamentos gigantescos para construções de UHEs, expropriação e desterroamento sistemático das populações locais, etc). Nesse sentido, Becker (2007, p.126) faz menção ao esgotamento do nacional-

desenvolvimentismo na Amazônia e da intervenção do Estado na economia e no território, citando como divisor de águas o processo de criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, que representaria um movimento de resistência das populações contra a expropriação da terra, somado à pressão ambientalista internacional e nacional.

Assim, para a autora, o ano de 1985 representaria um marco na direção de um modelo de desenvolvimento endógeno, pautado em uma concepção de desenvolvimento sustentável, que é um conceito ainda em processo de intensos debates e redefinições, mas que articularia necessariamente três dimensões: eficiência econômica, conservação ambiental e equidade social. A repercussão da militância protagonizada por Chico Mendes provocou discussões e estudos nas organizações populares em grande porção territorial da Amazônia, a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e sindicatos, que na década de 1980 obtiveram visibilidade e reconhecimento no âmbito nacional e internacional, principalmente a partir de conflitos, massacres e amplas mobilizações.

No contexto vigoroso das manifestações que garantiram conquistas durante a Constituinte, a questão das barragens no Rio Xingu surgiu no cenário nacional como um dos marcos do surgimento do socioambientalismo, durante a organização e realização do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, em 1989. Vários grupos indígenas Kayapó, apoiados por lideranças indígenas de diversos povos, ambientalistas e entidades da sociedade civil, ao saber dos planos do governo acerca da construção de hidrelétricas no Rio Xingu, decidiram protestar contra as decisões tomadas sem a participação dos povos indígenas, conforme lhes garantia a recém promulgada Constituição de 1988. O projeto apresentado previa que grande parte das Terras Indígenas na Bacia do Xingu seriam submersas pela Usina Hidrelétrica de Kararaô. A publicação dos “Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu” (CNEC, 1980) trouxe à tona os sujeitos que representavam os interesses do “setor elétrico”, formado pela Eletrobrás e sua subsidiária, a Eletronorte, o Conselho Nacional de Políticas Energéticas e pelas empreiteiras, como Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, Queiroz-Galvão, entre outras. O CNEC contatou a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) para a indicação de antropólogos que pudessem analisar preliminarmente possíveis consequências junto aos povos indígenas dos barramentos no Xingu (MAGALHÃES, 2005, p.255).

Ao terem notícias dos estudos de inventário, as lideranças do povo indígena Kayapó, que atuavam de forma organizada em Brasília na Constituinte, buscaram apoio junto ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), pela proximidade com seu presidente,

Dom Erwin Krautler, que também era o bispo da Prelazia do Xingu e um importante aliado na luta por direitos das populações indígenas. Em 1988, foi publicado o livro “As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas” (SANTOS; ANDRADE, 1988) como parte do movimento contestatório aos grandes projetos hidrelétricos para a Amazônia. Em 1989, foi realizado o I Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, trazendo à cena novos sujeitos políticos, tais como as ONGs ambientalistas, jornalistas, celebridades e os Povos da Floresta, assim denominados a partir da visibilidade e lutas empreendidas pelos seringueiros organizados no Acre, apresentando-se como novos sujeitos políticos. Nesse período, as Comunidades Eclesiais de Base, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de professores, habitantes da Transamazônica e do Xingu, haviam articulado o Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), organização regional que envolvia os municípios da Prelazia do Xingu, que reivindicava a presença do Estado por meio de políticas públicas e denunciava a situação de abandono dos assentados pelo projeto de colonização patrocinado na década de 1970 pelo governo federal. O MPST por meio de várias ações, como acampamentos e ocupações, conquistou visibilidade regional e nacional e passou a apoiar a luta dos povos indígenas na perspectiva de buscar alternativas de desenvolvimento sustentável.

Naquela fase do projeto da hidrelétrica, eram previstas cinco barragens ao longo do Rio Xingu, sendo que a principal delas, Kararaô, iria inundar 1.225km² para a construção de seu reservatório. A grande projeção do Encontro de Altamira mostrou que as repercussões contrárias ao projeto tinham muita força. Ilustrativo desse fato e de suas motivações foi o decisivo recuo do Banco Mundial, que em 1984 havia emprestado para o governo brasileiro 500 milhões de dólares firmando o “*Power Sector Loan*” [Empréstimo para o Setor Energético], que deveria ser complementado com mais 350 milhões de dólares à Eletrobrás, desde que fosse elaborado um plano mestre ambiental e social. O empréstimo não foi aprovado e foram apresentadas diversas razões, todas de ordem socioambiental (GOODLAND, 2005). O projeto de construção da barragem, que não poderia mais se chamar Kararaô, foi então adiado.

A partir desses fatos, Cunha e Almeida (2009, p. 277), afirmam que na cena nacional ocorreu uma “surpreendente mudança de rumo ideológico”, na qual “as populações tradicionais da Amazônia, que até recentemente eram consideradas como entraves ao ‘desenvolvimento’, ou na melhor das hipóteses candidatas a ele, foram promovidas à linha de frente de modernidade”, fundamentalmente pela sua associação à

conservação ambiental. A própria noção de “populações tradicionais”, entendida como sujeitos políticos capazes de estabelecer uma articulação entre práticas conservacionistas e direitos territoriais, emergiu a partir desse contexto. (CARNEIRO DA CUNHA, 1999). Ao congregarem e opor grupos sociais diversos em torno de disputas nas quais a “natureza” adquiria papel central, estes conflitos, no âmbito da sociedade civil, passaram a impulsionar o emergente *movimento socioambientalista*, o “ambientalismo à brasileira”, que pouco mantém em comum com o ambientalismo “clássico” que se concentra nas questões técnicas ou administrativas para solucionar os impactos ambientais ou preservar a natureza (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 22).

A academia passa a buscar compreender esses conflitos, protagonizados por grupos sociais heterogêneos, que apresentam apropriações materiais e simbólicas singulares da natureza, em franca oposição, constituindo o campo dos estudos de conflitos ambientais, que é assim definido por Henri Acserald:

Os conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, ar, água, ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas dos outros grupos. O conflito pode derivar da disputa pela apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas, etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes (ACSELRAD, 2004, p. 26)

As oposições acerca das formas de se relacionar com o rio, manifestadas pelos sujeitos em conflito, evidenciam questões importantes, como os significados que o Rio evoca: O Xingu Vivo Para Sempre *versus* Xingu barrado, a qualidade e modos de vida *versus* Aproveitamento Energético, valor de uso *versus* valor de troca, uso local *versus* “necessidade nacional”, Xingu correndo para sempre *versus* Xingu barrado imediatamente. Há muitas camadas de relações e perspectivas dos sujeitos com o rio, temporalidades conflitantes, o tempo do capital que quer uma mercadoria retirada da natureza para gerar excedentes o quanto antes, o tempo dos ribeirinhos, pescadores e povos indígenas que desejam o rio mantendo sua movimentação de secas e cheias e proporcionando alimento material e espiritual, os socioambientalistas que defendem o rio e suas populações

tradicionais em seus ritmos próprios por entender que merecem ser respeitadas em suas tradições e também que existem outras alternativas de ampliar a geração de energia sem sacrificar tantas formas de vida, etc.

As questões de ordem socioambiental passam a ter reconhecida sua relevância principalmente a partir da década de 1990. Para Becker, um novo marco nesse sentido se deu no ano de 1996, quando o projeto ambientalista propôs a formação de imensos corredores ecológicos para a proteção ambiental, constituídos de mosaicos de áreas protegidas. Contudo, naquele mesmo ano, o governo federal – depois de uma década de omissão – retoma o planejamento (Programa Brasil em Ação), pelas mãos do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), resgatando e fortalecendo o modelo exógeno, e propondo a implantação de grandes corredores de desenvolvimento.

Tais projetos evidenciam a desarticulação entre as políticas – evidentemente conflitantes – de um mesmo governo. Nas palavras de Becker:

Corredores de transporte e corredores de conservação implementam, respectivamente, os modelos exógeno e endógeno orientados por políticas públicas paralelas e conflitantes. (...) A coexistência conflitiva dos modelos endógeno e exógeno marcou a região configurando a incógnita da *heartland*. Mas ela também influenciou na alteração do interesse nacional e nas próprias políticas públicas. (...) As políticas públicas passaram a refletir o interesse nacional em seus valores históricos atualizados pela incorporação das demandas da cidadania, e é essa transição que se expressa em duas políticas públicas paralelas desarticuladas e conflitantes. Ambas visam o desenvolvimento numa estratégia territorial seletiva, mas o desenvolvimento previsto por uma e pela outra, mais que diversos, são opostos. Uma baseia-se no favorecimento de novos investimentos para infra-estrutura e outra está direcionada para as populações locais e a proteção ambiental. (BECKER, 2007, p. 126-127)

Além disso, o que se destaca para nossa análise é a perspectiva do tempo histórico, do presente comprometendo a qualidade da vida humana no futuro, e essa perspectiva implica uma clara opção política. A forma de encarar o fardo do tempo histórico em situações peculiares, como é o caso de Belo Monte, indica a opção feita seja ela em favor dos ritmos e atributos demandados pelo capital, ou das manifestações dos sujeitos que apelam para o devir histórico, para a responsabilidade com as próximas gerações, o equilíbrio ambiental planetário, a sabedoria das diferentes culturas nas relações com a natureza, etc.

Os governos petistas de Lula e Dilma, eram formados por vários sujeitos que anteriormente foram militantes de causas humanitárias, socioambientais, que tiveram a oportunidade de viver experiências, desenvolver sensibilidades ao multiculturalismo existente na Amazônia e no país, desenvolver estudos e debates acerca da sustentabilidade articulada a projetos de desenvolvimento. Toda a trajetória discursiva e prática, baseada no movimento sindical, na configuração “de esquerda”, apontava para governos que mudariam profundamente os fundamentos da política econômica e social. Não obstante, os governos petistas, de Lula e de Dilma, marcharam na direção do oposto, ao apresentarem uma estranha concepção de desenvolvimentismo, que não alterava estruturalmente questões caríssimas a um “novo” projeto nacional e que, decisivamente incorporava elementos da concepção liberal de desenvolvimento (GONÇALVES, 2012, p. 639) “o novo desenvolvimentismo é mais uma versão do liberalismo enraizado (*embedded liberalism*), da mesma forma que o Consenso de Washington, o Pós-Consenso de Washington e as formulações da Nova Cepal”. Ao discutir a evolução da formulação político-ideológica de desenvolvimento econômico conhecida como novo desenvolvimentismo, Gonçalves analisa criticamente o novo desenvolvimentismo enquanto formulação teórica recente no Brasil, além de demonstrar a hipótese do novo desenvolvimentismo como mais uma versão do liberalismo enraizado. Ao caracterizar o nacional-desenvolvimentismo clássico, para fundamentar sua tese, Gonçalves destaca pontos-chave para entender quão pouco o projeto petista traz de “novo” ou de “desenvolvimentista”.

A concepção neomercantilista ou nacional-desenvolvimentista aparece como um compromisso entre mercantilismo e liberalismo. Autores tão relevantes quanto Hamilton e List reconhecem, seguindo o liberalismo econômico, que o mercado, em geral, e o mercado internacional, em particular, são elementos auxiliares, porém importantes, para o desenvolvimento econômico. Entretanto, para que o comércio exterior não se transforme em freio ao desenvolvimento é necessário que o Estado defina estratégias e implemente políticas que fortaleçam a economia nacional. *A especialização em produtos primários deve ser combatida e a industrialização substitutiva de importações deve ser promovida como a principal diretriz estratégica.* Em consequência, há destaque para a indústria nascente. *O capital estrangeiro também é bem-vindo desde que contribua positivamente para o desenvolvimento do país; ou seja, o controle de capitais é instrumento de ação do Estado nacional* (Hamilton, 1791-1995, p. 71-95). (GONÇALVES, 2012, p.649. Grifos da autora)

Ora, na condução dos três mandatos consecutivos, a especialização em produtos primários foi o grande objetivo perseguido pelos principais projetos petistas. O PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, sob a aura “sustentável” da produção de biocombustíveis, financiou projetos de monocultivos de dendê na Amazônia, provocando uma reconcentração fundiária significativa na mesorregião nordeste paraense, expulsando do campo agricultores familiares, que diante da ausência de incentivos e de infraestrutura social básica, preferem vender suas terras aos novos latifundiários emergentes. Além da falácia mascarada pela propaganda de apoiar a agricultura familiar pela produção de biocombustíveis, a outra frente do PAC, mais vultosa em recursos, visa retomar os projetos de expansão das usinas hidrelétricas, que historicamente servem de forma prioritária aos investidores estrangeiros que exploram o setor mineral no território amazônico. A finalidade dessas ações se voltou para o provimento de estrutura ao setor exportador de *commodities*, sujeitando a economia do país aos movimentos do mercado externo. Os fundamentos do nacional desenvolvimentismo apontam para o sentido inverso, conforme esclarece Gonçalves em seu estudo:

Portanto, o nacional-desenvolvimentismo foca tanto o crescimento econômico como a *redução da vulnerabilidade externa estrutural*. Esta última abarca a dimensão econômica e a dimensão político-militar (poder nacional). Na dimensão econômica a redução da vulnerabilidade externa estrutural *abarca todas as esferas: produtiva (mudança e melhora da estrutura de produção via industrialização), comercial (combate à especialização em produtos primários e criação de vantagens comparativas), tecnológica (avanço do sistema nacional de inovações, inclusive com a interação entre a indústria e o setor de defesa), e financeira (orientação e controle do capital estrangeiro)*. Na dimensão político-militar (defesa), o nacional-desenvolvimentismo é absolutamente claro em relação ao aumento do poder do Estado nacional. Hamilton (1791-1995, p. 88) é explícito: “Não somente a riqueza, mas a independência e a segurança de um país parecem estar intimamente ligadas à prosperidade das manufaturas. *Toda nação que pretenda atingir estes grandes objetivos deve procurar possuir o essencial para seu abastecimento nacional.* (GONÇALVES, 2012, p. 649. Grifos da autora)

Alves (2014) demonstra, ao longo de sua tese, um histórico elucidativo da abrangência das ações do Novo Desenvolvimentismo petista e do PAC, com uma das faces voltada para a retomada das grandes obras de hidreletricidade, sintetizada abaixo:

Com o PAC, um dos pilares do “Novo Desenvolvimentismo”, reforçou-se a retomada do Estado brasileiro no planejamento de grandes hidrelétricas, e com as mesmas reforça-se também o modelo energético para atender os grandes consumidores, especialmente os setores

eletrointensivos, a exportação de *commodities* de todos os gêneros, bem como de criação e articulação de infraestrutura ao território. (ALVES, 2014, p.80)

Como se pode depreender a partir dos estudos realizados e que comparecem de forma breve em nosso capítulo, a definição de Novo Desenvolvimentismo apresentada como característica da gestão petista, não encontra suporte teórico que justifique tal denominação. Se considera aqui que muitos autores se debruçam nas questões que contornam a construção da UHEBM, seja na análise do perfil da governança petista, nos seus fundamentos teóricos ou em seus desdobramentos práticos. São análises substanciais, que esclarecem muitos pontos presentes nos dramas sociais que são investigados na presente tese.

Na análise dos conflitos em torno de Belo Monte aqui apresentada, se evidenciam questões ainda não debatidas de forma direta, principalmente a corrosão dos movimentos de resistência, o ataque sofrido pelos sujeitos que se opuseram firmemente ao empreendimento barrageiro, a cooptação de parte dos movimentos sociais que se organizaram por décadas na luta por novos modelos de desenvolvimento na Amazônia.

É nesse sentido que se apresenta no próximo capítulo uma narrativa acerca das lutas dos movimentos sociais na região sudoeste paraense, que a partir das ações das pastorais da Igreja Católica, na circunscrição eclesial denominada Prelazia do Xingu, se consolidaram entre as décadas de 1970 a 2000. Serão destacadas as implicações decorrentes da retomada do projeto da UHEBM pelos governos petistas, especialmente as retaliações sofridas no interior dos movimentos sociais, que ao lutarem por justiça socioambiental sustentaram a base petista no âmbito regional até a sua chegada aos postos de poder.

A implosão a que foram submetidos os movimentos sociais apresenta diferentes formas: cooptação, silenciamento, aceitação formal, adesão parcial ou total ao empreendimento, segregação, afastamento. Tais situações foram delicadas de serem confrontadas nas entrevistas, pois há um certo constrangimento por parte de alguns sujeitos ao falar sobre a UHEBM e sua aceitação ou rejeição. Após as investigações do Ministério Público Federal, no âmbito da Operação Lava Jato terem apontado denúncias e confissões de corrupção, que envolvem o empreendimento e membros do governo petista, executivos das grandes empresas envolvidas em acordos precedentes às obras e durante a construção, um ambiente de envergonhamento é recorrente nas conversas mais diretas sobre o tema.

Contudo, há que se enfrentar a tragédia moral que atingiu duramente os movimentos sociais e a elaboração do passado é um passo importante na longa tarefa de educação que se faz necessária para a superação efetiva das mazelas inerentes ao sistema capitalista. Se Paracelso (*apud* MÉSZÁROS, 2005) afirmava que “A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice”, a construção de um futuro auspicioso depende também de aprendermos com os erros já perpetrados.

A autocritica nos ambientes mais pragmáticos ou dogmáticos ligados ao petismo ainda é aguardada. Existe quem propague teorias da conspiração para negar fatos exaustivamente comprovados, mas, há também quem se posicione retomando a luta, rompendo com práticas corruptas, compondo coletivos com fundamentos éticos e teóricos mais claros, incentivando grupos que estão buscando a formação de seus membros, sem abrir mão de fundamentos antigos, como a justiça social e o equilíbrio socioambiental. A busca por reconciliar a teoria marxista e o horizonte socialista que lhe é inseparável, com os movimentos sociais contestatórios do *status quo*, é tarefa daqueles que não se entregaram aos pântanos do reformismo subserviente, que tenta incansavelmente afundar os pés de todos na mesma lama.

No próximo capítulo se discute a partir da gênese das lutas organizadas nos movimentos sociais constituídos a partir da Prelazia do Xingu, que compreende o território atingido pela UHEBM, as características nefastas dos megaprojetos em curso na região e as perspectivas de reação.

CAPÍTULO 3 – A HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA NA PRELAZIA DO XINGU E OS DESDOBRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS NEFASTOS DE BELO MONTE

Vai ser tão bonito se ouvir a canção

Cantada de novo

No olhar da gente a certeza do irmão, da irmã

Reinado do Povo

Utopia (Zé Vicente)

A história dos movimentos sociais na região Sudoeste do Pará têm Altamira como centro difusor das organizações das ações coletivas e das denúncias de injustiças sociais das mais diversas ordens. Casos de violação dos direitos humanos se materializam na região desde a colonização portuguesa, quando as primeiras incursões feitas pelos pioneiros que buscavam riquezas na coleta de “drogas do sertão” (salsaparrilha, castanha-do-Pará, etc.) se confrontaram com os povos indígenas e que teve seguimento durante as fases de exploração da borracha das seringueiras (*hevea brasiliensis*). As notícias acerca das riquezas naturais existentes na bacia do Rio Xingu, secularmente se misturaram àquelas que envolviam os conflitos sangrentos com os povos indígenas que originariamente habitavam a região, aos relatos das condições terríveis a que eram submetidos os trabalhadores na coleta de látex e castanha-do-Pará, que incluía o isolamento nas florestas, a exploração e ameaças dos patrões, as violentas disputas territoriais. Exploração, medo e morte articulados aos sonhos de ter acesso a uma terra promissora de riquezas.

3.1 Fragmentos históricos de Altamira e da Prelazia do Xingu

A migração de nordestinos já ocorrera na região do Xingu desde os “Ciclos da Borracha”, o que promoveu o extermínio, a captura ou a fuga em massa de populações indígenas que habitavam a região do Baixo e Médio Xingu. As condições de exploração a que foram sujeitados os trabalhadores denominados “soldados da borracha” e seu papel na produção de riqueza e de miséria, as mortes, embates, são fartamente documentadas por

pesquisadores que analisam a história da Amazônia (NASCIMENTO, 1998; SILVA, 2008).

Relatos de antigos moradores da cidade, dizem que foi o Coronel Gayoso, o fundador da cidade, quem denominou de Altamira a localidade, a escolha do nome estaria relacionada com a cidade de Altamira, na Espanha. Gayoso, por ser um rico comerciante, teria em uma viagem para a Europa conhecido ou ouvira falar das cavernas recém descobertas naquela cidade, que continham pinturas rupestres admiráveis, razão pela qual passou a chamar a área próxima de sua propriedade, situada no médio Xingu, de Altamira (UMBUZEIRO, 2012). Data do ano de 1883 a chegada do coronel proprietário das terras da sede do município, contudo, há registros de viajantes, como Henri Coudreau⁸ que descrevem o início da povoação, cujas atividades econômicas eram baseadas no extrativismo, para fins de exportação, como a exploração da borracha das seringueiras (*hevea brasiliensis*).

Figura 2 - Altamira na década de 1940 – pouso de aeronave no Rio Xingu



Fonte: Umbuzeiro (2012)

⁸ Henri Coudreau (1859-1899), explorador francês que navegou ao longo do rio Xingu no período de trinta de maio a vinte e oito de outubro do ano de 1896. Conferir: COUDREAU, Henri. *Viagem ao Xingu*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1997. (Reconquista do Brasil, v. 49).

É fundante a presença da Igreja Católica, por meio da Prelazia do Xingu, no desenvolvimento dos movimentos sociais na região da circunscrição eclesiástica que envolve 13 municípios: Gurupá, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Altamira (sede da Prelazia), Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, São Félix do Xingu, Tucumã, Ourilândia do Norte e Anapu.

Uma Prelazia é a circunscrição eclesiástica que corresponde a um determinado território que abrange uma região composta geralmente por um ou vários municípios. Segundo a organização Igreja Católica em âmbito nacional, a Prelazia do Xingu faz parte da Província Eclesiástica de Belém (PA) e compõe o Regional Norte 2 (Pará e Amapá) da CNBB. A Prelazia do Xingu, no início teve sua sede em Porto de Moz (PA) e a partir de 1948 na cidade de Altamira (Figuras 3 e 4), foi canonicamente erigida em 16/08/1934 através da Bula papal *Animarum bonum postulat*, de Pio XI. (AAS, 1935).

Figura 2 - Praça em frente a Catedral de Altamira – década de 1940



Fonte: IBGE

Altamira teve seu desenvolvimento acompanhando os grandes ciclos econômicos da região Amazônica, se estruturou a partir dos ciclos da borracha, fundada oficialmente em 1883, durante o primeiro ciclo, com a migração de trabalhadores nordestinos e embates com os povos indígenas, conforme narra Coudreau na sua passagem pela região. Embora desde o século XVII os jesuítas tenham visitado a região e fundado missões que foram

ativadas e abandonadas durante os séculos XVIII e XIX, é a partir da chegada do coronel Gayoso que o pequeno entreposto de coleta do látex alcança a condição de vilarejo, tornando-se município em 1911.

Na década de 1940, durante a 2ª Guerra Mundial, a borracha novamente foi valorizada no mercado mundial e Altamira recebeu migrantes e soldados da borracha, trazidos pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), órgão criado em 1943 pelo governo de Getúlio Vargas em cumprimento dos “Acordos de Washington”. O órgão alistava, treinava e transportava nordestinos para a extração do látex na Amazônia (UMBUZEIRO, 2012). A população regional aumentou e a cidade de Altamira cresceu. Foi durante a década de 1940 que Altamira passou a ser Sede da Prelazia do Xingu. Dom Erwin resume a situação que encontrou na década de 1960 quando chegou à Prelazia.

Quando em 1965 cheguei a Altamira, a cidade tinha apenas uns sete mil habitantes. Hoje o município conta com uma população de aproximadamente 140.000. Também as outras quatro cidades existentes naquele tempo na região do Xingu eram bem pequenas: Gurupá, Porto de Moz, Souzel e São Félix do Xingu. Acho que em toda a prelazia não viviam mais de 30.000 pessoas (KRÄUTLER, 2017, s.p.).

Figura 3 - Vista da cidade de Altamira – década de 1940



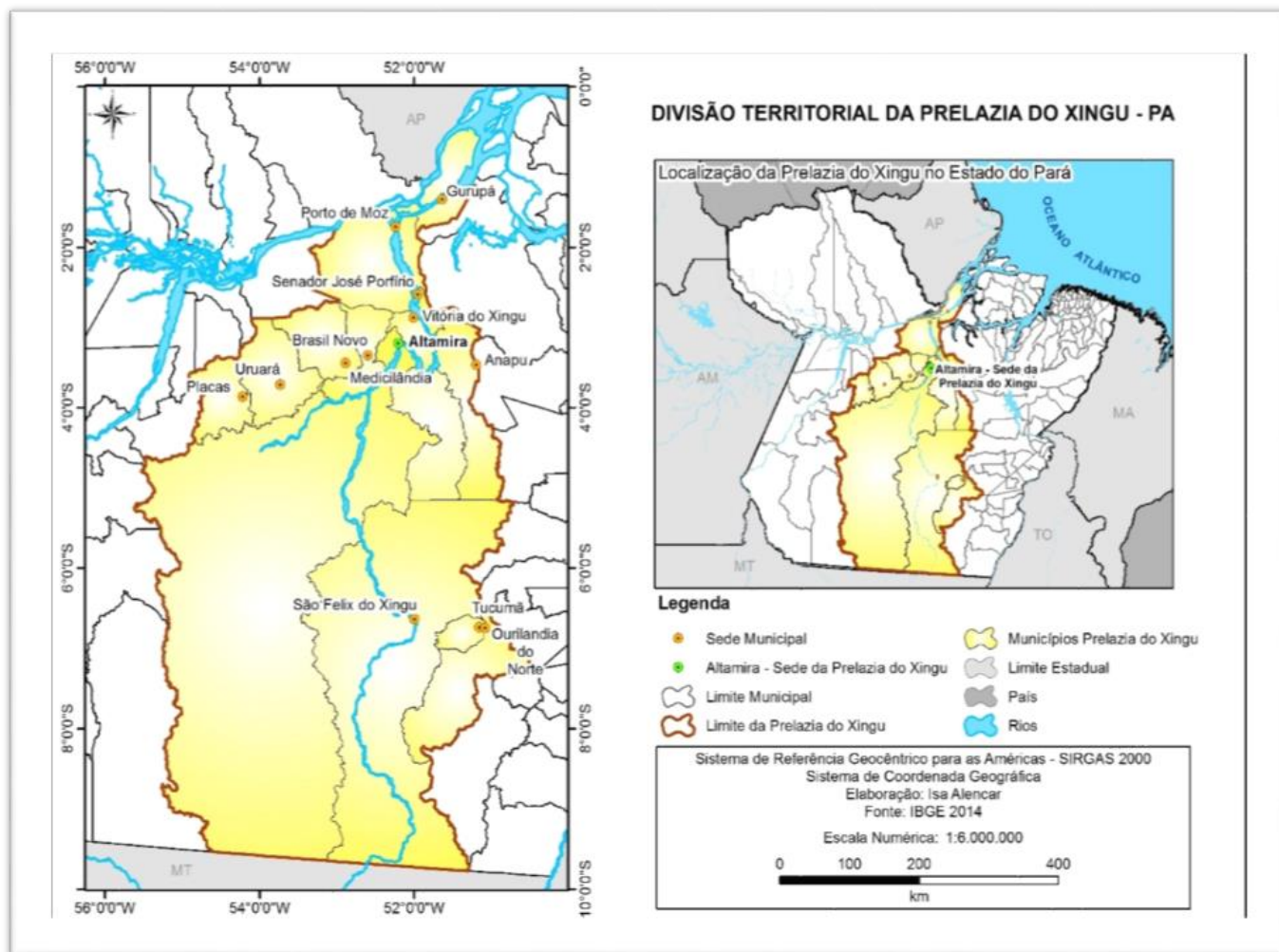
Fonte: IBGE

O ciclo seguinte foi a construção da Rodovia Transamazônica e a colonização, com instalação de agrovilas ao longo da estrada que cortou a floresta na década de 1970. Sobre essa transição, informa Dom Erwin:

Em 1971 iniciou a construção da Transamazônica. Aí, tudo mudou no Xingu. Praticamente da noite para o dia chegaram milhares de famílias, primeiro do Nordeste, mais tarde do centro e sul do Brasil. Conseguimos acompanhar as famílias “chegantes”. As comunidades fundadas naquela época existem até hoje. Mas começamos a sentir a falta de padres. Ficamos sobrecarregados e às vezes exaustos. (idem).

A extensão territorial da Prelazia do Xingu é de 354.000 km², e abrange municípios de diferentes mesorregiões, visto que a maior parte dos municípios está situado na Mesorregião sudoeste do Pará, contudo, o Município de Gurupá faz parte da Mesorregião do Marajó e o Município de São Félix do Xingu está situado na mesorregião Sudeste do Pará (Figura 5).

Figura 4 – Divisão territorial da Prelazia do Xingu - PA



Fonte: Elaborado por Isa Alencar e organizado pela autora (2016).

A abrangência territorial da Prelazia do Xingu é um importante fator na criação de uma ampla rede de comunidades, que socializam periodicamente suas dificuldades e através da metodologia denominada “Ver, Julgar, Agir”, em encontros na Sede da Prelazia, em Altamira, desde 1984. A partir dessas socializações, o grupo analisa e encaminha propostas de enfrentamento diante das conjunturas apresentadas. Essas análises da conjuntura e planejamento articulado garantiram a efetividade das ações e mobilizações diante de situações de inúmeras formas de violação de direitos verificadas na área.

3.2 A Prelazia do Xingu e os conflitos na sua área pastoral

As questões envolvendo violência no campo, disputas territoriais, impactos dos grandes projetos de desenvolvimento, ataque aos povos indígenas, violência contra as crianças, adolescentes e mulheres, as ameaças socioambientais, são temas recorrentes nas reuniões e assembléias da prelazia há mais de quatro décadas.

Naquele tempo realizou-se, de 24 a 30 de maio de 1972, em Santarém, o Encontro Inter-regional dos Bispos da Amazônia. Considero este encontro como marco decisivo para a evangelização na Amazônia nas décadas subsequentes até os dias de hoje. As palavras do Papa Paulo VI “Cristo aponta para a Amazônia” inspiraram as “Linhas prioritárias da Pastoral da Amazônia”. A partir do Concílio Vaticano II, da Conferência do Episcopado latino-americano em Medellín (1968) e “recolhendo a experiência e os anseios das bases” a Igreja da Amazônia escolhe duas diretrizes básicas: “(1) a Encarnação na realidade, pelo conhecimento e pela convivência com o povo, na simplicidade, e (2) a Evangelização libertadora”, que orientam a definição das quatro prioridades da Pastoral da Amazônia:

1- A formação de agentes de pastoral que “deve considerar, em primeiro plano, os elementos locais, os autóctones. Ninguém melhor do que o homem do próprio meio tem condições para exercer a liderança dentro da comunidade”.

2- As comunidades cristãs de base como “primeiro e fundamental núcleo Eclesial”.

3- A pastoral indígena: O CIMI, há pouco criado em Brasília, é considerado “órgão providencial (...) a serviço do índio e das missões indígenas”.

4- Estradas e outras frentes pioneiras: “Nesta hora em que a Transamazônica e outras estradas estão empreendendo a integração e o desenvolvimento da vastíssima região em conexão com as hidrovias, novos problemas solicitam nossa atenção e nossas providências”. (KRÄUTLER, 2017, s.p)

O advento da Teologia da Libertação e da criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a igreja católica latino-americana experimentou uma profunda vivência no meio popular. A opção preferencial pelos pobres fez com que os líderes, considerados progressistas, passassem a acompanhar de perto as dificuldades sentidas pela população e, diante das situações de opressão, passaram a denunciar conjunturas de violência, exploração, abuso de poder, miséria, nos diversos espaços da sociedade. A criação das diversas pastorais, como a Comissão Pastoral da Terra, Pastoral Indigenista, Pastoral Operária, proporcionou atividades de reflexão e ação nas comunidades (SILVA, 2008; SOUZA, 2007).

O atual bispo emérito do Xingu, Dom Erwin Krautler, assumiu por vários mandatos a presidência nacional do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e tornou-se articulador

nacional e internacional da luta pelo reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, desde o processo constituinte, no qual teve participação decisiva. Sob a liderança do bispo D. Erwin Krautler, que atuava como padre na região de Altamira, desde 1965, e mais tarde, na condição de bispo de 1981-2016, a Prelazia do Xingu se configurou como base difusora das lutas populares por direitos e por justiça socioambiental.

Destacam-se na biografia do religioso, seu envolvimento em várias lutas, como o evento de bloqueio da Rodovia Transamazônica (BR - 230) em 1983, em que canavieiros que estavam há meses sem receber seus salário protestavam, ocasião em que o bispo foi imobilizado e detido por policiais militares (SOUZA, 2006). Além desse fato, teve atuação decisiva nas negociações durante a Constituinte, para garantir a inclusão dos direitos dos povos indígenas no texto da carta, bem como na articulação liderada pelos indígenas em 1989 para a manifestação contrária às barragens no Rio Xingu.

De acordo com o bispo, as mobilizações organizadas como movimentos sociais, passaram a ocorrer na região, após a abertura da Transamazônica, a partir de 1972 (LACERDA, 2013). A chegada dos milhares de migrantes atraídos pelo projeto de colonização e abertura da Rodovia Transamazônica, na década de 1970, quando a igreja assumia um caráter progressista, proporcionou a efervescência regional na organização das comunidades e movimentos sociais.

Na verdade, surgiu um novo jeito de ser Igreja, e também um novo jeito de ser padre. Como bispo tornei-me *peão do trecho*, porque a agenda ficou recheada de visitas e viagens pastorais até os confins da Prelazia. Comecei a viver o São Paulo escreveu aos Coríntios: “Não temos morada certa” (1 Cor 4,11). Digo até com um certo orgulho, que não existe ninguém no Xingu que conheça as regiões desta imensa Prelazia como eu as conheço. Fui até as nascentes dos rios e igarapés, até os fundos das estradas vicinais, até as comunidades mais distantes, onde se pensa que o mundo termina. Tinha gente que dizia brincando: “Onde Judas perdeu as meias, pois as botas perdeu já há muito tempo!” (KRÄUTLER, 2017, s.p)

De acordo com documento da CNBB de 1982, as CEBs trazem a participação efetiva das pessoas para dentro da Igreja Católica.

A dimensão sócio-política presente, portanto, na atuação das CEBs, é, de si, a mesma que deve estar presente em outras comunidades eclesiais e organismos de evangelização. O novo que as CEBs trouxeram foi o fato de oferecerem, dentro da Igreja, um espaço para o próprio povo simples participar da evangelização da sociedade através da luta pela justiça. Nesse sentido, as CEBs têm se manifestado como lugar privilegiado, da educação para a justiça e como instrumento de libertação. (CNBB, 1982, p. 8).

A Prelazia do Xingu na década de 1980 recebe a notícia da troca de bispos. O então padre Erwin foi escolhido pelo Vaticano, após quinze anos de trabalho na Prelazia do Xingu.

Oficialmente fui nomeado no dia 07 de novembro de 1980, mas o anúncio foi feito somente no dia 12 de novembro, dia de São Josafá, bispo e mártir. Meu Jesus amado, quando me lembro daquilo, ainda hoje estou tremendo! Decidi fazer uma reunião com os padres, leigos e leigas, religiosos e religiosas na Betânia, nosso Centro de Formação. Falei para todos: “Olhem, não tenho experiência nenhuma de ser bispo. Peço que vocês me ajudem!” A turma se reuniu em grupo por “categoria”: padres, religiosas, leigas e leigos. A pergunta foi: “O que esperam do novo bispo?” Guardo o resultado até hoje. O que mais me impressionou foi a resposta dos leigos e leigas: “Padre Erwin, queremos que seja um bispo homem de Deus, homem de oração” O segundo pedido deles foi: “Não seja um bispo de gabinete, mas venha nos visitar em nossas comunidades para que possa sentir na pele o que nós sentimos”. (KRÄUTLER, 2017, s.p.)

A fotografia do bispo sendo retirado da manifestação de canavieiros em 1983 à força pela PM, foi divulgada nos principais jornais do estado do Pará e é bastante representativa do clima de intensas disputas entre as camadas populares e os interesses patronais na região (Figura 6).

A conquista de direitos a partir da mobilização dos trabalhadores, apoiados pela Igreja Católica, incentivou muitos trabalhadores a se engajarem nas comunidades eclesiais de base e a partir das reuniões comunitárias, os encontros litúrgicos criaram círculos de formação comunitária, pois as celebrações de cultos e novenas apresentavam ao lado dos textos bíblicos, reflexões acerca dos problemas vivenciados nas localidades e de possíveis ações para superar tais problemas, que poderiam ser de diferentes níveis de gravidade, tratando, por exemplo, desde a questão da (in)trafegabilidade das estradas vicinais até a questão das grilagens de terras e exploração ilegal de madeira.

A confiança dos comunitários no fato de que suas demandas seriam repercutidas com o auxílio da Prelazia do Xingu, fazia com que os religiosos estivessem sempre a par das situações problemáticas ocorridas no interior do vasto território da Prelazia do Xingu e pudessem recorrer aos meios de comunicação para denunciar os casos mais graves.

Figura 5 - Bispo imobilizado por PM durante protesto de canavieiros em Medicilândia – PA



Reprodução - Acervo - Prelazia do Xingu (2016).

A estrutura sindical na região até então era incipiente, pois se comparada a situação na região Nordeste, na época, havia aproximadamente 678 Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), enquanto que reunindo a Amazônia com alguns estados do Centro-Oeste, totalizavam apenas 170 sindicatos (ALMEIDA, 1993).

A igreja possibilitava aos grupos participar de outras iniciativas, fornecendo para tal, referenciais sócio-políticos baseados nos princípios de autonomia e reflexão (HÉBETTE, 2004). A igreja católica atuou na fundação e desenvolvimento da maior parte dos movimentos sociais atuantes na região: STRs, Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade, Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica⁹,

⁹ O Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica, foi criado em 1987, reunindo em uma frente as CEBs, sindicatos, grupos de jovens, associações de moradores, etc. A principal reivindicação era a retomada do projeto de colonização, que fora interrompido. O abandono pelo governo das famílias assentadas ao longo da Rodovia BR 230, impedia a circulação dos moradores no período chuvoso, dada a precariedade da estrada. Além disso, a infraestrutura nas áreas da saúde, educação e segurança era insuficiente. Teve a denominação alterada e atualmente é chamado de Fundação Viver, Produzir, Preservar (FVPP) e/ou Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX).

que surgiram a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), consolidando grupos que fortaleciam as relações solidárias primárias, como os grupos de vizinhos.

Figura 6 - Manifestação dos canavieiros 1983 - Medicilândia - PA



Fonte: Acervo da Prelazia do Xingu –Pesquisa de Campo (2016)

Ao narrar sua trajetória em entrevista, uma migrante originária dos projetos de colonização coordenados pelo INCRA, militante dos movimentos sociais na Transamazônica, descreve a dinâmica das Cebbs, a *performance* dos padres na organização das comunidades e a sua inserção nos movimentos sociais:

Era na quatorze [travessão], lá no Brasil Novo, comunidade Sagrada Família, era assim que a gente chamava, e aí eu era professora lá, e através da igreja a gente ia sendo convidado pra participar de encontro para catequistas, encontro de jovens né, você ia envolvendo o padre ia lá fazia aquela missa, normalmente uma vez por mês, os padres da época eram padres [...] e aí a gente era convidado e nisso também, a primeira vez que eu ouvi falar do movimento, foi do movimento sindical, foi pela igreja né, aí o padre apresentou o movimento sindical, levou uma liderança do STR, isso sindicato dos trabalhadores rurais, levou lá pra dizer essa é uma forma de vocês buscarem seus direitos, terem escolas, estradas e tudo é sindicalizando criando uma forma, que também era um

movimento sindical do país também naquele tempo, todos os sindicatos né, e aí a gente ia sendo estimulado pra participar dessas coisas, a gente ia sendo convidado, claro a família sempre deixava, se era uma coisa da igreja fazia, a gente podia ir. Então essa foi a forma como eu comecei, comecei já nos movimentos jovens, nas atividades da igreja, porque conheci o movimento dentro das comunidades eclesiais de base, não fui em uma do sindicato, eu fui numa reunião da igreja, e do movimento social, que era uma coisa diferente e através disso, eu fui me envolvendo. Aí você vai na reunião, aí fui convidado pra participar tinha as manifestações que eram organizadas, atividades da igreja. (Trecho de entrevista: Liderança de movimento social, PBM, Altamira, julho/2015).

A postura política ativa dos padres na Prelazia do Xingu ocorreu na maioria dos municípios. A formação das lideranças comunitárias, sindicais e partidárias se dava a partir das reuniões da Igreja e se desdobrava para as outras frentes de atuação. Os agentes de pastoral, como eram denominadas as lideranças das Cebs, passavam a ser agentes formadores, organizadores, assumindo a coordenação local da comunidade e participando das reuniões da paróquia e da Prelazia. Assim se constituiu a base dos movimentos sociais da Transamazônica/Xingu, amplamente reconhecidos na sociedade regional e nas pesquisas acadêmicas (SILVA, 2008; SOUZA, 2007; LACERDA, 2013). Acerca das motivações para o engajamento das pessoas nas comunidades e nos movimentos sindicais, encontramos relatos que guardam semelhanças:

“Bom as duas razões que motivaram meu envolvimento né, uma delas é a relação do campo né, minha família, ela é uma família de agricultores em todo sua história né, na verdade mudou um pouco da minha geração pra frente né, mas até então todo mundo era agricultor, nós viemos pra morar no Brasil Novo, Zona Rural, e como a gente chegou em setenta e oito, isso já tinha vários problemas, porque a colonização ela já estava abandonada já, pelo governo, então já tinha problema de estrada, falta de escola, saúde e de outro lado você tinha a igreja, minha família é uma família católica, aí tinha as comunidades eclesiais de base que estavam surgindo e essas comunidades que também discutiam, também batizavam faziam tudo isso, eles também discutiam os problemas sociais né, na minha comunidade a minha mãe foi professora”. (Trecho de entrevista: Dirigente de Movimento social, Altamira, julho/2015).

As trajetórias de militantes e lideranças entrevistadas, possui em comum o padrão de chegada à região em busca de terra, para morar, plantar, expulsos pelas condições de pobreza em seus lugares de origem, independentemente de virem da região Sul, Nordeste ou Sudeste.

“Então meu pai e minha mãe eles eram cearenses, mas aí eles se mudaram para o Piauí. Para a cidade de Piripiri, em busca de terra para

trabalhar né, tinha um tio que tinha um pouco de terra, então eles iam com meu pai, meu pai arrendava a terra. Aí eu nasci lá, eu nasci em 1949, de formas que meu pai ficou trabalhando e tudo mais, mas que a situação era bem ruim né, muitos filhos, pouca renda, aí tinha um tio que morava aqui no Xingu em Altamira, um tio irmão da minha mãe, aí esse meu tio mandou dizer para meu pai que se ele quisesse vir pra cá, pro Xingu no Pará, trabalhar, que tinha terra pra ele, e meu pai não pensou duas vezes: colocou a gente dentro de um trem até Teresina, a aí nós viemos pra cá. Foi uma viagem, quase um mês de viagem de Belém, depois viemos pra num navio chamado chatinha, que levaram oito dias ainda pra chegar aqui, aquele sacrifício todo. Aí nós chegamos aqui em 1953, que a gente chegou em Altamira, passamos um dia aqui, em uma casinha aqui na cidade, que só tinha algumas casas, Altamira era mais uma floresta, uma mata, que tinha poucas casas, algumas casas, a igreja da Catedral, então nós ficamos aqui em uma semana até que organizasse o lugar, aí nós ficamos lá na roça, que meu tio tinha uma casa lá na roça, até que conseguisse fazer casa no novo terreno que meu pai ia tirar pra ele” (Trecho de entrevista: Expropriada de bairro urbano, Altamira, março/2016).

A Prelazia do Xingu e os movimentos sociais a ela ligados foram ameaçados e atacados, na figura de suas lideranças, como Ademir Federicci - o “Dema”, e Bartolomeu Moraes da Silva, - o “Brasília”, que foram assassinados em virtude de suas lutas por justiça socioambiental na região da Transamazônica/Xingu.

3.3 Lutas, ameaças e mortes

Na época da morte de Ademir “Dema” Federicci, havia um clima inicial de intensos debates acerca da UHE de Belo Monte, confrontando o movimento socioambiental, de origem comunitária e sindical, que defendia projetos sustentáveis para a região, em oposição ao movimento do patronato local, que organizado em associações, passou a patrocinar campanhas favoráveis ao empreendimento, desenvolvendo um ambiente hostil aos opositores da UHEBM, fazendo uso dos meios de comunicação da cidade, de propriedade de membros desses grupos. Havia um movimento de construção coletiva desde 1988, com Chico Mendes, no sentido de construir alternativas de sobrevivência que harmonizassem a classe trabalhadora e o ambiente na Amazônia, apresentando as experiências e projetos comunitários e agroecológicos como alternativas para o desenvolvimento regional.

“E aí o movimento começou a dizer, olha, o governo vem novamente agora, anuncia Belo Monte e diz que não tem impacto tudo mais, anuncia Belo Monte que já começou aí, já pediu licença ambiental pela secretaria de Meio Ambiente do Estado, já os indígenas vieram denunciar que pessoas estavam entrando nas terras deles sem pedir licença, sem explicar nada, e aí fizemos muitas reuniões e numa dessas reuniões decidimos que o movimento continuaria continuar lutando contra as barragens do Rio Xingu, e ela (Eletronorte) anunciou o complexo Belo Monte. A partir daquela data nós também juntamos as comunidades tradicionais - os ribeirinhos da Terra do Meio, os indígenas e os povos contra as barragens do Rio Xingu passariam a ir na luta por políticas públicas pra região, passaria a se chamar Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, aí o Xingu entra e senta, é o MDTX, e aí ficou decidido uma comissão de cinco pessoas pra levar essa discussão, chamar o governo pra fazer essa toda essa discussão sobre o Belo Monte, com as outras lutas e as outras políticas, que esse grupo faria essa articulação, essa luta contra Belo Monte. E ficaram cinco pessoas, só eu de mulher. (Trecho de entrevista: Liderança expropriada, Altamira, março/ 2016).

A visibilidade que o movimento contrário à UHEBM passou a ter em meados do ano 2000, incomodou bastante os grupos de empresários e políticos, que já calculavam formas de lucrar com o empreendimento. As ameaças de morte contra as lideranças da resistência aumentaram de volume, assim como avançavam as ações pró- Belo Monte do governo Lula, que tinha a ex-presidenta Dilma Rousseff como Ministra das Minas e Energia. A movimentação da resistência buscava apoio nos ambientalistas de diversas universidades, ONGs, além do apoio da Prelazia do Xingu, que a partir do firme posicionamento do Bispo, apoiava os trabalhos de esclarecimento e organização da população que seria atingida pelo empreendimento.

“Esse encontro foi em dezembro de 2000, então saímos desse encontro já, com essa missão e fomos trabalhar, fazer reuniões, chamar alguns movimentos da região, para fazer seminários e reuniões. O Dema fez audiência na câmara, na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, também em outros lugares, falando essa questão do Belo Monte, *denunciando já que o governo tinha passado por cima sem reunir a sociedade*, sem cumprir a lei. Fez um grande seminário no Instituto Maria de Mattias, que foi o último que o Dema participou. O ministério público federal esteve presente, o Antonio Lopes Muniz, que era presidente da Eletronorte na época esteve presente, *os indígenas denunciaram o que as empresas já estavam fazendo, entrando nas terras deles*, então foi denunciado também, *que o governo tinha contratado a Secretário Estadual do Meio Ambiente pra dar licença, e deixa que o Rio Xingu era um rio federal*; e que havia também *contratado uma faculdade (FADESP-UFPA) sem licitação*, aí foi mantido e o ministério público federal entrou com uma ação e o EIA foi embargado, foi uma alegria quando foi suspenso. E quando foi 25 de fevereiro de 2001, o Ademir Fredericci foi assassinado em sua casa, até hoje o real motivo não foi esclarecido. *Só sabe que ele estava à frente, contra o Belo Monte, assim como o bispo, D. Erwin, que também foi ameaçado de morte por causa de Belo Monte*. Tem também o fato de Dema ter denunciado um cemitério de carros em Medicilândia e o roubo de madeira em terras

indígenas em Medicilândia. *Depois da morte de Dema foi muito difícil nos levantarmos, mas nós conseguimos levar esse movimento até 2005, então o governo só avançava*”. (Trecho de entrevista: Liderança expropriada, Altamira, março/ 2016).

A violência utilizada para silenciar e intimidar as lideranças populares apesar do medo inflingido, gerava o fortalecimento dos movimentos nas bases e dava visibilidade maior aos movimentos sociais e às causas por eles defendidas, agregando apoios em outras regiões do país e do mundo.

As primeiras represálias aos líderes ligados à Igreja Católica na Prelazia do Xingu, tinham como motivação as denúncias acerca da violência nas disputas agrárias entre grileiros e posseiros, em relação aos roubos de madeira e invasões às terras indígenas. As primeiras ameaças ocorreram na década de 1980, que culminariam com o atentado contra o bispo do Xingu em 1987, quando foi vítima de um acidente rodoviário suspeito e nunca esclarecido, no qual um padre foi morto e o bispo gravemente ferido, fato ocorrido no contexto dos debates acerca dos direitos dos povos indígenas na Constituinte.

Em outros episódios, ocorreram ameaças como as que resultaram no assassinato da religiosa norteamericana, naturalizada brasileira, Dorothy Stang, no ano de 2005. Irmã Dorothy estava atuando na região havia décadas, na defesa dos trabalhadores rurais na luta pela terra frente os fazendeiros, grileiros e madeireiros atuantes no município de Anapu e adjacências.

A freira, idosa, sofria ameaças recorrentes, inclusive com a criação de consórcios de empreendedores do agronegócio local, para financiar seu assassinato. Em fevereiro de 2005, em pleno governo do presidente Lula, durante uma fase de acirramento das disputas locais envolvendo os projetos de assentamento sustentável que Dorothy defendia, a religiosa foi assassinada em uma estrada rural, quando se deslocava a pé para uma reunião com os colonos. Os mandantes e assassinos foram julgados e presos, depois soltos, alguns cometeram outros crimes de assassinato após a soltura. Essas notícias e fatos envolvendo mortes, nas disputas territoriais, não cessaram nem mesmo durante os governos petistas. As expectativas de que houvesse uma Reforma Agrária, regularização fundiária, julgamento e condenação dos mandantes de crimes por conflitos fundiários, foram frustradas nos mandatos consecutivos de Lula e Dilma. Os projetos alternativos de

ocupação como os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS)¹⁰, defendidos pela Irmã Dorothy, não obtiveram apoio suficiente durante os mandatos petistas para constituírem uma nova forma de fazer reforma agrária na Amazônia.

Figura 7 Fotografia de Irmã Dorothy assassinada em 2005



Fonte: Comitê Dorothy Stang

As mudanças verificadas entre as décadas de 1980 e 1990 nos movimentos sociais na escala nacional, foram incorporadas em um ritmo mais lento na região. Na década de 1980 os movimentos sociais se unificaram, criando o Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica – MPST- (1987), aglutinando na escala regional os STRs, movimentos de jovens, CEBs, etc., na luta por uma pauta comum, que reivindicava do Estado políticas públicas e infraestrutura para os moradores que enfrentavam dificuldades na circulação de pessoas e da produção agrícola (condições das estradas), falta de incentivos para a produção na agricultura familiar, falta de serviços nas áreas da saúde, educação e segurança (SOUZA, 2007).

Na década de 1990, movimentos sociais específicos, como o movimento em defesa das crianças de Altamira - Comitê em Defesa da Vida da Criança Altamirense, Movimento de Mulheres, foram organizados, com o apoio da igreja católica, e protagonizados por

¹⁰ Mais detalhes acerca dos PDS em Anapu podem ser encontrados em: <https://www.ecodebate.com.br/2008/11/20/os-projetos-de-desenvolvimento-sustentaveis-pds-idealizados-por-dorothy-stang-provam-que-sustentabilidade-e-possivel/> Acesso em jun. 2014.

lideranças femininas urbanas e rurais, que atuavam nas pastorais e CEBs e começavam a criar seus coletivos de gênero. O comitê em defesa das crianças surgiu para denunciar os casos de assassinatos e emasculações de meninos, ocorridos em Altamira entre os anos de 1980 e 1993, trazendo visibilidade ao quadro de violência contra a mulher e contra a criança, denunciando a impunidade reservada aos grupos poderosos envolvidos em crimes na região.

“Em 1987, 1988 e 1989, 1990 foram muitos casos, as violências contra as mulheres, eram assassinadas e aí ficava tudo impune. Aí veio a Campanha da Fraternidade “Mulher e Homem imagem de Deus”, e aí nós discutimos sobre essa campanha e vemos a realidade da violência contra a mulher em comunidade, então fizemos assim, a própria campanha incentivava bastante, que as mulheres se organizassem (pausa) aí nós pensamos bastante. Eu e uma colega de Brasil Novo, nós fomos participar do estudo da campanha em Belém e quando nós voltamos o curso foi muito forte e de incentivo na organização das crianças. Quando nós chegamos fizemos uma convocatória e aí nós formamos um grupo de mulheres de Altamira e Brasil Novo, e nos demos conta então da importância de criar uma organização das mulheres, para lutar contra a impunidade, contra a violência, por justiça e aí então isso foi feito. E aí nós criamos o estatuto, discutimos bastante, fundamos o movimento de Mulheres de Altamira, Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade, e então essa organização, ela foi consagrada no dia 08/03/1991. Pela primeira vez em Altamira as mulheres mais de oitenta pessoas e alguns padres apoiavam, padre Sávio, nós fizemos uma passeata no centro da cidade, cobrando justiça, contra a violência na comunidade, eu fui a primeira coordenadora, eu não sabia de nada, não tinha experiência nenhuma, mas tive que ficar como coordenadora do movimento por três anos. E aí nós levamos esse movimento pra frente, foi crescendo... várias irmãs fizeram parte também, e nós passamos praticamente uma década nessa luta contra a violência, e aí nessa mesma época vem a violência contra os meninos de Altamira, no caso dos emascarados, crianças de 8 até 13 anos, crianças pobres desapareciam e quando apareciam Não se sabia como apareceu, foram mutiladas, estupradas arrancavam os órgãos genitais... todo tipo de crueldade, essas crianças foram mortas ... e aí foram as mulheres que realmente puxaram a frente nessa luta contra a violência nas crianças, por dignidade, por justiça”. (Trecho de entrevista: Liderança expropriada, Altamira, março/ 2016).

A narrativa evidencia o papel da igreja como *locus* de reflexão, debate e organização na denúncia das injustiças sociais recorrentes. A violência contra as mulheres e crianças começa a ser encarada como práticas de barbárie, desconstruindo o silêncio coletivo em torno de assassinatos e estupros que ocorriam na região.

Em 1989, aconteceu o evento dos povos indígenas contra a UHE Kararaô, em Altamira, que obteve o apoio dos movimentos sociais da região, gerando a partir desse

marco, uma ampliação nas lutas sociais, que antes priorizavam as demandas dos agricultores familiares remanescentes da colonização da Transamazônica. A narrativa dos fatos daquela época por uma das lideranças, dá conta desse alargamento dos horizontes de lutas e do despertar para uma ação conjunta por justiça socioambiental, incluindo os povos indígenas como interlocutores.

“Já essa questão indígena, que partia da prelazia, sempre foi né, a questão indígena, eu fazia parte do grupo do trabalho da pastoral indigenista, das assembleias da prelazia, e em 1989 foi o grande encontro dos Kayapó, com os outros povos da bacia do Xingu, e outros que vieram de outros estados do país, que apoiavam o povo do Xingu. O primeiro encontro dos povos indígenas e as hidrelétricas do rio Xingu. Então aí nós já tínhamos um movimento social, que não participou ativamente da questão indígena, mas que os apoiou. E aí nessa época já tinha o Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), que era formada pelos sindicatos, pelos estudantes, pelos sindicatos de educadores, pelas mulheres, pelas cooperativas, enfim pelos trabalhadores e trabalhadoras da região. E aí nós apoiamos os movimentos indígenas, fizemos uma grande manifestação em apoio a luta indígena, contra Kararaô e eles foram bem fortes, foram ao Banco Mundial e denunciaram que iriam alagar as terras indígenas e violar os direitos humanos, aí o Banco cancelou o apoio dos recursos que iria mandar pra construir as barragens, que ia construir no Xingu a (UHE) Kararaô. E aí a índia Tuíra com aquele gesto heroico, que chamou o Muniz de mentiroso quando ele disse que as terras indígenas não iriam alagar, ela e seu facão fez esse gesto heroico de defesa do seu povo, seu território, (o projeto) acabou então indo pra gaveta. E esses índios sofreram muito processo, muita criminalização também, por estarem atrapalhando, o preço do progresso, segundo as empresas e os capitalistas. E em 1991, toda essa luta do movimento pela sobrevivência da Transamazônica, que foi chamar a atenção do governo federal, que fez o projeto de colonização e que trouxe milhares de famílias aqui, jogou aqui e virou as costas, então esse movimento grande, foi muitas vezes a Brasília, pra Belém, cobrar políticas públicas, cobrar atendimento pra essa região, e quando a gente tem parte dessas reivindicações atendidas, que foram as questões dos hospitais, postos de saúde, das universidades, dos agentes comunitários de saúde, a melhoria das vicinais, enfim, a questão da energia também, quando parte dessas reivindicações estava prontamente concluída, no final de 2000. FHC antes de sair, anunciou que iria construir essa barragem no Xingu, não era mais Kararaô, que se chamaria Belo Monte. Que seria menor o projeto, com melhor engenharia e que não iria atingir as terras indígenas, que não iria alagar, mas que iria ser construída aqui em uma área chamada Belo Monte, no município de Vitória do Xingu, portanto, era um empreendimento que não iria criar impacto nenhum.” (Trecho de entrevista: Liderança expropriada, Altamira, março/ 2016)

É interessante perceber que havia até então uma separação interna, mesmo no interior das pastorais e comunidades eclesiais de base, que diferenciava a luta dos povos

indígenas das lutas dos colonos, da agricultura familiar, assentados na Transamazônica. O processo de unificação das lutas é recuperado nas narrativas e demonstra o complexo caminho das alianças socioambientais na região, que teve o evento de 1989 como marco.

Então nesse encontro (1989), houve uma aproximação, no começo também foi quase uma resistência, porque assim até quando eu fui fazer mestrado, eu estava lendo uma carta que a SOPREN na época fez, sobre os povos indígenas, sobre a migração né, então assim é uma carta que faz uma crítica profunda aos grandes projetos, junto com ele todos que vieram né, todos os trabalhadores, então o movimento sindical também. Então ele (movimento sindical de agricultores familiares) criou um movimento meio que de resistência, apoiado pelo MAB né, dizendo assim ‘nós também somos atingidos, por esse negócio aí que ninguém sabe direito o que é, que vão construir’ né, e aí criaram na época a CRACOX, Comissão Regional dos Atingidos pelas Hidrelétricas do Xingu, e aí eram os agricultores que estavam nisso por dois motivos, um era pra também, já que esse troço era tão grandioso e podia destruir tanto, a gente também queria estar preparado, esse é um lado da resistência, e o outro também era pra dizer pra toda essa mobilização ambiental nacional e internacional, que os agricultores não eram destruidores da Amazônia, nós somos iguais a vocês também, a gente também é vítima, até certo ponto, do processo. (Trecho de entrevista: Dirigente de Movimento social, Altamira, julho/2015).

Concomitante a esse processo de dinamismo dos movimentos sociais, a dinâmica político-partidária ganhou maior força, causando o deslocamento de lideranças das bases comunitárias e sindicais para os postos no partido ou na fundação¹¹, assumindo funções executivas, desenvolvendo um novo perfil de militantes, assemelhados aos militantes de Ongs. Contudo, o sucesso eleitoral do PT provocou o afastamento de lideranças dos movimentos religiosos e das bases locais, provocando um esvaziamento nos quadros dos movimentos sociais e gerando um processo de desmobilização progressivo, fenômeno verificado por Lacerda (2013), em pesquisa nos movimentos sociais na região.

Na visão dos militantes próximos aos religiosos católicos – e dos próprios religiosos –, *os movimentos sociais foram ‘enfraquecidos’ e ‘esvaziados’ pelo governo, sem que isso resultasse em melhorias diretas para as suas comunidades de origem*. Embora reconheçam os avanços ocorrido nos últimos anos, sobretudo no tocante aos direitos sociais, eles concordam que isso não teria se dado sem prejuízos. *A desmobilização que marca o atual cenário político tem impactos imediatos, entre eles a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte*. Em quase todas as entrevistas, ouvi das lideranças que o Estado só funciona se pressionado pelo ‘povo’ mobilizado. Trata-se de uma visão interessante, pois supõe um

¹¹ Fundação Viver, Produzir, Preservar. Criada a partir dos acampamentos do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), no ano de 1994.

apartamento entre as esferas do Estado e do ‘povo’ propriamente dito. De um lado, o Estado, visto como uma engrenagem movida por interesses próprios, que, contudo, interrompe seu *modus operandi* quando o ‘povo’ se faz ouvir. De outro lado, o ‘povo’, *produto da ação coletiva que precisa manter-se em constante alerta, em constante vigilância*, ou seja, em perene estado de vigília. (LACERDA, 2013, p. 167. Grifos da autora)

A chegada do PT ao poder central em 2003, agravou ainda mais a situação de esvaziamento dos quadros e desmobilização das bases de movimentos sociais, o que afinal, se revelou uma estratégia favorável à implantação da UHE Belo Monte, que foi imposta sem que uma resistência robusta fosse arquitetada, mesmo se dando contra a vontade antes expressada pelas bases originárias dos movimentos sociais e do próprio PT.

3.4 As camadas da corrosão classista – escalada conservadora do governo petista

Uma das questões levantadas é a do esclarecimento da população, que não houve, antes ou durante o governo petista, acerca do que era, de fato, a UHEBM e o que ela implicaria para os moradores da região. Tal como se deu em Tucuruí, a população atingida não teve a oportunidade de compreender o que representava o megaempreendimento, o que justificava todo o transtorno que aconteceria. Até mesmo uma liderança bastante esclarecida dos aspectos técnicos e políticos se ressentia da obscuridade sobre o assunto.

“(…)eu acho que primeiro, *tinha um desconhecimento total sobre, do que era a hidrelétrica e o que ela representava*, esse é o ponto inicial da história, depois *tinha uma ideia da hidrelétrica, mas era ideia tão distante* e na verdade assim qual era o foco das lutas dos agricultores naquela época? Era cobrar do governo, aquilo que ele prometeu no projeto de colonização né, crédito, estrada, educação, saúde. Era cobrar o projeto de colonização, era um movimento de migrantes também, de gente que veio de fora, e *não tinha uma informação do Estado para hidrelétrica*, e a relação que estabelecia com o movimento ambiental que realizava essa discussão, era uma relação muito periférica e muito tumultuada, por conta dessa incapacidade de separar, os agricultores migrantes de toda história dos grandes projetos da Amazônia. Então assim, esse começo, *era um começo que ninguém sabia muita coisa*. Depois eu diria assim que os agricultores, eles começaram a ter uma compreensão e à medida que foi tendo essa compreensão, tendo essa relação com o MAB, aí o MAB vai mostrando o que aconteceu com outras hidrelétricas, o que pode acontecer aqui tal, e isso vai fazendo que vá tomando uma posição né, o que é uma posição, e assim e daí não podemos ir embora daqui, nós também temos direito aqui, e nós o que vai acontecer com a gente?. Então assim, você tem um movimento que disse se isso é pra destruir todos nós, ninguém quer, eu acho que isso é uma primeira manifestação, e aí todo mundo era contra o Belo Monte, Kararaô

primeiro, depois Belo Monte Não importa se é índio, se é agricultor.. E com o tempo foi avançando, eu acho que assim, não tem como não separar, nessa trajetória as mudanças também nacionais que elas vão acontecendo. O *governo do país ele mudou pra esquerda liderada pelo PT* defendido pelos agricultores, inclusive quem tinha umas das pernas nesse movimento era o partido, então assim, *isso não tinha como não provocar uma mudança de comportamento nisso*, enfim. *Eu diria que depois da mudança, aí o governo deixa uma década sem falar do assunto, e aí quando o governo retoma com a eleição de Lula, por exemplo, você recomeça a falar no assunto, e aí nesse recomeço, já é um recomeço diferente, um recomeço dialogado, discutindo, mas enfim, mas a obra continua, e sobre ela não tem muitas mudanças.* Mas a gente quer discutir, o que é que vocês, quais são as condições, e se cria uma discussão das condições também, e essas condições são discutidas com os agricultores, com todo mundo, com os povos e tudo. E há claro, as outras crises, enfim”. (Trecho de entrevista: Dirigente de Movimento social, Altamira, julho/2015).

A constatação de que “*a obra continua e sobre ela não tem muitas mudanças*” demonstra que o “pacote” da UHEBM permaneceu de acordo com os contornos definidos em governos anteriores, nas suas finalidades, nas redes de interesse, na suposta “necessidade emergencial” do país em expandir a capacidade de gerar energia. As adaptações realizadas no projeto, que remontam o governo FHC, se deram no sentido de manter a obra, ajustando o projeto inicial de forma a “caber” na legislação, inclusive na Constituição Federal que pelos artigos 231 e 232, garante aos povos indígenas direitos fundamentais.

“Artigo 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§1. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§2. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios, dos lagos nelas existentes.

§ 3. O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados das lavras, na forma de lei.

§4. As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas são imprescritíveis.

§5. É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia

que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso, garantindo em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§6. São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção do direito à indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.”

Artigo 232 – Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”. (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Diante do imperativo da lei, mudanças na “forma” e a permanência do conteúdo e das finalidades do empreendimento, foram parte das estratégias providenciadas pelo Estado capitalista. Nas palavras do Bispo emérito da Prelazia do Xingu:

“A estratégia mudou por completo. Nossas lideranças foram continuamente convidadas para reuniões com grupos de técnicos das empresas do governo, que é obvio, usaram de todos os meios para mostrar o lado positivo do empreendimento. Outro alvo foram os jovens. Patrocinando festas e promovendo excursões à região da UHE Tucuruí procurava-se conquistá-los para a ideia de que a hidrelétrica será um bem enorme para a região. Com volumosos presentes o governo aliciou descaradamente as comunidades indígenas”. (KRAUTLER, 2005, p. 11)

As dimensões do território inundável foram reduzidas, o modelo da usina foi transformado, as formas de cooptar a população também foram variadas.

“De antemão evitavam-se reuniões com grandes grupos para impedir que a sociedade se organizasse e discutisse abertamente os prós e contras do projeto. Políticos estaduais e municipais de pouca cultura e muita fanfarrice encheram a boca proclamando a UHE Belo Monte como a salvação do oeste do Pará e pregando que o Brasil necessita desse impulso energético para evitar o colapso de sua economia” (Idem, Ibidem. Grifos da autora).

A mudança de comportamento dos líderes petistas em relação aos projetos de desenvolvimento para a Amazônia, evidenciada pela inarredável decisão de construir a UHEBM, além de Jirau, Santo Antônio, entre outras, representou uma contradição maiúscula diante de toda a história do partido, nos âmbitos nacional e regional, visto que as bandeiras de lutas eram sempre a partir da defesa e proposição de um modelo de desenvolvimento econômico sustentável e com justiça social. Os princípios de então, foram abandonados durante o governo. Em entrevista realizada em junho de 2012, o bispo do Xingu, D. Erwin Krautler, afirmou que:

Estive duas vezes com o **Lula**, também, e com outras pessoas. Eu tinha contatos bons, gente boa em Brasília que estava no nosso lado. Agora, ultimamente, *estamos num certo isolamento*. Porque *aquele povo que antigamente lutava conosco, que estava do nosso lado, que defendia a mesma coisa, que lutou pela mesma causa, agora defende o contrário*". (BRUM, 2012. Grifo da autora).

No depoimento de uma liderança tradicional da região do Xingu/Transamazônica, que foi convidada a se retirar do âmbito dos movimentos alinhados ao governo, por se manter contrária ao empreendimento, a narrativa evidencia os comportamentos e decisões alteradas de forma inarredável acerca da UHBM.

"Nós fomos a Brasília em 2004, com o deputado Zé Geraldo levou a comissão do Xingu pra conversar com a então *ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff*, pra falar sobre Belo Monte, e aí pra mim foi muito decepcionante, quando Dilma assume o ministério de minas de energia e entra na sala, o Zé Geraldo apresentou a comissão do Xingu. Quando ele terminou de falar, eu falei 'ministra a gente está lutando, se esse projeto não for viável, ele não vai ser construído, porque as pessoas precisam ser ouvidas sobre esse projeto...' E eu nem terminei minha fala, *ela deu um murro na mesa e disse 'Belo Monte vai sair'* então desde ali eu perdi as esperanças. Tinha um amigo nosso que era da USP, ele era especialista nessa área, era chamado para assessorar o ministério, então eu perguntei pra ele, que já tinha ido em vários encontros de Belo Monte, daí eu disse '*então professor agora nós temos a esperança de que esse projeto não saia, tem muita coisa ilegal, muita inviabilidade, os especialistas falam então não vai sair, eles tem esperança'* e ele olhou triste disse '*não Antônio, não é assim como estamos pensando, eu já estou saindo'*'. Foi mais um choque, mais uma decepção". (Trecho de entrevista: Liderança expropriada, Altamira, março/ 2016)

As contradições dos governos petistas foram sentidas em todas as áreas, os movimentos e partidos de esquerda questionaram posicionamentos e ações na política econômica, trabalhista, sindical, ambiental, previdenciária e nas articulações políticas, desde o primeiro mandato de Lula.

A partir das divergências internas quanto aos modelos de desenvolvimento, cindiu-se a organicidade regional, anteriormente construída em torno de uma concepção de sociedade e de desenvolvimento, opostos aos projetos da ditadura ou dos governos neoliberais, como os de Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso.

Lideranças regionais associadas ao governo petista, passaram a articular a defesa de Belo Monte, confrontando os militantes locais que resistiram ao projeto da UHEBM. As relações entre Estado e movimentos sociais assumiu, então, contornos contrários aos princípios fundantes das organizações, tais como a autonomia, a luta por justiça

socioambiental, a defesa dos direitos das populações tradicionais e da classe trabalhadora. Em lugar desses princípios propagaram-se práticas de cooptação, manutenção de dependência financeira dos movimentos sociais aos recursos governamentais pela chamada ‘participação social’ (LACERDA,2013).

Os movimentos sociais que permaneceram firmes na luta contra a UHE Belo Monte e a concepção de sociedade e de desenvolvimento que ele representa, seguiram apoiadas por setores da Igreja Católica, que na figura do bispo emérito da Prelazia do Xingu, Dom Erwin Krautler, denuncia incansavelmente as violações de direitos perpetradas pelo empreendimento.

Tais questões que emergem no contexto dos conflitos em torno da UHEBM, exigem que se analise aspectos do processo que denominamos crise de representação política do PT, que gestado nas lutas de classe, passou a sustentar, no governo, os interesses da grande burguesia interna e a acomodá-los no núcleo hegemônico do bloco no poder, colaborando também com o poder político da grande burguesia financeira internacional. Esta rendição ao capital foi um duro golpe para a militância mais esclarecida e que esperava um programa de governo de esquerda.

Na campanha vitoriosa para as eleições presidenciais no ano de 2002, fora apresentado um documento oficial do partido que continha uma síntese da concepção e das propostas para a região amazônica.

“O PT e seus aliados hoje governam mais de 2 milhões e meio de cidadãos brasileiros da Amazônia e *tem demonstrado em experiências concretas de gestão que um outro modelo de desenvolvimento da Amazônia é possível, sobretudo em articulação profunda e respeitosa com movimentos da sociedade*. Este manancial de experiências é hoje a fonte principal, mas não a única, para a construção de um novo projeto de desenvolvimento, em que o aproveitamento sustentável da floresta, da várzea, dos campos, das riquezas minerais, hidrológicas, energéticas, da biodiversidade e dos cenários naturais constitui a base das atividades industriais, agrícolas, biotecnológicas e turísticas, fundamentais para engendrar uma nova referência para a construção de uma Amazônia sustentável e de um Brasil soberano” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 6. Grifos da autora).

De acordo com a realidade pesquisada, o teor apresentado no documento-compromisso do candidato Lula, foi abandonado tão logo a coalisão com o capital pela elegibilidade e governabilidade foi firmada.

Nesse sentido, cabe lembrar que é importante percebermos, em meio as tensões que envolvem a geopolítica, que a guerra é entendida como uma continuação da atividade

política, uma realização da mesma por outros meios (CLAUSEWITZ, 1996, p. 24), “um ato de força para impor nossa vontade ao adversário”. O objeto de nossa tese, a saber, a resistência e a adaptação da classe trabalhadora, relacionadas em uma tensão dialética, ante a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), em Altamira – PA, gira em torno das lutas por território, condição para a produção e reprodução da vida dos naturais e migrantes que habitam a região da Transamazônica e Xingu. Portanto, a retórica de Clausewitz acerca da guerra como prolongamento da política faz sentido no presente contexto.

Kohlhepp (1990), afirma que a Amazônia, desde o início da década de 1970, tem sido palco de experiências desenvolvimentistas e de continuados conflitos de interesses não encarados com a devida importância, sendo muito presentes historicamente a especulação, a ilegalidade, a corrupção e a violência. A relação centro-periferia, que é tão contestada pelo país quando reage ao escoamento das riquezas nacionais para os países centrais, é praticada internamente (LOUREIRO, 2009, p.189), caracterizada por uma visão que inferioriza os nativos da “periferia”, é também denominada *colonialismo interno* por Roberto Cardoso de Oliveira (1972), é uma política que não considera a Amazônia senão como a região vocacionada a transferir renda para o centro, seja pela borracha, pela energia gerada à elevados custos socioambientais e subsidiada para as empresas estrangeiras do setor mineiro-metalúrgico.

Em oposição a essa política, os movimentos sociais da Amazônia nutriam expectativas de uma nova concepção de desenvolvimento para a Amazônia com a chegada do PT ao poder. Afinal, desde as lutas de Chico Mendes havia muita peleja acumulada, inclusive com a elaboração de projetos sustentáveis, de outra concepção de desenvolvimento, elaborado em escala local e regional.

No programa de governo petista elaborado em 2002, nota-se uma postura esclarecida acerca da história social da Amazônia e das injustiças socioambientais patrocinadas pelo Estado. Ao lado das constatações das violações perpetradas contra as populações tradicionais no passado, há um relato das possibilidades alternativas de desenvolvimento elaboradas por movimentos autônomos da população regional.

“A sociedade amazônica e a sociedade brasileira não foram consultadas, por décadas, sobre como gostariam de ver a Amazônia no futuro, nem a maneira como poderiam contribuir para a sua construção. Foram herdando, ao longo dos anos, as consequências sociais, ambientais e econômicas de decisões políticas que atribuíram a esta região o papel de

exportadora de produtos primários e de geradora de divisas. A democratização do país e a influência crescente da questão ambiental sobre as políticas públicas não foram suficientes para alterar, estruturalmente, este papel.

Isso não significa dizer que existe uma única modalidade de exploração das potencialidades regionais. Há uma outra tradição, anterior ao modelo primário-exportador, que se modernizou no mesmo período, liderada por segmentos sociais que têm na floresta a base de sua subsistência e que tiveram a oportunidade de expressar suas propostas no contexto da luta de seu representante principal, Chico Mendes”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 7)

A consciência da existência de outros modelos de desenvolvimentos possíveis para a Amazônia, foi expressada ao longo do documento, que firmava o compromisso dos petistas em conduzir projetos para a região, de acordo com os interesses das populações que ocupam a Amazônia e que foram desconsideradas nos ciclos econômicos anteriores, conduzidos pelo Estado capitalista. A questão das vantagens oferecidas historicamente pelo Estado aos grupos econômicos influentes, também foi destacada no documento,

“Em relação aos projetos agropecuários e madeireiros, nosso governo vai reforçar os instrumentos de fiscalização e do poder de polícia da União para, em conjunto com a ação da Receita Federal, coibir a grilagem, a derrubada ilícita de florestas e sua exploração selvagem, que produz queimadas e devastação na Amazônia. Vai, ao mesmo tempo, impulsionar as políticas públicas que estimulem a agricultura, o extrativismo e a pesca tanto na dimensão da economia familiar e cooperada quanto na dimensão dos grandes projetos agroindustriais e industriais autossustentáveis, baseados em recursos renováveis. O modelo de desenvolvimento primário-exportador implantado na Amazônia nas últimas décadas foi financiado com grandes somas de investimentos públicos em infraestrutura e com base em incentivos fiscais, tendo o Estado como agente principal das mudanças, sem qualquer mecanismo de controle por parte da sociedade que pudesse interferir no destino desses recursos. (...). Nosso governo terá como objetivo *mudar o padrão de desenvolvimento predominante na região*, colocando não a fronteira de recursos, mas a população como o centro dos investimentos governamentais na região. Os incentivos públicos para dinamizar a economia serão acompanhados de igual ou maiores investimentos para democratizar o acesso da sociedade aos benefícios do desenvolvimento. (Idem, p. 7-8. Grifos da autora).

Contraditoriamente, em que pese o compromisso proferido no documento oficial da campanha vencedora do presidente Lula em 2002, quem participava ativamente do governo petista após 2003, passou a assumir um discurso antes proferido exclusivamente pelo patronato regional, pelas forças liberais conservadoras, cujo teor focaliza algumas idéias-chave: a) a proteção ambiental e populações tradicionais não podem ser entraves ao “progresso”; b) a legislação ambiental e direitos dos povos indígenas precisa ser

“flexibilizados”; c) o progresso têm “custos” socioambientais que a população deve assumir.

Nas entrevistas com diferentes militantes, as posturas favoráveis ou contrárias ao megaprojeto do PAC na Amazônia são justificadas com retóricas radicalmente inconciliáveis, o que revela a profundidade do cisma gerado por Belo Monte e alimentado pelas posturas subsequentes do governo e da militância .

As práticas do governo petista para viabilizar a UHEBM incluíram em seu repertório estratégias para relativizar a legislação ambiental, afrouxar a proteção aos povos secularmente vulnerabilizados, minimizar os efeitos destrutivos trazidos pelas grandes obras na Amazônia, opondo a geração imediata de empregos *versus* a perspectiva de um futuro socioambiental equilibrado. Dessa forma, o neodesenvolvimentismo petista se mostrou arcaico e destrutivo, correlato das políticas liberais desenvolvimentistas para a Amazônia desenvolvidas no século XX. Contudo, a produção destrutiva patrocinada pelo Estado capitalista se impôs de forma mais aguda à região, pois passou a incentivar direta e/ou indiretamente, o avanço da destruição em áreas protegidas, como as terras indígenas, as reservas extrativistas e áreas de proteção ambiental, por exemplo a Terra do Meio, e as Terras Indígenas no eixo Xingu - Transamazônica.

As decisões dos governos Lula e Dilma acerca da construção de Belo Monte expressavam uma tendência conservadora, que se verificava na esfera mais ampla, pois tratava-se, portanto, de um contexto de reformas no capitalismo neoliberal no país, que buscou criar condições favoráveis para a realização de mudanças na política estatal, fato que por alguns anos proporcionou tanto ao governo federal quanto a grande burguesia interna a sensação de que saíam vitoriosos da crise.

De acordo com Sampaio Jr (2012), o que hoje é denominado “neodesenvolvimentismo” é um fenômeno recente e localizado, que é indissociável das particularidades da economia e da política brasileiras na segunda metade dos anos 2000. Para o autor,

Os novos desenvolvimentistas são entusiastas do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas. Defendem a estabilidade da ordem. Não alimentam nenhuma pretensão de que seja possível e mesmo desejável mudanças qualitativas no curso da história. São entusiastas do *status quo*. Na sua visão de mundo, desenvolvimento e fim da história caminham de mãos dadas.(SAMPAIO JR, 2012,p.)

Sampaio Jr (2012) enumera diferenças profundas entre as propostas do nacional desenvolvimentismo cepalino e do novo desenvolvimentismo lulista, inclusive a desindustrialização e a tendência de reprimarização da economia, que é característica do neodesenvolvimentismo e que era o ponto-chave a ser atacado pelos pensadores do nacional desenvolvimentismo.

Giovanni Alves (2013), esclarece acerca da natureza reformista social-democrata do lulismo e seu projeto neodesenvolvimentista, evidenciando que a linhagem de esquerda e o horizonte socialista se perderam durante os acordos pelo poder e pela governabilidade:

O novo projeto burguês do lulismo – o neodesenvolvimentismo – era a afirmação periférica do reformismo social-democrata que atribuía não apenas ao mercado o papel de indutor da economia. O Estado capitalista como *deus ex-machina* assumiria no projeto neodesenvolvimentista uma função crucial, seja como Estado financiador, seja como Estado investidor (não se tratava, nesse caso, de Estado empresário que caracterizava os projetos nacionais-desenvolvimentistas pretéritos).

O Estado neodesenvolvimentista era o Estado regulador capaz de financiar e constituir grandes corporações de capital privado nacional com a capacidade competitiva no mercado mundial (nesse caso, os fundos públicos – BNDES e fundos de pensões de estatais – cumpriram um papel fundamental na reorganização do capitalismo brasileiro); e o Estado investidor que coloca em marcha a construção de grandes obras de infraestrutura destinadas a atenderem as demandas exigidas pelo grande capital. A vertente do Estado investidor se manifesta, por exemplo, no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que é a expressão de que o Estado joga um papel fundamental na indução do crescimento da economia do país (o que distingue efetivamente o projeto burguês desenvolvimentista do projeto burguês neoliberal). A disciplina fiscal e monetária deveria se colocar a serviço do crescimento rápido e sustentado da economia do país. (ALVES, 2013, n.p.)

Tal caracterização do neodesenvolvimentismo ou novo desenvolvimentismo, entendido como face do projeto neoliberal assumido pelos governos petistas, propicia o entendimento nas mudanças ocorridas nas posturas dos militantes dos movimentos sociais face à UHE Belo Monte.

Em documento elaborado por pesquisadores de diferentes áreas, a organização não-governamental Instituto SocioAmbiental (ISA), publicou um dossiê no ano de 2015, alertando para a gravidade dos impactos da megaobra e para as lacunas deixadas nas obras condicionantes. O gerenciamento dos prazos das obras civis também é apontado como desigual, visto que se há um canteiro de obras eficiente para erguer uma megausina, mas de outro lado, as obras destinadas às populações atingidas se arrastam, em um ritmo que demonstra quão secundário é para o empreendimento o interesse público. “A Norte

Energia é capaz de erguer a terceira maior hidrelétrica do mundo e não conseguiu, em três anos, construir um hospital público em Altamira a tempo de atender à demanda geral no pico das obras” afirma o texto do estudo.

A anexação de novas áreas até então inexploradas à espiral de acumulação capitalista - segundo a lógica da acumulação primitiva descrita por Marx e retomada por autores como Harvey (2005), demarca um momento de investimento na expansão da fronteira capitalista para áreas até então protegidas da captura e mercantilização. A incorporação de novos territórios visando a geração de dividendos econômicos para os setores de energia, infraestrutura, agronegócio ou produção de papel e celulose, para citar alguns dos eixos de investimento do PAC analisados, não é uma ação que se faça sem profundas consequências sócio-ambientais.

Atualizando a acumulação primitiva “original” do período colonial, observa-se hoje um processo violento de expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa e dos povos tradicionais e indígenas, que têm sua base material de reprodução – os recursos naturais de uso comum - apropriados pela voraz combinação de empreendimentos financiados pelo Estado e apropriados pela iniciativa privada.

3.5 A história se repete como farsa

O anúncio da chegada de Belo Monte, a exemplo de outros grandes projetos nesses espaços, vem acompanhado de promessas de emprego, melhoria da qualidade de vida e oferta de serviços públicos. Os diferentes projetos neodesenvolvimentistas são apresentados como uma decisão irrevogável, já tomada para a população da região e por aparentemente, projetarem-se fora da história, como um fato inevitável, que é necessário aceitar sob pena de se estar negando a inexorabilidade da marcha do “desenvolvimento”.

A sequência histórica de concepções exógenas de desenvolvimento, envolvendo intenso desmatamento na Amazônia brasileira trouxe uma grande transformação social e econômica para a região, bem como, inúmeros impactos ambientais. Dentre esses, os mais evidentes foram a erosão e a compactação do solo, a exaustão dos nutrientes e a perda da biodiversidade, sobretudo com a extinção de espécies, a partir da retirada da floresta (FEARNSIDE, 2005).

Esses impactos socioambientais decorrentes dos grandes projetos na Amazônia precisam ser compreendidos enquanto parte do encontro conflitivo e antagônico de formas de organização da vida social, ou, como aborda Hébette (2004), no confronto de modos de vida e de produção com consequências globais e permanentes, sinalizando que o desenvolvimento da fronteira capitalista se faz necessariamente com a geração de vários danos aos grupos sociais locais e, ao mesmo tempo, de formulação de “oportunidades capitalistas” travestidas em investimentos compensatórios, incentivo à instalação de empreendimentos do agronegócio e minero-siderúrgicos.

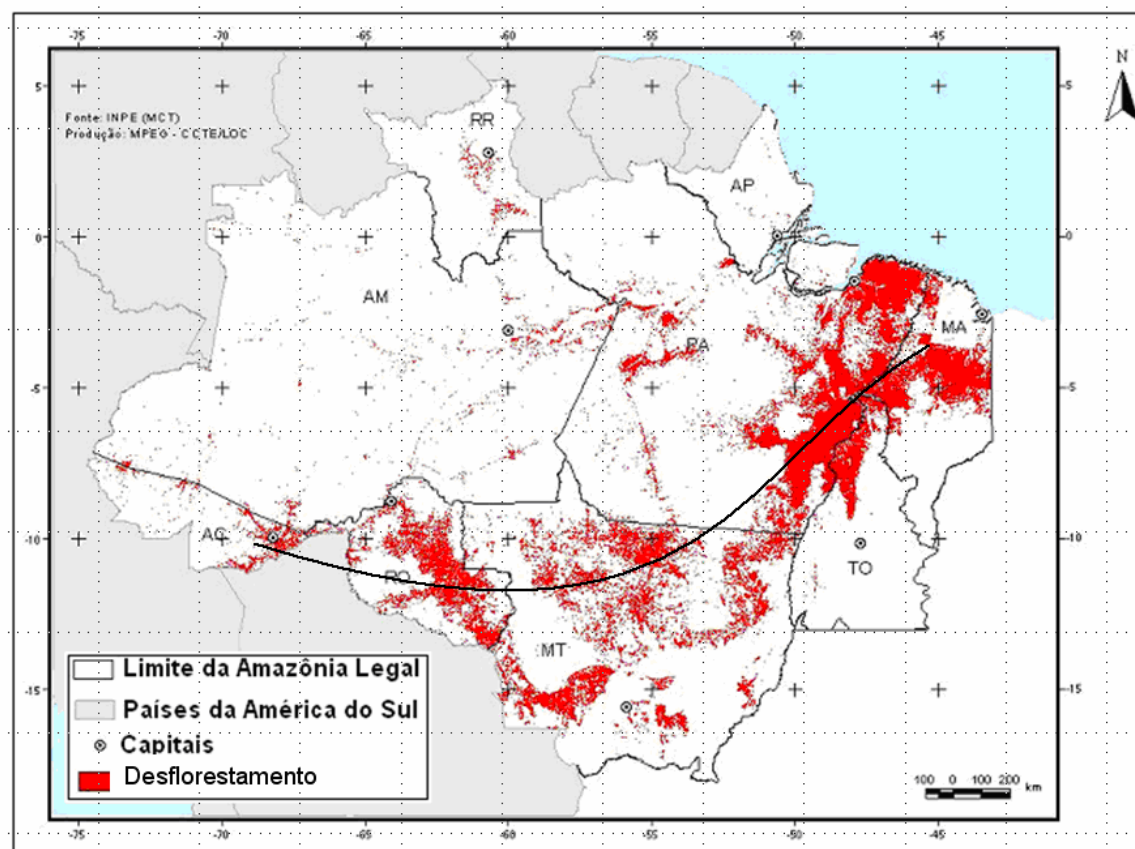
Nos municípios atingidos pela UHE Belo Monte, a relação entre demanda social e capacidade socioinstitucional é eivada de imprevisibilidades acerca da efetivação dos resultados obtidos nos estudos, que supostamente procuravam antecipar a dimensão objetiva dos danos socioambientais, para assim, estabelecer medidas compensatórias.

A frouxura institucional, a facilitação do acesso as áreas preservadas pelo isolamento com a abertura de estradas e canteiros próximos às terras indígenas, a acentuada migração produzida pela hidrelétrica, a relativização das leis de proteção ambiental, são fatores que estão promovendo uma marcha agressiva sobre as áreas de floresta protegidas, que somente obtiveram a proteção legal mediante muitas lutas.

Tendencialmente já se verificava há algum tempo a marcha destrutiva rumo ao sul e sudoeste do estado do Pará e a preocupação dos pesquisadores, não obstante as denúncias, não obtiveram dos governos petistas as medidas protetivas necessárias. Ocorreu exatamente o oposto. O arco do desmatamento (figura 9) está mais acentuado do que já mostravam os dados obtidos em 2009, e tende a se agravar.

A constatação da continuidade dos empreendimentos que promoveram o desmatamento de forma incisiva, durante os governos petistas de Lula e Dilma repercutiu internamente, mas foi abafado pelos megafones da indústria do consenso e da propaganda.

Figura 8 Desflorestamento acumulado da Amazônia Legal (2009)



Fonte: INPE- (MCT) Produção: MPEG – CCTE/LOC (2010).

A imprevisibilidade remete, necessariamente, ao descompasso entre a dinâmica socioambiental desencadeada pela implantação da grande obra e a “incapacidade institucional” de prever e compensar, no menor tempo possível, as demandas geradas. Além da verdade, a vontade política esteve voltada para a realização da obra, os ditos “custos sociais” foram concebidos como um preço altíssimo que obrigatoriamente deveria ser pago pelos empreendedores e pelo governo. Acerca das condicionantes ouviu-se muita retórica autoelogiosa por parte do governo e da Norte Energia, muitos atrasos e abusos nas execuções de obras essenciais, na área de saúde, saneamento, moradia e educação.

A construção da usina foi iniciada em fevereiro de 2011, com a instalação dos canteiros de obras, a despeito de um significativo atraso no cronograma de implementação de ações antecipatórias. O Ibama reconheceu, em análise, que o pedido de emissão de licença de instalação foi feito quando ainda havia questões pendentes, principalmente em razão da “não implantação de programas de caráter antecipatório que visavam preparar a região, notadamente as administrações municipais, para receber o empreendimento”. Esses atrasos na implementação da infraestrutura de saúde, educação e saneamento básico, assim como no desenvolvimento de ações de regularização fundiária e proteção das TIs e

das Unidades de Conservação (UCs) afetadas, persistem até hoje, mais de cinco anos após a concessão da licença prévia. A obra foi instalada ao mesmo tempo em que se concretizavam, aos poucos, os principais impactos que deveriam ter sido evitados pelas ações antecipatórias: a sobrecarga de equipamentos públicos, a degradação ambiental da região, a piora da qualidade de vida das populações locais e a perda de recursos naturais essenciais à manutenção das formas de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais da região. (ISA, 2015, p. 6)

Graças a essa política temerária assumida pelos governos petistas para a Amazônia, bem como para outras regiões e biomas, como o Cerrado, a reconcentração fundiária voltada para o agronegócio aumentou vertiginosamente no estado do Pará, exemplo disso é a mudança provocada pela dendeicultura incentivada por financiamentos federais na região nordeste do estado. A expropriação dos agricultores familiares os empurrou para a proletarianização no próprio empreendimento do monocultivo dendeicultor ou na sua forçada inclusão nas periferias urbanas da região.

Tendo a escala nacional em vista, como matriz das práticas contraditórias verificadas em Belo Monte, cabe destacar uma síntese feita por Giovanni Alves (2013), que contribui para o entendimento do complexo cenário vivenciado no Xingu e no país.

“A esquerda estatista tornou-se expressão ideológica da incapacidade hegemônica de ir além do capital como modo de controle estranhado do metabolismo social. O melhor exemplo são os neokeynesianos que cultuam o Estado político para se contraporem às forças do mercado, colocando como força moral capaz de reformar ou humanizar o capitalismo. Eles não discutem, por exemplo, a “extinção” do Estado político, isto é, sua democratização radical. Pelo contrário, desprezam o metabolismo social estranhado que o Estado político representa *em si e para si*. Por outro lado, a direita oligárquica cínica, crítica o Estado para afirmar o mercado como abstração alienada, ocultando que hoje o capitalismo acumula a maior parte de sua riqueza abstrata utilizando-se do Estado político. O Estado só é mínimo para o trabalho, mas é máximo para o capital” (ALVES, 2013, n.p.. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/>).

Recentemente ao final das obras pesadas da UHEBM, a região foi surpreendida com a notícia do licenciamento concedido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Pará, autorizando o início das atividades de uma empresa de mineração canadense, – Belo Sun. A empresa irá realizar atividades de mineração de jazidas de ouro, situadas na região da Volta Grande do Xingu, local que teve o leito do rio desviado pelas obras da UHEBM.

As populações indígenas, ribeirinhas, pescadores, extrativistas, garimpeiros artesanais, que ainda moram naquela região, novamente serão alvo de expropriação, não

obstante os impactos sofridos pela hidrelétrica, que ainda se encontra em obras, apesar de já estar em funcionamento. Os danos sofridos por essa população não foram mensurados, muito menos os agravos humanitários, das relações socioambientais interrompidas, das perdas dos grupos de socialização que são desagregados, do afastamento do seu modo de vida e condições de trabalho tendo o Rio modificado, entre partes secas ou represadas. Diante disso, busca-se enfrentar o destrutivismo analisado e descrito por Mészáros (1989),

“Como vimos antes, o capital é totalmente desprovido de medida e de um quadro de orientação humanamente significativos, enquanto que seu impulso interior pela autoexpansão é a *priori* incompatível com os conceitos de controle e limite, e desde logo com o de uma autotranscendência positiva. *É por isto que corresponde à linha de menor resistência do capital levar as práticas materiais da destrutiva autorreprodução ampliada ao ponto em que fazem surgir o espectro da destruição global, em lugar de aceitar as requeridas restrições positivas no interesse da produção para a satisfação das necessidades humanas*”. (MÉSZÁROS, 1989, p. 103. Grifos da autora).

Para além do denunciismo, o que se pretende ao expor as contradições exaradas de um governo que se autodeclarava classista, “dos trabalhadores”, defensor de concepções de desenvolvimento que priorizavam a humanidade, etc, é o necessário esclarecimento acerca dos limites históricos de um coletivo partidário, que nas suas formas de ação violadoras de direitos humanos, coloca a necessidade de seguirmos aprimorando a crítica aos modelos sociais falidos, para que após a decepção coletiva, a vergonha diante da corrupção, o constrangimento diante dos antigos companheiros tornados defensores dos nossos antagonistas históricos, os grupos humanos que defendem um mundo voltado para a satisfação das necessidades humanas, encontrem na crítica o incentivo a ter esperanças na transformação positiva da sociedade. Importante expor as premissas que se têm em conta ao considerar o papel da pesquisa científica e o conceito de crítica, como característica da ciência sociológica, de acordo com Horkheimer e Adorno (1973),

“A sociologia pura não existe, tal como não existe uma história pura, uma psicologia ou uma economia pura; o próprio substrato da psicologia – o indivíduo – não passa de uma abstração, se o retirarmos das suas determinantes sociais. Não é possível ignorar a divisão científica do trabalho sem provocar o caos; entretanto, as suas divisões não se identificam, por certo, com a estrutura da própria coisa. O conceito de totalidade esclerosou-se numa frase, pelo que talvez seja supérfluo destacar como todas as disciplinas cujo sujeito é o homem se conjugaram entre si e se apoiam, forçosamente umas nas outras” (...) a ciência só pode ser algo mais do que a duplicação da Realidade no pensamento se estiver

impregnada de espírito crítico” (HORKHEIMER e ADORNO, 1973, p. 20-1)

Ciente de que se faz pesquisa social, na perspectiva de uma crítica fecunda, se crê necessário concluir a explicação dos autores, que pela profundidade e alcance das palavras escritas, pouco exige como complemento:

“Explicar a Realidade significa sempre romper o círculo da duplicação. Crítica não significa, neste caso, subjetivismo, mas confronto da coisa com o seu próprio conceito. *O dado só se oferece a uma visão que o considere sob o aspecto de um verdadeiro interesse, seja de uma sociedade livre, de um Estado justo ou do desenvolvimento da humanidade.* E quem não compara as coisas humanas com o que elas querem significar, vê-as não só de uma forma superficial, mas definitivamente falsa” (Idem, p. 21, grifos da autora)

No capítulo que segue, discute-se a dinâmica verificada entre adaptação e resistência, entendidas como um par dialético atuante nos conflitos. O entendimento de que ao adaptar-se é possível resistir

CAPÍTULO 4 – ADAPTAÇÃO E RESISTÊNCIA DURANTE OS CONFLITOS

*No lugar que havia mata, hoje há perseguição
grileiro mata posseiro só pra lhe roubar seu chão
castanheiro, seringueiro já viraram até peão
afora os que já morreram como ave-de-arribação
Zé de Nata tá de prova, naquele lugar tem cova
gente enterrada no chão:
Pois mataram índio, que matou grileiro, que matou posseiro
disse um castanheiro para um seringueiro, que um estrangeiro
roubou seu lugar.*

Saga da Amazônia (Vital Farias)

O Estado capitalista tal como encaminhado durante a vigência do planejamento petista (2003-2016), ao operar com a face neodesenvolvimentista, concentrou suas ações no território a partir de investimentos em megaprojetos, políticas de investimentos em infraestrutura, planejamento e execução de obras com caráter concentrador, pois que, não objetiva atender às reais necessidades das populações que são diretamente afetadas por elas. Os modelos de desenvolvimento para o território amazônico, foram heranças dos planos de modernização do país, concebidos pelos governos militares da década de 1960, com poucas inovações. As medidas de caráter liberal iniciadas em 1964, logo após o golpe militar, foram atualizadas, reeditadas, por meio das investidas de planejamentos estratégicos dos governos neoliberais, que continuam aliados aos interesses da burguesia nacional e estrangeira, como as grandes mineradoras, empresas do agronegócio e empreiteiras da construção pesada (LOUREIRO, 2009).

Os modelos de desenvolvimento que patrocinam a concentração acelerada de terra e renda, são confrontados por iniciativas de resistência, manifestada por movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, somados à outros segmentos das populações locais e da academia, que de diferentes formas questionam o caráter colonial da perspectiva hegemônica de desenvolvimento em vigor durante a gestão petista no Brasil, classificada, como novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo. Segundo análises de Sampaio (2012), as características desse planejamento, não poderiam alimentar

esperanças de mudanças expressivas na estrutura danificada erigida pelo capital, por se assentar nos pilares do capitalismo em sua face neoliberal. De acordo com Castelo (2012), se mantinha intacta a herança dos governos Fernando Henrique Cardoso do tripé defendido pelo Consenso de Washington (superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante). Evidenciado o continuísmo neoliberal, tem-se como adorno de tal fato, as declarações dos representantes dos interesses do grande capital no Brasil em diferentes momentos da trajetória petista:

Em novembro de 2009, a revista *The Economist* fez uma matéria de capa com o título “Brasil decola” (Brazil takes off), com a imagem do Cristo Redentor subindo aos céus como um moderno foguete. Em março de 2011, Luiz Carlos Bresser Pereira escreveu que “estamos todos felizes com a nossa presidenta”, fazendo adendos críticos às políticas de câmbio e juros sobrevalorizados. E, em janeiro de 2012, o banqueiro Roberto de Setúbal, herdeiro de Olavo, declarou o seguinte a respeito da política econômica do governo Dilma: “Gosto de tudo o que tenho visto”. No interior das classes dominantes (e seus aliados nacionais e internacionais), criou-se um clima de otimismo sobre os rumos do desenvolvimento capitalista, que também é alimentado pelo apassivamento das lutas da classe trabalhadora gerado pelo transformismo do PT. Otimismo mais do que justificado, tendo em vista que lucros e juros capitalistas bateram recordes nos últimos anos. (CASTELO, 2012)

Coerente com essa narrativa, inclui-se nos feitos do novo desenvolvimentismo petista o projeto de construção da UHE Belo Monte, que atravessou cinco décadas e três fases do planejamento regional, conforme discutimos anteriormente e aqui rememoramos. A primeira fase do planejamento ocorreu no contexto dos governos da ditadura, que planejou e executou as obras dos grandes projetos da UHE Tucuruí e a Rodovia Transamazônica; de acordo com Sevá Filho (2005), durante as obras de Tucuruí o projeto de aproveitamento hidrelétrico do Rio Xingu foi concebido entre militares e uma das megaempresas empreiteiras.

Em 1975 foram iniciados os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, cujas conclusões foram publicadas pelo governo brasileiro no “Plano 2010 - Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010”, documento que destacava a viabilidade do AHE, afirmando que “pela sua dimensão, o aproveitamento do Rio Xingu se constituirá, possivelmente, no maior projeto nacional no final deste século e começo do próximo” (PNEE, 1986), indicando a construção da então denominada Usina Kararaô,

como a melhor opção para iniciar a integração das usinas do Rio Xingu ao Sistema Interligado Nacional.

A partir da divulgação dos estudos houve intensas mobilizações dos povos indígenas que teriam suas terras atingidas pelas barragens então projetadas. Em 1989, na cidade de Altamira, lideranças da etnia Kayapó buscaram apoio junto a seguimentos da Igreja Católica (CIMI, Prelazia do Xingu, pastorais sociais), além de Ongs como a FASE, para realizar um protesto manifestando a rejeição do projeto pelas comunidades ameaçadas pela UHE.

A mobilização funcionou e o governo, diante das recomendações do Banco Mundial, um dos financiadores da expansão do setor elétrico, que exigia medidas socioambientais eficientes, recuou.

4.1. O ataque aos movimentos sociais: desterritorialização e criminalização da oposição

A resistência contra a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, passou por vários episódios desde a década de 1980. Naquela época se soube que os estudos de viabilidade da construção da UHE no Xingu, arquitetados desde a década de 1970, haviam sido concluídos¹². A ameaça aos povos do Xingu e seus territórios tradicionais estava oficialmente apresentada, com *status* de política de Estado, pelo viés da expansão da base energética nacional.

No governo neoliberal de FHC, no final dos anos 1990 ocorreu outra investida do Governo Federal, que aliado aos empresários da construção pesada e do setor energético insistiam em prosseguir com o projeto de hidrelétricas no Rio Xingu. Essa retomada do projeto chegou ao conhecimento da mídia, dos povos indígenas e dos movimentos sociais organizados da região do Xingu. Houve um ensaio da retomada do projeto, que fora devidamente reformulado para que formalmente deixasse de ser considerado “inconstitucional”, contudo, sem recursos financeiros suficientes e com forte oposição dos movimentos de resistência novamente se adiou a execução do barramento do Rio Xingu.

¹² A empreiteira Camargo Correa, a partir de sua consultoria CNEC, se estabeleceu no Pará desde a obra da UHE de Tucuruí e seus dirigentes conseguiram junto à Eletronorte a encomenda de um inventário do potencial hidráulico do Rio Xingu. As relações do presidente da empresa com os ditadores-generais, facilitou o encaminhamento dos estudos. (SEVÁ FILHO, 2009).

Havia uma firme disposição do Estado em avançar, de tal forma que Estudos de Impacto Ambiental chegaram a ser iniciados, mas acabaram barrados por medidas judiciais, provocadas por denúncias do Ministério Público Federal e Movimentos Sociais¹³, que denunciaram ilicitudes na contratação da empresa responsável pelos estudos. Nos anos de 2000 e 2001, um novo levante das forças pró-barragem (Estado e iniciativa privada) se avolumou na região do entorno da obra projetada, a partir do Programa Avança Brasil, que desenvolveu obras de infraestrutura de base, para viabilizar a construção da hidrelétrica. Obras como o asfaltamento parcial da Rodovia Transamazônica, expansão aeroportuária, chamadas de comerciantes do setor de alimentos e novas agências de bancos privados, foram algumas das ocorrências percebidas na mesorregião Sudoeste do Pará. Nesse período, conforme registrado anteriormente, foram realizados estudos dos impactos (EIA-RIMA) realizados de forma irregular, obscura.

Por último, o planejamento do novo desenvolvimentismo lulista, que seguia a pauta do governo FHC na economia, resolveu implementar o projeto da UHEBM de acordo com os interesses de seus aliados pemedebistas, principalmente. O governo petista logo ao assumir em 2003, já sinalizava que pretendia retomar o projeto da UHEBM, assim como daria continuidade a outros projetos do governo neoliberal de FHC.

A troca partidária no governo federal preservou a política energética herdada dos governos anteriores, os principais técnicos que comandavam o setor no governo FHC continuaram atuantes no governo Lula. Essa postura conservadora causou grande indignação aos movimentos sociais locais na época.¹⁴ O programa da candidatura de Lula da Silva em 2002, apontava na direção contrária da postura assumida no exercício do mandato, apresentando em palanques e material publicitário um discurso alinhado aos movimentos sociais dos povos amazônicos, dos quais o partido era militante e signatário.

A postura do Estado acerca dos usos do território na Amazônia é historicamente autoritária, voltada aos interesses do Capital e caracterizada por ignorar os nativos que habitam o território desde tempos imemoriais. Contudo, os movimentos de trabalhadores constituídos a partir da década de 1970, conquistaram espaço na arena política e passaram

¹³ A Fundação de Amparo à Pesquisa da UFPA –FAPESPA – foi contratada pela Eletronorte, sem licitação, no ano de 2000, para realizar os Estudos de Impactos Ambientais. Denunciado o fato à justiça, o EIA/RIMA foi paralisado.

¹⁴ Sobre o assunto o Procurador da República Felício Pontes Jr. faz memória em texto disponível no sítio http://piseagrama.org/belomonte_de_violencias/. Acesso: dez/2015. O procurador afirma no texto que “Altamira possui o movimento social mais atuante da Amazônia”.

a influenciar algumas decisões. O linhão trazendo energia da UHE Tucuruí aos municípios do sudoeste paraense no ano de 2000, foi uma das conquistas obtidas pela população. Construído durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, é entendido como resultado das manifestações e movimentos sociais, como o Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica e atendeu os municípios do eixo Transamazônica-Xingu. Com a disponibilização de energia elétrica para os municípios da região, por algum tempo parecia ter se afastado a ameaça do barramento no Rio Xingu, mas o projeto estava sendo apenas repaginado de modo a parecer socioambiental e politicamente aceitável.

A primeira ação judicial apontando as irregularidades da UHE de Belo Monte durou quatro anos (2001-2005). Em 2005, especialistas do Brasil e de outros países lançaram o livro *Tenotã-Mo*¹⁵ – *Alertas sobre as consequências de barramento do Rio Xingu*, organizado por Osvaldo Sevá Filho, pesquisador e docente da UNICAMP.

Na obra, os pesquisadores, de diferentes áreas do conhecimento, demonstraram a irracionalidade do projeto, que apresentava elevadíssimo custo e que produziria efetivamente apenas um terço da energia que era propagandeada pelo governo. Os argumentos apresentados por Sevá Filho (2005) nunca foram rebatidos em qualquer publicação científica, mas houve ataques pessoais em matérias divulgadas na mídia, buscando desqualificar o pesquisador. Na percepção de uma liderança da resistência ao empreendimento, o governo avançava, ignorando quaisquer ações contestatórias.

E daí o governo só avançou, e em 2005, os cientistas vendo que o governo só avançava sem respeito a nada, os especialistas que já trabalhavam, vendo que o governo só avançava, fizeram um documentário, onde esses especialistas que vinham acompanhando a barragem do Xingu desde da década de 60, escreveram um livro, *Tenotã Mõ*, mostrando a inviabilidade e dos impactos oferecidos que é esse projeto. Esse livro foi lançado em julho de 2005, esse documentário. O governo continuou ignorando, o Lula continuou ignorando e aí, mas foi feito esse alerta. (Trecho de entrevista: liderança expropriada, Altamira, março/ 2016).

Do outro lado da disputa, também em 2005, o deputado Fernando Ferro (PT-PE), apresentou ao congresso uma proposta de decreto legislativo que autorizava a construção de Belo Monte. O decreto legislativo nº 788/2005, autorizou o poder executivo a implantar

¹⁵ *Tenotã-mo* é uma expressão da língua indígena Kayapó, que significa “aquele que segue na frente”.

o Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, em 13 de julho de 2005. O trâmite do decreto aconteceu tão rápido que um senador o chamou de “projeto bala”.

A resistência, principalmente o movimento Xingu Vivo Para Sempre, buscou apoio junto aos procuradores da República, que moveram uma segunda ação no início do ano de 2006, na qual alegaram que o decreto era inconstitucional, visto que as comunidades indígenas não haviam sido ouvidas, como disposto na Constituição Federal. Foi concedida uma liminar suspendendo o processo por um mês, quando então foi derrubada. A ação ainda teve idas e vindas até o ano de 2007, quando a então presidente do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie, suspendeu o entendimento do TRF1 (Tribunal Regional Federal de Brasília) e liberou novamente o projeto. No mês de fevereiro de 2007, a Eletrobrás comunicou aos Procuradores da República, em reunião, que a estatal havia feito uma “parceria” com três das maiores empreiteiras do país – Camargo Correa, Odebrecht e Andrade Gutierrez – para realizar os Estudos de Impacto Ambiental - EIA. A “parceria” inusitada significou um contrato sem licitação, denominado “Acordo de Cooperação Técnica”.

As empreiteiras construtoras foram elas mesmas as responsáveis por realizar os estudos ambientais, dando sequência às estranhas parcerias entre governo federal e empreiteiras no setor hidrelétrico.¹⁶ A justificativa apresentada era a “exiguidade” dos prazos para a ultimação do EIA e a *expertise* das empresas em empreendimentos desse porte. Ora, é totalmente descabido que se defenda que o investidor acionista seja o construtor e o responsável pelos estudos de viabilidade de uma megaobra. Contudo, assim foi feito.

Em 2009 foi publicado o documento *Análise Crítica do Estudo de Impactos Ambientais do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*, resultado de análises detalhadas e confrontação com os dados apresentados no Estudo de Impactos Ambientais, produzidos pela Eletrobrás, requisito para obtenção do licenciamento da obra junto ao IBAMA. O documento elaborado pelos especialistas apontou falhas e inconsistências nos seguintes aspectos: a) Dados sociais, econômicos e culturais; b) Impactos sobre as populações indígenas; c) Saúde, educação e segurança; d) Hidrologia da Bacia do Xingu;

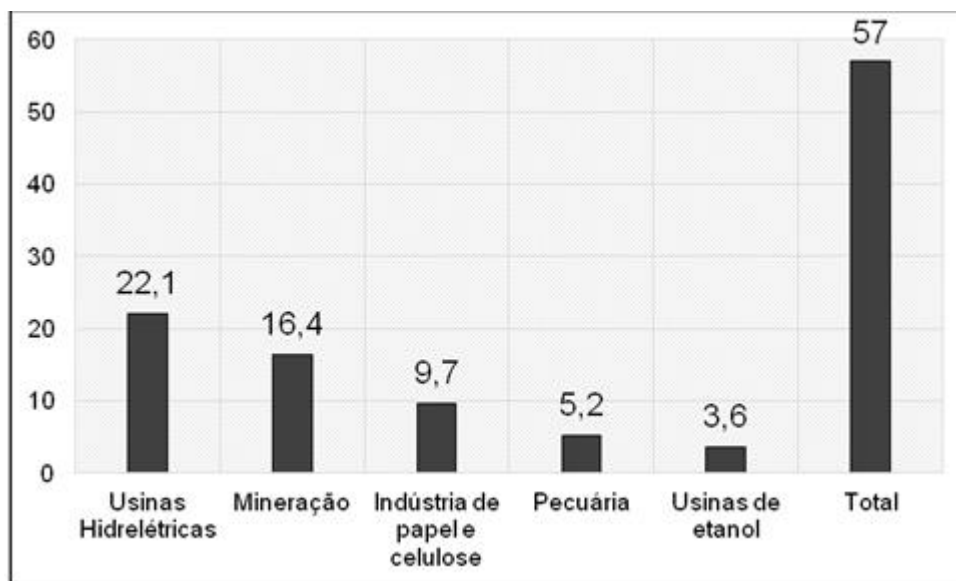
¹⁶ Sevá Filho (2009), relatou a forma como foi realizado o Inventário inicial do aproveitamento hidrelétrico do Rio Xingu pela CNEC, na década de 1970, incorporada à época ao grupo empreiteiro Camargo Corrêa. Em 2010 a Cnec foi adquirida pelo grupo empresarial australiano Worley Parsons, empresa global com expertise em exploração de petróleo e construção de portos, plataformas e hidrelétricas.

e) Viabilidade técnica e econômica não demonstrada; f) Ameaças à fauna aquática; g) Ameaças à biodiversidade. Além desses destaques, a insuficiência dos estudos das consequências do desvio na região denominada Volta Grande do Xingu, também foi destacada. (MAGALHÃES; HERNÁNDEZ, 2009). Em que pese a gravidade dos vários problemas apontados por pesquisadores, MPF e movimentos sociais quanto à viabilidade técnica, econômica e socioambiental da UHE de Belo Monte, o leilão da obra foi realizado, em 20 de abril de 2010, e o orçamento inicialmente previsto estava na ordem de 19 bilhões de reais, conforme anunciado pelo governo federal, naquele período. Mais recentemente, estimou-se que o custo total da obra ultrapasse 28,6 bilhões de reais.

4.2 Adaptação aos imperativos da expansão do capital

A maior parcela dos recursos utilizados para financiar a UHEBM (80%), foi financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ou seja, são os fundos públicos que estão financiando um empreendimento executado pela iniciativa privada. Em um comparativo dos investimentos do BNDES por setor, Perpétua (2016), destaca que entre os anos de 2006 e 2009, os desembolsos para as usinas hidrelétricas foram os mais vultosos (Figura 10). Atualmente a política de investimentos do BNDES está sob suspeita, à luz de fatos como da ascensão meteórica da JBS, gigante do agronegócio, obtido graças ao vultoso financiamento efetivado pelo banco, contudo, pesquisas anteriores aos escândalos, revelam que nos governos de Lula, o BNDES esteve a serviço da expansão de empresas multinacionais com sede no Brasil (GARCIA, 2012), como é o caso da JBS e das empreiteiras do consórcio construtor de Belo Monte (CCBM).

Figura 9 - Desembolsos do BNDES por setor entre 2006 e 2009



Fonte: Garzon (2010) *apud* Perpetua (2016).

Ao analisar as UHEs de Jirau e Santo Antonio, construídas em períodos próximos e com características semelhantes em vários aspectos, José Alves (2014) também se manifesta acerca da vultosa disponibilização dos recursos pelo Estado para os empreendimentos hidroelétricos do PAC na Amazônia:

(...) frente ao longo prazo de maturação desses investimentos e o retorno dos mesmos no tempo exigido pelo capital, o Estado, sob o “Novo Desenvolvimentismo”, coloca à disposição do capital, fartos recursos do Tesouro Nacional, de instituições bancárias como o BNDES (em condições especiais para esse setor), dos fundos públicos sob a tutela dessas instituições, além das empresas estatais, que em conjunto, também passam a atuar na fase de pesado investimento na construção das UHEs. Além disso, cabe às estatais a participação estratégica nessas UHEs construídas na Amazônia para que a segurança ao capital privado possa ser uma condição imanente (ALVES, 2014, p. 615).

O novo desenvolvimentismo petista favoreceu o capital, sacrificando verbas públicas que poderiam ser utilizadas em políticas sociais efetivas, o que revela afinal, a quem ele serviu. Com a exposição de vários esquemas de corrupção envolvendo as lideranças mais expressivas do PT e dos demais partidos, as empresas estatais e o capital privado (empreiteiras), se verificou que as empresas denunciadas em sua maioria são as mesmas empresas envolvidas em obras do PAC e atuantes no consórcio da UHE Belo Monte.

Evidencia-se a dimensão econômica e política do empreendimento e os interesses do capital privado a partir desse empreendimento, na sustentação da epicena relação público-privada envolvendo propinas, corrupção, financiamento de campanhas partidárias, entrega dos territórios ao grande capital, etc.

A UHEBM em todo o processo de construção obteve o acompanhamento do governo federal, que além do financiamento e das pressões para os licenciamentos, assumiu uma postura intransigente em relação às ações e movimentos de oposição, disponibilizando todo o aparato policial e jurídico em prol da viabilização da obra.

O uso da força policial para reprimir, afastar e intimidar os manifestantes e trabalhadores nas greves, o uso do aparato político, policial e jurídico, acomoda a materialidade do Estado capitalista, na condição de promotor e gestor dos negócios da burguesia, como destacava Marx (1995), e de acordo com as atualizações feitas por Mészáros (2002), ao evidenciar o fato de que “o capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas totalizadoras que dão forma ao Estado Moderno” (MÉSZÁROS, 2002, p. 106-107). Assim, a partir da exigência absoluta que se destina a assegurar e proteger permanentemente a produtividade desse sistema específico, a ação regulatória do Estado se materializa enquanto estrutura de comando político totalizadora integrante da sociedade burguesa. De tal forma que, sendo integrante dessa totalidade, a especificidade de suas ações só podem ser compreendidas levando-se em consideração tal característica substantivamente decisiva.

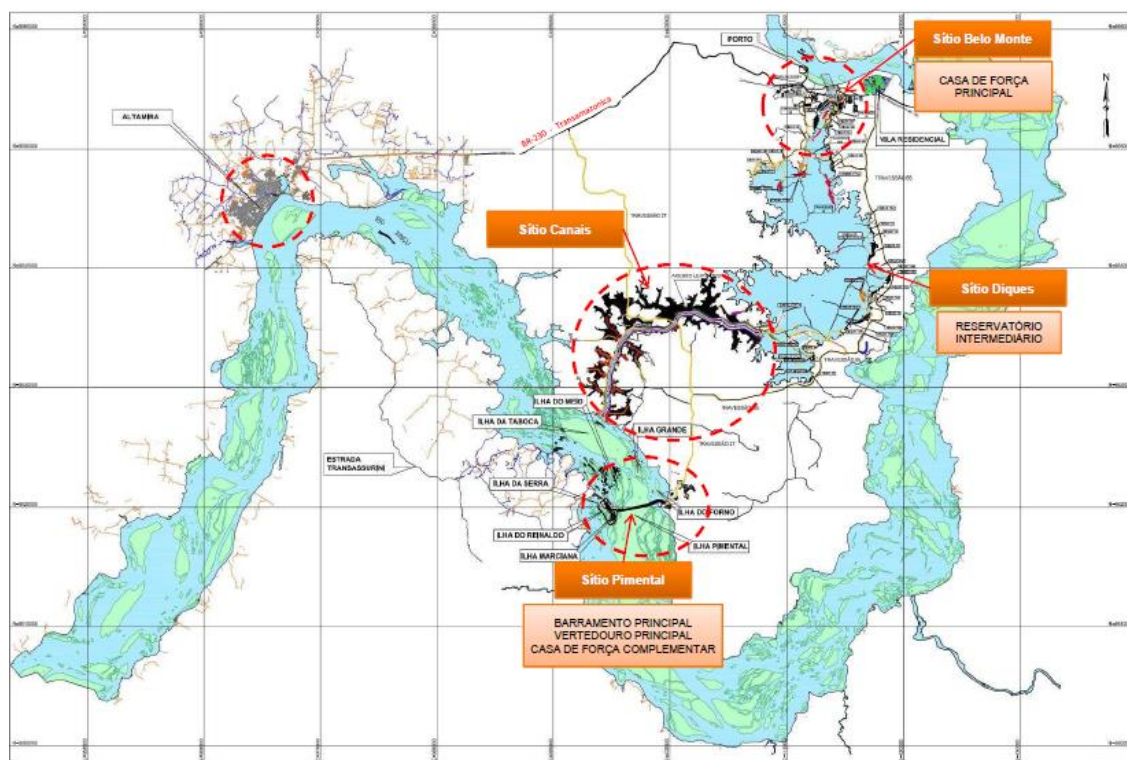
Determinadas pois, pelas necessidades do sistema reprodutivo do capital, as ações do Estado no Novo Desenvolvimentismo petista, em quase nada se diferenciam do “milagre econômico” dos militares no concernente às políticas de desenvolvimento para a Amazônia, principalmente no que concerne a UHEBM. A grande diferença talvez se dê principalmente no mascaramento do autoritarismo, pelo uso expedientes de simulação do exercício da democracia e da inclusão social, como ocorre por meio do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX).

4.3. A materialidade da UHEBM

Localizada no Rio Xingu, a UHEBM é constituída por uma casa de força principal, localizada no sítio Belo Monte, uma casa de força complementar situada no sítio Pimental,

dois canais de derivação e vários diques, localizados nos sítios denominados Canais e Diques respectivamente.

Figura 10 - Layout geral da obra



Fonte: CCBM (2012)

A partir do layout geral da obra pode-se observar que a construção da UHE Belo Monte implicou diversas obras em diferentes trechos do Rio Xingu e em terras vizinhas. Segundo a Eletrobrás, a concepção do empreendimento tende ao aproveitamento do desnível natural de cerca de 90 metros existente entre a cidade de Altamira e a localidade de Belo Monte do Pontal, onde o Xingu passa a sofrer influências do Rio Amazonas e dos movimentos das marés. Seu reservatório possui 516 km² de área alagada, sendo 134 km² no reservatório Canais, que é formado a partir do desvio do rio Xingu, na altura do sítio Pimental, e, 382 km² no reservatório do Rio Xingu. Para a construção do desvio, um trecho de cerca de 100 km do leito do rio, entre os sítios Pimental e Belo Monte, teve o seu nível de água drasticamente reduzido. Essa área atinge a maior parte da região conhecida como Volta Grande do Xingu, notória por sua alta diversidade biológica (MEDEIROS, 2009) e povoada por diversas comunidades de ribeirinhos, garimpeiros artesanais, agricultores e indígenas, incluindo duas Terras Indígenas (TI), TI Paquçamba e TI Arara dos Maia.

Uma questão interessante é que nos documentos e nos discursos, quando se (auto)elogia a redução da área alagada comparando os primeiros projetos da UHE Kararaô com o atual modelo, cita-se o total da área alagada, de 516 km², como se efetivamente fosse apenas um pequeno recorte no território, com prejuízos socioambientais mínimos. Contudo, ao se estudar com atenção o *layout* geral da obra, se pode ver a abrangência das obras e mensurar a grandiosidade dos impactos socioambientais. A área total interferida pelo reservatório e identificada pela cota de inundação (97 m), além da Área de Preservação Permanente (APP) correspondente, que possui extensão variável, e da área para implantação dos canteiros de obras e outras estruturas, totaliza 78.793 hectares (IBAMA, 2011). Apresentada pelo consórcio construtor como um “desafio”, a obra herdada dos projetos da ditadura militar traz consigo características daquela página sombria da história nacional: o mais grave, considerando o momento “democrático” de sua execução é a falta de transparência nas informações oficiais acerca de seus fundamentos, justificativas, etc, sob o signo da sua classificação como “empreendimento estratégico” para o desenvolvimento nacional (VALLE, 2005). O desafio para a consolidação da obra seria acaso derrotar quaisquer oposições (naturais ou sociais, políticas ou jurídicas?) que se insurgissem? Pela imagem utilizada (figura 12), o paredão de concreto emergindo diante de árvores nativas, parece mesmo que o empreendedor alude à velha ideia da hiléia, mas desta feita a hiléia derrotada, submetida.

Figura 11 - Imagem Publicitária da UHE



Fonte: CCBM (2012)

Em caderno especial¹⁷, o jornal Folha de São Paulo exibe longa e detalhada matéria jornalística elaborada em 2013, dedicada a explicar o empreendimento. Ao apresentar uma das áreas mais seriamente comprometidas pela construção da usina, a Volta Grande do Xingu, o repórter resume o espírito dos gestores públicos manifestado durante as obras:

Para o Planalto, o governo do Pará e as prefeituras da região, o que conta é o fluxo bilionário de investimentos, a criação de milhares de empregos (ainda que temporários) e a sensação de progresso que galvaniza a região. Na propaganda eleitoral na TV, valem mais as imagens de um laboratório de reprodução de acaris-zebra, ou de uma Altamira livre dos urubus após a remediação do lixo, do que o futuro imponderável dos pedrais do Xingu. (Folha de São Paulo, 2013)

Seguindo a lógica desafiadora dos empreendedores, manifestada em suas campanhas de divulgação, os números da UHEBM são apresentados nas visitas monitoradas com um tom exageradamente ufanista. São gráficos, quadros, tabelas, vídeos, enaltecendo a vigorosa empreitada.

Para além das jactâncias do governo e do empreendimento, os números dão ideia das consequências socioambientais provocadas pelas obras, caso o interlocutor não se deixe hipnotizar pela imponência descrita na exposição dos guias.

A figura 13, parte do repertório de dados gigantescos da obra, apresentado durante visita guiada nos canteiros, no decurso de nossa pesquisa de campo, traz números bastante significativos se submetidos a uma análise criteriosa, mas que se considerar-se a forma como são apresentados durante as exposições de vídeos nas visitas aos canteiros, o intuito se resume ao autoelogio do empreendedor, que assim mostra o “tamanho”, a grandeza das obras, dos trabalhos realizados. A figura do quadro abaixo é parte do material apresentado em visita guiada, durante pesquisa de campo realizada nos canteiros da obra em março de 2017.

¹⁷ Vide em: < <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/capitulo-2-ambiente.html> > Acesso em dez. 2016.

Figura 12 - Quantidades totais da obra



Serviços		Total
Supressão Vegetal	m2	37.375.644
Dragagem	m3	5.020.656
Escavação Comum	m3	175.789.102
Escavação em Rocha	m3	41.813.139
Aterros / Enrocamento / Transição	m3	94.911.506
Concreto CCR	m3	835.330
Concreto CCV	m3	2.553.678

Fonte CCBM (2012)

A retórica hiperbólica foi assumida nas campanhas publicitárias desde o início das obras, pelo empreendedor e pelo governo federal, como uma das estratégias para criar junto ao público uma imagem positiva da obra, que se sobrepusesse aos questionamentos e contradições denunciadas.

O discurso apresentado pelos monitores e guias, durante as visitas aos canteiros, apresenta um apelo emocional dirigido aos visitantes, pois o funcionário do consórcio, designado para narrar a obra, se esforça no sentido de se identificar como um indivíduo de origem indígena, busca mostrar-se satisfeito com o trabalho de guia na obra da UHEBM, inclusive demonstra gratidão ao empreendimento, por seus avanços profissionais, elevando o nível das contradições visíveis na visita. A aparente captura da subjetividade dos trabalhadores da obra, no caso dos que operam no atendimento ao público, comparece como parte do conjunto da obra, o funcionário “vestindo a camisa” do empreendimento. Um dos recursos publicitários utilizados nas visitas guiadas aos canteiros de obra, é um comparativo, que opõe em um gráfico, a UHEBM às três grandes obras da engenharia mundial, de modo a destacar quantas vezes a hidrelétrica é maior (Figura 14).

Figura 13 - Comparativo de grandeza da obra



Fonte: CCBM (2012)

O contrato de concessão assinado pelo Consórcio Norte Energia S/A em 2010, após a concessão da Licença Prévia, antevia a desapropriação terras de moradores de uma área inicial de 3.536 hectares, para fins de construção e ocupação em áreas consideradas indispensáveis e necessárias para a construção da hidrelétrica. De acordo com dados da Defensoria Pública do Pará, em 2011, ocorreu a publicação da Resolução Autorizativa nº 3.293/2011, que declarava o caráter de utilidade pública para fins de desapropriação de uma área de terra de 282.369,971 hectares em favor da Norte Energia S/A. Esse montante atualizado dimensiona melhor os impactos sobre moradores de áreas urbanas e rurais, que seriam sumariamente desalojados para a execução das obras. Fazendo uso da Declaração de Utilidade Pública, obtida junto à ANEEL, em janeiro de 2012 por meio da resolução, o empreendimento passou a ter autorização de invocar o caráter de urgência e a remover moradores das áreas urbanas e rurais,

Em relação às propriedades privadas referidas no artigo 1º, a Norte Energia S.A. fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as desapropriações de domínio, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência para fins de imissão provisória na posse dos bens” (ANEEL, 2012).

É o que diz o texto da resolução publicada no Diário Oficial da União. Uma das conclusões a que chegam diferentes pesquisadores e autoridades, acerca dos processos de remoção dos moradores, é que, por exemplo: as premissas do PBA (Plano Básico Ambiental) estão sendo descumpridas no processo de remoção compulsória dos ribeirinhos atingidos pela construção da usina hidrelétrica Belo Monte, com risco de perda definitiva do modo de vida desses grupos e de grave violação de direitos humanos MPF, 2015).

Em inspeção das áreas ribeirinhas atingidas pela UHE Belo Monte, realizadas entre os dias 1º a 03 de junho de 2015, os representantes das instituições participantes (MPF, CNDH, etc), em reunião plenária de retorno, realizada no dia 03 de junho de 2015, expuseram, por meio de relatório da CNDH, construído conjuntamente com equipe do MPF, pelo menos 55 constatações de descumprimento das condicionantes e violações de direito , dentre as quais se destacam as seguintes:

Constatação n. 01: As premissas do PBA (Plano Básico Ambiental) estão sendo descumpridas no processo de remoção compulsória dos ribeirinhos atingidos pela construção da usina hidrelétrica Belo Monte, com *risco de perda definitiva do modo de vida desses grupos e de grave violação de direitos humanos*; Constatação n. 02: Verifica-se um descompasso entre a velocidade que a empresa Norte Energia impôs ao processo de remoção compulsória com vistas à obtenção da licença de Operação da UHE Belo Monte e as medidas que deveriam ser adotadas para que os ribeirinhos detenham condições de suportar esse processo sem riscos a sua sobrevivência física e cultural (CNDH, 2015, p. 20).

Toda a grandeza da obra não é suficiente para compensar perdas de referências existenciais, como ocorre com os ribeirinhos, pescadores, que não conseguiram realocação próxima ao rio e foram abandonados pelos empreendedores com uma mísera reparação em dinheiro.

Um *pescador sem rio*, como se autodefine, Sr. Hélio teve que aprender uma nova profissão e chora ao lembrar da vida no Santo Antônio e da forma como sua comunidade foi 'destruída' pelo processo de remoção compulsória de Belo Monte. Hoje, vive sozinho num imóvel rural. *Eu quero dizer para vocês que eu não moro lá, eu to ocupando aquele lugar, mas minha cabeça ainda tá para cá*. Conta com indignação o processo em que toda uma comunidade quis ser realocada em conjunto, para um local que permitisse as atividades tradicionais e a manutenção dos vínculos de amizade, mas cujo resultado se assemelha ao dos 30 Xipaya que ainda ocupam a Ilha do Cotovelo do Bacabal: resoluções individualizadas, sem direito à realocação coletiva próxima ao rio. A dispersão de sua família foi relatada de forma dramática pela Sra. Rosineide, analfabeta, que *assinou em branco o Termo de Opção apresentado pela Norte Energia*. Com os valores que recebeu de indenização adquiriu um lote no Travessão dos Araras, local em que hoje

vive isolada e medicada com remédios para depressão. (MPF, 2015, p. 10).

As ações compensatórias estavam previstas, mas o empreendedor ficou a vontade para estabelecer critérios, formulando o caderno de preços, sem dialogar com a realidade inflacionária vivida regionalmente por causa da barragem e menos ainda com os principais interessados. Uma das violações mais graves relatadas de forma recorrente, foi a ação criminosa das empresas a serviço do empreendimento, ao coagir pessoas analfabetas a assinarem uma folha de papel em branco, documentando um consentimento forjado para a sua remoção. Nos depoimentos prestados ao MPF e nas entrevistas que realizamos em campo, foram narrados episódios ultrajantes envolvendo as empresas contratadas para operacionalizar os acordos de remoção e reassentamento, incluindo o uso de armas para forçar a saída dos moradores.

Um dia um morador disse assim (no telefone) era quase onze horas da noite, “dona xxxxx tem um cara aqui, ele está armado, eles estão dizendo: ou sai ou vamos derrubar a casa”, e eu disse, pega esse celular e passa aí para esse cara. Aí eu disse ‘Alô!’ E ele, ‘quem é que está falando?’ Aí não me identifiquei, disse “eu falo com quem?” Ele, “Bentes da Norte Energia”, eu disse “ah, é o senhor seu Bentes, o que é que o senhor está fazendo aí essa hora, com gente armada perturbando essa família? O senhor não sabe que isso é crime? É isso que vocês estão fazendo? Pois se o senhor não sair agora daí eu vou chamar a polícia! Eu vou chamar a imprensa e vou denunciar vocês e o que estão fazendo a essa família. Quem mandou o senhor fazer isso? Foi A Norte Energia? Quem foi da Norte Energia que autorizou?” E ele “Eu não tenho que dar explicações, não tenho autorização para falar sobre isso.” “Ah o senhor não tem autorização né, mas o senhor tem autorização para ficar fazendo isso, constrangendo, intimidando, ameaçando essa família nesse horário da noite. Isso aí o senhor tem, não é? Pois o senhor sai agora daí, o senhor deixa essa família em paz, porque senão vocês vão ver”. Era assim que eu fazia. (Trecho de entrevista: Liderança expropriada, Altamira, março/2016).

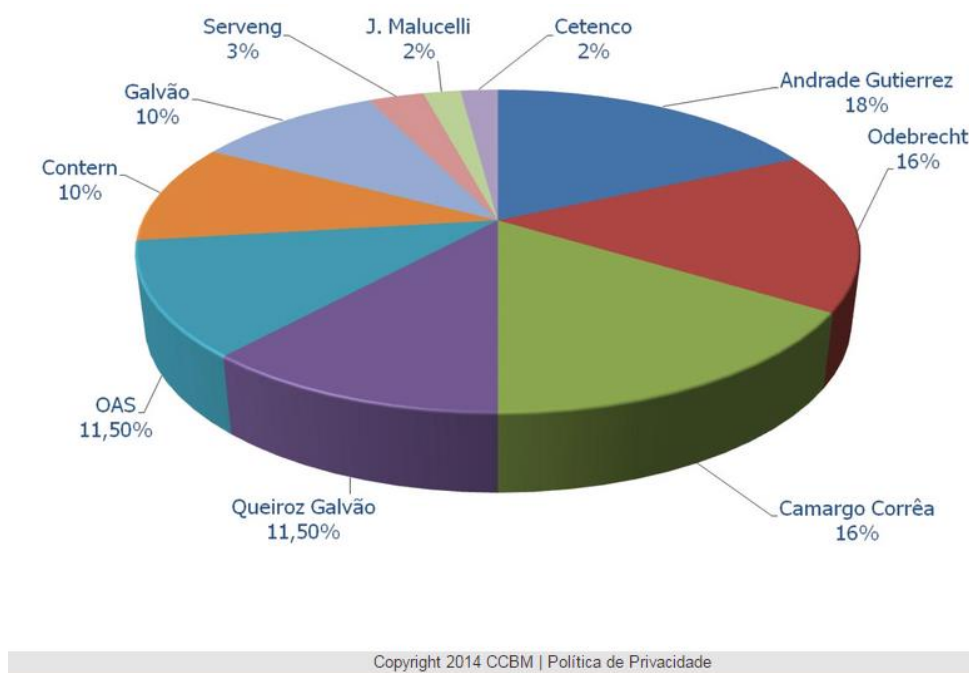
A disposição em usar todo o repertório típico dos velhos antagonistas da militância popular, nas formas violentas de tomar de assalto as famílias, durante a noite, com funcionários armados, para despejá-los de suas casas e forçar uma desocupação, extrapola os limites da razoabilidade. As violações relatadas nas entrevistas durante a pesquisa de campo, também foram confirmadas em denúncias junto aos órgãos da justiça, inclusive o Ministério Público Federal. Contudo, a blindagem do empreendimento, levada a efeito durante os governos petistas, deixou a sua própria marca das injustiças e das violências nas memórias das populações atingidas.

4.4 Consórcios e esquemas de corrupção

O consórcio construtor de Belo monte, CCBM, foi constituído pelas empresas Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Engevix, Galvão Engenharia, Iesa, Mendes Junior, OAS, Queiroz Galvão e UTC, que são as maiores empresas construtoras do país. A contratação de um consórcio de empresas¹⁸ pela Norte Energia S.A¹⁹, para a execução das obras civis da usina, aglutinou as dez maiores empreiteiras do país, conforme apresentado na figura 14.

Desde o mês de janeiro de 2015 a Operação Lava Jato citou a UHE Belo Monte como obra suspeita abrigar esquemas de corrupção, tendo à frente as empresas investigadas, Andrade Gutierrez, Odebrecht e Camargo Correa, como principais acionistas no Consórcio construtor²⁰.

Figura 14 – Configuração dos acionistas do CCBM



Fonte: Norte Energia S.A. (2014)

¹⁸ Atualmente as empresas membros do consórcio estão sob investigação da Controladoria Geral da União pelo envolvimento no esquema de corrupção na operação deflagrada pela Polícia Federal em março de 2014, denominada “lava jato”. Caso ocorra condenação, as empresas podem ser impedidas de manter contratos com a Administração pública (Correio Braziliense, 2015).

¹⁹ A Norte Energia S.A. é composta por empresas estatais e privadas do setor elétrico, fundos de pensão e investimentos e empresas autoprodutoras e obteve a concessão para construção de UHE de Belo Monte, com outorga de concessão por 35 anos. (NORTE ENERGIA S.A., 2012).

²⁰ “Camargo Corrêa negociou propina com PMDB em Belo Monte, diz delator” Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/06/camargo-correa-negociou-propina-com-pmdb-em-belo-monte-diz-delator.html>> Acesso em jun. 2015.

De acordo com o Ministério Público Federal²¹, a partir da segunda etapa das investigações da Operação Lava Jato, que investigava o grande esquema de corrupção e lavagem de dinheiro emergido durante as investigações da primeira fase, pode-se apurar os crimes com maior profundidade. Foi durante essa fase que as grandes empreiteiras envolvidas na construção da UHE Belo Monte foram arroladas aos processos.

Em 14 de novembro de 2014, foram executados, pela Polícia Federal em conjunto com a Receita Federal, 85 mandados, sendo quatro de prisão preventiva, 13 de prisão temporária, 49 de busca e apreensão e nove de condução coercitiva, em diversas cidades do país, especialmente em grandes e renomadas empresas de construção como Engevix, Mendes Júnior Trading Engenharia, Grupo OAS, Camargo Correa, Galvão Engenharia, UTC Engenharia, IESA Engenharia, Construtora Queiroz Galvão e Odebrecht Plantas Industriais e Participações.

No dia 11 de dezembro de 2014, na semana de combate à corrupção, os procuradores da República da força-tarefa ofereceram cinco denúncias criminais contra 36 pessoas pela prática de 154 crimes de corrupção, 215 de lavagem de dinheiro e de organização criminosa. Dentre os acusados, 23 pertencem aos quadros das construtoras OAS, Camargo Correa, UTC, Mendes Júnior, Galvão Engenharia e Engevix. O valor da propina apontado nas acusações é da ordem de R\$ 300 milhões. O Ministério Público pediu o ressarcimento de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão. As penas individuais podem somar mais de cem anos de prisão (MPF, 2017).

A Operação Leviatã²², ocorrida em 16/02/2017, agiu diretamente sobre os desvios ocorridos em Belo Monte e havia um inquérito instaurado contra Edison Lobão, ex-ministro das Minas e Energia durante o governo de Lula da Silva e Dilma Rousseff (2008-2015). Lobão é conhecido por ser um político lobbista da indústria barrageira, atuando desde a década de 1980, (GERMANI, 2003, p.159), quando se pronunciava contra as populações atingidas por Itaipu e defendia os diretores da Usina Hidrelétrica de Itaipu, acusados de corrupção na época. Como se pode demonstrar, a ligação entre alguns políticos conservadores, com o setor barrageiro tem um longo histórico, onde os crimes de corrupção e pagamentos de propina já eram apontados. Efetivamente o que causou espanto, foi que na conciliação petista, por uma suposta governabilidade, dita supraclassista e neodesenvolvimentista, tais grupos a serviço de interesses corporativos, lobbistas, políticos denunciados por corrupção há décadas, galgaram altos postos de comando e poder, assim logrando êxito em empreitadas polêmicas e desastrosas, como é o caso da UHE Belo Monte.

²¹ <http://lavajato.mpf.mp.br/atuacao-na-1a-instancia/investigacao/historico/por-onde-comecou>> Acesso em jun. 2017.

²² Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/16/politica/1487252685_325720.html > Acesso em Jun. 2017.

No quadro dos dados técnicos do empreendimento (Quadro 2), é possível verificar diversas informações interessantes. Uma delas é que o choque populacional gerado pela obra foi desastroso, pois o número máximo de operários na obra, de 28.000 pessoas, representava então quase 30% da população do município de Altamira, que é o maior e mais populoso dentre os atingidos diretamente pela obra. Um dos desastres da UHEBM, se deu pela não realização das obras antecipatórias essenciais, dentro dos prazos legais, o que causou uma sobrecarga na demanda por serviços públicos, acarretando o caos nos atendimentos de saúde, no número de acidentes de trânsito, nos indicadores de violência do município. Uma outra questão, mais difusa e não menos importante, é a forma como se encarou a população atingida, como “custos” muito elevados, assim como as condicionantes, que tiveram enormes atrasos para sua execução, sendo que algumas foram calculadas e feitas com base em dados populacionais a menor, em áreas estratégicas como a saúde (FGV, 2015).

QUADRO 2. Dados técnicos da UHE Belo Monte

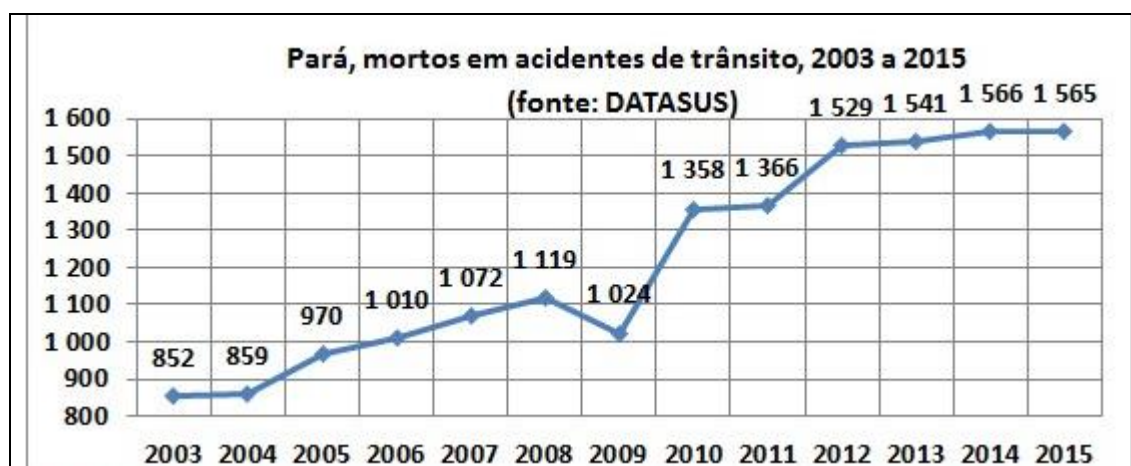
Rio: Xingu
Município: Altamira e Vitória do Xingu
Estado: Pará
Região: Norte
Executor: Norte Energia S.A, com a seguinte composição acionária: as estatais Eletrobras (15,00%), Chesf (15,00%) e Eletronorte (19,98%), os fundos de pensão Petros (10,00%) e Funcef (10,00%), Belo Monte Participações S.A./Neoenergia S.A.(10,00%), Amazônia/Cemig e Light (9,77%), Vale (9,00%), Sinobras (1,00%) e J.Malucelli Energia (0,25%).
Potência instalada: 11.233 MW
Energia firme: 4.571 MW médios
Área do reservatório: 503 km ²
Altura: 93 m
Número de turbinas: 18 tipo francis na casa de força principal e 6 tipo bulbo na casa de força complementar
Data da licitação: 13/10/2010
Estágio no licenciamento: licença de instalação deferida

Entrada em operação: 2015 e alcance da capacidade total em 2019
Custo estimado: R\$ 28,9 bilhões
Financiadores: BNDES (R\$ 22,5 bilhões)
Construtora: Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), formado pelas empreiteiras: Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa, OAS, Queiroz Galvão, Contem, Galvão Engenharia, Cetenco , J. Malucelli e Serveng.
Número de trabalhadores no pico da obra: 28 mil (2013 a 2014)
População dos municípios no entorno da obra: 350.876

Fonte: Norte Energia S.A. (2014)

Para além dos números brutos constantes nos registros da empresa, uma parcela significativa dos operários contabilizados nos canteiros de obras, veio acompanhada de familiares, que se instalou na área próxima ao empreendimento ou nas cidades adjacentes, fato que impactou os municípios que fazem parte da área ocupada pelos canteiros do empreendimento, Altamira e Vitória do Xingu. Com os dados populacionais calculados abaixo da população real, houveram consequências terríveis, no atendimento à saúde, educação e moradia, por exemplo. O número de acidentes no trânsito em Altamira aumentou exponencialmente, superando os dados do Estado do Pará que também são preocupantes.

Figura 15 – Evolução de mortes no trânsito Pará 2003-2015



Fonte: DETRAN PA

É possível verificar que o período após os inícios das obras em Belo Monte (2011-2015) há uma elevação considerável no número de óbitos. De janeiro a agosto de 2016 ocorreram mais de 500 acidentes no município de Altamira, segundo levantamento apresentado em matéria jornalística²³ no mês de setembro de 2016: “Apenas no município de Altamira, no sudoeste do Pará, foram registrados 563 acidentes, sendo 186 deles envolvendo motociclistas, com 249 pessoas feridas e três mortes. Os dados são referentes ao período de janeiro a agosto deste ano” (G1, 23/09/2016).

4.5. A UHE Belo Monte e o desmonte da resistência

De forma insistente, os governos de Lula e Dilma expressaram o fato de encararem a legislação ambiental e os grupos sociais que habitam os territórios visados pelo PAC para obras direta ou indiretamente ligadas à mineração, implantação de hidrelétricas e expansão do agronegócio como “entraves para o desenvolvimento”²⁴. Segundo a perspectiva destes governos, a solução para estes “entraves” seria a desregulação dos aparatos administrativo e legal responsáveis pela gestão da questão ambiental. Incumbidos pelo presidente Lula da rápida implementação do PAC, os ministros de Minas e Energia Edson Lobão e da Casa Civil, a atual presidente Dilma Rousseff, uniram esforços para questionar de forma específica a atuação do setor de licenciamento do IBAMA, órgão responsável pela análise dos estudos de impacto ambiental requisitados no caso de empreendimentos de grande porte e grande impacto ambiental potencial.

O ex-ministro Edison Lobão, à frente da pasta das Minas e Energia qualificou de “forças demoníacas” os movimentos de resistência à UHE Belo Monte, incluindo nesse pacote os movimentos socioambientalistas e movimento indígena. Tal postura de um agente de Estado expressa um alto grau de intolerância e prepotência diante de questionamentos legítimos acerca do modelo adotado para a expansão da produção hidroelétrica.

²³ Vide < <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/09/imprudencia-no-transito-faz-mais-de-500-vitimas-na-transamazonica.html> > Acesso em out. 2016.

²⁴ Discurso do presidente Lula realizado durante a inauguração de uma usina de biodiesel associado ao álcool em Barra do Bugres – MT, em 21 de novembro de 2006, ao qual se sucedeu a nota de repúdio “Desenvolvimento sim, de qualquer jeito, não”, assinada por 51 organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=25595>. Acesso em 12 de jan 2014.

Algumas situações que emergiram das entrevistas com sujeitos atingidos pela UHEBM, atestam a gravidade de fatos envolvendo as figuras centrais da República, durante a disputa pela efetivação das obras da barragem. Vejamos:

Em 2012, com tanta denúncia, o conselho nacional da pessoa humana, mandou um monte de conselheiros do Conselho Nacional da Pessoa Humana, aqui, do Ministério da justiça. Aí veio gente boa, até lá do lado do governo, veio o Sakamoto, veio promotores, nós enchemos essa sala aqui, tinha indígenas, tinha ribeirinhos, agricultores, todo mundo, para falar, para saberem dos impactos de Belo Monte na vida dessas pessoas. E eles fizeram um relatório, bem feito o relatório, fiel ao que as pessoas tinham falado. Aí foram então levar para a Ministra Maria do Rosário, que era Ministra dos Direitos Humanos, e quem disse que ela quis? Que era para colocar no colegiado, para ser votado. Como tinha a palavra Belo Monte lá, ela não colocou, ela colocou na gaveta e disse que não ia colocar no colegiado para votar aquele relatório, que falava de Belo Monte, porque ela não tinha mandado a comissão vir aqui para falar de Belo Monte. Que ela tinha mandado a comissão aqui para ver as violências de morte na Terra do Meio. Você acredita que ela veio do governo, saiu, uma vez que eu fui lá, quase que ela expulsou o grupo, um grupo que foi lá de defensores de Direitos Humanos, você acredita que saiu e esse relatório nunca foi votado? O governo não queria saber! (Trecho de entrevista: Liderança expropriada, Altamira, março/ 2016).

As lutas locais contrárias à UHE Belo Monte se avolumaram durante o governo Lula, diante da ameaça de que o projeto seria levado adiante, apesar das manifestações ocorridas ao longo de décadas e apesar da base partidária de Lula, na escala local, fazer parte dessas lutas e movimentos sociais.

Nós fomos a Brasília em 2004, com o deputado Zé Geraldo levou a comissão do Xingu pra conversar com a então ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff, pra falar sobre Belo Monte, e aí pra mim foi muito decepcionante, quando Dilma assume o ministério de minas de energia e entra na sala, o Zé Geraldo apresentou a comissão do Xingu. Quando ele terminou de falar, eu falei ‘ministra a gente está lutando, se esse projeto não for viável, ele não vai ser construído, porque as pessoas precisam ser ouvidas sobre esse projeto...’ E eu nem terminei minha fala, ela deu um murro na mesa e disse ‘Belo Monte vai sair...’ então desde ali eu perdi as esperanças. Tinha um amigo nosso que era da USP, ele era especialista nessa área, era chamado para assessorar o ministério, então eu perguntei pra ele que já tinha ido em vários encontros de Belo Monte, daí eu disse ‘então professor agora nós temos a esperança de que esse projeto não saia, tem muita coisa ilegal, muita inviabilidade, os especialistas falam então não vai sair, eles tem esperança’ e ele olhou triste disse ‘não Antônio, não é assim como estamos pensando, eu já estou saindo’. Foi mais um choque, mais uma decepção (Idem, ibidem).

Há muitos registros acerca do primeiro e do último incidentes ocorridos entre os indígenas do Xingu e representantes do setor elétrico. O primeiro ato, em 1989 é um símbolo positivo da resistência, com a bravura de Tuíra esfregando seu facão na face do representante dos interesses da UHE Kararaô. Cessado o efeito daquela mobilização, o governo petista conseguiu inverter a simbologia ao usar um outro fato como argumento favorável ao empreendimento barrageiro. Em maio de 2008, os povos indígenas e os movimentos sociais da região do Xingu, organizaram o II Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, evento no qual não compareceu o representante do governo ou o presidente da Eletrobrás, convidados pelos organizadores para debater o projeto da UHEBM. Naquela ocasião, o engenheiro Paulo Rezende, servidor da Eletrobrás, veio representar a empresa e falou por mais de quarenta minutos para a plenária. Foi interrompido por vaias algumas vezes e afirmou “a barragem vai sair, queiram ou não”. Depois do discurso oficial, os indígenas da etnia Kayapó levantaram e fizeram uma dança de guerra, protestando diante do que fora dito, numa manifestação contundente. O tumulto em torno da filmagem da dança em ambiente fechado, com muitas pessoas circulando, em meio aos representantes das diferentes organizações, teve um desfecho negativo, pois o engenheiro teve o braço ferido por um dos facões usados pelos indígenas na dança. A imagem do engenheiro branco ferido pelos indígenas, foi amplamente divulgada pela mídia, reforçando a campanha “contra o apagão” que ameaçava o país, que seria “inevitável” caso Belo Monte não fosse construída. A narrativa de uma das lideranças e organizadoras do evento expõe a sequência dos fatos:

No começo de 2008, os indígenas, vendo que o governo ia passar por cima de tudo mesmo, nos convidou os movimentos sociais do Xingu e Altamira, para fazermos um grande encontro dos moldes de 1989, né? Aí a gente se reuniu, os movimentos sociais e movimentos indígenas, então programamos o encontro chamado ‘Xingu Vivo Para Sempre’, porque os indígenas disseram que o Rio Xingu era para sempre, para os seus netos, para as suas futuras gerações. Daí esse encontro foi feito nos dias de 19 a 23 de maio de 2008. Então, foi um encontro dos indígenas, vieram muitos indígenas e o governo ignorou de novo, não apareceu, mandou um representante da Eletrobrás, prepotente e arrogante que teve um incidente com os povos indígenas (Trecho de entrevista: Liderança expropriada, Altamira, março/ 2016).

A resposta do governo veio logo após providenciada a divulgação exaustiva, pela mídia, das imagens do sangue do engenheiro, apelando para os estereótipos de selvageria associados aos povos indígenas. Tais arquétipos são acionados, convenientemente, cada

vez que ocorrem disputas territoriais divulgadas nos meios de comunicação em rede nacional, envolvendo o grande capital nas atividades do agronegócio, mineração e hidrelétricas. No caso de Belo Monte, emitida a imagem do civilizado engenheiro ferido no debate com os indígenas, veio o passo sequencial: enfraquecer o movimento dos indígenas do Xingu. Separou-se o grupo mais aguerrido tradicionalmente, trazido à cena desde 1989 contra as hidrelétricas na Amazônia, os povos da etnia Kayapó. Os executivos do empreendimento e representantes do governo, inseparáveis nessas situações, alegaram que os povos da etnia Kayapó não seriam atingidos pelos impactos da barragem e que, ainda assim, teriam acesso a vários projetos e benefícios sociais. Restando os povos com menos tradição nos debates públicos contra o governo, na condição de diretamente atingidos pela UHEBM, fragmentou-se ainda mais a resistência, ao se impor medidas e projetos por etnia ou por aldeamento.

Daí então, como resposta a esse encontro dos movimentos sociais, dos povos indígenas contra as barragens no Xingu, contra o complexo de Belo Monte, o governo Lula conseguiu desbloquear com um juiz no tribunal, desbloquear o desembargo da ação do ministério público federal e daí só ocorreu desrespeito. Não teve nenhum respeito aos indígenas, fez uma política de divisão dos povos indígenas. *Dividiu os povos indígenas do Médio Xingu dos Kayapó, dizendo que os Kayapó não tinham nada a ver com a barragem e com os povos daqui, criou uma grande divisão. Foi muita oferta de projetos, de dois, três milhões de reais de programas para os povos indígenas do sul do Pará, do Mato Grosso e aí foram muitas ofertas. Aí aconteceu uma grande divisão dos povos. Foi a primeira coisa que ele fez que teve sucesso, foi dividir a maior força contra esse projeto, que eram os povos indígenas.* (Trecho de entrevista: Liderança expropriada, Altamira, março/ 2016).

Em 22 de julho de 2009, houve uma reunião em Brasília, na qual o presidente Lula recebeu alguns representantes dos movimentos sociais, da comunidade científica e do MPF para tratar de Belo Monte. Lula afirmou que não iria “empurrar goela abaixo” a UHE de Belo Monte. Um ano após essa declaração foi emitida a Licença Prévia, que apresentava as medidas condicionantes, ações mitigatórias dos impactos socioambientais provocados pela usina, de responsabilidade do empreendedor. No intervalo entre a fala de Lula e a emissão da LP, diferente do que o presidente afirmara, o governo seguiu pressionando os órgãos responsáveis para aligeirar o licenciamento da obra.

No final do ano de 2009, a Casa Civil da Presidência da República pressionou o IBAMA pelo aligeiramento na concessão das Licenças, ao que os técnicos disseram não haver tempo e nem dados suficientes para tal. O diretor de licenciamento se exonerou. Em

27 de janeiro de 2010, diante da pressão do presidente do IBAMA, Roberto Messias, os técnicos do instituto afirmaram que faltavam dados no EIA sobre ictiologia, quelônios, qualidade da água, etc. O Ibama concedeu a licença quatro dias após essa comunicação, sem a incorporação dos dados ainda inexistentes.

O MPF entrou com ação judicial contra o governo, fundamentada em sete irregularidades, inclusive acerca dos danos ambientais incalculados, relativos ao trecho de 100 quilômetros da Volta Grande do Xingu, onde o rio seria desviado. A liminar foi concedida, mas derrubada alguns dias depois.

E daí em 2009, então continuou se lutando, o ministério público, hoje já são, naquela época era uma ação após outra que ficava entulhada no judiciário. Então o governo se valeu de um adendo da ditadura militar, tomou sem projeto e ainda assim continua, com as ações e os requintes da ditadura militar, e aí o governo puxou um adendo da lei da ditadura militar, que era uma suspensão de segurança²⁵, que se não tivesse a Belo Monte o país iria passar por uma situação de insegurança elétrica, de falta de desenvolvimento. Aí começou no judiciário, que alguns juízes que viram que tudo estava errado, que davam liminar pra mandar que o governo respeitasse [as condicionantes e a legislação], e o governo recorria logo para os presidentes dos tribunais, que com essa lei do mandato de segurança, eles tem a prerrogativa dele sozinho julgar toda e qualquer ação sobre Belo Monte. Ai os juízes, conversados com os advogados da Advocacia da União, do governo, na hora derrubavam a liminar de outros juízes que suspendia as obras de Belo Monte, alegando ilegalidade (Trecho de entrevista: Liderança expropriada, Altamira, março/ 2016).

No mês de junho de 2010, durante visita do presidente Lula à Altamira, militantes históricos do PT foram impedidos de se manifestar diante do presidente. A pauta de reivindicação do grupo barrado era o cancelamento do projeto da UHEBM e o grupo, estimado em 400 pessoas, agregava militantes de sindicatos urbanos, representantes de povos indígenas, lideranças de comunidades eclesiais rurais e urbanos. Para a principal liderança local,²⁶ esse evento demarcou o “racha” nos movimentos sociais em Altamira e região Transamazônica/Xingu.

²⁵ Presente na legislação desde a Ditadura Militar (Lei 4348/64, revogada pela Lei 12.016/09; Lei 12.016/09; Lei 8437/92), a Suspensão de Segurança permite que o presidente de um tribunal suspenda decisão liminar para evitar “grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública”. Entendido no contexto de Belo Monte e das violações permitidas por esse instrumento, como uma “licença para matar” em nome da segurança nacional.

²⁶ Entrevistada em março de 2016, recapitulou a luta contra a UHEBM e as contradições internas aos movimentos sociais e governo petista nesse contexto.

Então 2010, 2011 quando o Lula veio aqui, até então os movimentos da base do PT, esse grande movimento regional, eram todos quase base do partido dos trabalhadores, eram as mulheres, os estudantes, sindicalistas dos educadores, dos trabalhadores rurais, enfim, era tudo base do PT. Então quando o Lula veio aqui, nós fizemos uma manifestação de 500 pessoas contra Belo Monte, pois então, os então chamados companheiros, estavam de crachá na porta junto com a polícia e não nos deixaram entrar. Então desde aí ficou marcado, foi a gota d'água, foi a divisão dos movimentos de quem continuava apoiando a luta, contra a destruição do Xingu dos povos, que hoje é visível, e daqueles que foram chamados pelo partido dos trabalhadores, para se calarem e apoiarem o projeto do governo da Belo Monte. (Trecho de entrevista: Liderança expropriada, Altamira, março/ 2016).

Lula falou que o protesto do lado de fora do estádio era algo típico de jovens, que ele mesmo teria ido ao Paraná protestar contra Itaipu, por estar mal informado. Subestimou e desqualificou, com esse discurso, os críticos do projeto, que além dos jovens, incluía militantes adultos e idosos históricos do PT regional, povos indígenas e ribeirinhos, equipes técnicas do IBAMA que analisaram o EIA de Belo Monte e detectaram falhas sérias, os procuradores da República, Ministério Público Federal, que estudaram a fundo o caso e se posicionaram, membros do painel de especialistas de reconhecidas universidades do Brasil e de outros países, que publicaram análise técnica detalhando erros e omissões constantes no EIA da UHE Belo Monte.

Figura 16 - Visita de Lula pro UHEBM e militantes barrados



Fonte: Xingu Vivo para Sempre (2010)

A parte resistente ao projeto, dos movimentos sociais locais, começou a se organizar após os desgastes da separação dos outros coletivos, que aderiram ao projeto da usina. Novos agentes de mobilização procuraram se instalar em Altamira, com destaque para os primeiros passos do Movimento Xingu Vivo Para Sempre²⁷, a presença da WWF Brasil, Greenpeace, o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), Instituto Sócio Ambiental (ISA), além de movimentos sociais já existentes, que acabaram se incorporando, posterior e tematicamente, ao Xingu Vivo Para Sempre ou às demais ONG's recém-chegadas. As disputas entre movimentos sociais pró e contrários a UHEBM se deram em função de obedecerem ou desobedecerem ao PT. Quem se declarou aliado ao governo, pôde contar com vantagens durante o processo, desde acesso a financiamentos de projetos, apoio para manter o funcionamento das entidades e para realizar eventos que servissem aos propósitos do governo e da usina em construção. Quem se opôs, ficou sem os antigos companheiros de lutas regionais e teve que buscar abrigo e apoio junto à Prelazia do Xingu, às Ongs nacionais e estrangeiras, como foi o caso do Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

Nós, mesmo sendo um grupo pequeno localmente, com o movimento Xingu Vivo, mesmo sendo um grupo pequeno localmente, nós não tivemos os indígenas junto conosco, porque *antes o governo e as empresas, a Norte Energia e a Eletronorte, junto com a FUNAI, conseguiram vir antes dividir os povos indígenas, ao dizer que se eles não estivessem junto com o governo eles iam perder, que o Belo Monte era bom, que eles iam melhorar de vida e tudo mais, toda essa propagando enganosa, de praxe, criminosa, além de enganosa é criminosa, que o governo e as empresas fazem para dividir os povos e acabar as forças, quebrar toda a resistência*. Mas hoje para nós o desafio é trazer os povos do Xingu para essa luta, de defesa do Rio Xingu, pois Belo Monte pra nós não é fato consumado, trazer ainda essa população ainda pra luta e defesa do Rio Xingu, das águas e dos povos. Mas nós temos um espaço maior e nacional e internacional, pelo reconhecimento do movimento Xingu Vivo para Sempre, que está crescendo pela nossa persistência e resistência de continuar com a mesma posição de sempre, contrários a esse projeto de morte. Temos muitos apoio internacional contra esse modelo, porque além de Belo Monte, *estamos lutando contra esse modelo de destruição e morte dos rios, dos povos, do meio Ambiente, principalmente na Amazônia, como também em todos os*

²⁷ Segmento local dos movimentos sociais, com militantes das Ceb's, Movimentos de Mulheres, Movimento em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, lideranças indígenas, movimento negro, entre outros, que se reorganizou após a ruptura com os grupos alinhados ao governo petista e favoráveis ao projeto da UHEBM.

continentes desse mundo, desses projetos de morte, projetos do grande capital, que têm nome e endereço (Trecho de entrevista: Liderança do MXVPS, Altamira, março/ 2016. Grifos da autora).

Em 2011, definitivamente a barragem foi determinada, mesmo abaixo de impedimentos e transgressões legais, o Governo Federal, literalmente, impôs a barragem aos povos do Rio Xingu.

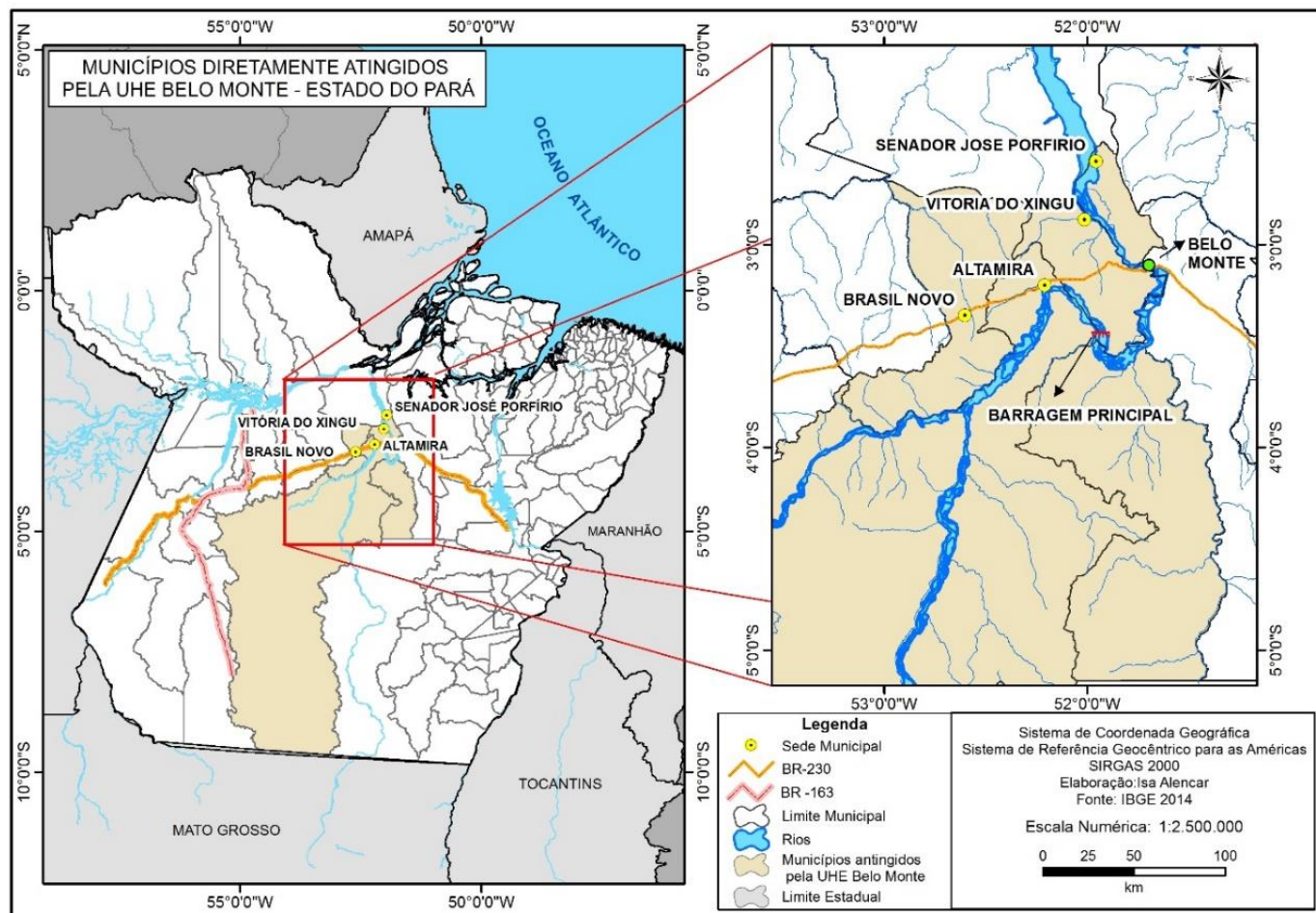
Além dos municípios reconhecidamente atingidos pelo EIA (figura 18), os municípios de Medicilândia, Uruará, Anapu e Pacajá estão sendo impactados pelo projeto. A migração espontânea, pressão latifundiária, os registros de violência urbana e no campo, a especulação imobiliária, os altos preços praticados pelo comércio, são elementos importantes que foram alterados a partir da chegada do empreendimento barrageiro na região.

Os conceitos de diretamente atingido e indiretamente atingidos são questionados e combatidos pelas lideranças do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, por entenderem diante do conhecimento concreto dos problemas gerados pelo empreendimento toda a população que é atingida, é atingida de forma direta nas suas necessidades e direitos essenciais, seja o ambiente equilibrado, a moradia, o transporte, o atendimento médico ou a segurança pública.

A definição legal sobre a categoria atingido, não existe no Brasil. As concepções habitualmente aceitas focalizam os âmbitos territoriais e patrimonialistas, limitando o reconhecimento às famílias que habitam os limites de implementação dos grandes projetos e as áreas direta e indiretamente afetadas. O dimensionamento dos impactos sociais é feito com métodos e concepções inadequadas, e as tipologias com frequência identificadas privilegiam as perdas materiais. A desapropriação e sua relação com os deslocamentos econômicos são ignorados, e a perda de acesso às áreas comuns e aos recursos explorados pelas famílias, mesmo que não tenham sido removidas de seus territórios, não costuma ser considerada nos estudos e relatórios. Por outro lado, os processos de reparação mostram-se escassos e, ancorados em indenizações insuficientes, ignoram a dimensão que envolve o sofrimento causado às famílias. Além disso, as falhas na identificação dos atingidos, nos processos de mitigação e na reparação, acumulam passivos que se arrastam por décadas (VAINER, 2008; ZHOURI et al., 2016; IPEA, 2014). Os critérios empregados para mensuração dos impactos e reconhecimento dos atingidos, mostram a predominância dos interesses políticos e ideológicos, geralmente pouco técnicos, pautados de forma prioritária

na necessidade de otimização dos investimentos e na imagem do empreendedor frente ao cumprimento formal de requisitos.

Figura 17 - Municípios Diretamente Atingidos pela UHE Belo Monte – PA



Fonte: Elaborado por Isa Alencar e organizado pela autora. (2016)

Altamira, município que possui diversas carências crônicas, como por exemplo inexistência de uma rede de saneamento, agregou novos problemas sociais urbanos que emergiram a partir de 2011, com os inícios das obras, sobrepondo-se aos problemas preexistentes.

Os moradores do município de Altamira e da região atingida pelo empreendimento, assistiram a explosão populacional acontecer de forma rápida e agressiva, com centenas de homens transitando nas ruas, comércios e bares, aos finais de semana, causando temor e insegurança. A violência urbana, crimes sexuais, acidentes de trânsito, sobrecarga nos serviços essenciais, consumo de drogas, entre outros, foram ocorrências que cresceram exponencialmente a partir de então. As medidas do Estado para conter a situação de emergência nos serviços públicos de educação, saúde, segurança e moradia, foram

insuficientes, inclusive as obras que eram pré-requisitos para o licenciamento da obra da UHEBM atrasaram e foram negligenciadas no decurso dos anos da obra.

Entre 2000 e 2016, o aumento populacional estimado no município de Altamira foi superior ao percentual do estado do Pará e do Brasil (Tabela 5).

Tabela 5 – Evolução da população residente total em Altamira e no Pará (2000-2016)

Ano	2000	2010	2016*	Var. %
Altamira	77.439	99.075	109.938	42
Pará	6.192.307	7.581.051	8.272.724	33,5
Brasil	169.799.170	190.755.799	206.081.432	21,36

*Projeção. Fonte: IBGE (2017). Elaborado pela autora.

Estes números, no entanto, não consideram a miríade de trabalhadores temporários contratados durante e no pico das obras, os quais, de todo modo, passaram a fazer parte da vida urbana de Altamira.

A área diretamente atingida pela UHE Belo Monte também faz parte de outros conflitos socioambientais, relacionados ao estado de dependência estrutural da exportação de *commodities* vivenciado pelo país e pela revitalização do latifúndio e do extrativismo — estruturas típicas da economia colonial. A invasão e grilagem de terras protegidas, a exploração madeireira ilegal, o desmatamento e queimadas que originam pastagens, são atividades que seguiram ocorrendo paralelamente ao empreendimento barrageiro, inclusive patrocinada pelo empreendedor. Segundo denúncia publicada pela Ong Repórter Brasil²⁸ em novembro de 2015, a UHE Belo Monte aqueceu o comércio ilegal de madeiras, inclusive ao não aproveitar a imensa massa vegetal suprimida pelas obras.

[O] Consórcio Construtor Belo Monte foi multado em R\$ 250 mil por comprar madeira irregular. Entre os indícios de que a madeira tinha origem ilegal, as notas não batiam com a espécie transportada. A ação aconteceu em agosto. Em abril, o Ibama já havia autuado o consórcio e o fornecedor pela mesma infração. Isso não significa que toda a madeira comprada pela usina tem origem ilegal. Mas indica que a usina não está controlando sua cadeia de fornecedores, já que insistiu na empresa já autuada. Segundo o Ibama, Belo Monte comprou de 514 metros cúbicos de madeira irregular. Mas por que a usina prefere deixar sua madeira estragar enquanto compra de um mercado contaminado? É que, nessa região, transportar e tratar a madeira seguindo as regras ambientais é mais

²⁸ Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2015/11/belo-monte-queima-madeira-legal-e-aquece-mercado-ilegal/> Acesso em: 11 dez. de 2015.

caro do que comprar o produto pronto. O mercado explica: “a ilegalidade predomina no setor madeireiro daqui. Nossa indústria regularizada está parada, temos oito empresas fechadas”, diz Maria Augusta da Silva Neto, diretora do Sindicato dos Produtores Rurais e ex-empresária do setor madeireiro. “O custo é alto para quem quer trabalhar dentro da lei, ninguém aguenta a competição com o mercado clandestino” (REPÓRTER BRASIL, 12/11/2015).

A paisagem construída com a implantação da UHE Belo Monte revela a precarização aguda das condições de vida local e a saturação das instituições e políticas públicas, ante o avanço dos impactos socioambientais, gerados por uma obra gigantesca, que ignorou um planejamento honesto, negou os investimentos necessários para que a gestão pública fosse minimamente capaz de enfrentar as deletérias situações de caos social geradas pelo empreendimento. Os adoecimentos da população, decorrentes da violência do processo de retirada das moradias, do trabalho, são citados como consequências de um tipo de “progresso”, que não beneficia o conjunto das populações afetadas diretamente. A partir da fala de um dirigente de uma associação de pescadores, percebe-se o abandono às populações que dependiam do uso do rio para realizar seu trabalho.

É uma coisa que você olha assim e infelizmente o progresso chegou pra nossa região do jeito que você tá vendo, aí eu te pergunto que progresso é esse que *escraviza algumas pessoas, que deixa pessoas doentes, estressados*, progredir outras pessoas que não são o pessoal local, em primeiro lugar sei que é bom o progresso que vai gerar energia pra muitos estados, mas *se eles tivessem um pouco de respeito*, além do que eles estão tendo com o povo local, respeito assim de ser... porque nossa classe de pescadores é a única que até agora não tem benefício, que benefício eles querem nos dar que é capacitação e projeto, mas pra fazer capacitação e projeto, esse pessoal precisa de alimentação, as famílias... precisam calçar, jantar, vestir, então o que eu clamo até agora é junto a compensação e valor, e que seja também contemplado com um projeto, eu não sou contra, eu não sou contra o projeto, mas o que eu to sendo contra até agora, é não ressarcir esse povo, ressarcir os tijoleiros, os carroceiros, as pessoas que moravam no Beiradão, eles tão até agora, tão indenizando com um valor tão insignificante que quando também, tira o cidadão de lá, que é os ribeirinho que é a parte a montante, eles já não tem mais o direito de permanecer lá diretamente, ele pode ir lá passar uns dois dias, mas não pode nem fazer nem sistema de barragem, jogar uma lona ele pode, só isso e mais nada, e vai chegar um momento em que eles vão ter que se retirar de definitivo... então aí é quando a gente questiona que esse pessoal seja olhado com bons olhos, que seja repassado qualquer valor pra esse pessoal, e vamos trabalhar com capacitação de projetos, por que isso aí é pro futuro, não pro presente (Trecho de entrevista: dirigente de associação de pescadores, Altamira, julho/2015).

Por outro lado, se verifica o desmonte sistemático da resistência, pelos agentes a serviço do governo, empreendido através do silenciamento dos movimentos sociais, o que se dá pela coerção (criminalização e judicialização contra os que resistem ao empreendimento), pela cooptação (quando clientelisticamente trata as organizações na distribuição de recursos), pela falsidade ideológica, como quando se defende um “socialismo direto”, proposto por uma esquerda não-socialista (ZARPELON, 2003).

Tal postura do Estado, na defesa dos interesses do capital e no ataque frontal aos trabalhadores, é denominada por Gonçalves (2013), como um *desenvolvimento às avessas*, ao avaliar que diante da necessidade de realizar escolhas estratégicas balizadoras de processos de longo prazo, o modelo adotado desvia o país de qualquer trajetória futura de desenvolvimento econômico, social, político e institucional, pela conveniência de lidar com menor resistência. O desafio continua a ser a adoção de estratégias diferenciadas do padrão repetido à exaustão, o que inclui compreender a Amazônia em suas especificidades socioambientais, sua fragilidade e potencialidades, valorizar os interesses e vocações produtivas locais para a promoção de desenvolvimento que seja construído e gerenciado de maneira democrática e sustentável.

4.6. Violações de direitos como regra: vontade política X estado de direito

A dominação do território pelo interesse do Estado mascara a expropriação, a desterração que é imposta às populações, que tradicionalmente habitaram o espaço-lugar e fizeram, de um determinado espaço o seu território, desde os povos indígenas, secularmente habitantes da região, até os ribeirinhos e os colonos²⁹ que desde o século XVIII ali vivem. O depoimento³⁰ de uma mulher indígena, moradora da Volta Grande do Xingu, área que teve o curso do rio desviado pelas obras da UHEBM, nos traz a dimensão do que os procuradores do MPF denominam etnocídio:

Antigamente a gente tinha vida. Hoje temos “agenda”, sentencia Leiliane Juruna, a Bel, vice-liderança da aldeia juruna Muratu, na Terra Indígena Paquichamba, localizada na Volta Grande do rio Xingu, no Pará. Em sua

²⁹ O termo colono designa, na Amazônia, todos os tipos de camponeses, independentemente do tipo de vínculo que tenha com a terra-território (posseiro, proprietário, etc.). Diferente do entendimento dado aos colonos portugueses, que migraram para o Brasil no período colonial para realizar a colonização do país. (Cf. Loureiro, 2009, p. 43-48).

³⁰ Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2016/01/o-alto-preco-da-modernidade-de-belo-monte-na-vida-da-aldeia-de-muratu/> Acesso em 01 de fev. de 2016.

nova casa de madeira – idêntica a outras 15, construídas pelo Consórcio Norte Energia como parte do Componente Indígena do Projeto Básico Ambiental (PBA-CI) da hidrelétrica de Belo Monte -, Bel faz artesanato em frente à televisão, mas dá uma parada para conversar.

Tudo – a agenda, a casa, a televisão, e mesmo o artesanato – faz parte do que hoje substituiu o “antigamente” na vida dos indígenas afetados e parcialmente compensados com um choque de modernidade pelas obras da grande hidrelétrica no rio Xingu. Recapitulando os últimos anos da aldeia, Bel relembra que a primeira mudança na vida dos juruna de Muratu se deu com o início do (in)tenso processo de negociação com a Norte Energia, responsável pela construção da usina, e órgãos do governo em torno das condicionantes de Belo Monte: a *vida* passou a ser engolida por uma interminável sequência de reuniões, que os arrancou de seus afazeres cotidianos. “Tinha compromisso e reunião todo dia, toda hora. Não havia mais tempo de pescar, de viver. A gente começou a ter mais dinheiro (antes da aprovação do PBA indígena, a Norte Energia repassou mensalmente recursos no valor de R\$ 30 mil para cada aldeia impactada pela usina), e isso mudou a nossa alimentação. Sem tempo de produzir – a nossa alimentação era basicamente peixe e farinha -, começamos a comprar tudo no mercado. É tanta reunião que eu não tinha tempo de fazer almoço, então meus filhos começaram a comer miojo porque era a única coisa que sabiam fazer sozinhos”, conta Bel. De imediato, acrescenta, o impacto mais preocupante da mudança no hábito alimentar dos indígenas é o colesterol. (REPORTER BRASIL, 27/01/2016)

O valor de uso da terra/território é substituído bruscamente pelo valor de troca, pois passa ao domínio do empreendedor que o submete para explorá-lo economicamente, em favor do grande capital, aferindo um preço ao território de interesse e fazendo uso de recursos jurídicos para garantir a apropriação de tal espaço. Nesse contexto, as definições conservadoras de território como as de Ratzel, serviriam como suporte para legitimar essas ações do Estado, mas dispositivos como a Declaração de Utilidade Pública (DUP), conferem legalidade as ações de desterração. Assim, o capital, por meio do Estado, seu serviçal (MARX, 2008) impõe limites, desterritorializa, reterritorializa e repete de forma autoritária, as ações de desterritorialização-territorialização-reterritorialização, em relação às populações nativas, migrantes e à coletividade “que-vive-do-trabalho”³¹.

As sucessivas repartições do território amazônico, envolvem, para além dos interesses do Estado e do capital, a sobrevivência de categorias sociais, povos, grupos diferenciados da população nativa e migrante, sujeitos ou agentes do território excluídos do âmbito das decisões acerca dos usos do território, que ciclicamente sofreram com as

³¹ Cf. o contexto do uso da expressão em ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

desterritorializações, reterritorializações e, finalmente, sofrem processos mais amplos e complexos de desterração, pelas ações impostas pelos interesses emanados do Estado capitalista ao conjunto da classe trabalhadora.

O traço de “indiferença aos homens”, atributo característico do capital apresentado por Marx (idem) se mostra nas mais variadas formas, desde a mais sutil apropriação da subjetividade da classe trabalhadora até o uso exacerbado da violência física e simbólica, no atropelo das leis, no silenciamento das resistências, na irresponsável destruição dos biomas brasileiros sob o manto do desenvolvimento econômico.

A construção da UHE Belo Monte, por afetar terras indígenas, prevê a aplicação do §3º do artigo 231 da Constituição Federal, o qual estabelece que o aproveitamento dos recursos hídricos em terras indígenas só pode ser realizado com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas.

O simulacro de participação, comunicação e informação aos moradores atingidos pela UHE Belo Monte, dos impactos e das ações de reparação, realizado pelo governo, por meio do Ministério das Minas e Energia, e da Empresa Norte Energia (NESA) e Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), nas reuniões obrigatórias, que foram controladas e conduzidas pelo empreendedor, denominadas Audiências Públicas, mobilizou um quadro de agentes para neutralizar as manifestações dos movimentos sociais contrários ao empreendimento durante as reuniões. É importante destacar o aparato intimidatório mobilizado, incluindo o uso de diferentes forças militares, com o intuito de filtrar a entrada dos participantes, constituindo mesas majoritariamente ocupadas por defensores do empreendimento e lobistas das áreas técnica e política.

Um outro aspecto constante nos conflitos envolvendo a obra da usina, foi o uso da linguagem técnica como estratégia de barreira, para impossibilitar os questionamentos e inviabilizar debates horizontais entre os interlocutores. Os coordenadores e expositores do projeto, usavam nas audiências e reuniões, com as populações atingidas, de linguagem tecnicista, travando a possibilidade do diálogo. Ao responder, desqualificavam sistematicamente as objeções das plenárias, sem responder claramente aos questionamentos fundamentais. As ações da negação deliberada do acesso às informações e a inviabilização da participação social da população atingida, acerca do empreendimento e dos deslocamentos compulsórios, foram sistemáticas e foram denunciadas em diversas publicações de pesquisadores. A UHEBM não representou um novo modelo de empreendimento, nem houve um diálogo respeitoso ou um debate honesto, como a

propaganda governista apresentava. Tal como em outras construções de usinas hidrelétricas, o imediatismo do Estado e do empreendedor, as constantes pressões para o andamento e finalização da obra, justificou a adoção de soluções apontadas como mais rápidas, ainda que provocassem conflitos e apontassem para riscos de paralisação das obras por judicializações (SCABIN et al., 2015).

Em muitas das decisões judiciais, que responderam às solicitações do cumprimento de condicionantes e outros reparos no projeto, sob pena de embargo das obras, houve o desrespeito pelo governo, a partir da aplicação do pedido de suspensão de segurança. Trata-se um recurso jurídico solicitado a presidentes de tribunais superiores que cassam liminares e decisões de outros tribunais, com a alegação de que a não implantação da usina traria danos à segurança, à economia, à ordem e à saúde pública.

Em entrevista³², o Procurador da República Ubiratan Cazzeta, expôs uma série de violações de direitos perpetradas pelo governo e pelo empreendedor no curso do processo de licenciamento, construção e operação da UHEBM. De acordo com o jurista, a situação de Belo Monte se repete em diversos outros empreendimentos que, para entrar em funcionamento, dependem de megaestruturas, as quais provocam profundos impactos sociais e ambientais. O Procurador aponta como exemplos os casos das usinas de Jirau e Santo Antônio e o da barragem do Fundão, mantida pela Samarco e que provocou um desastre de imensas proporções em Mariana, Minas Gerais:

O que essas situações têm em comum é o desrespeito a um princípio básico da legislação ambiental, o princípio da precaução. Se esse princípio fosse respeitado, ao colocarmos na balança riscos socioambientais de um lado e razões econômicas de outro, teríamos que privilegiar o meio ambiente equilibrado, porque é dele que depende a vida de todos. Infelizmente as razões econômicas imediatas vêm falando mais alto em vários licenciamentos no país, com resultados trágicos”, analisa. (IHU ON-LINE, 16/02/2016)

Destaca-se a grave afirmação de que Belo Monte deixa um legado de desrespeito para com o ordenamento jurídico, porque foi uma obra construída sobre a violação da Constituição brasileira, enfraquecendo, portanto, fundamentos essenciais da democracia duramente conquistada. De acordo com o Procurador, podemos afirmar que a obra representa em resumo, uma imensa perda de oportunidade do Estado brasileiro, que

³² Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/551635-belo-monte-e-a-logica-do-capital-e-dos-jogos-politicos-que-sufocam-a-vida-entrevista-especial-com-ubiratan-cazzeta>> Acesso em 04/03/2016.

poderia ter demonstrado sua capacidade de discutir a implementação de grandes projetos, fazendo-o de uma forma diferente do que se praticou no regime militar, podendo ter adotado uma postura que respeitasse a diversidade, a crítica e que, antes de tudo, observasse as regras de uma sociedade que se pretende plural e democrática.

É importante destacar que o Ministério Público Federal iniciou processo judicial na Justiça Federal em Altamira, pelo qual busca o reconhecimento de que a implantação de Belo Monte constitui uma ação etnocida do Estado brasileiro e da concessionária Norte Energia, “evidenciada pela destruição da organização social, costumes, línguas e tradições dos grupos indígenas impactados”. A ação etnocida do Estado e do empreendedor foi comprovada por longa investigação conduzida pelo MPF³³, e foi potencializada com a recente permissão de operação da usina, por conta do descumprimento deliberado e acumulado das obrigações de todas as licenças ambientais que a usina obteve do governo.

Desde o início das notícias da construção de hidrelétricas no Rio Xingu, houve resistência e conflitos nas últimas quatro décadas. Nunca foi um processo fluido. A Tabela de Acompanhamento do MPF sobre Belo Monte, atualizada em março de 2016, totaliza 25 processos e/ou ações judiciais³⁴.

As vozes do Xingu ecoaram em Belém, Legislativo e Judiciário Federal, Europa e OEA. Não obstante, na década de 2000, o Governo Federal, comandado pelo PT, articulado ao setor empresarial da construção civil e energia elétrica, criou as condições para impor o projeto, atropelando a constitucionalidade e determinando o início das obras. Foi uma decisão política, visto que do ponto de vista técnico e legal o processo foi truncado, conforme mostram as ações judiciais que suspenderam temporariamente, por várias vezes, o andamento do processo de licenciamento e construção.

No ano de 2011 o governo iniciou a obra, não obstante as manifestações populares contrárias ao projeto. Em 15 de maio de 2001, o Ministério Público Federal (MPF) no Pará ajuizou a primeira Ação Civil Pública (ACP) contra a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que tratava do EIA realizado de forma irregular, por órgão incompetente e sem licitação. O EIA foi suspenso na época, diante da veracidade dos fatos relatados na ação. A segunda

³³ Disponível em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/mpf-denuncia-acao-etnocida-e-pede-intervencao-judicial-em-belo-monte>. Acesso em: 12 de dez. de 2015.

³⁴ O Portal do Ministério Público Federal divulga a Tabela de Acompanhamento dos processos contra a construção da UHE Belo Monte. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2016/tabela_de_acompanhamento_belo_monte_atualizada_mar_2016.pdf/view Acesso em 04 de abr de 2016.

ACP, processo nº 2006.39.03.000711-8 709-88.2006.4.01.3903, denunciava a ilegalidade do decreto legislativo 788/2005 e ausência de consultas indígenas. As ações do órgão são em sua maioria, contra as inúmeras violações da legislação ambiental e dos direitos humanos de indígenas, ribeirinhos, pescadores, agricultores e moradores das cidades impactadas pela usina, consagrados na Constituição Federal e em acordos internacionais dos quais o Brasil é parte. As ações públicas, quando julgadas procedentes, em seguida eram derrotadas por recursos do governo, boa parte segue aguardando julgamento.

A Revista Época de 13 de janeiro de 2014³⁵, destacou que o procurador federal Felício Pontes Junior e outros procuradores federais ajuizaram 25 ações contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Segundo a notícia, para a advocacia geral da União, as ações do MPF “são outras pedras nas botas da Norte Energia”. Para o MPF, os recursos destinados ao investimento social são insuficientes, pois além de haver um descompasso no andamento das obras, a execução é de péssima qualidade. A revista publica que “o Procurador da República Ubiratam Gazeta afirma que entre os quase 30 processos contra Belo Monte pede nulidade das duas licença de instalação e uma de desmatamento emitida pelo IBAMA à Norte Energia, sem o cumprimento das condicionantes”. Os procuradores argumentam que, “enquanto as obras vão de jato, as condicionantes vão de fusca” (REVISTA ÉPOCA, 2014, p.48).

A vigésima primeira ACP (Processo nº 3017-82.2015.4.01.3903), trata do reconhecimento de que *a implantação de Belo Monte constitui uma ação etnocida* do Estado brasileiro e da concessionária Norte Energia “evidenciada pela destruição da organização social, costumes, línguas e tradições dos grupos indígenas impactados”. Ainda aguardando decisão liminar (março de 2016). Após rápidas vitórias judiciais, convertidas em derrotas em pouco tempo, os movimentos sociais foram silenciando, e até mesmo o judiciário baixou o volume das contestações. O MPF ficou enfraquecido, apesar de ter enviado inúmeros esforços, como as Ações Cíveis Públicas, que venciam em primeira instância e perdiam todas as contestações do governo e dos barrageiros.

As denúncias continuam a ser encaminhadas, em 11 de janeiro de 2016, a Justiça Federal de Altamira determinou a suspensão da Licença de Operação de Belo Monte até que a empresa Norte Energia S.A., responsável pela construção e operação da obra,

³⁵ Disponível em:< <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/01/belo-monte-de-bconcreto-e-acob.html>> Acesso em 17 out. 2014.

juntamente com o governo federal, cumpram a obrigação de reestruturar a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na região, para atender os povos indígenas atingidos pelo projeto. Segundo o MPF-PA, a condicionante constava da licença prévia, concedida em 2010, mas nunca foi cumprida. Em 27 de janeiro, o desembargador federal, Cândido Ribeiro, que preside o TRF da 1ª Região, suspendeu a decisão provisória (liminar) que determinava a paralisação das obras, alegando que a suspensão da Licença de Operação da usina é desproporcional e afeta o interesse público, “repercutindo gravemente na ordem e economia públicas”³⁶. É importante destacar que governo está agindo através do instrumento jurídico conhecido como “suspensão de segurança” nas ações envolvendo os direitos constitucionais de comunidades atingidas por grandes projetos, principalmente hidrelétricas. O fato foi denunciado por Organizações indígenas, ambientalistas e membros do judiciário, que criticam uso indiscriminado do instrumento jurídico presente na legislação desde a Ditadura Militar (Lei 4348/64, revogada pela Lei 12.016/09; Lei 12.016/09; Lei 8437/92). A Suspensão de Segurança permite que o presidente de um tribunal suspenda decisão liminar para evitar “grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública”. Nas disputas judiciais envolvendo Belo Monte o recurso da Suspensão de Segurança foi utilizado em pelo menos sete decisões favoráveis à continuidade da obra.³⁷

4.7. Perspectivas das resistências e das adaptações inflingidas

Em junho de 2012, a Organização dos Estados Americanos (OEA), acolheu denúncia de perseguição contra lideranças dos movimentos sociais que protestaram contra a UHE Belo Monte, que foram acusados de dano qualificado, roubo, formação de bando e quadrilha, desobediência e perturbação de trabalho e sossego alheios. As lideranças tiveram a prisão preventiva pedida à Justiça no dia 25 de junho de 2012³⁸. A denúncia desses fatos foi amplamente divulgada e uma rede solidária se constituiu em várias cidades

³⁶ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-01/trf-cancela-decisao-que-paralisava-obras-em-belo-monte>> Acesso em 28 de jan. de 2016.

³⁷ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/ULTIMAS-NOTICIAS/463801-ESPECIALISTA-DENUNCIA-USO-INDISCRIMINADO-DE-SUSPENSAO-DE-SEGURANCA-EM-ACOES-INDIGENAS.html>> Acesso em 20 de março de 2014.

³⁸ Muitos jornais divulgaram os fatos aqui relatados. Cf. <<http://reporterbrasil.org.br/2012/06/ongs-denunciam-a-onu-perseguiçao-da-policia-a-manifestantes-contra-belo-monte/>> Acesso em 28 de junho de 2012).

do Brasil, como Belém, São Paulo, Rio de Janeiro e em outros países. O evento Rio+20, ocorrido em junho daquele ano deu visibilidade ao movimento de resistência e às denúncias de violações de direitos relacionadas ao empreendimento barrageiro.

Na escala nacional, a defesa da UHE Belo Monte foi alavancada pela ameaça iminente de apagão, resultante de uma suposta crise do setor energético, tese defendida pela então ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff. As hidrelétricas foram apontadas como a saída viável por excelência, argumentando-se que produziriam “energia limpa”, considerando o modelo hidroelétrico como “sustentável”.³⁹

Em escala local, além da intimidação feita pela criminalização dos movimentos e das lideranças da resistência ao projeto da UHE Belo Monte, o uso ostensivo do aparato jurídico e policial, houve também uma intensa campanha publicitária pró-Belo Monte. A defesa da UHE Belo Monte era apresentada como a salvação dos municípios no entorno de Altamira, estagnados economicamente pelas operações de combate à exploração ilegal de madeira, que deixara um contingente de desempregados oriundos das serrarias ilegais. Criou-se uma propaganda local que condenava os movimentos sociais, acusando-os de atrapalhar o progresso e de impedir o acesso ao emprego pelos trabalhadores desempregados da região da Transamazônica e Xingu (PAIVA, 2010). O aumento no contingente policial local, a criminalização, judicialização e perseguição policial às lideranças que protestavam, foi amplamente noticiado em escala regional, nacional e internacional. As audiências públicas foram momentos de intenso aparato policial e os movimentos sociais foram impedidos de participar sob as mais diversas alegações, inclusive de reduzida capacidade dos espaços reservados para o evento⁴⁰.

A quarta e última audiência pública que trata da instalação da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, foi marcada por tumultos e protestos, que, de acordo com o MPF (Ministério Público Federal), poderiam ter sido evitados pelo Ibama, órgão responsável pela organização do evento. A audiência já passou pelas cidades de Brasil Novo, Vitória do Xingu e Altamira, todas no Pará.

³⁹ A estratégia discursiva do Governo Federal em relação à Belo Monte, repleta de afirmações acerca de ser ecologicamente correta e socialmente responsável, se mostra como uma peça de *greenwashing*, que na tradução literal da língua inglesa significa “pintando de verde” ou “lavagem verde”. Propaganda enganosa que utiliza imagens de defesa do meio ambiente, quando suas ações geram impactos negativos e degradantes à natureza.

⁴⁰

Disponível

em:

<<http://noticias.orm.com.br/noticia.asp?id=434259&|mpf+critica+organiza%C3%A7%C3%A3o+d e+audi%C3%Aancia+sobre+belo+monte#.VyNkfzArLIU>> Acesso em 12 de ago de 2014.

De acordo com o MPF, 'integrantes do Ministério Público tentaram negociar com o presidente do Ibama, Roberto Messias, para que a audiência fosse realizada em um auditório maior, que abrigasse todos os interessados'.

Mas a assessoria do Ibama respondeu: 'O presidente do Ibama garante que todos os preceitos legais foram rigorosamente cumpridos nas audiências e todos os interessados em manifestar opiniões tiveram direito à palavra, desde o empreendedor até os mais radicalmente contrários ao projeto'. O órgão enfatizou que o evento foi altamente democrático. (PORTAL ORM, 16/09/2009)

O momento do início das obras foi antecedido por um conjunto de ações de repressão, de tal forma que com a chegada dos trabalhadores da obra, viu-se um aparato policial forte se constituir, inclusive com a presença constante da Força Nacional de Segurança (FNS), que se fez ostensiva na cidade de Altamira e nos canteiros de obras da UHE⁴¹.

A repressão aos trabalhadores nos canteiros de obras, principalmente durante manifestações e greves, gerou denúncias e indagações acerca da legitimidade da presença de forças federais em uma obra, cujo caráter predominantemente privado, punha em dúvida a legitimidade da presença das forças federais sem consulta ou autorização das autoridades estaduais. Contudo, a articulação entre os grupos privados barrageiros e as instâncias federal, estadual e municipais estavam garantidas desde o início, mediante a expectativa de orçamentos e ganhos elásticos a partir do empreendimento. O perfil autoritário da obra e de seus patrocinadores, extrapolou o campo de resistência das comunidades e dos moradores atingidos, atacando a resistência da classe trabalhadora em sentido amplo.

O Movimento Xingu Vivo Para Sempre, afirmou em nota que a ação da força policial para reprimir os protestos e greves tem se manifestado em sucessivos “episódios de perseguição ao direito democrático de organização e mobilização dos trabalhadores que se torna cada vez mais corriqueiro nas grandes obras do país”. A “intenção autoritária já nem é mais disfarçada, como atesta a nota à imprensa divulgada pelo Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) que justifica a presença da Força Nacional exatamente para coibir o direito constitucional de greve” (figuras 18 e 19). O consórcio construtor Belo Monte (CCBM, composto pelas empresas Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa, OAS, Queiroz Galvão, Contern, Galvão Engenharia, Cetenco, J. Malucelli e Serveng), divulgou

⁴¹ Disponível em: http://www.andradecanellas.com.br/default.asp?id_materia=10017. Acesso em 12 ago. de 2014.

uma nota à época, justificando a presença e ação da Força Nacional de Segurança nos canteiros da obra. Homens da segurança pública nacional agiram como vigilantes privados da UHE Belo Monte, listando e fotografando os protesto dos grupos atingidos, identificando as lideranças dos movimentos de resistência que protestam diante das violações de direito. Dentre as razões destacadas pelo CCBM destacavam-se as greves ocorridas nos canteiros da usina, em novembro de 2011, março e abril de 2012, além das ocupações por manifestantes dos movimentos sociais (indígenas e atingidos do campo e da cidade).

Figura 18 Homens da FNS reprimem greve nos canteiros da UHE Belo Monte em 2013



Fonte: CSP-Conlutas⁴²

Os registros da truculência contra os trabalhadores também foi denunciada. A revista eletrônica da Unisinos (RS), IHU On-Line⁴³, entrevistou o jornalista Ruy Sposati em dezembro de 2011, presente na região para acompanhar os impasses de Belo Monte.

⁴² Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2013/04/greve-ccbm-e-governo-exploram-e-oprimem-os-operarios-de-belo-monte/> Acesso em 19 de nov. 2013.

⁴³ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/503944-governo-sindicato-e-construtora-manobram-para-acabar-com-greve-em-belo-monte>. Acesso em 03/12/2013.

Segundo ele, “após uma tarde de conversa, o sindicato conseguiu convencer os trabalhadores de que seria melhor suspender a greve do que negociar, porque a empresa ficou de resolver imediatamente o problema da água e da comida, mas o restante da pauta só seria discutido se a greve fosse suspensa”. E ainda,

No ato do protocolo da pauta de reivindicações, o Consórcio construtor afirmou que só iniciaria as negociações de fato se a greve fosse suspensa, posição aceita e reforçada pelos dirigentes sindicais. De acordo com os operários, o sindicato “costurou” o protocolo com o Consórcio e passou a tarde tentando convencer os grevistas de que a paralisação seria ilegal e ilegítima, e que deveria ser suspensa para permitir que a pauta fosse negociada. (IHU *on line*, 2011)

Ora, a truculência esperada da iniciativa privada para tratar com trabalhadores em greve, normalmente pode ser uma espécie de combustível para que as lutas se fortaleçam, desde que não ocorresse em ambiente tão inóspito e controlado por agentes do Estado, como os canteiros da UHEBM. A alinça entre o sindicato, as empresas e agentes do Estado, desde a FNS até mediadores da Casa Civil presentes em Altamira, criou um ambiente *sui generis* de repressão às lutas de resistência classista.

Figura 19 - Marcha dos trabalhadores da UHE Belo Monte encontra barreira da FNS



Fonte: Site cidadeverde.com⁴⁴

⁴⁴ Disponível em:< <http://cidadeverde.com/noticias/100452/belo-monte-operariosfecham-acesso-a-obras>>. Acesso em 23/12/2013.

Pelo relato feito narrando a negociação pelo final da greve, verifica-se uma marca importante nas ações do Estado, quando administrado pelo governo petista, um traço estratégico utilizado para desmobilizar os trabalhadores em seus movimentos: o uso de antigos militantes dos movimentos sociais, como interlocutores à serviço do Estado. Sposati (2011) revela que a negociação,

(...) foi acompanhada por um assessor da Secretaria de Articulação Social, da Secretaria Geral da Presidência da República, Avelino Ganzer, ligado à CUT. Ele é um petista da articulação antiga e durante a reunião distribuiu cartões para os trabalhadores e disse que estava ali para ajudar. É inexplicável. Esse aparato do sindicato, dizendo que a melhor tática era suspender a greve, a figura do governo insistindo para que a greve fosse suspensa e a empresa pressionando, fez com que aquelas manifestações espontâneas dos trabalhadores acabasse. Então, eles suspenderam a greve, apesar de dizer que ela pode voltar a qualquer momento. *Daqui para frente sempre haverá duas disputas: a dos trabalhadores, que querem melhorias, e a do sindicato, governo e empresa, que formam um bloco pelo fim da greve.* (IHU ONLINE, 2011. Grifo nosso)

Atitudes como essa, que mobilizam agentes com a função de sabotar o movimento dos trabalhadores, a partir de sua *expertise* como liderança sindical, indica uma das faces do desmonte da resistência classista. A atitude do agente do Estado, ex-sindicalista, representante da Presidência da República, circulando como um pacificador em meio aos grevistas, distribuindo cartão de visita para as lideranças, dizendo que está ali para “ajudar”, demonstra um patamar inédito de intervenção em uma greve, no interior de uma UHE em construção. Ao criar esse tipo de confusão de identidades, cabe aos trabalhadores menos esclarecidos se perguntarem: Ele é sindicalista? Um companheiro? Ou ele é representante do governo? Ele representa quais interesses? Jogar com os personagens atuando em diferentes papéis, é uma peculiaridade verificada nesses anos de conflito. A crise de identidade de classes, ou a dissimulação e ambiguidade acerca dos papéis sociais assumidos, é uma tática mobilizada no cenário das disputas na UHEBM.

No dia 16 de novembro de 2011, informou o jornalista Ruy Sposati, 138 trabalhadores foram demitidos como forma de represália por parte do consórcio que administra a obra, porque alguns operários reclamaram das condições de trabalho. “Quarenta policiais da Rotam, a polícia de elite de Belém-PA, foram ao canteiro de obras e colocaram 137 dos 138 trabalhadores dentro de um ônibus e mandaram todos de volta para o Maranhão”, relata.

A aliança e negociações entre governo, empresas e sindicatos, entrou em conflito de interesses com os trabalhadores da obra, que discordaram da postura “pelega” dos dirigentes do sindicato. Esse episódio expôs uma face importante do emaranhado ideológico que envolveu a construção da usina, um governo supostamente trabalhista, com referências fortes no sindicalismo opera no sentido contrário aos interesses dos trabalhadores. Agora operador da máquina do Estado, defensor dos projetos que beneficiam o capital, o governo petista demonstrou que ao assumir o projeto neoliberal, por princípio, seu papel é defender a estrutura do capital e suas contradições.

Nesse sentido, a forma como o empreendimento trazido pelo governo petista tratou as populações urbanas é também elucidativo quanto ao seu compromisso com a perspectiva do sucesso do capital, às custas da desterreação e da desterritorialização, não apenas no campo material, das terras desapropriadas, mas no campo das lutas sociais. A Teoria da acumulação por desapropriação, teoria cunhada por David Harvey, é cabível aqui por definir que as políticas neoliberais são guiadas principalmente por quatro práticas: privatização, financeirização, gerenciamento e manipulação de crises, e redistribuições estatais.

Na cidade de Altamira, os locais de fundo de vale, margens das bacias de igarapés e encostas, concentraram altas densidades populacionais que secularmente enfrentam a falta de saneamento, o desconforto térmico, a não efetivação ou a completa ausência de áreas verdes, extensas áreas impermeabilizadas, pontos de enchentes. Em conformidade com sua gênese de cidade ribeirinha, as margens dos igarapés e do Rio Xingu foram ocupadas secularmente por moradores, que viam na moradia justafluvial uma localização estratégica para suas atividades de pesca e coleta extrativista no Xingu e seus afluentes.

São os pontos das diferentes periferias da cidade, distribuídas em diversos bairros, como Açaizal, Brasília, Mutirão, Santana, Nova Altamira, Boa Esperança, que abrigam a população mais carente e desprovida de recursos financeiros suficientes para promover possíveis mudanças para outros ambientes menos degradados e com melhores perspectivas de qualidade de vida. O espaço habitado por essas pessoas é aquele que imediatamente será inundado após o barramento do rio Xingu.

A partir dessa sentença anunciada há algum tempo, é que se desdobra a trama que envolve o desalojamento e o reassentamento compulsório das famílias da ribeira urbana de Altamira, e aqui também se apresenta a materialidade da segregação socioespacial.

Existem três igarapés no perímetro urbano de Altamira, Igarapé Altamira, Igarapé Ambé e Igarapé Panelas. Os moradores dessas áreas veem inúmeras comodidades nessa localização, conforme dados do Relatório do Processo de Revisão do Plano Diretor de Altamira (2010) patrocinados pelo Consórcio construtor:

É comum em conversas com pessoas na área das “baixadas” da cidade de Altamira encontrar, como motivo para a permanência no local, a proximidade dos serviços de educação e saúde. Quando interpeladas sobre a possibilidade de se deslocarem para outras áreas, *a maioria das pessoas resiste à ideia de se distanciar das escolas, centros de saúde e outros serviços que estão situados nas áreas centrais de Altamira*. Muitas destas pessoas oriundas de outros municípios e de áreas rurais de Altamira, que ainda mantém lotes com produção agrícola, optam por estar próximo do centro, mesmo que sob condições de habitabilidade desfavoráveis, pois necessitam de tais serviços, de preferência com o máximo de proximidade, uma vez que não existe no município transporte coletivo regular. (ALTAMIRA, 2010, s.n. Grifos da autora)

Os agricultores e os moradores próximos às baixadas, que foram removidos de suas propriedades, desde o início se manifestam isoladamente, receberam o apoio do Movimento Xingu Vivo, Defensoria Pública do Estado do Pará, Ministério Público, MAB, mídia local. Por último, mas não menos importante, a Defensoria Pública da União (DPU), foi instalada em Altamira e passou a representar os desassistidos frente os abusos e violações praticados nas desapropriações de moradores urbanos e ribeirinhos. Denúncias de subvalorização nas avaliações de imóveis, da preferência em oferecer as indenizações pelas empresas contratadas para as negociações, que seria, de acordo com o EIA, a última opção a ser encaminhada, quando deveria se dar preferência ao reassentamento. Denúncias de despejo forçado dos moradores das baixadas, com ameaças e armas, conduzidas por agentes das terceirizadas do CCBM, conforme ouvimos de uma entrevistada que enfrentou os “encarregados” e suas chefias. Após os grandes eventos, como audiências públicas, passeatas, seminários, perseveraram alguns esforços locais, particularmente, do Bispo da Igreja Católica do Xingu, do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, dos Povos Indígenas, dos oleiros e dos pescadores.

Contudo, é importante observar que quase sempre as denúncias, questões e disputas versam sobre valores em dinheiro, tamanho, inadequação, distância (etc.) das casas ou dos atributos indenizatórios. Há pessoas que não receberão nada e terão que sair de suas casas, inclusive com uso da força policial, se for preciso, para que a obra siga seu curso. A Declaração de Utilidade Pública (DUP), expedida pela Agência Nacional de Energia

Elétrica (ANEEL), previu a desapropriação de uma área de 282.369,971 hectares. O número de pessoas deslocadas pelo empreendimento foi calculado, pelo EIA Rima (BRASIL, 2009), em aproximadamente 19 mil pessoas, números contestados pelo painel de especialistas e pelo Ministério Público Federal.

A Defensoria Pública da União foi instalada tardiamente em Altamira, pois os desassistidos precisavam do amparo jurídico especializado desde 2010. Naquele ano, diante do volume de denúncias de violações de direitos dos moradores atingidos pelas obras de Belo Monte e das solicitações de auxílio encaminhadas pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre, a Defensoria Pública do Estado do Pará, criou o Grupo Especial de Trabalho Belo Monte e passou a atender as populações hipossuficientes atingidas pelas obras da UHEBM, somente a partir do mês de janeiro de 2015, com cinco anos de atraso. O volume de pessoas desassistidas até então era maiúsculo, pois na fase de cadastramento das famílias que seriam removidas, os critérios estabelecidos pela empresa excluía muitas famílias, alegando que quem não possuía as documentações requeridas era suspeito de má-fé. Uma das pessoas entrevistadas se referiu ao fato:

Agora todas as pessoas que se sentiram lesadas, voltam, a Defensoria Pública (DPU) veio para cá, nós conseguimos trazer. Em 2010 eu fui a Brasília, a gente tem um amigo que é advogado, que fazia parte da OAB nacional, da comissão de direitos humanos, grande advogado, aí nós falamos faz alguma coisa lá na comissão nacional, marca uma audiência para a gente falar com o presidente da OAB, para a gente falar com ele da situação de violência e de desrespeito aos direitos humanos lá no Xingu, em Altamira, por causa de Belo Monte. Aí chamaram a Norte Energia lá, eles foram lá mostrar só coisa linda, aquelas maquetes, e eu desci a língua neles. A OAB determinou ao governo a implantação da Defensoria Pública da União aqui em Altamira, para o ministério da justiça. Eu digo na cara deles, em todos os lugares, que esse governo é contra os direitos humanos, aí a OAB determinou e eles jogaram debaixo do tapete. Aí começaram a fazer essa barbaridade. A defensoria pública do Estado que ainda atendia, fechou as portas e foi embora. Eles pegaram uma promoção e foram embora. Ainda nós tentamos aí disseram não tem jeito, não tem jeito. Aí quando eu cheguei da cirurgia, era todo dia gente na minha casa, todo dia, toda hora, chorando mesmo, em 2014. Enquanto eu estava em 2013 para lá (SP), não tinha quem atendesse, ia muita gente me procurar. As pessoas vinham e choravam, aí lá em casa mesmo eu fazia as reuniões. Aí eu liguei para a procuradora federal Taís e disse, doutora, procuradora Taís, as pessoas estão sendo muito maltratadas, estão perdendo tudo que a (empresa contratada pela Norte Energia) Diagonal expulsa elas, maltrata, faz elas assinarem o que elas não querem, então a situação está muito grave e elas não tem pra quem reclamar, a não ser o ministério público federal! Vamos fazer alguma coisa, aí marcamos uma conversa lá e decidimos que ia ter uma audiência pública, e que a procuradora iria a Brasília nem que ficasse quinze dias mas ia trazer a

defensoria pra cá. Aí em 19 de novembro de 2014, nunca me esqueço, lá na Aciapa, lotou, lotou, dei entrevista. Aí Norte Energia foi, esse pessoal do governo, do PDRSX estava tudo lá também. E aí o pessoal (desassistidos) falou, chorou, chorou. Pessoal da Norte Energia não falou porque ela não deixou, a audiência era dela. Aí a DPU vinha em janeiro, em regime de itinerância, não tinha nenhuma estrutura aqui, nada, não tinha dinheiro nem para comprar o papel. Aí nós do Xingu Vivo praticamente bancamos lá, aquele auditório lotado, lotado de gente. Nós com nosso dinheirinho praticamente bancamos água, papel higiênico, café, só não tínhamos impressora, mas papel e pedimos ajuda de alguns parceiros, pra eles trabalharem. Eles se alojaram na UFPA. Os defensores itinerantes eram gente muito boa, sensíveis. Eles vieram de carro de Belém para cá. Agora tem umas duas mil ações, que a Norte Energia violou direitos, e a defensoria quer articular uma ação, com o conselho nacional de justiça, com o Tribunal Regional Federal, para ver um mutirão de juízes pra ajudar a julgar os processos dos violentados pela Norte Energia, para a reparação. (Trecho de entrevista com dirigente de Movimento social, Altamira, julho/2015).

De todas as coisas que se tem percebido no campo das disputas e conflitos, fato é que existe uma resistência, ela é real e patrocinada por motivos bem delimitados. Quando estas questões são encaminhadas a uma solução, os resistentes imediatamente retornam a uma condição de anonimato e dispersão, muitos deles tornando-se protagonistas de instantânea ascensão social, pelo volume de dinheiro que acabaram recebendo, como nos casos de indenização corrigida, superior ao valor estimado inicialmente, pela empresa construtora. Outros se adaptam às novas condições de moradia, enfrentando problemas sem buscar coletivamente as saídas, por várias razões, como o isolamento em relação ao novo grupo de moradores de áreas diferentes.

Resistência e adaptação tornam-se dois passos sequenciais. Há pessoas que sofrerão a perda, sem chance alguma de ganhar algo em compensação por perdas suas. A empresa construtora, por meio de suas terceirizadas, alegam ilegalidade na posse da terra ou má fé, por exemplo, e o judiciário lhes dá ganho de causa, fazendo valer a DUP (Declaração de Utilidade Pública). A adaptação se dá tanto por aqueles que se acomodam com a reparação recebida, seja ela considerada justa ou não, quanto por grupos que são excluídos das reparações e que recebem promessas de inclusão em cadastros de políticas públicas, como no caso específico das moradias. A promessa ou a esmola servem para acomodar, adaptar as pessoas à estrutura excludente do capital representada pela Norte Energia e pelo Consórcio Construtor de Belo Monte. A resistência é duramente reprimida, seja pelo uso da força, como nas manifestações e protestos, seja pela criminalização e judicialização, que foi acionada para proibir individualmente e coletivamente, manifestações contrárias ao

empreendimento, acesso aos canteiros de obras, além do uso de agentes infiltrados nos movimentos de resistência. Além desses recursos, internamente, os movimentos sociais instrumentalizados pelo governo petista buscaram isolar e destratar a resistência à Belo Monte. Somente foram incorporados como legítimos e aceitáveis, os movimentos que protestassem pontualmente, dispostos a negociar com os representantes do governo. Quem manteve uma oposição radical ao empreendimento foi alijado do seio das “centrais governistas (petistas) de movimentos sociais”.

A hipótese que pode ser levantada é a de que a resistência, manifesta nesses contornos, não é uma resistência adjetivada pelo interesse de uma sociedade justa, o que suporia uma revolução e a arregimentação de forças contra o capitalismo. Contudo há um ambiente pragmático, que nos permite pensar que não há utopias entre a maioria de pessoas atingidas que reivindica a garantia de direitos. A resistência, para uma parcela significativa dos militantes que emergiram a partir da UHEBM, em suas expressões mais recorrentes, é uma luta (talvez fosse mais correto dizer: uma briga) sequer por direitos, mas por ganhos imediatos, uma quantia em dinheiro, uma casa em um assentamento, um projeto financiado pelos fundos do PDRSX. Cabe perguntar o que aconteceu com os movimentos sociais de Altamira e região, que manifestavam uma resistência consistente aos grandes projetos do capital? Como e onde estão atuando? Por quê sua força evanesceu no momento em que o Estado capitalista golpeou frontal e duramente suas populações, urbanas, rurais, indígenas, ribeirinhas? Por quê enfraqueceram, se hoje têm mais recursos que nas décadas de 1970, 1980 e 1990?

As organizações foram em boa parte cooptadas, neutralizadas, ou reprimidas, em algum momento, pelas ações do Governo e pelo Consórcio Construtor e Montador da Barragem (Norte Energia, CCBM e CMBM). Raras são as organizações que permaneceram coerentes nas lutas por território, pela manutenção de suas raízes, mantendo-se em oposição à hidrelétrica, ou por manterem a convicção de que seria um exagero, no século XXI, apelar para o barramento dos rios, com tantas outras formas de se produzir energia elétrica, com impactos ambientais muito menores. O forte pragmatismo incentivado pela oferta das indenizações em dinheiro, diante de uma população economicamente desfavorecida, criou um cenário de busca rápida por compensações financeiras. Os grandes ideais coletivos, os direitos fundamentais, foram atropelados pela máquina do Estado e do Capital, restando pequenos coletivos e um grande vazio no ambiente antes ativo, da sociedade civil organizada.

Os defensores de “um outro mundo possível”, tal como expressa o Forum Social Mundial, representam atualmente uma minoria, que foi sufocada pelo imediatismo de uma ampla maioria populacional, diretamente atingida, desterrada pela barragem também na sua subjetividade, na sua capacidade de resistir ao agressor (o Capital). A degradação ética patrocinada pelos governos petistas na construção da UHEBM, não encontra precedentes nas organizações classistas da região. A troca que foi imposta aos movimentos fidelizados aos governos petistas, foi um espetáculo de deterioração do caráter classista, onde a combatividade nas ações e os princípios defendidos de equilíbrio socioambiental, deram lugar a aceitação de dinheiro para financiar pequenos projetos, enquanto o projeto maior, de justiça socioambiental era abandonado. O pragmatismo do governo petista, que bancou a construção da usina, não tardou a se mostrar insustentável. Ao apostar suas fichas em um discurso de justiça e reparação pela condicionantes, logo se viu o atraso no cumprimento destas. Ao aceitar as condicionantes como reparação, aceitou-se a farsa de um projeto que destrói a natureza e a sociedade, destruindo também um patrimônio ético, de credibilidade acumulada em décadas de lutas, ao aceitar trocar a criticidade e atuação social consistentes por financiamentos de projetos compensatórios superficiais, cujas negociações para elegibilidade são degradantes e questionáveis. Escreveu Adorno (1995, p. 62) que “Onde falta a reflexão do próprio objeto, onde falta o discernimento intelectual da ciência, instala-se em seu lugar a frase ideológica”. Onde se abre mão de discernir e refletir acerca da magnitude desastrosa dos avanços do capital, sobram discursos esvaziados de sentido, que refletem uma ideologia que agoniza.

Cabe agora apresentar e explorar algumas características daquele que entende-se como o principal instrumento corrosivo das lutas de classe elaborado pela gestão petista dos conflitos em torno da UHEBM: o PDRSX.

4.8. PDRSX: Instrumento corrosivo das lutas de classe

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu foi criado por meio do Decreto n. 7.240, de 21 de outubro de 2010, tendo como objetivo a promoção de políticas públicas que incidam na melhoria da qualidade de vida da população que habita a área de abrangência da UHEBM, delimitada pelos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, no Estado do Pará. O plano foi apresentado como instrumento de planejamento

compartilhado entre União, estados, municípios e sociedade civil para o incentivo ao desenvolvimento da região de integração do Xingu, sob o marco de construção da UHE de Belo Monte.

A partir do plano, o Estado, em aliança com a empresa executora da obra, Norte Energia S/A, ofereceu o PDRSX como instrumento supostamente difusor do desenvolvimento regional nos municípios impactados. Os recursos previstos para financiamento das ações planejadas no âmbito do Comitê Gestor do PDRSX são totalizaram um montante de 500 milhões de reais. Esse valor deveria ser investido ao longo de vinte anos, nos municípios da região de integração do Xingu. O referido Comitê se apresentou como espaço de síntese, negociação e consenso das negociações, demandas e propostas (PDRS XINGU, 2014).

Um dos eventos preparatórios ao lançamento do PDRSX, ocorreu em junho de 2010, em Altamira. Naquele momento a presidência era ocupada por Lula, Dilma Rousseff era a ministra de Minas e Energia e Ana Júlia Carepa era a governadora do estado do Pará. Com os gestores petistas atuando de forma sincronizada nas esferas federal e estadual, a política de coalizão partidária se impunha como essencial à governabilidade e ao sucesso de empreitadas como aquelas constitutivas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Foi assim que se pôde ver em Altamira um palanque armado em um estádio, com forte esquema de segurança contra militantes da base tradicional do PT, no qual se misturavam petistas, pemedebistas, políticos tradicionais e conservadores, antigos antagonistas, reunidos de forma harmoniosa, juntos defendendo o “progresso/desenvolvimento”, virtualmente trazido pela UHEBM. Esse evento marcou o início de um intenso processo de cooptação de lideranças de diferentes setores e de divisão interna aos movimentos sociais na região.

A partir desse evento, os movimentos alinhados ao governo petista passaram a discursar nos termos de um suposto consenso em torno da aceitação da UHE de Belo Monte e do PDRSX, apresentado como vetor de políticas públicas para a região impactada, portador de recursos financeiros maiúsculos, teoricamente ao alcance de quaisquer organizações da sociedade civil, de direita, centro ou esquerda. Os movimentos sociais que não aceitaram participar e se mantiveram firmemente contrários ao projeto UHEBM e seus significados presentes e futuros, foram isolados, não mais fizeram parte do “guarda-chuva” da centralizadora Fundação Viver, Produzir, Preservar (FVPP), organicamente ligada ao PT. A FVPP esteve desde o início como uma das entidades agregadas ao PDRSX.

Figura 20 - Lula discursa em evento pro-UHEBM em Altamira - junho 2010



Fonte: < <http://vtxnews.blogspot.com.br/2010/06/visita-do-presidente-altamira-divide.html>>

O Comitê Gestor do Plano foi constituído por oito câmaras técnicas, contemplando as áreas consideradas prioritárias: 1) Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental; 2) Infraestrutura para o desenvolvimento; 3) Fomento às atividades produtivas sustentáveis; 4) Inclusão social e cidadania; 5) Monitoramento e acompanhamento da implementação das condicionantes previstas no licenciamento ambiental do empreendimento Belo Monte; 6) Povos indígenas e comunidades tradicionais; 7) Saúde; 8) Educação. Essas câmaras subsidiaram as decisões do Comitê, notadamente em relação aos projetos apresentados à Plenária. A representação nas câmaras é igualmente paritária (governos e sociedade), e as reuniões antecedem as realizadas pelo Comitê. (PDRS XINGU, 2014).

O PDRSX foi proposto para fomentar o desenvolvimento da região e servir como um modelo de projeto de sustentabilidade, porém, através da análise das memórias das Câmaras Técnicas, foi constatado que, ao invés de auxiliar na mitigação dos impactos socioambientais, os recursos do PDRSX foram utilizados como substitutos de algumas condicionantes, que deveriam ter sido realizadas antes da obtenção das licenças prévia e de instalação da obra. O PDRSX, com os recursos vultosos de que dispunha, serviu para

desviar atenções e ao mesmo tempo garantir a aceitação social da obra, com o silenciamento de vários movimentos sociais contrários à instalação da barragem.

Figura 21 - Configuração do Comitê Gestor do PDRSX

INSTÂNCIA		TITULAR	SUPLENTE	TOTAL
PODER EXECUTIVO	Governo Federal	5	5	10
	Governo Estadual	5	5	10
	Governo Municipal Prefeituras 11 municípios	5	5	10
	Subtotal	15	15	30
SOCIEDADE CIVIL	Setor Empresarial	4	4	8
	Entidade de trabalhadores	4	4	8
	Movimentos Sociais	4	4	8
	Comunidades Indígenas	2	2	4
	Instituto de Ensino e Pesquisa	1	1	2
	Subtotal	15	15	30
	TOTAL	30	30	60

Fonte: PDRSX (2014)

Durante a pesquisa alguns elementos e mediações desse processo foram analisados, pois considera-se que o plano tenha sido concebido como instrumento estratégico importante nas ações de corrosão da resistência ao empreendimento, ao ser tornado fonte de recursos financeiros acessíveis aos sujeitos institucionais que se submetam à sua lógica de funcionamento. Ao se submeterem às regras, todos os sujeitos institucionais passam a fazer parte do jogo, que inclui a apresentação, defesa e negociação de apoio entre membros, para que os projetos dos diferentes entes envolvidos sejam avaliados de forma positiva nas triagens e com isso logrem acesso ao financiamento (figura 23).

Figura 22 - Proponentes que aprovaram projetos em 2011 e 2012

	2011	2012
Prefeitura Municipal de Altamira	1	2
FVPP	1	3
Prefeitura de Piacas	3	0
Prefeitura de Porto de Moz	1	0
Bruoutu	1	0
Instituto Humaniza	2	1
Prefeitura de Brasil Novo	3	3
COOPATRANS	1	0
APRAR	1	0
STTR	1	0
CAPESC	1	2
Prefeitura de Anapú	1	0
Craque Nota 10	1	0
Fundação Com. Antena Livre	1	0
ASMUP	1	1
Governo do Pará/SESPA	1	0
Governo do Pará/SEGUP	2	0
Governo do Pará - SEAS	0	1
UFPA	1	3
MMTA-CC	1	0
TCM_PA	1	0
CTM	1	0
AIMA	0	1
AMORA	1	1
AIMA/AMORA	1	1
Instituto KABU	1	0
FUNAI	0	4
Câmara Técnica de Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental	0	1
Câmara Técnica de Saúde/Ações Emergenciais	0	1
CBM	0	1
Ministério da Saúde - MS	0	2
Ministério da Integração - MI	0	1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG	0	1
Prefeituras de Altamira, Anapú, Brasil Novo e Senador José Porfírio	0	1
Prefeituras de Altamira, Anapú, Brasil Novo, Uruará, Vitória do Xingu, Paojá e Senador José Porfírio	0	1
SINTICMA - Sindicato dos Trabalhadores a Indústria Madeireira, na Construção Civil e do Mobiliário de Altamira e Região	0	1
SG/PR - Secretaria Geral da Presidência da República	0	1
CGDEX	0	1
TOTAL	30	35

Fonte: PDRSX (2013)

Existe uma retórica na qual a democracia, a participação social, a transparência, a garantia do contraditório e o respeito entre os agentes governamentais e a sociedade civil, são destacados como princípios do Comitê. Entretanto, observa-se uma assimetria enorme entre membros, o centralismo e o protagonismo do governo federal nos espaços de coordenação do CGDEX, que além de ocupar o posto da coordenação geral, todas as Câmaras Técnicas foram conduzidas por representantes deslocados dos ministérios relacionados ao eixo temático de cada câmara (ARAÚJO, 2015).

Tal engenharia de cooptação e simulacro de democracia, transformou alguns antagonistas históricos em ‘parceiros’, como por exemplo, sindicatos patronais

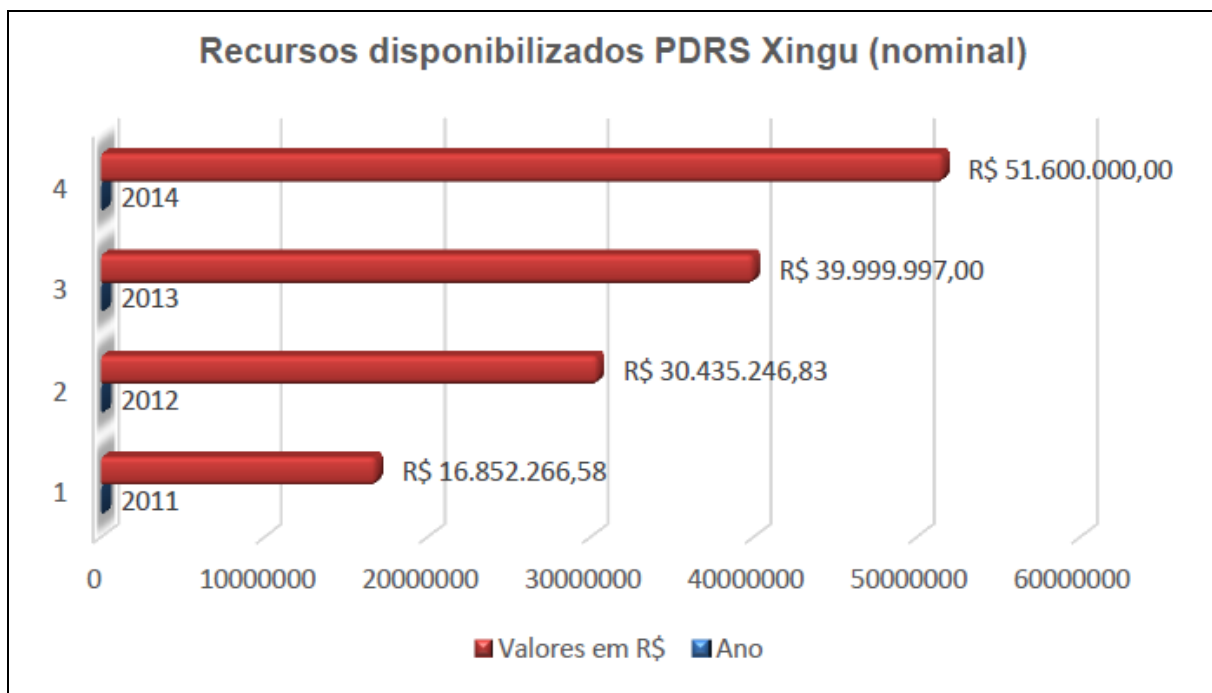
conservadores, ligados a UDR, que se manifestaram contra o movimento indígena nos eventos desde 1989, negociaram apoios recíprocos, para aprovação de projetos nos bastidores do PDRSX, com representantes de associações e movimentos sociais de base popular, ao mesmo tempo em que todos eram denominados “sociedade civil organizada”. As respostas à pergunta: “como puderam se identificar com o agressor no processo?”, tem múltiplas possibilidades, contudo, parece que ao adaptar-se participando do jogo da democracia liberal, o partido se entregou totalmente aos ditames do Estado capitalista, aceitando pragmaticamente negociar seus princípios e fundamentos, em nome da ocupação dos altos postos de comando, na estrutura administrativa. Outrossim, utilizou-se da permeabilidade nos movimentos sociais, dos quais outrora se alimentou, para manipular convicções, oferecendo benefícios materiais e poder. No exercício do poder, o governo petista criou e atualizou vários instrumentos de cooptação. A corrosão do caráter ético e classista foi disseminada do partido para outras organizações, envolvendo-as em dinâmicas de rateio de dinheiro, criando uma larga vantagem subjetiva ao capital, que venceu dessa forma algumas intransigências e resistências, de grupos e indivíduos, que se mantinham coesos durante décadas. Araújo (2015), ao realizar pesquisa acerca do funcionamento do PDRSX, afirma:

Os membros do Comitê Gestor do PDRSX, representantes de distintas esferas (governo, empresariado, organizações da sociedade), *renunciam às divergências políticas e ideológicas em prol da disputa dos recursos do plano dito de desenvolvimento*. Nesse espaço, indivíduos e organizações que integraram movimentos de resistência contra a UHE de Belo Monte entram na concorrência dos editais anualmente publicados. *Ainda que o espaço seja utilizado por alguns desses indivíduos para tecer críticas ao processo de condução do empreendimento e denunciar as negligências e as omissões da empresa construtora, tais manifestações acabam sendo amortecidas e esvaziadas*, diante de uma contradição notória. Isto é, *expressar crítica ao empreendimento e se manter presente nos espaços de disputa do plano de desenvolvimento*, cujos recursos são oriundos da Norte Energia S.A. e diretamente supervisionados pela empresa (ARAÚJO, 2015, p. 252).

Ora, a observação acerca da frouxidão das críticas ensaiadas durante as reuniões, pode ser entendida como uma manifestação apenas alegórica, despropositada, pois no contexto do plano, quem entrou está de acordo com os termos. Vale lembrar a observação de Adorno (1998) de que a crítica não é injusta quando destrói, mas quando ao desobedecer, obedece.

A figura 24, mostra que mais de 150 milhões foram distribuídos entre vários parceiros do plano em quatro anos. Esse montante silenciou de forma eficaz, virtuais críticos à direita e também à esquerda da UHEBM.

Figura 23 - Evolução dos recursos disponibilizados (2011-2014)



Fonte: PDRS XINGU (2014)

O PDRSX foi alvo de várias denúncias públicas, principalmente após o golpe parlamentar de 2016, e aparentou viver na época, uma crise de reacomodação dos interesses, criando um quadro de incertezas, de intensa produção de documentos e de eventos legitimados pela “nova” racionalidade do Estado. Ainda marcado por uma intensa assimetria de poder, os grupos mais conservadores da política nacional e regional assumiram o controle a partir de então. Em matéria publicada no mês de agosto de 2014, Fernandes expõe denúncias acerca do PDRSX, em um periódico eletrônico do MAB.

Nos anos de 2011 e 2012, a Norte Energia participou diretamente na execução dos projetos aprovados no PDRS Xingu, gastando 50 milhões, e fez a festa, colando sua imagem ao que se convencionou chamar desenvolvimento. Seus representantes apareceram algumas dezenas de vezes na foto, na reformazinha de uma escola ou na entrega de um equipamentozinho a uma prefeitura, associação ou sindicato.(...) Insatisfeitos, políticos de carreira da região resolveram mudar as regras e contrataram a empresa privada PM21 com a tarefa de montar e gerenciar os projetos e, curioso, os gastos, em 2013, pularam para 40 milhões de reais, coincidentemente às vésperas das eleições de 2014. É sabido que

esse tipo de negócio nessas circunstâncias tem a função de formar caixa de campanha e de turbinar candidaturas interessantes para a manutenção do status quo. (...) Os próprios coordenadores do PDRS Xingu sabem, desde sempre, que o Programa não dá conta de resolver questões estruturantes crônicas da região. Hoje a tendência é a alegação de que o recurso é pouco para resolver os problemas e, então, se prioriza o gasto com consultoria para montar projetos; diz-se que depois se buscam os recursos, sabe-se lá onde. Apenas uma dessas consultorias relativa a estradas, vai custar R\$ 3.563.850,00. É possível prever que empresas de consultoria ficarão mais ricas e algumas centenas de projetos de papel ficarão amontoados, aguardando financiadores. (Disponível em: <https://mab.org.br/2014/08/20/ladr-es-galinha-e-pdrs-xingu/> Acesso em jun. 2017).

O uso dos recursos do PDRSX em arranjos publicitários em favor do empreendimento, contratações de empresas de consultoria por quantias exorbitantes, finalidades duvidosas na contratação de consultorias, queixa de escassez de recursos em um fundo de 500 milhões de reais, desvio de função no direcionamento das aplicações do fundo, são questões sérias, que foram denunciadas e publicizadas, contudo, não resultaram em ações de moralização na administração dos fundos públicos.

Houve, a partir de 2016, um processo de retirada de espaços e de financiamento a determinados perfis, conforme descrito nas atas e documentos analisados, referentes ao exercício 2017⁴⁵. Os registros evidenciaram que as negociações para reprovar ou aprovar projetos, com os recursos do PDRSX, ficou mais distante de ser uma construção fundamentada a partir de um diálogo democrático ou intercultural. Ao contrário, a gestão ligada aos grupos oligárquicos, a partir da mudança na presidência da República advinda do golpe parlamentar, conduziu a um sistema de pressões e contrapressões regionais e locais, que dificultou a expressão de retóricas de resistência e de reparação, no caso dos projetos de interesse dos povos indígenas e de alguns setores, como a saúde pública, que sofreram reprovações sob argumentos nebulosos, exigências técnicas exageradas e reprovações sistemáticas nas câmaras. Também no ano de 2016, a gestão dos recursos, monitoramento e avaliação de efetividade dos projetos, passaram a ser executadas por

⁴⁵ A partir da análise de documentação referente ao edital 2017, verifica-se o acirramento de disputas entre sujeitos da política regional (prefeito), em franca oposição aos interesses de associações indígenas, movimentos sociais e comunidades remanescentes de quilombos. Tal postura reflete as tensões e disputas seculares pelos territórios na região e a assimetria patrocinada pelo PDRSX. A alteração nas regras dos editais, feitas de modo a dificultar a aprovação dos projetos de associações indígenas, pelo excesso de exigências burocráticas, entre outras questões, também mostra uma “guerra feita por outros meios”, como afirmara Clausewitz (1996) acerca da política.

meio do Instituto Avaliação, uma nova empresa de consultoria, contratada pela Norte Energia.

Em nota de esclarecimento datada de 23 de maio de 2017⁴⁶, o órgão gestor do plano esclareceu que, as normas atualizadas para submissão na segunda fase, traziam uma série de novas exigências técnicas, que ao final transformavam o PDRSX de instrumento de inclusão e políticas públicas, em uma arcaica arena excludente. Como exemplo, citamos algumas das exigências para projetos que preveem obras civis:

6.9.3. Para projetos que prevejam a realização de obras civis:

- a) Cópia do título de propriedade ou do termo de ocupação regular, ou do termo de anuência/autorização para utilização ou documento equivalente, ou do contrato de concessão de direito real de uso relativo ao terreno ou imóvel onde está prevista a realização da obra civil, válido pelo prazo de vigência do convênio a ser firmado.
- b) Memorial descritivo ou especificação de todos os materiais.
- c) Projetos técnicos da obra civil assinado pelo responsável técnico.
- d) No caso de projetos na área de saúde é necessário apresentar o Plano Assistencial, observando-se o disposto nos regramentos das RDCs (Resoluções de Diretorias Colegiados da Anvisa), e normas para construção de estabelecimentos assistenciais de saúde. O Plano Assistencial deve ser submetido à avaliação da Comissão de Monitoramento da Câmara Técnica de Saúde – CT7.
- e) Fotografias da área.

6.9.4. Os projetos deverão ser apresentados considerando preços correntes no mercado, e não considerar a inflação ao longo do tempo em elaboração.

6.10. Documentos comprobatórios de capacidade técnica do proponente, quando houver, no caso de execução direta (parcial ou total) do projeto.

- a) Documentos comprobatórios de capacidade técnica e gerencial (cópia de contratos, termos de parceria, ou convênios firmados pela entidade proponente para execução de projetos).
- b) Cópia de termo ou atestados de conclusão/encerramento do contrato/serviço. (PDRSX, 2017)

Em outras fases da obra, as exigências documentais consideravam as especificidades documentais das áreas indígenas e quilombolas, principalmente quanto aos territorios não-homologados. Com essa lista de exigências formulada pelos gestores que assumiram a coordenação, os povos indígenas não conseguiam reunir as condições para inscrição e adequação. Resta evidente que há a construção de um novo cenário, desfavorável a grupos mais vulnerabilizados, inclusive com propostas de alterações

⁴⁶ Disponível em:

<<http://www.pdrsxingu.org.br/docs/NOTA%20DE%20ESCLARECIMENTOS%2003.pdf>.

>Acesso em 30 de junho de 2017.

importantes na gestão dos fundos remanescentes. Ao analisar os dados dos dois primeiros anos de existência do plano, verificava-se uma tendência crescente de atendimento às demandas dos povos indígenas, que no primeiro edital (2011) aprovaram três (03) projetos, no ano seguinte (2012), conseguiram ter aprovados sete (07) projetos, na câmara técnica correspondente (CT 6). Os recursos disponibilizados passaram de R\$ 1.570.000,00 no primeiro ano para R\$ 2.499.986,66 no ano seguinte.

Se avaliarmos o mérito dessas “compensações” via projetos financiados pelo PDRSX, contudo, poderemos verificar que, ainda assim, os povos indígenas são alvo de processos extremamente danosos à sua sobrevivência física e cultural, pois comprometem a dignidade e a suposta “igualdade” de condições de participação, nos editais do Plano e em outras negociações específicas. Reis (2015) verificou em sua pesquisa junto aos povos indígenas do Médio Xingu, nas negociações de compensações decorrentes da UHEBM, que,

(...) a participação política dos povos do médio Xingu em espaços altamente burocratizados é limitada pela forma de compreensão de cada um sobre o processo, bem como pelos entendimentos mútuos e diversos. As perspectivas indígenas são pouco consideradas nos modelos de participação legítimas definidos oficialmente. (REIS, 2015, p. 72)

Não obstante, o PDRSX distribuiu recursos de forma crescente, durante os anos críticos da obra, buscando controlar as manifestações de resistência para cumprir os prazos estabelecidos para a conclusão da obra (Figura 24).

A ação do Estado burguês, por meio da administração, segundo Marx (1995), se reduz a uma atividade “formal”, pois não atende as necessidades concretas de reprodução dos indivíduos; e “negativa”, já que não resolve as problemáticas que emanam da natureza desigual da sociedade e que são atravessadas por antagonismos sociais que dela emanam. Um Estado burguês, que não atende os anseios do povo e não resolve questões geradas pela desigualdade, ao contrário, promove seu agravamento, busca cooptar a sociedade civil em sua face representativa, quais sejam os grupos formalmente constituídos, mediante a oferta de recursos, que afinal, são as migalhas do grande montante envolvido no megaprojeto da UHEBM. Os movimentos sociais que não se alinham aos interesses do Estado enfrentam processos judiciais e a criminalização das atividades, a exemplo do Movimento Xingu Vivo para Sempre. Além disso, a cultura conservadora dos arranjos dos grupos políticos locais dificulta a materialização de uma efetiva participação dos

segmentos populares. Na manutenção dos interesses classistas, ocorre uma explícita acomodação entre os interesses do Estado, do capital e algumas organizações sociais.

Ocorreu um esvaziamento de todo o sentido da retórica desgastada dos representantes petistas, numa suposta defesa dos direitos dos trabalhadores, após a aceitação de Belo Monte. Mudaram de lado, embora após o golpe legislativo, tenham sido afastados do poder central. Não são mais representantes da classe trabalhadora, pois toda a engenharia social em torno da UHEBM foi concebida, executada e apoiada por grupos alinhados aos governos de Lula e Dilma, massacrando os trabalhadores e suas organizações, ignorando graves violações de direitos, minimizando os impactos socioambientais em nome de um desenvolvimento fictício, que somente existe para os capitalistas envolvidos nos esquemas do empreendimento.

Como irão esboçar críticas ao projeto se dele se beneficiam? Quem irão responsabilizar pelos danos socioambientais se ao aceitar participar foram tornados cúmplices da barbárie? Como fundamentarão críticas ao capital, em suas análises de conjuntura, se a ele se adaptam, ao parar de resistir diante de um dos fenômenos mais emblemáticos da expansão destrutiva do capital? Temos em curso uma tragédia ética e política, pois a efetividade dos movimentos sociais foi fraturada, ao construir um parentesis diante dos mandatos petistas e deixar de ser locus da crítica ao Estado burguês por mais de uma década. Adorno (1998) ao refletir acerca da hipocrisia dos críticos da cultura, traz elementos que contribuem para a análise de tal situação, visto que a superação da crise não prescinde da compreensão de seus fundamentos e características.

O crítico da cultura não está satisfeito com a cultura, mas deve unicamente a ela esse seu mal-estar. Ele fala como se fosse o representante de uma natureza imaculada ou de um estágio histórico superior, mas é necessariamente da mesma essência daquilo que julga ter a seus pés.(...) A crítica é um elemento inalienável da cultura, repleta de contradições e, apesar de toda sua inverdade, ainda é tão verdadeira quanto não-verdadeira é a cultura. *A crítica não é injusta quando destrói – esta seria sua melhor qualidade -, mas quando, ao desobedecer, obedece.* (ADORNO, 1998, p.7-11. Grifos da autora)

Nesse sentido a captura da subjetividade, implicou o comprometimento moral de grupos sociais, que protagonizaram trajetórias significativas do ponto de vista das lutas classistas. A perda da credibilidade diante do conjunto da sociedade é um dano irreparável, provocado pela cúpula governista petista, que ao exigir fidelidade ao projeto criminoso de Belo Monte, estabeleceu artificialmente um frágil consenso regional, sustentado pelo

fornecimento de verbas aos entes participantes da ‘coalisão supraclassista’ que é o PDRSX.

Ao se identificar com o opressor, o oprimido mergulha em uma crise identitária perversa. A tríplice crise da subjetividade humana da qual Alves (2013) trata, compreende a crise da vida pessoal, a crise da sociabilidade e a crise de autorreferência pessoal, carece ser pensada no contexto do desmonte da resistência classista, visto que processos erosivos da identidade de classe, tais como ocorridos no entorno do empreendimento de Belo Monte, trazem instabilidades e incertezas que extrapolam os limites materiais. Considerando a tríplice crise da subjetividade humana como consequência da nova temporalidade histórica do capital, caracterizada pelo capitalismo manipulatório, pois “à medida que se acumulam no plano mundial as contradições da ordem burguesa, a manipulação tornou-se um dos traços orgânicos do sociometabolismo do capital”.

Que fatos dessa ordem ocorressem durante um governo de partidos nascidos na burguesia, seria compreensível, do ponto de vista da arena da luta de classes. Mas que um coletivo partidário originado nas lutas dos trabalhadores, seja a ponta da lança que atinge a classe trabalhadora, é algo que precisa ser confrontado.

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder. (MARX, 1995, p.86)

Não restando mais radicalidade revolucionária, nem nos princípios e nem nos fins, o PT abandonara a ideia do socialismo como horizonte, e na prática, ao abrir mão da ética ao se render aos esquemas corruptos da democracia liberal, teve sua alma, pretensamente revolucionária, por assim dizer, totalmente perdida. Substituída a ideia de revolução por reformas no interior do Estado, a adaptação estrutural, ideológica, orgânica e corrupta ao capital, é algo irreversível. A exposição dos esquemas de corrupção envolvendo o orçamento público, as empresas estatais, as relações promíscuas entre políticos e empresários, revelam a profundidade do mergulho dos petistas no lodo do capital. Não há como sufocar a inteligência ao buscar racionalizar a trajetória autoritária, dissimulada, em retóricas populistas, de um partido que era o depositário de esperanças da classe

trabalhadora no país. A concepção de Estado deixou de ser questionada, ignorando-se assertivas importantes de Marx,

O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade. Quando o Estado admite a existência de problemas sociais, procura-os ou em leis da natureza, que nenhuma força humana pode comandar, ou na vida privada, que é independente dele, ou na ineficiência da administração, que depende dele. (MARX, 1995, p.85)

A característica contraditória do estado burguês é o reflexo da sociedade desigual que ele mesmo ordena. A aceitação desse Estado burguês, contraditório, produtor e reproduzidor das desigualdades sociais sepultou a perspectiva revolucionária que residia em parcelas do partido. Os grupos à esquerda, no interior do partido, que buscavam lembrar fundamentos como a luta de classes, a posição do partido que deveria favorecer a classe trabalhadora, foram até mesmo ridicularizados publicamente, punidos com expulsão.

No contexto da UHEBM, houve um fato público e notório de um impedimento, um barramento de petistas contrários ao projeto da UHEBM, que foram proibidos de entrar em um evento realizado em Altamira, com o presidente Lula da Silva, a governadora petista Ana Júlia Carepa e algumas lideranças devidamente cooptadas, em Altamira. O evento “Ato por Belo Monte e pelo Desenvolvimento do Xingu” já preparava o terreno para o lançamento do PDRSX, que foi apresentado oficialmente alguns meses depois. O pronunciamento feito por Lula durante o evento, relativo ao fato do barramento do grupo, foi desastroso para os socioambientalistas em geral e extremamente cruel para os militantes locais que estavam protestando e não foram recebidos: “Se tivessem paciência de ouvir, aprenderiam o que eu já aprendi” disse Lula. “Quando eu tinha a idade deles, eu ia para o Paraná participar de manifestações contra a construção de Itaipu”. Pensar estritamente dentro dos limites da política e do estado capitalista parece ser o pecado capital do governo petista. Vejamos quão esclarecedor acerca do caráter do estado capitalista e da política burguesa consegue ser Marx:

Quanto mais poderoso é o Estado e, portanto, quanto mais político é um país, tanto menos está disposto a procurar no princípio do Estado, portanto no atual ordenamento da sociedade, do qual o Estado é a expressão ativa, autoconsciente e oficial, o fundamento dos males sociais e a compreender-lhes o princípio geral. O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política. Quanto mais agudo ele é, quanto mais vivo, tanto menos é capaz de compreender os males sociais. (MARX, 1995, p.86. Grifos da autora)

Ora, o novo desenvolvimentismo petista expressa visceralmente a adesão ao pensamento político burguês, privilegiando o grande capital, usando retóricas populistas, massacrando a resistência em várias frentes, usando da repressão policial ou da cooptação mal e mal disfarçada de desenvolvimentismo democrático, dinamizando a precarização do trabalho. Limitado intelecto político que atua dentro dos limites do pensamento burguês.

A revolução em geral - a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações - é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político. (MARX, 1995, p. 90)

Vale lembrar que de acordo com Mészáros (2002), o capital e seu sistema de metabolismo social se estruturam no tripé *capital, trabalho assalariado e Estado*, que sem a demolição desses três elementos, não há revolução, não se supera o capital. Não basta eliminar um ou dois pilares do tripé, o desafio é superá-lo integralmente! O típico arsenal burguês que foi mobilizado para construir a UHEBM e usado contra as bases históricas do próprio partido, teve o dedo dos petistas no gatilho, amarrados ao tripé do capital. Quem não aderiu ao “novo jeito de ser petista”, ou então quem ousou falar, como o garoto da estória de Andersen, em “A roupa nova do Imperador” a frase fatal: “O rei está nu, o rei está nu!”, teve dois caminhos colocados a sua disposição: ou foi cooptado ou foi expulso, de variadas formas.

Vejamos a narrativa do destrato público ocorrido no período das disputas iniciais envolvendo a UHEBM, durante o governo Lula, em 22 de junho de 2010, citado anteriormente:

Então em junho de 2010, quando o Lula veio aqui, até então os movimentos da base do PT, esse grande movimento regional, eram todos quase base do partido dos trabalhadores, eram as mulheres, os estudantes, sindicalistas dos educadores, dos trabalhadores rurais, enfim, era tudo base do PT. Então quando o Lula veio aqui, nós fizemos uma manifestação de 500 pessoas contra Belo Monte. *Pois então, os então chamados companheiros, estavam de crachá na porta junto com a polícia e não nos deixaram entrar. Então desde aí ficou marcado, foi a gota d'água, foi a divisão dos movimentos de quem continuava apoiando a luta, contra a destruição do Xingu, dos povos, que hoje é visível, e daqueles que foram chamados pelo partido dos trabalhadores, para se calarem e apoiarem o projeto do governo, da Belo Monte.* Desde aí então o movimento do Xingu vivo, pois os índios proclamaram no encerramento do encontro do Xingu, eles proclamaram que a partir

daquela data de maio de 2008, esse Movimento de defesa do Rio Xingu e dos povos, da vida, do meio ambiente, passaria a se chamar de Movimento Xingu Vivo Para Sempre, repetindo novamente o que eles queriam do Xingu, vivo e livre para sempre, para suas gerações. *Foi aí então que aconteceu a quebra de tudo, a divisão dos movimentos também os que antes levantaram a bandeira contra Belo Monte, tiveram que se calar e apoiar.*

Ora, naquela ocasião Lula disse que “se pudesse dar um conselho aos que são contra a UHEBM, diria que se engajassem no debate para definir como utilizar os recursos disponibilizados pelo governo para auxiliar as populações indígenas e ribeirinhas e cuidar das questões sociais” (G1, 22/06/2010). A solução que restava aos que resistiam, de acordo com a fala do presidente ex-sindicalista operário, é adaptar-se ao “acordo de compensações” que o Estado oferece pelo silêncio das consciências. Uma migalha de dinheiro em troca das consciências silenciadas?

Ao falar das “questões sociais”, expressando distanciamento até higiênico das tais “questões sociais”, e daqueles “que são contra”, o ex-presidente, do alto da arrogância que o posto lhe permitia, em sua fala desrespeitosa para com os antigos e jovens ‘companheiro’ que estavam naquela mobilização, lembra o cerne das questões discutidas por Marx (1995) em “Glosas Críticas Marginais ao artigo ‘O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano’”. O texto expõe as formas como os governos da França, Inglaterra e Prússia lidavam ou tentavam eliminar a miséria social provocada pela economia burguesa. O caos era consequência de uma péssima relação administrativa do estado burguês, que negligenciava suas responsabilidades, porque um estado burguês opera assim! A limitada crítica social do ex-presidente, também faz pensar nas reflexões de Adorno (1995), sobre os críticos da cultura, que apontam para a adaptação que quer parecer crítica, mas é colaboradora do *status quo*. Tal comportamento é verificável nos discursos supostamente progressistas, que defendem o combate aos males sociais, como a miséria e a desigualdade, contudo apenas colaboram com o ordenamento societário do qual o Estado é a expressão.

As justificativas formuladas pelos representantes do Estado para executar as obras da UHEBM, ao arrepio das leis, dos direitos humanos, da ética, não conseguem ofuscar o tamanho da tragédia socioambiental ali patrocinada. Adorno lembra que “nenhuma sociedade que contradiga o seu próprio conceito, o de humanidade, pode ter plena consciência de si mesma. (Idem, p. 17).

4.9. Da revolução à reforma

Para analisar as contradições e conflitos, divergências e rachas ocorridos nos movimentos sociais ante a construção da UHE Belo Monte, há que se considerar a metamorfose sofrida pelos movimentos sociais, apresentada e debatida por Gohn (2008), Teixeira (2000), Zarpelon (2003), entre outros.

Existe uma periodização histórica que auxilia no entendimento dos movimentos sociais no Brasil, adotada por Scherer-Warren (1996) e Há um consenso de que na década de 1980, os movimentos sociais no Brasil ascenderam, cresceram em quantidade e na qualidade das reivindicações: exigiam do Estado transformações sociais profundas, lutaram por reforma agrária, por eleições diretas, por punição aos assassinos das lideranças do povo, por uma transformação profunda na sociedade, por uma constituição que reconhecesse os direitos de toda a coletividade, de tal forma que o socialismo surgiu no horizonte das aspirações dos movimentos.

Nos anos 1990, a década neoliberal (ALVES, 2014), os movimentos sociais foram tocados pelo ideário agressivo do capitalismo em processo de reestruturação e muitos modificaram seus princípios, seus horizontes encurtaram, suas metodologias se afinaram ao repertório neoliberal. Para uma parcela significativa dos movimentos sociais as expectativas de transformações sociais se metamorfosearam em adesão à dinâmica institucional, por meio da celebração das “parcerias”, assumindo um pragmatismo sem precedentes. Para muitos grupos essa mudança implicou abrir mão da concepção das políticas públicas como direitos elementares, do caráter universal e gratuito dos serviços públicos e do afastamento dos movimentos da rua, das bases, das comunidades, do povo. A solidariedade entre os trabalhadores ficou esmaecida. A luta pela garantia dos direitos sociais e políticos foi progressivamente substituída pela participação nos projetos de inclusão de governos, convenientemente despida de criticidade radical, no que se refere às estruturas de dominação da sociedade capitalista e sua necessária superação.

A adaptação ao sistema por meio de uma “militância de resultados”, a supressão da resistência crítica e radical da sociedade, a “profissionalização” dos movimentos sociais cada vez mais semelhantes às ONGs, a dependência de financiamentos externos, são características assumidas por muitos movimentos sociais no período. Criaram-se as razões sociais, pessoas jurídicas, a burocracia, os novos postos de trabalho no interior dos movimentos, de tal sorte que a busca por autonomia nas lutas e o horizonte socialista foram

abandonados por muitos grupos. Novas teorias de uma “esquerda não-socialista” floresceram nesse período, ao lado dos referenciais pós-estruturalistas dos novos movimentos sociais (ZAPERLON, 2003; GOHN, 2008). A “onguização” dos movimentos sociais significou a adesão da resistência ao modelo atualizado do capitalismo, sob as justificativas de fazer o enfrentamento político “por dentro” das estruturas, abrindo mão do barulho das ruas e do cheiro do povo, substituído por gabinetes refrigerados e rotinizados como uma pequena empresa. O afastamento dos referenciais marxistas e da fracassada experiência do “socialismo real” do leste europeu, criou uma aproximação entre os movimentos de resistência (inclusive sindicatos e partidos) e as concepções burguesas de democracia participativa, como se pelo evento da constituinte na segunda metade da década de 1980, aparentemente bem-sucedida, os limites impostos pelo ideário burguês fossem transponíveis.

Vimos sociais-democratas surgindo no lugar de socialistas, nos postos de liderança dos principais movimentos representativos da classe trabalhadora, esquecidos da esclarecedora análise que Marx lançara no 18 Brumário, ao analisar a gênese do segundo império francês e lançar a possibilidade de tratar do presente como história, explicitando a dialética do real. Uma passagem, em particular, quando descreve e analisa as mutações que culminariam com o golpe de Estado, caracteriza a social-democracia emergente, resultante da aliança entre pequenos burgueses e operários, o partido social democrata.

O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como *meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia*. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, *por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo*. Esse conteúdo é a *transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia* (MARX, 1977, p. 48. Grifos nossos).

Ora, a reconstrução dos movimentos sociais dos anos de 1990 em diante, demonstra, em nossa avaliação, a validade universal das análises realizadas por Marx na primavera de 1852. Os movimentos de avanço e recuo no posicionamento político de coletivos que significaram uma frente de avanço na luta de classes, e que depois de algum tempo tornaram-se úteis ao capitalismo, são parte de um conjunto de eventos que “aparecem inicialmente como tragédia e que depois são depois repetidos como farsa”. Os

aforismos apresentados pelo autor auxiliam a desenvolver a análise que ora empreendemos.

Se nos anos da década de 1990, a emergência das ONGs e a contaminação metodológica dos movimentos sociais metamorfoseia grande parte das organizações populares em pequenos redutos de ação comunitária voluntarista, a profissionalização das lideranças também acarretou prejuízos na base dos movimentos. O fato de as lideranças assumirem postos em escalas sempre maiores, a baixa rotatividade nos postos de direção, o abandono da formação das bases foi se somando a outros fatos importantes, como a mudança de posicionamento na luta dos trabalhadores liderada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que colocara a sua posição na luta de classes sob suspeita, ao praticar um “sindicalismo propositivo”(ZARPELON, 2003), criando um “novo basismo”.

Os anos 2000 evidenciaram o avanço de um movimento reformista que aqui denominamos *tendência social-democrata*, nos termos descritos por Marx (1977), tendência que se consolidou nas estranhas alianças eleitorais que o partido dos trabalhadores (PT), estreitamente vinculado à CUT, alinhavou para as eleições doravante. As maiores organizações de base da classe trabalhadora nacional assumiam assim, à sua maneira, um perfil que contribuiu para a consolidação da hegemonia neoliberal entre as classes dominadas, substituindo a embrionária práxis revolucionária por um cômodo reformismo, justificado por argumentos que defendiam um “socialismo construído de dentro das estruturas do capital”.

4.10. Desmonte e novas territorializações da resistência

Com a ascensão ao poder na década de 2000 do PT, temos situações interessantes no interior dos movimentos sociais em Altamira, principalmente no recorte temporal que envolve a decisão política de construir a hidrelétrica no Rio Xingu. Alguns movimentos de abrangência nacional, contrários à construção de hidrelétricas, ao chegar em Altamira patrocinaram campanhas fortes contra a barragem, acampamentos e seminários em praça pública, chamamento da população para reuniões. O MAB começou uma mobilização interessante, contando com membros de outros movimentos sociais, pastoral da juventude, estudantes, professores. Contudo, quando a construção se iniciou, seus dirigentes locais mudaram o discurso, rapidamente se voltando para garantia de direitos e aceitando a barragem como fato consumado, ainda mesmo em pleno curso das disputas judiciais

anteriores aos licenciamentos. Antes, radicalmente contrário a barragem e questionador acerca do modelo energético adotado pelo governo brasileiro, o movimento convocou pessoas e comunidades para a resistência. Foi bastante estranho quando o movimento atualizou o discurso, que passou a ser fundado na *garantia de direitos dos atingidos* pela hidrelétrica, principalmente no que se refere à indenizações e compensações, em consequência das perdas sofridas pelas obras da barragem. Esta adaptação, incorporada pelo movimento em questão, reduz a luta e a resistência à uma busca por compensações financeiras, que em última análise, não é diferente da resistência dos trabalhadores que não participam de movimentos sociais, e que se manifestam reivindicando reparações de forma genérica.

A insistência de alguns movimentos de trabalhadores em manter canais de diálogo e negociações com o governo petista, evitando um confronto e debate realmente honestos, acerca de projetos de sociedade, socioambientalmente equilibrados, superadores das desigualdades sociais, cria uma impressão ruim, de que talvez apenas se simule no seio de alguns movimentos, uma oposição às políticas destrutivas que envolvem a produção de energia e os interesses dos atingidos pelas barragens. Esse posicionamento opera uma “reterritorialização” destes movimentos, visto que saíram do espaço de base e defendem os posicionamentos de governo. Esse é um dos aspectos que envolvem o “desmonte da resistência”, eixo da presente tese .

O “desmonte” é entendido como o ato ou efeito de desarmar (uma máquina, aparelho etc.), de separar as partes que formavam um conjunto; desmancho, desmantelamento, desmontagem. Também significa apejar, descer de uma montaria, saltar, sair. Isso torna a expressão ainda mais interessante para nossas análises. Vejamos, se o desmonte da resistência significa inicialmente a ruptura nos movimentos sociais a partir da defesa governista da UHEBM, tratamos do ato de separar os grupos organizados contra ou a favor do empreendimento governista. Por outro lado, os grupos que mantêm seus posicionamentos contrários ao empreendimento e à concepção de desenvolvimento adotada pelo governo petista, esses grupos tiveram que “desmontar” do grupo maior, estruturado e financiado, inclusive por verbas públicas. Tiveram que desocupar até mesmo o espaço físico onde organizavam suas ações, pois ficava no prédio que aglutina os movimentos sociais alinhados ao governo petista, buscando abrigo junto à Igreja, da qual haviam se “emancipado” com a ascensão do partido.

Grosso modo, poderia se afirmar que se está estudando em escala local a resistência de “trabalhadores em processo de dessolidarização”, no interior do capital, que lutam apenas para encontrar a melhor forma de sucesso individual, seguindo a lógica do sistema. Até mesmo a cobrança por direitos, parece não significar muito mais do que troca, pragmática e utilitariamente, aceitável. Os processos de erosão moral e a crise de representatividade das instituições de base, por seu compromisso maior com um *governo* e em detrimento do compromisso com os *trabalhadores*, foi agravado. A cooptação atingiu muitos movimentos sociais de base popular, que demonstram em vários casos, pender mais para a defesa de um governo claramente *à serviço do capital*, do que para a defesa dos interesses coletivos maiúsculos ou para a defesa de um novo tipo de sociedade que supere o Capital. No caso específico envolvendo as populações indígenas, houve uma indução do governo com o objetivo de desagregar os povos indígenas, criando uma classificação que os isolava em grupos diferenciados, os povos de contato recente deveriam negociar separadamente dos povos de contato mais antigo, os atingidos diretamente separados dos atingidos “indiretamente”, chegando ao ponto de provocar a pulverização das tribos, conforme se verifica a partir da constatação de Reis (2015)

A fragmentação política aconteceu não somente entre os povos, mas internamente a eles. A consequência desta fragmentação pode ser expressada, embora não unicamente, pela pulverização de aldeias – de 18, em 2011, hoje há 41 aldeias na região. Em alguns casos, a fragmentação das aldeias tiveram motivação política, já em outros casos, principalmente nos povos de língua Tupi (Araweté, Asurini e Parakanã) que só tiveram suas famílias agregadas em uma aldeia após o contato da Funai, fica difícil falar em rompimento. Até um passado recente estes povos viviam sob uma lógica de distribuição espacial baseada em núcleos familiares e não em uma aldeia. Porém, *o fato é que o recurso de R\$ 30.000 (trinta mil) por mês destinado para cada aldeia na forma de listas, como mencionado anteriormente, impactou suas formas de organização social e política. Além disso, as negociações de desocupação de canteiros de obras, estradas, etc, muitas vezes terminavam em acordos entre lideranças e empreendedor e estes acordos, como a construção de casas em todas as aldeias, eram estendidos a todas etnias, porém, de forma bastante desordenada gerando brigas e conflitos entre lideranças.* Como me disse certa vez um Kuruaya: “o que a gente ganhou, todos ganharam e a gente não teve culpa se os outros não souberam lidar com isso.”(REIS, 2015, p.92)

A pressão do capital, por meio de seus agentes mobilizados no entorno do empreendimento, criou disparidades, tais como a negociação direta entre atingidos e funcionários da Norte Energia e suas empresas terceirizadas, como se tais empresas assumissem o papel do Estado, pois os relatos de moradores deslocados, indígenas,

colonos, indica que foram forçados a negociar os termos de seu deslocamento compulsório e indenizações, de acordo com os termos dos empreendedores, sem a mediação jurídica necessária. No relatório do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, durante inspeção realizada no entorno da UHEBM, esses fatos gravíssimos vieram a tona:

Presentaram aos membros do CNDH a cópia de um “*termo de opção*”, em branco, no qual não consta a opção do atingido, o qual é analfabeto, mas apenas sua impressão digital. Esta seria uma situação muito comum, pois os atingidos não possuem assistência jurídica, o que revela que não está sendo assegurado de forma efetiva o direito de opção pelas várias modalidades de reparações que a empresa seria obrigada a conceder, nos termos do PBA. Afirmaram que, segundo consta no inquérito civil em trâmite na Procuradoria da República em Altamira, há indicativo de que esses grupos ribeirinhos estão sendo levados contra a sua vontade a optar por indenização, uma vez que não lhes estaria sendo ofertada área capaz de garantir a manutenção do seu modo de vida. Sublinharam que os valores das indenizações são extremamente baixos e, portanto, imprestáveis ao cumprimento da finalidade de viabilizar condições para uma vida digna. (CNDH, 2015, p. 9)

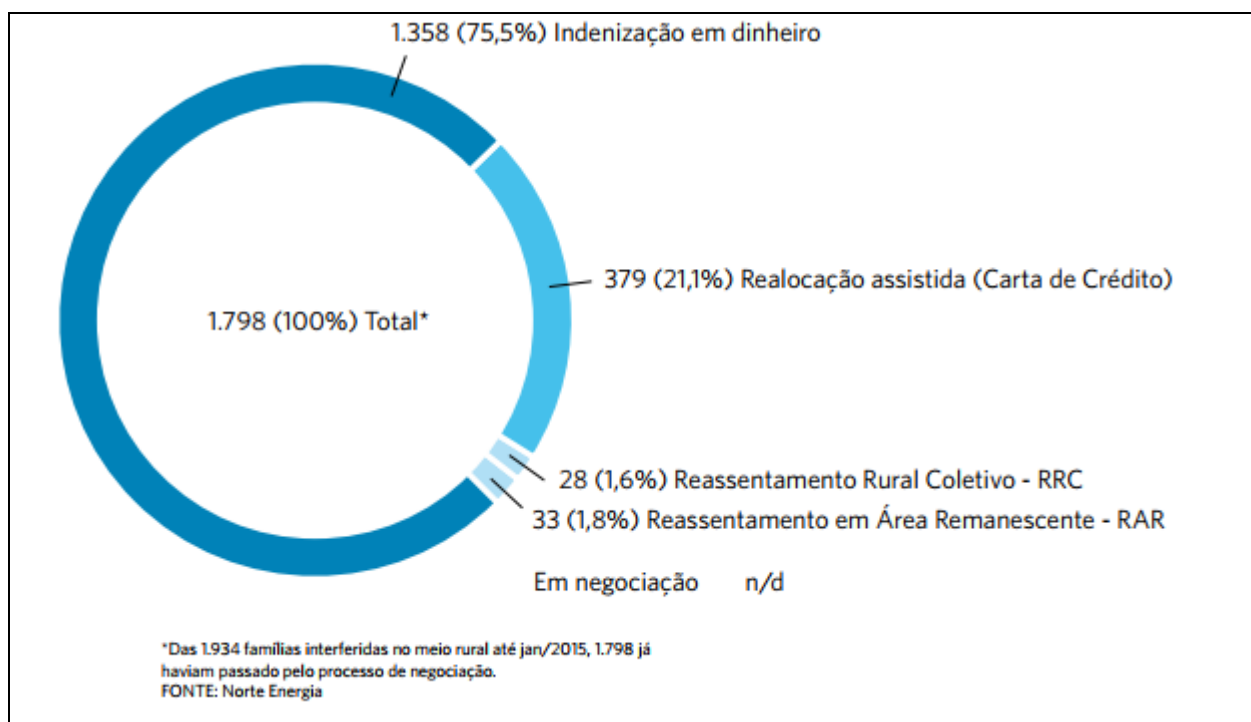
A tática da individualização dos processos e das metodologias de negociação com as famílias e comunidades atingidas, impôs isolamento e desinformação, fragilizou as práticas comunitárias e as formas de organização coletiva das populações atingidas.

Antes eles já tinham me chamado lá, na Norte Energia, me disseram que sabiam quem eu era, disse “a senhora tem que sair, eu sei quem é a senhora, eu sei que a senhora defende o povo e a senhora sabe que eu defendo as corporações”. Esse era o Arlindo, advogado da Norte Energia. Está aqui o seu processo, sua avaliação. Eu abri assim olhei e disse está tudo errado! Eles roubaram, destruíram cadastros. E ele disse “como assim? O que estiver errado a gente conserta”. Eles. E eu disse, olhe seu Arlindo, vou lhe falar umas coisas, é muito grave o que vocês estão fazendo com a população, vocês estão tratando a população como lixo, como lixo, essa Diagonal aí (empresa terceirizada, contratada pela Norte Energia para remover os moradores), como lixo, as pessoas choram, as pessoas estão doentes, pessoas maltratadas lá, pessoas de idade, senhoras de idade. As pessoas me contavam, eu estava há quinze dias de operada, não podia fazer nada. Então vocês estão fazendo isso com as famílias, tudo gente pobre seu Arlindo! Alguma pessoa por mais pobre que fosse, foi pedir pra Norte Energia para sair da sua casa e morar de aluguel? Eu sei que as pessoas moravam lá na baixada, mas estavam perto das escolas, perto da igreja, dos hospitais, do comércio, dos bancos, de tudo. Aí vocês tiram as pessoas, maltratam, fazem o que vocês bem entendem, essa empresa, essa tal Diagonal, maltratam as pessoas roubam as pessoas, vocês são os responsáveis, você, a Norte Energia é a responsável por essas coisas. Aí ele não falou nada.

O alto índice de indenizações pagas aos moradores deslocados compulsoriamente, no lugar da opção de reassentamentos coletivos nas áreas urbana e rural, evidencia

estratégias que deixaram os moradores subinformados, pressionados a aceitar acordos desfavoráveis, seja pela subvalorização dos imóveis atingidos, pelas exigências documentais de comprovação de posse e moradia, pela linguagem técnica utilizada junto à populações com pouca escolaridade.

Figura 24 - Tipos de indenização pagas até 2015 – população rural



Fonte: FGV, 2016

O apelo ao acordo indenizatório, nesses termos, criou também o autoisolamento, o desconhecimento dos direitos, o afastamento das vivências e discussões coletivas, a dispersão territorial dos moradores de comunidades atingidas em seus novos domicílios, a perda de laços de convivência, entre outros fatores. Todas essas violações de direito não encontraram o eco esperado nos movimentos sociais consolidados na região de Altamira e Xingu.

A desmobilização paulatina dos movimentos sociais pôde ser verificada em situações diárias. Por exemplo, nos alagamentos de áreas da cidade que sofrem intervenções do empreendimento, e, que prejudicam bairros inteiros, as mobilizações foram moderadas, considerando a história local, pois as lideranças dos grupos vivenciaram crises de representatividade, os atingidos desconfiam e temem se alinhar ao lado de um ou

outro grupo, inclusive por medo, infringido pelos funcionários do Consórcio e por agentes públicos.

Os moradores do bairro, pouquíssimos acreditaram em mim, porque a Norte Energia fez um trabalho assim, eles contavam para a gente depois. Eles diziam para eles, “olha se vocês se juntarem com o Xingu Vivo, com essa xxxxx xxxx vocês não vão ser reassentados, vocês não vão ter direitos a isso e aquilo outro, a indenização de vocês vai ser baixa”, fizeram uma política de privação. Teve ribeirinho que me contava que eles diziam que o Xingu Vivo trabalhava com eles, para alguns moradores que iam questionar as coisas. Fizeram coisas criminosas. E os últimos eu vi que os últimos saíam já numa situação muito ruim. (Trecho de entrevista com liderança de movimento social, Altamira, julho/2015).

O resultado é que a pressão exercida pelos atingidos perdeu força diante da divisão dos movimentos sociais da região. Essa percepção se estende à diversas outras situações. Os movimentos alinhados ao governo convocaram a militância para defender o governo frente o *impeachment* e um número reduzidíssimo de pessoas presentes evidenciou um enfraquecimento associado à erosão moral, evidenciada em diversas frentes pela mídia nacional. Foi constrangedor testemunhar a derrocada de movimentos que deram voz e visibilidade às populações regionais diante de governos autoritários, em função de situações em que a ética, antes bandeira de luta - ao lado da bandeira de direito à terra, saúde, educação, estradas, justiça socioambiental - no momento em que seus representantes chegaram ao poder e traíram todos os princípios classistas até então defendidos. Para antigas lideranças que não foram corrompidas, ainda restam ácidos comentários diante da derrocada moral dos petistas.

Nesses dias tenho andado nas ruas e escutado piadinhas. Porque para alguns eu tenho cara de PT, né. Eu faço que não ouço e vou embora, sigo o caminho. Eu passei uma fase que hoje eu acredito unicamente que ainda estou caminhando e vou continuar até o final da luta que eu acredito, no movimento popular organizado e consciente, que é um negócio difícil e dá trabalho. (Trecho de entrevista com liderança de movimento social, Altamira, julho/2015).

Ao observar e analisar a dinâmica dos movimentos sociais ante a UHEBM no período de 2008 até o momento presente, buscamos apoio teórico em diferentes autores que contribuem de formas distintas para o entendimento de avanços e recuos importantes no campo das lutas sociais de base. Por exemplo, Harry Braverman (1987, p. 235) nos provoca ao questionar o futuro da resistência da classe trabalhadora, em épocas que até mesmo “os padrões emocionais de vida são canalizados através do mercado”, como então é

possível falar em consciência de classe? Onde se situa a possibilidade da organização política da classe trabalhadora, quando as questões mais elementares envolvendo a solidariedade humana são transformadas em relações de compra e venda? A problematização do autor nos move a acompanhar de forma mais cuidadosa os processos em curso.

Em uma análise preliminar, não há, nesta resistência que visualizamos no contexto atual, a perspectiva de um novo modelo de sociedade, de rompimento com a estrutura social injusta. A resistência se converteu muito rapidamente em adaptação, até mesmo subserviente, porque uma parte significativa dos movimentos sociais se acomodou e os sujeitos indenizados acabaram se pervertendo em defensores da barragem, por receberem somas em dinheiro, que de outra maneira jamais veriam nas suas vidas. Pesa muito o fato de muitas lideranças regionais de movimentos populares confraternizarem com o atual governo central.

A ascensão ao poder dos antigos companheiros de lutas (e de partido político) regionais e nacionais, trouxe desencanto para alguns e cooptação em abundância para outros, inclusive nos movimentos sociais em Altamira e região da Transamazônica e Xingu. Além da estrutura de financiamento de projetos via FVPP que centralizava e institucionalizava os movimentos progressivamente há mais de duas décadas, a chegada ao governo criou vários núcleos de políticas públicas, que segmentaram as lutas em conselhos, comissões e programas, dispersando as lideranças de tal forma que dificilmente ocorriam eventos unificados. Há uma frustração silenciosa entre os militantes que perseveraram na crítica às desigualdades impostas pelo Capital, e em particular pelas injustiças ostensivas advindas com o Megaprojeto da UHE Belo Monte.

São evidências de fragmentação, dissensos, pulverização de *fori* de políticas públicas, que combinadas ao fenômeno do PDRSX, com as câmaras técnicas e um montante considerável de recursos para ser dividido entre projetos de proponentes, iniciativas e abrangências opostas entre si, que para viabilizar seus interesses particulares passam a estabelecer alianças e arranjos questionáveis. A base do cenário aqui descrito foi um processo questionável de imposição da UHEBM, no qual o autoritarismo verificado nas conduções de outras grandes obras na Amazônia compareceu, embora usando uma retórica de participação dos sujeitos, exibida como prova formal de práticas democráticas.

A gestão do PDRS do Xingu é considerada, na percepção dos governos, como “democrática, participativa e territorializada”, consoante seu objetivo geral de “Promover o

desenvolvimento sustentável da região com foco na melhoria da qualidade de vida dos diversos segmentos sociais a partir de uma gestão democrática, participativa e territorializada garantindo um meio ambiente ecologicamente equilibrado⁴⁷”. Há uma produção de evidências que buscam assim legitimar tal discurso. O PDRSX é, a nosso ver, o instrumento utilizado para legitimar o discurso de inclusão social democrática, visto que em seu corpus documental as expressões são utilizadas nesse sentido, de proporcionar uma sensação de “paz de cemitério” no contexto de convulsão social provocado pelo empreendimento. A estrutura de gestão do PDRS do Xingu é considerada, na percepção dos governos, como “democrática, participativa e territorializada”. Este discurso sobre a gestão do plano está presente em diversos documentos oficiais, tais como o regimento interno do Comitê Gestor do PDRS do Xingu, que afirma no descritivo de seu modelo de gestão que:

A efetiva implementação de um plano depende do desenvolvimento e fortalecimento das instituições públicas e da sociedade civil, devido ao papel decisivo desempenhado historicamente, a exemplo de territórios mais desenvolvimento social e economicamente em outras regiões do país, pois corresponde à ação pública coordenada e sob controle social, decisiva para o desenvolvimento sustentável. *No que diz respeito aos diversos planos de desenvolvimento regional sustentáveis (PDRS), o Governo Federal, tanto no processo de elaboração quanto no de gestão, tem promovido uma intensa colaboração com os governos estaduais e municipais e a mais ampla participação social, integrando as representações dos diversos segmentos sociais na formulação e implementação das suas ações.* (PDRSX, 2013, p. 7. Grifos da autora)

A disseminação da ideia de que a redistribuição de renda e as políticas públicas petistas de combate à miséria representam um *capital político* junto à maioria da população regional foi incrementada de forma substancial a partir do PDRSX. O uso desse capital político é acionado para desmobilizar as resistências de várias formas. A “intensa colaboração” e a “ampla participação social” trazem a marca do fisiologismo dantes tão combatido pelos petistas. O uso da máquina pública com seus variados instrumentos produz uma “integração” dos diversos segmentos sociais, em torno da possibilidade de auferir alguma vantagem, visto que as políticas públicas efetivas não compareceram quando, onde e como deveriam.

⁴⁷ Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu <<http://www.casacivil.gov.br/arquivos/xinguinternet.pdf>>. Último acesso em 13 de mai 2017.

No caso da UHEBM existe um fato explorado, que diz respeito ao fato de que as famílias reassentadas em sua maioria são beneficiárias de alguma modalidade de bolsa ou programa. A Secretaria de Assuntos Estratégicos, representada pelo ministro Mangabeira Unger⁴⁸, no ano de 2015 se fez presente na obra, visitou os canteiros e “reservou” espaço na agenda para “ouvir” os movimentos sociais e compreender a “engenharia social” que se contrói “ao lado da engenharia física” do mega empreendimento do PAC.

“Resolvi visitar Belo Monte e Altamira para compreender na base os problemas e oportunidades gerados por essas grandes obras. Barragens não devem ser entendidas apenas como obras de engenharia física, precisam ser também palcos de uma engenharia social, e é por isso que nós precisamos construir em torno delas, uma estratégia de desenvolvimento socialmente incluyente para esta região imediatamente próxima a ela”, disse o ministro. Ele também reservou sua agenda para escutar as vozes de movimentos sociais, e assim, tomar pé da situação de Belo Monte para aplicar a experiência no novo plano de desenvolvimento nacional que vem trabalhando, e assessorar a presidenta Dilma nas decisões que tratam do futuro brasileiro. (BRASIL, SAE - PR, 05/06/2015. Grifos da autora.)

Espetáculos como esse, de agentes do governo petistas simularem oitivas com a população foram estrategicamente reprisados durante o processo de construção da barragem.

Nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), objetos de autopropaganda do governo e do empreendedor, há inúmeros problemas estruturais graves, levantados desde a construção. Nas reuniões com moradores, anteriores à remoção das famílias, as promessas de que teriam casas adequadas ao tamanho das famílias, com paredes feitas de tijolos, em áreas próximas das antigas residências, não foram cumpridas. O fornecimento de água potável e as altas contas de energia elétrica, são alguns dos muitos dramas cotidianos enfrentados pelos moradores reassentados em decorrência da UHE Belo Monte em Altamira.

⁴⁸ . Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/imprensa/noticia/os-dois-lados-da-moeda-belo-monte-e-movimentos-sociais-sao-ouvidos-na-construcao-de-modelo-desenvolvimentista/>> Acesso em 22 de jul. 2015.

Figura 25 - Construção das casas do reassentamento urbano



Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Durante a construção dos RUCs a população atingida ficou decepcionado com o tamanho e com a tecnologia utilizada nas construções, nas quais foram utilizadas placas de concreto nas paredes, que não suportam os armadores de redes de dormir, tão característicos da população amazônica. No relatório da inspeção do MPF e do CNDH em junho de 2015, os depoimentos apontavam muitas situações de violação de direitos:

Uma pessoa presente denunciou que, antes da obra, a empresa prometeu que as casas dos reassentamentos seriam de alvenaria e que os atingidos teriam direito de escolher dentre três modelos diferentes. A promessa era de que as casas novas seriam de acordo com o tamanho da família e, no máximo, a dois quilômetros do local onde as famílias moravam. Depois do início da obra, “virou uma casa só”, um modelo único de casa, do mesmo tamanho, sem direito de escolha. O tamanho dos lotes do RUC são de 300 m². Denunciou que o código de obras de Altamira não permitia a construção de casas de placa no Município e a Câmara de Vereadores alterou a lei para beneficiar a empresa. (CNDH, 2015,p. 15)

Após a mudança para as casas nos RUCs os moradores passaram a conviver com novos dramas, como rachaduras nas paredes das casas, a distância do centro da cidade, o acesso a serviços bancários, as altas tarifas de energia elétrica, deficiências no fornecimento de água, coleta de lixo, transporte público, insegurança, perda dos referenciais comunitários, distância do rio, entre muitos outros.

Uma representante dos moradores do RUC Jatobá afirma que as casas de concreto são ruins e estão rachando. A empresa afirmaria para os moradores que “foi o IBAMA que aprovou” as casas de concreto. As pessoas queriam casas de tijolo, pois não racha. “A prefeitura aprovou o projeto das casas para empresas de fora, de Goiás, vir (sic) construir”. Afirmou que muitos dos moradores eram da Invasão dos Padres, sendo que lá era próximo ao rio, não pagavam frete para se deslocar e agora gastam R\$ 50,00 por dia. Alega que o processo de reassentamento desagregou as famílias, pois as pessoas que moravam juntas, ou próximas foram reassentadas em RUC's diferentes, às vezes 12 quilômetros distante de seus familiares. Um reassentado declarou que “hoje tô (sic) perdido”, como “azeitona em boca de banguela”, pois “meu pai e minha tia, que eram referências, agora só encontro com eles de mês em mês”. (CNDH, 2015, p. 16)

O aumento no custo de vida dos reassentados sequer é reconhecido como um problema gerado pelo empreendimento, embora o salto no valor das contas de energia tenha deixado os moradores assustados, além das despesas adicionais que passaram a ter com transportes, para sua locomoção entre o centro da cidade e as novas residências. As áreas compradas pelos empreendedores foram alvos de especulações por parte dos proprietários de grandes áreas no entorno da cidade, fazendo com que os preços disparassem em toda a região atingida e os reassentamentos ficassem mais distantes dos bairros de origem dos moradores reassentados (Figura 27).

Figura 26 - Reassentamento urbano em Altamira



Fonte: Pesquisa de Campo (2017)

Buscou-se sustentar o simulacro da participação democrática da população nas decisões que alteram as condições de existência da população de forma drástica, em reuniões pouco divulgadas entre representantes do Legislativo e Executivo com os diferentes segmentos da população atingida.

Ora, os movimentos sociais locais, desde a década de 1980 buscam debater modelos de desenvolvimento alternativos e em Altamira lutou-se contra a UHE Belo Monte até o início das obras, contudo, não houve um diálogo entre “companheiros”, visto que a militância dos movimentos sociais locais também era parte da militância petista.

A título de “diálogo” entre governo petista e movimentos contrários à construção da UHEBM, houve em determinados momentos, promessas vazias, de apelo populista, por parte do então presidente Lula (2009-2010), com frases do tipo: “[Belo Monte] jamais será empurrada goela abaixo”⁴⁹. Com o passar do tempo o discurso mudou e sob a alegação da ameaça do “apagão” nacional, a construção da UHEBM passa a ser “inegociável”. Os movimentos sociais consolidados na região passaram a defender essa perspectiva governista, restando aos militantes que possuíam convicções contrárias retirarem-se e se reagruparem em novos movimentos. Em uma longa entrevista, uma dirigente de movimentos sociais tenta explicar a situação do entendimento dos camponeses oriundos da colonização diante de Belo Monte e seu apoio ao projeto por ser encaminhado pelo governo petista. Divide a explicação em três momentos, a) o desconhecimento acerca do projeto pelos agricultores da região; b) a ascensão do PT ao governo e sua decisão de construir a barragem; e, c) a “necessidade” do movimento apoiar Belo Monte, assumindo um “racha” no movimento.

Tinha um *desconhecimento* total sabe, eu sei o que era a hidrelétrica e o que ela representava, esse é o ponto inicial da história, depois tinha uma ideia da hidrelétrica, mas era ideia tão distante e na verdade assim qual era o foco das lutas dos agricultores naquela época, era cobrar do governo, aquilo que ele prometeu no projeto de colonização né, crédito, estrada, educação, saúde. Era cobrar o projeto de colonização, era um movimento de migrantes também, de gente que veio de fora, e não tinha uma informação do Estado para hidrelétrica, e a relação que estabelecia, com o movimento ambiental que realizava essa discussão, era uma relação muito periférica e muito tumultuada, por conta dessa incapacidade de separar, os agricultores migrantes de toda história dos grandes projetos da Amazônia. Então assim, esse começo, era um começo que ninguém sabia muita coisa, depois eu diria assim que os agricultores,

⁴⁹ Cf. <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,belo-monte-nao-vira-goela-abaixo-diz-lula,406935>Acesso em maio de 2015.

eles começaram a ter uma compreensão e *à medida que foi tendo essa compreensão, tendo essa relação com o MAB*, aí o MAB vai mostrando o que aconteceu com outras hidrelétricas, o que pode acontecer aqui tal, e isso vai fazendo que tome uma posição né, o que é uma posição, e daí não podemos ir embora daqui, nós também temos direito aqui, e nós o que vai acontecer com a gente. Então assim, você tem um movimento que disse se isso é pra destruir todos nós, ninguém quer, eu acho que isso é uma primeira manifestação, e *ai tudo mundo contra o Belo Monte*. Não importa se é índio, se é agricultor, e com o tempo foi avançando, eu acho que assim, *não tem como não separar, nessa trajetória as mudanças também nacionais que elas vão acontecendo*. (Trecho de entrevista com liderança de movimento social, Altamira, julho/2015).

Na condição de ouvinte, não há como não perceber a dificuldade da entrevistada em falar com clareza sobre o assunto indagado. A interlocutora possui alta habilidade em se manifestar oralmente, mas diante do tema apresentado há um rodeio muito grande, uma elaboração defensiva e cautelosa, para tratar do tema. É exagerada sua afirmação acerca do desconhecimento dos impactos provenientes de uma usina hidrelétrica, pois a articulação da rede de movimentos sociais nas quais ela opera, possui contatos de longa data com os movimentos de atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí. Além disso, na mesma entrevista, a liderança cita o MAB, como interlocutor presente nos movimentos sociais da região de Altamira, ainda durante a década de 1980.

Contudo, a afirmação de aceitação tácita do empreendimento, alegando que “com o tempo foi avançando, eu acho que assim, não tem como não separar, nessa trajetória as mudanças também nacionais que elas vão acontecendo”, admite as transformações internas, no âmbito dos movimentos sociais e do partido dos trabalhadores, que repercutem e influenciam importantes mudanças de posição. Cabe lembrar que, a partir da década de 1990, o pensamento neoliberal, empreendedor, gradualmente ganhou espaço entre membros de movimentos sociais, antes identificados como “de esquerda”.

4.11 Uma gênese das mudanças conservadoras?

O desmonte da resistência classista, na literatura atual, possui uma história que acompanha as três décadas apontadas por Giovani Alves como os “trinta anos perversos” (1980-2010). A infiltração do ideário neoliberal foi facilitada pela negação do marxismo que sucedeu a derrocada do socialismo no leste Europeu e na URSS e que também influenciou a esquerda nacional (ANTUNES, 2006; ALVES, 2013). Os posicionamentos reformistas criaram corpo desde então, preparando o terreno para a configuração social-

democrata assumida pelo PT nos anos 2000. Lula demonstrou essa mudança radical de rumos do partido na configuração classista, antes mesmo de sua eleição no segundo turno em 2002. A Carta aos Brasileiros, sinalizou no campo partidário para aquilo que a CUT adiantara no campo sindical, a partir da participação da chamada economia solidária (ZARPELON, 2003). Ao aparentemente ignorar que a função do Estado é organizar a dominação de classe no interior de um determinado modo de produção, pareciam crer na possibilidade de criar um “socialismo sem rupturas”, nos interstícios do capitalismo, assumindo de vez o caráter reformista característico da social-democracia. Assim, as reformas instituídas a partir dos mandatos de Lula não romperam com a marcha neoliberal inaugurada por FHC. As “mudanças conservadoras” (FERNANDES, 1995) apresentadas nos mandatos de Lula, não alteraram estruturalmente nem os pilares da economia e nem a política nacional.

[O] raio de mudança é circunscrito e suas manifestações são canalizadas para um contexto psicossociológico, cultural e político especificamente autoritário e imobilista. Abortam, assim, os principais efeitos criadores e potenciais da mudança e se multiplicam as interferências de controle intolerante, indireto ou direto, que a limitam à reprodução da ordem vigente, dissociando-se a mudança de rupturas com a tradição cultural e com as estruturas de poder existentes (FERNANDES, 1995, p.148).

Ainda segundo Fernandes (idem), a mudança social conservadora pressupõe “extermínio parcial ou global dos componentes reformistas radicais e revolucionários da revolução e da mudança. É fato que a maioria das pesquisas que diagnostica o continuísmo neoliberal nos governos petistas, utiliza dados macroeconômicos, como por exemplo, taxas de superávit primário, lucratividade do setor bancário em detrimento do setor produtivo, cortes no orçamento público, dependência das agências do capital mundial, etc. Considera-se que o diagnóstico baseado em tais evidências é parcialmente correto, mas há que se buscar ampliar a análise. Em uma retrospectiva histórica do partido é possível localizar a mudança de direção ocorrendo no PT ainda durante a década de 1980. Houve uma progressiva disputa interna:

Logo se percebe que a tensão entre a “luta de massas” e a “luta institucionalizada” começa a se intensificar, atingindo a estrutura interna do Partido. *Os núcleos de base formados nos bairros e nos locais de trabalho já estavam em 1986 se extinguindo. O Partido não mais atribuía importância devida à manutenção de seus núcleos e voltava à atenção às urnas, ao aumento de votos e à conquista de maior número de cargos políticos. A atuação pela via institucional passava, aos poucos, a determinar a direção e as táticas do PT.* Esta hipótese é confirmada ao se observar que um outro impasse passava a ser enfrentado pelo Partido nesse momento, como destaca Gadotti & Pereira (1989, p.258), que dizia respeito às suas finanças: Até quando vamos continuar dizendo que o PT

não é um partido de patrões, não tem recursos próprios, não faz campanhas milionárias (...). *Um partido que pretende assumir o poder com os trabalhadores não pode continuar vivendo das vendas de estrelinhas, adesivos e agendas* (BARRETO, 2006, p.35)

Em 1989, quando ocorreram as primeiras eleições presidenciais diretas após duas décadas de ditadura militar, a valorização da institucionalização como via para as transformações sociais ficou mais evidente. César (2002, p.314) analisa eventos ocorridos no VI Encontro Nacional do Partido, observando que “pode-se perceber a tentativa a articulação entre o objetivo estratégico socialista proposto pelo PT, as ações voltadas para frente de massas e a valorização progressiva do campo institucional”. Forma-se, então, a Frente Brasil Popular formada pelo PT, PC do B, PSB e PV.

O socialismo como meta do PT foi um tema tratado de forma obscura, pois o partido insistia em não esclarecer, em não assumir de forma clara os contornos de um projeto socialista. Chico de Oliveira, que fora filiado ao partido, observa que acerca da decisão de não importar modelos socialistas das experiências vividas em outros países “parece uma saudável desconfiança em relação às experiências do ‘socialismo real’, mas esconde na verdade a inexistência do socialismo como cultura, e uma malandra escusa de criticar a variegada, rica e contraditória experiência internacional” (OLIVEIRA, 1986, p.17).

Durante o VII Encontro Nacional, ocorrido em 1990, após a derrota eleitoral de 1989, o Partido discutiu novamente seu projeto político e já observara, de maneira mais intensa, tensões internas quanto à “frente de massas” e à “frente institucional”. Colocava-se a necessidade de alargamento de sua base social, indo além do universo dos movimentos sindicais e populares. No entanto, havia oposições quanto ao aumento da importância da “frente institucional”, que estava sendo defendida mais amplamente.

Reforça-se hoje a consciência de que a frente institucional não é um departamento estanque dentro da vida partidária. *O detentor de um mandato desempenha transitoriamente uma função semelhante, do ponto de vista da construção partidária, ao papel desenvolvido por um sindicalista ou militante do movimento popular.* Dentro da política de acúmulo de forças, o objetivo de nossa relação com a institucionalidade é a ocupação de espaços para a demonstração de que é possível uma nova forma de gerir a coisa pública, colocando o aparelho de Estado, com todas as suas limitações e características, a serviço dos setores oprimidos da sociedade (DOCUMENTO DO VII ENCONTRO NACIONAL apud CÉSAR, 2002, p.325. Grifos da autora).

Essa tese da mudança operacionalizada por dentro do sistema, começou a ser assumida com mais força, embora contestada com vigor por seus quadros. Florestan Fernandes apontava para o processo de enfraquecimento do poder revolucionário do PT

devido à busca pelo poder institucional assumida. Avalia Fernandes que, mal o partido se torna pujante e “imediatamente, quer conquistar o poder, quer fazer a revolução de cima para baixo (...) *É uma ilusão pensar que aqui, no Brasil, nós possamos conquistar o poder legal e, daí, fazer uma revolução de cima para baixo*” (FERNANDES, 1994, p.169. Grifos da autora).

A decisão de lutar pela tomada do poder institucionalizado é percebida na reorientação de vertentes que compunham o partido, desde então, com mais força, ao priorizar a busca incansável por cargos na máquina estatal, em detrimento da “frente de massas” que, além de exercer o papel de fiscalização do governo e exigir a concretização de direitos sociais, permitia a formação política das bases, tornando possível assim a construção de uma nova cultura política, que poderia fortalecer a luta pela democracia e pelo socialismo, outrora horizonte defendido pelo partido (BARRETO, 2006).

Incorporado ao jogo político liberal, passou a buscar alianças e financiamentos vultosos e obteve assim uma expressiva expansão. Em 2010, quando Dilma Rousseff assumiu a presidência, sua decisão de construir Belo Monte já estava consolidada, negociada quando ainda era ministra do setor energético.

Parte das bases do partido na região, contudo, acreditava em mudanças significativas na condução das decisões para a Amazônia, respeitando princípios anteriormente defendidos como pauta de governo, pelos dirigentes petistas. Entretanto, expectativa de que a Amazônia fosse tratada de forma respeitosa e sustentável, considerando seus povos e suas necessidades, ao invés de priorizar o colonialismo recorrente, não se cumpriu.

O governo do país ele mudou pra esquerda liderada pelo PT defendido pelos agricultores, inclusive quem tinha longas pernas nesse movimento, era o partido, então assim, isso não tinha como não provocar uma mudança de comportamento nisso, enfim eu diria que depois da mudança, aí o governo deixa uma década sem falar do assunto, e aí quando o governo retoma a eleição de Lula, por exemplo, você recomeça a falar no assunto, e aí nesse recomeço, *já é um recomeço diferente, um começo dialogado, discutido, mas enfim, mas a obra continua*, e sobre ela não tem muitas mudanças, e a gente quer discutir, quais as condições, se cria uma condição de discussões também, era com os agricultores, com todo mundo, com os povos e tudo, e claro, outras crises enfim. Resumindo a obra vai avançando com a esquerda, porque assim um movimento de refrear as lutas, assim com a eleição de Lula de depois, sua reeleição, e também porque vai abrindo esse diálogo, *esse diálogo não quer dizer que mudou o perfil da obra hidrelétrica*, e um diálogo do Estado, que passa a dialogar mais com a sociedade, mas não abriu mão da obra, uma grande obra do capital. Os mesmos formatos que a obra segue nesse sentido, e

como a gente dizia, que esse governo, veio das bases, ele saberia lidar com as bases, e quanto mais a obra avança a possibilidade, e as condições pra que ela aconteça, o movimento também vai mudando sua postura, sua postura de pensar assim vamos fazer um movimento de embate contra Belo Monte só, nós vamos fazer um movimento de discutir, as condicionantes, já que vai acontecer, já que a país, precisa de energia, já que tem todos esses apelos e nada vai impedir, então em quais condições que isso vai acontecer, o que vai ficar para as pessoas, como é que vai ser, que condições de vidas as pessoas vão ter, então o movimento começa a mudar sua ação assim. (Trecho de entrevista com liderança de movimento social, Altamira, julho/2015).

A visão da obra e o modelo que ela representa parecem claros para a entrevistada, contudo há uma defesa do governo ao afirmar que o *Estado passou a dialogar mais com a sociedade*, embora reconheça que o modelo da obra continua a repetir o padrão antigo, que já fora contestado à exaustão pelos movimentos sociais. Os atingidos pelas obras de Belo Monte discordam veementemente dessa “abertura” ao diálogo. Vejamos a fala de uma moradora de uma Vila rural que foi totalmente removida para dar lugar às obras:

Morei quase 30 anos na comunidade, para receber isso, [R\$ 51.000,00]. Olha isso que eles fizeram com nós... eles não fizeram mais nada por nós, agora estamos aí tentando de novo para ver se eles ainda dão uma coisinha. Mas, isso aí está difícil não adianta nem lutar mais. (...) E muitos e muitos que nem lote não tem né compraram uma casinha, outros pegaram um dinheirinho e gastaram um pouco né, estão em beira de rio aí pra baixo. Que aqui eles moravam na beira do rio mas eram felizes, estavam com a família.(...) Nós não temos mais nem o que fazer o tanto que já lutamos, eles não estão nem aí, nem parece que tem gente falando. (moradora da Vila Santo Antonio – Vitória do Xingu (PA), 2015)

A maioria da população desterrada se queixou da truculência nas negociações feitas por empresas terceirizadas, sem a presença de um mediador (a Defensoria Pública da União somente chegou para assistir os reclamantes em janeiro de 2015). A sub-avaliação dos bens, a não-consideração da situação socioeconômica de moradores agregados, que ficaram sem casa, são exemplos da operação acintosa realizada em nome do “desenvolvimento da região”.

A entrevistada aliada ao governo petista, admite que os movimentos sociais não foram unânimes em aceitar as justificativas neodesenvolvimentistas ou dramáticas (apagão nacional iminente). A dissidência ocorrida entre as lideranças representou que há discordâncias que não foram conciliadas pelo governo que supostamente “dialoga” com a sociedade,

Claro que nessa mudança de postura você tem lá tem cortes também, entre o movimento, eu diria que quando o governo decidiu mesmo construir o Belo Monte, esse movimento liderado pelos agricultores que iniciou aí nas comunidades eclesiais de base, ele decidiu não ser mais contra Belo Monte, quer dizer nem ser a favor de Belo Monte né, até porque, essa proposta nunca teve no movimento essa proposta, o asfaltamento sim, a energia nos travessões também, mas construir uma hidrelétrica, o movimento nunca entendeu muito o porquê que servia, já que tinha uma aqui a 300 quilômetros, imensa, de Tucuruí. E aí nessa fase o movimento começa a fazer essa outra discussão, e é claro, se o movimento faz essa discussão, de discutir as condições né, o *movimento ele refreia um pouco né*, ele *já tá aceitando que o projeto vai acontecer, ele vai dizer pra todo mundo que ele não gosta, mas o projeto vai acontecer, e já que ele tá aceitando que o projeto vai acontecer, ele vai fazer outro tipo de discussão, outra negociação que é um pouco o que a gente vive hoje ainda*. (Trecho de entrevista com liderança de movimento social, Altamira, julho/2015).

É cabível destacar que na análise que Gohn (2011), empreende acerca da natureza dos movimentos sociais contemporâneos, cuja ênfase clássica se voltava para as questões de classe e denúncias de injustiça social, passa a dividir espaço com outras abordagens, principalmente com as tendências que buscam construir consensos, evitar conflitos, que durante os governos petistas substituíram sua autonomia por uma adequação às políticas públicas demandadas por estes governos, constituindo, de acordo com a autora, cidadanias tuteladas em processos de modernização conservadora. O depoimento da militante expõe além do acordo político entre os movimentos anexados ao governo, o não-entendimento das bases acerca da necessidade real da construção da UHE Belo Monte.

Ninguém nunca aceitou Belo Monte de verdade, se você perguntar no movimento, porque ninguém nunca entendeu porque vai construir uma hidrelétrica vizinha a outra, imensa né, então nunca fez muito sentido, claro faz um pouco pra uma parte do movimento, quando ela faz *uma leitura econômica das ligações da energia né, do PIB, das trocas, o discurso do apagão, bem apelativo pra sensibilizar e chegar até o jogar as outras regiões do sudeste, contra o norte né, porque o sul dizia assim “mas vocês ficam com o nosso dinheiro, que a gente arrecada de PIB, e vocês não querem ceder as águas pra gente gerar energia”*. Se criou esse debate, e isso foi fragilizando um pouco também essa resistência também e acho que a resistência em relação a Belo Monte, tem vários aspectos, porque assim tem gente que lá, que é contra o Belo Monte, não quer discutir esse assunto e pronto, e é sempre contra, e quando terminaram de construir eu sou contra, e quando inaugura sou contra, e esse assunto acabou, e eu sou contra, se falou que é para discutir um assunto de Belo Monte, só se for contra Belo Monte. Então isso tem também, no interior do próprio movimento, e tem aqueles que estão dentro e tem essa resistência e tem aqueles que se separam, foram para o movimento Xingu Vivo, que é um movimento que saiu de dentro desse né, por não concordar. (Trecho de entrevista com liderança de movimento social,

Altamira, julho/2015).

A metamorfose visível em parte dos movimentos sociais locais se acomoda nesse tipo de concepção. Menos barulho nas ruas e mais negociações de cúpula. É interessante perceber que essa conversão à direita ocorreu no campo político partidário que elegeu Lula e Dilma, cujas alianças com a burguesia foram gradativamente mostrando sua rendição irrestrita ao capital e seus jogos.

A questão que envolveu a construção da UHEBM e a determinação do governo em realizar os intentos do capital, desprezando os movimentos sociais que eram parte de sua base histórica, foi ilustrativa. Em uma das reuniões entre a resistência e o governo, na fala da então ministra das Minas e Energia Dilma Rousseff, que socou a mesa durante uma audiência e disse “Belo Monte vai sair!”, se retirando em seguida da reunião, algumas lideranças se deram conta de que haviam perdido seus antigos aliados para o capital. A luta seguiu, desproporcional.

Na argumentação em favor da construção da UHE Belo Monte, foram usados muitos artifícios intra-movimentos sociais e extra-movimentos sociais. Internamente o discurso de quê “é o *nosso* governo quem vai trazer, haverá diálogo, será diferente do que aconteceu em Tucuruí porque estamos em negociações permanentes, etc”, serviu para acomodar coletivos associados diretamente ao partido e suas lideranças regionais.

A FVPP, fundação que abriga diversos sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e associações, possui uma identificação muito íntima com o partido, seus parlamentares são egressos do movimento que lhe deu origem. Ao possuir uma função estratégica na captação e redistribuição de financiamentos para projetos diversos, a fundação emana um poder que agrega uma parcela considerável de movimentos sociais da região da Transamazônica e Xingu. Tais movimentos, mantém vínculos contratuais e de militância com a FVPP, com o advento dos governos petistas acabaram por se voltar para suas demandas mais específicas, seus projetos comunitários, perdendo de vista os amplos efeitos nocivos que o empreendimento traria para a população regional como um todo, abdicando das necessárias lutas para denunciar, contestar e buscar superar tais prejuízos.

A fragmentação nas lutas, característica dos chamados “Novos Movimentos Sociais” disseminados após a década de 1960, e que no Brasil se disseminou fortemente após a Constituinte, foi providencial para “naturalizar” o isolamento de parte das lideranças consolidadas regionalmente, assim como dos movimentos insurgentes contrários ao empreendimento. A des-solidarização é também uma decorrência da pulverização das

lutas por demandas cada vez mais particulares, que se afastam da luta de uma grande classe oprimida de diversas formas.

A fartura de demandas por justiça social, dado o crônico abandono do Estado que padece a região, favoreceu o festivo surgimento dos movimentos de pertencimentos diversos, criando situações em que ao mesmo tempo que alguém era oprimido por ser da classe trabalhadora, era descoberto também como negro, trabalhador rural, ribeirinho, pescador, etc. Ao se identificar em um leque de adjetivações e movimentos representativos, a militância foi se dispersando e a visão estrutural, de classe, foi ficando cada vez mais distanciada. A formação de militâncias tão distintas, com interesses tão específicos, criou uma rede de movimentos paralelos, com dificuldades no aprofundamento da formação de seus membros, assoberbados com agendas de eventos cada vez mais frequentes, dispondo de pouco tempo disponível para viver nas suas comunidades, para ser “povo” e sentir aquilo que as pessoas “na base” estavam sentindo. O distanciamento dos líderes de seus lugares e as suas intensas agendas de eventos em diversos centros de decisão, alimentou um distanciamento e o cupulismo, pelo qual as bases comunitárias passaram a ser apenas comunicadas sobre ações e eventos, decididos em instâncias superiores, sem poder debater e se manifestar em questões de seu interesse direto.

Desde 2010, quando em um comício pró- UHEBM com o presidente Lula em Altamira, os grupos que protestavam contra Belo Monte foram impedidos de adentrar no estádio onde acontecia o evento, a divisão interna nos movimentos sociais foi evidenciada. O Movimento Xingu Vivo Para Sempre teve que se retirar do espaço físico da FVPP e passar a ser movimento de oposição autônomo e isolado dos demais movimentos, historicamente articulados. O Movimento Xingu Vivo para Sempre e suas lideranças, receberam apoio do Bispo da Prelazia do Xingu, D. Erwin Krautler, que sempre se opôs às hidrelétricas na Amazônia, que lhes disponibilizou abrigo em um prédio prelatício, no centro da cidade de Altamira.

O empreendedor da usina, a exemplo do partido, também utilizou essa lógica de “dividir para reinar”, separando os grupos de atingidos por setores, bairros, por marcadores étnicos, profissões, criando pautas diferenciadas e negociações separadas, evitando assim o surgimento de um coletivo robusto, evitando debater e negociar honestamente com um grande coletivo acerca dos prejuízos socioambientais e das propostas de reparação da UHE Belo Monte.

Atualmente a UHEBM está em funcionamento, o município de Altamira é destaque nacional pelos índices altíssimos de violência, o caos social é a herança deixada pelo novo desenvolvimentismo petista. Sob os escombros da resistência sob ataque, surge uma disposição em reagir, recomeçar. Ao final das entrevistas com diferentes sujeitos da pesquisa, recolhi fragmentos de perspectivas que citarei nas conclusões, que entende-se como indicativos desse recomeço das lutas, por uma outra concepção de desenvolvimento, de Estado e de sociedade. Em uma época de cega acomodação em torno do *status quo* é necessário e urgente que se volte para a primazia (provisória) da resistência, de modo à refortalecer o potencial de auto-reflexão crítica, e, por conseguinte, de contestação do sujeito frente à sua adaptação à ordem social vigente. No espírito adorniano, devemos perder tempo pondo areia na engrenagem.

Ao ouvir a afirmativa de uma liderança expropriada de que “Belo Monte não é fato consumado!” temos que nos converter às causas perdidas.

As grandes causas, como nos lembra Zizek (2011), são causas perdidas, que nos inspiram a lutar! A citação de Mascaró, trazido pelo autor, é bastante sugestiva: “Em tempos dinâmicos que chegam até a plena manipulação tecnológica da natureza, onde a única grande estabilidade é a própria exploração capitalista, contra a qual já se luta e já se perde há tempos, trata-se de mostrar que é possível fazer a defesa das causas perdidas, para agora perder melhor ou, quiçá, plenamente ganhar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que o capitalismo foi sempre assim. Mas não do mesmo jeito. A indiferença do antigo capitalismo ligado à classe era cruamente material; a indiferença que se irradia do capitalismo flexível é mais pessoal, porque o próprio sistema é menos cruamente esboçado, menos legível na forma. (SENNETT, 2009, p.175)

Os resultados obtidos na pesquisa e a discussão acerca do que eles indicam não poderiam ser resumidos em sentenças cabais, sem que se fizesse um esforço significativo de mediações. A grande mobilização de recursos para viabilizar o empreendimento produziu uma profunda fragmentação nos movimentos da classe trabalhadora nos territórios afetados por Belo Monte. Fragmentação que não se esgotou na divisão de grupos contrários versus favoráveis ao empreendimento. Uma fragmentação que se entranhou na subjetividade das pessoas por força da sequência de notícias ruins que não cessa de ser atualizada. Mal se consegue montar um entendimento e já existem novos fatos, ataques, denúncias, mudanças nas leis, nos governos, nos corruptos e corruptores. A plasticidade, a flexibilidade do capital, atinge duramente as visões de mundo, as paisagens do rio, as ruas da cidade. Tudo rapidamente, inexoravelmente.

Tal fragmentação no contexto das lutas de classe, duramente constituídas, não se dá apenas no afastamento de dirigentes e na criação de novos movimentos sociais e organizações de base popular. O aspecto mais grave é a exposição à corrosão dos princípios fundamentais, que consolidaram os movimentos sociais na Transamazônica e Xingu, no país, quiçá no mundo. A venalidade e o malabarismo frenético que se verificou nas mudanças de posicionamento políticos, éticos, dos movimentos ligados ao PT frente ao empreendimento, refletem um processo de banalização das lutas das bases, de pragmatismos contraditórios que são praticados em obediência a uma agenda do partido, que não representa mais as suas próprias bases. É preocupante perceber a profusão de ativismos estéreis, de manipulação grosseira dos anseios da população, de corrupção praticada com naturalidade, sob a denominação de políticas públicas ou de condicionantes do empreendimento.

Pode-se ver o abandono dos ideais de ética na política, que já eram sentidos desde a década de 1990, juntamente com a abdicação do horizonte socialista, ainda mais quando as denúncias de corrupção e conchavos com empresários e parcerias sujas com os setores

conservadores mais implacáveis, se faz notória. Sobraram apenas as participações especiais dos petistas em lutas pontuais, pulverizadas, praticadas em função de objetivos imediatistas, seja por indenização ou reassentamento, que não poderiam ser tratadas como fins em si, mas apenas como momentos de uma luta maior, pela emancipação da classe trabalhadora. Ou em suas manifestações oportunistas, para brincar de apagar o incêndio dos direitos que foi aceso pelas reformas dos governos de Lula e Dilma. Contudo, tais palanques de pernas bambas, servem para manter uma imagem de ativismo dos militantes ex-governistas, que tentam posar como se ainda pudessem se identificar com os anseios do povo.

Na verdade, eles cumprem uma agenda de ex-governistas, vítimas do golpe de seus ex-aliados de direita, que buscam a manutenção de uma fachada militante de base, mas que são como insipientes peças teatrais, pois tentam compor cenas com figurantes estranhos, trazidos dos espaços de conflitos, que em última análise foram conflitos e injustiças criados e alimentados pelo governo petista, no que se refere à UHEBM. Os palcos preferenciais são as reuniões do PDRSX e as mídias, pois nas publicações em redes sociais as lideranças ex-governistas seguem, na ficção por eles gerenciada, ‘militando junto com o povo’. Na realidade não existe nem mesmo uma relação de problemas em comum, visto que ao assumirem *status* de governo, o povo trabalhador, espoliado, desterrado, passou a ser tratado como massa, como uma outra categoria de gente, de um tipo diferente dos novos protagonistas.

O afastamento dos referenciais teóricos, o anti-intelectualismo praticado nas bases dos movimentos alinhados, o imediatismo superficial de lutar a cada dia por um pedaço de pão, sem refletir nas condições necessárias para que todos tenham o alimento de que necessitam todos os dias, são questões que emergiram nas observações e entrevistas. Há que se recomeçar. Voltar às fontes, aos fundamentos. O marxismo enquanto referencial fundamental das lutas é tratado como uma velharia exótica e sem valor pela maioria. Quando muito serve para alguma citação superficial em um rompante de exibicionismo de algum militante diletante. Mas é fonte indispensável para pensar, jogar areia nas engrenagens, reagir buscando dignidade aos trabalhadores.

Acho que nós vamos pegar a mulherada e vamos lá pra Câmara (de Vereadores). Estamos reunindo nos bairros novos com os antigos vizinhos reassentados nos bairros novos. A ideia que falei para eles, eu falei pra xxx, que anda muito doente, xxx eles tentaram nos separar, mas nós vamos mostrar que arrogância e prepotência, que não vai funcionar,

porque nós vamos tentar nos articular, enfim fazer algo. E vamos reunir todos os moradores do (Bairro destruído) Açaizal, este ano ainda. Vamos tirar um dia para a gente conversar, fazer um almoço comunitário, enfim, como dizem eles ‘dispairecer’. (Trecho de entrevista com liderança de movimento social, Altamira, julho/2015).

Novas lutas já se avizinham, uma vez que um novo megaempreendimento está se instalando, dessa vez para exploração do minério de ouro. A população está apreensiva a partir do medo provocado pela perspectiva de ocorrerem próximos ao leito do Rio Xingu, desastres semelhantes aos de Mariana (MG), potencializados pela ação da mineradora Belo Sun (figura 28). O empreendimento chegou de forma abrupta, na sequência das obras da usina, surpreendendo os moradores daquela área, que sequer tem a noção precisa do alcance das mudanças causadas pela hidrelétrica.

Figura 27 - Placa da Mineradora canadense na Volta Grande do Xingu



Fonte: <http://www.ver-o-fato.com.br/2016/06/canadense-belo-sun-ameaca-o-rio-xingu.html>

Segundo as matérias que noticiaram o empreendimento, com um investimento de US\$ 1,076 bilhão, e uma estimativa de produção de 4,6 toneladas de ouro por ano, a empresa Belo Sun, recebeu no dia 2 de fevereiro deste ano, a Licença de Instalação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado do Pará. Denunciado como o mais novo crime socioambiental em curso na região do Xingu, é alvo de ações na justiça, que pedem melhores análises sobre os impactos ambientais e sociais na região, cuja população sofre com a influência da construção da UHE de Belo Monte, “O maior projeto de mineração de

ouro do país”, foi como as reportagens de grandes emissoras chamaram o ambicioso plano da empresa canadense Belo Sun Mineração de instalar um projeto de extração na região de Volta Grande do Xingu, no Pará. Um detalhe importante é o fato do Xingu ser um rio nacional e a emissão da licença ter sido negociada no âmbito estadual.

Na região afetada as comunidades fazem conjecturas de associação entre os dois empreendimentos, o hidrelétrico e o minerador. Aquilo que os moradores depreendem empiricamente, fora objeto de análises de Pinto (2005), que esclarece os fundamentos da construção da UHE Tucuruí às exigências dos investidores japoneses interessados na produção de alumínio na Amazônia, durante o período da ditadura militar. Desde então a oferta de energia abundante, estável e barata para as fábricas eletrointensivas, estão associadas aos projetos de desenvolvimento liberais e neoliberais. De acordo com Bermann (2004), “O Brasil está se tornando uma espécie de exportador de recursos naturais e recebendo muito pouco por isso”. Ora, a Amazônia é concebida como fornecedora de recursos naturais para exportação, ininterruptamente, desde a colonização portuguesa! Na análise de José Alves (2015),

Esses fatos, associando vários tipos de apropriação do território, via monopolização política, jurídica e econômica do Estado, evidenciam que a apropriação territorial do espaço se dá exclusivamente com fins de mercantilização, embora se construa uma retórica que fale de patrimônio nacional ou regional, recurso natural sob o controle da Nação, via Estado. Em suma, *em cada momento histórico o Estado atua na mediação dos pactos de dominação de classe, para a apropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores que é apropriada, dentro dos marcos regulatórios e jurídicos, em benefício daqueles setores ou classes que controlam e/ou exercem maior poder sobre a instituição Estado*. Como falamos de um Estado burguês, esses pactos de dominação são condições necessárias para a manutenção das condições de reprodução ampliada do capital e para a perpetuação do *status quo*. (ALVES, 2015, p. 121. Grifos da autora)

Sem o despertar de uma corresponsabilidade pela vida, por responsabilidades conjuntas, por compromissos comunitários, não se acende a esperança e a resistência. No fundo, a corrosão do caráter dos movimentos sociais classistas passa pela doutrina individualista, de passar a ser indiferente ao sofrimento do outro, de buscar o acordo individual mais vantajoso, da perda de noção da vizinhança, da comunidade. As comunidades virtuais não substituem as vivências, as conversas, as celebrações, embora sejam capazes de comunicar e informar de forma eficiente. Nesse sentido, se percebe um retorno a uma organicidade, pois sem comunidades orgânicas, o caráter solidário se

evanesce. Atualmente com as notícias da mineração aurífera nos rastros da UHEBM, se percebe uma mobilização local e do poder judiciário, tamanho é o abuso do poder econômico e político do grande capital nacional e estrangeiro, que obtém do Estado todas as benesses requeridas.

Também emergem alarmes pela percepção da pressão fundiária resultante da migração patrocinada pela UHEBM, que ameaça as terras indígenas e as áreas de proteção ambiental, muitas delas criadas como condicionantes para a execução dos megaprojetos do capital. Não faltam fenômenos de ameaça à vida, contudo avivar as comunidades, restituir a solidariedade, compreender que não se substitui o ambiente do bairro periférico em um aglomerado de casas idênticas, é um longo processo de reconstrução do caráter solidário entre comunitários, trabalhadores, pescadores.

A dispersão, provocado pela oferta de indenizações e compensações materiais foi confrontado com perdas imateriais, que foram invisibilizados e ridicularizadas pelo empreendedor. A perda do sentimento de pertencimento a um bairro, uma comunidade de vizinhos, um lugar que fora sendo transformado de baixada em bairro, esse vazio do pescador que perdeu seu tapiri na ilha e o rio, ganhando em troca uma casa padronizada na periferia da cidade, nada disso recebe compensação.

Quando chegaram lá na ilha, o chefe da equipe mandou a gente pegar um tracajá (quelônio muito apreciado como comida), porque a gente conhecia o rio. Ficaram só com o papai, que não sabe ler, não sabe nada. A gente foi pegar o tracajá. Mas a gente não pegou nenhum, não vou mentir. Quando ele foi sair, nós chamemo: “Vem cá. Cadê a carta de crédito pra nós, que somo filho do local?” Com a carta de crédito nós comprava um lote pra morar. E eles: “Quando o dinheiro cair na conta, a carta de crédito de vocês vem junto”. Então tá bom. Nós não conhece essas coisa, nós não somo dessas coisa, nós somo morador. Você bem sabe que morador da colônia não é entendido em certas coisa. Ainda mais em negócio de leitura. Aí o papai ficou lá na ilha e nós viemo no escritório da Norte Energia. A mulher puxou uma folha branca pra nós. E disse: “Assina aqui ou então o dinheiro não cai na conta do pai de vocês”. Eu digo: “Pode ser o nome do papai ou o meu? Porque se for o nome do papai, eu não sei”. Que a gente tem isso. O nome do papai eu não sei, eu sei só o meu nome mesmo. É a única coisa que eu sei, da minha cabeça mesmo. Comecei a assinar, ainda erreí duas vez, ela mudou as folha. Falou: “Vai devagar”. Assinei. Digo: “Tá bom?”. Aí fui embora. Mas aquele papel era só pra 12 mil pro papai, não tinha mais nada. Eles podiam puxar um papel de leitura, podiam puxar um papel escrito na minha frente. Mas leitura eu não sei ler. Faz que nem um burro. Um burro vai, tem uma placa na frente, ele chega e passa por baixo. Porque morador da colônia, morador da ilha, morador da zona rural não sabe. (BRUM, 16/02/2015)

As denúncias veiculadas na reportagem acima citada, foram confirmadas no mês de junho de 2015, por uma missão conjunta do Ministério Público Federal (MPF) e da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH), que elaboraram relatórios e encaminharam à empresa Norte Energia, com várias recomendações acerca das violações verificadas *in loco*.

A desterroação subjetiva provocou adoecimentos e mortes, jamais assumidos como decorrência do empreendimento, embora reconhecidos até mesmo por autoridades constituídas do poder judiciário.

Quando um pescador como o Sr. Dedé, questionado sobre como se sentia diante de tudo isso, responde: “Eu me sinto como se tivesse voltado o ano de 1888” o que ele quer dizer? Ele quer dizer que se sente violado no âmago de sua dignidade humana. Assim como um escravo era vendido e levado de lá pra cá como uma coisa ou um animal, também ele se sentia desta forma. “Esse tempo (1888, escravidão) 'aturou' até hoje” diz ele. A simplicidade do olhar destas pessoas, a forma como se percebia que depositavam suas últimas esperanças no trabalho destas equipes de inspeção “do governo”, o desespero daqueles que choravam ao dar seus depoimentos, denotam que é flagrante a hipossuficiência desses sujeitos frente a essa parceria público-privada, que ao mesmo tempo é uma empresa e tem a mão pesada do estado. (CNDH, 2015, p. 289).

No depoimento de uma das pessoas entrevistadas durante a pesquisa de campo, ficou evidente a situação de sofrimentos e adoecimentos. O problema cardiovascular sofrido durante a execução da obra, é por ela atribuído aos embates e aos maltratos sofridos no processo de remoção domiciliar e nas lutas para embargar a obra.

Eu fui várias vezes lá no Planalto, você se lembra que os artistas fizeram aquela campanha chamada Gota d’água, que fizeram, em uma semana eles conseguiram mais de 1 milhão de assinaturas, coisa inédita né, contra Belo Monte, pela internet, claro. Daí eles me convidaram para ir junto pra levar o abaixo assinado lá, aí estava o ministro do Meio Ambiente que era a Isabela, estava o ministro Gilberto Carvalho, que era um cavalo, que saiu né, que saiu da Secretaria Geral da Presidência, estava o tal de Lobão ministro de minas e energia, estava alguém do IBAMA, e eu mais três pessoas, o Sergio Marone, que representava os artistas, a jornalista e outros membros que faziam parte, menina o discurso desse cara! A Isabela disse logo assim, a ministra do meio ambiente: “olha nós não temos que falar nada de negativo, nada de negativo, porque o governo não pode ter nada de negativo de Belo Monte”, aí eu falei, assim, “olha tem muita coisa sim de negativo, por exemplo, o bispo do Xingu dom Erwin, está sendo ameaçado por conta de Belo Monte”, sabe o que o Gilberto Carvalho falou “ah, mas isso é coisa antiga, isso não é coisa de agora”. Me deu todos os motivos para eu ficar emotiva, me deu um abalo, me dá até raiva, *acho que por tudo isso tive esse aneurisma no coração*,

né, porque aí junta tudo, a relação da morte das mulheres, das crianças, tudo isso, eu não dormia, muita luta [...].(Trecho de entrevista com liderança expropriada de bairro urbano, Altamira, março/ 2016).

Há pesquisas em curso investigando os danos imateriais, o adoecimento mental e outros distúrbios desenvolvidos pela população atingida pela UHEBM. Durante a missão do MPF e do CNDH, em 2015, a equipe multidisciplinar que visitou os desterreados ribeirinhos e pescadores, pôde verificar tais situações:

O antropólogo do MPF, citou falas dos pescadores para traduzir conceitos e temos mais técnicos 'Todo dia eu acordo e olho para o rio, já sentindo a falta dele'. 'A minha vida é o rio'. 'Pode até ser pouco, a gente é fraco, mas aquele pouquinho que a gente tem, a gente tem amor'. Destacou que essas frases revelam a *intangibilidade de bens culturais*. Quando fala que o rio é sua vida, o pescador fala *de prática e saberes adquiridos em toda uma existência repassados de geração a geração em um ciclo que agora é interrompido*. Quando diz “a roça do pescador é o rio” o pescador revela que *uma carta de preços que avalia quantidade de plantas de cacau, açaí, etc, não é adequada à mensuração de valores aos quais ele tem direito, porque ele tira seu sustento do rio e não de plantações*. Além dos valores patrimoniais ou de termos como “lucro cessante” *há valores imateriais que estão sendo ceifados destas pessoas e que não estão sendo considerados pela empresa, quando ela tem obrigação de recompor os “modos de vida”* (CNDH, 2015, p. 289).

Os cenários das demolições das casas, na cidade de Altamira (figura 29), assim como das ilhas anteriormente habitadas, lembravam cenários de guerras, que causavam mal-estar até mesmo nos moradores de outros bairros da cidade, que viam antigas referências territoriais desaparecendo de forma rápida e definitiva. Para os empreendedores era uma “limpeza” a demolição que faziam no espaço urbano e ribeirinho, pois as moradias humildes eram associadas à sujeira, que a ausência de políticas públicas de saneamento nos bairros baixios deixara acumular. As peças publicitárias autoelogiosas demonstravam uma total falta de consideração com a história regional, com a cultura local e com os danos subjetivos, causados pelas obras.

Figura 28 - Demolição das casas do Bairro Invasão dos Padres Altamira



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

A possibilidade de haver reparações por danos psicológicos ou morais, sequer é considerada pelos empreendedores, que discursam despejando valores que teriam sido gastos com reparações por danos materiais. Em que pese tal indiferença da parte do empreendedor, os técnicos do MPF reconhecem tal situação após entrevistarem as famílias ribeirinhas:

A violência e a humilhação que essas pessoas foram submetidas faz pensar na necessidade de, além da recomposição de modos de vida e de patrimônios materiais e imateriais, haver também reparação por danos morais sofridos. No caso da dona Raimunda, por exemplo, em quem o forte desequilíbrio emocional provocado por esse processo causou um derrame no marido, não há indenização patrimonial que dê conta do que ela sofreu e ela não pode mais viver do modo que vivia, pois seu marido tornou-se totalmente dependente dela. (CNDH, 2015, p. 124)

Durante as entrevistas da pesquisa junto a moradores da Vila de Santo Antônio que foi totalmente desativada, no município de Vitória do Xingu, a dor pela desagregação da comunidade é manifestada por uma moradora:

Muitos já foram embora. Tem gente no (km) 170 para cá, no 80, no Brasil Novo, no 23. E muitos e muitos que nem lote não tem né, compraram uma casinha, outros pegaram um dinheirinho e gastaram um pouco né, estão em beira de rio aí pra baixo. Que aqui eles moravam na beira do

rio, mas eram felizes, estavam com a família. (...) E os pescadores também estão tudo aí, sem fazer nada, de cara para cima. O meu filho foi para o centro se empregar, porque, como é que ele ia viver? Ele era pescador junto com o marido dela (mostra alguém). Nós não temos mais nem o que fazer, o tanto que já lutamos, eles não estão nem aí, nem parece que tem gente falando. (Trecho de entrevista com moradora desterrada da Vila Santo Antônio, Altamira, junho/2015).

A dispersão geográfica, imposta pelos empreendedores, foi denunciada aos defensores da DPU, quando finalmente o órgão foi instalado em Altamira. Aos desterrados, foi dado tardiamente o direito de serem assistidos juridicamente. As ocorrências denunciadas com maior frequência, segundo um dos defensores, foram:

i) dificuldade de acesso ao cadastro socioeconômico e *impossibilidade de alterá-lo, mesmo quando se demonstrava à empresa o erro cometido*, que consistia, na maior parte dos casos, no não cadastramento de algum morador que estava ausente no momento da entrevista; ii) não participação da população afetada na confecção do *caderno de preços, documento unilateralmente elaborado* e apenas posteriormente divulgado pela Norte Energia; iii) *não revisão/atualização do valor das benfeitorias contido no caderno de preços, cristalizado em 2012, sendo que as indenizações só começaram a ser pagas em 2014*; iv) *valor irrisório atribuído pela empresa à terra nua, em total descompasso com o reajuste exorbitante no preço dos terrenos*, ocasionado, sobretudo, pela chegada do empreendimento à cidade; v) ausência de informações sobre o início/término do cadastro, o real alcance e significado do “congelamento dos imóveis” e as formas de atendimento previstas no PBA para as famílias; vi) *inflexibilidade e intimidação*, por parte da Diagonal (empresa contratada pela Norte Energia), *na condução das negociações com a população*, que se sentia pressionada a aceitar a opção de atendimento imposta, ante a ameaça de ser removida judicialmente “sem direito a nada”. (NÓBREGA, 2015, p.104).

Muitos casos se encaminharam para uma reparação mais digna, embora dificilmente tenha proporcionado a melhoria nas condições de vida, como a lei previa. Entre o prescrito e o realizado, muita dor e sofrimento foram impostos aos moradores, como reconhece um dos defensores públicos que trabalhou junto aos desassistidos.

Os moradores que demoraram a aceitar os acordos com o empreendedor, ficaram ao lado dos escombros de demolições (Figuras 29 e 30), próximos a poças de lama provocadas pelo trabalho das máquinas que fizeram as derrubadas das casas vizinhas.

Restam ainda na cidade escombros, lama, esgoto a céu aberto, moradores deixados no limite do território demolido, sem a vizinhança anterior e sem nenhuma assistência pela situação a que foram expostos.

Figura 29 - Detalhe da placa da Norte Energia proibindo acesso às casas - Altamira



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Na avaliação do defensor público, as violações de direito ocorreram desde a fase de cadastramento, passando pela negação da liberdade de escolha e da obrigação do empreendedor em oferecer condições iguais ou melhores que a situação vivenciada anteriormente.

Em tese, a população deveria ter tido acesso livre ao cadastro socioeconômico e ao caderno de preços, e estaria garantido o direito de interferir em ambos ainda *durante* o processo de elaboração. Quanto ao atendimento pelo empreendedor, a licença de instalação previu de forma cristalina que “deverá ser garantida plena liberdade de escolha da população quanto aos diversos tipos de tratamento indenizatórios previstos no PBA [Projeto Básico Ambiental], observadas as modalidades disponíveis para cada público”. O PBA cuidou de separar os públicos – população urbana e população rural –, trazendo opções específicas para cada um no tocante às formas de indenização, todas cunhadas no chamado *princípio da reposição*, isto é, *deverá se proporcionar à família atingida situação melhor ou igual à anteriormente vivenciada, jamais inferior*. No entanto, nenhum desses direitos foi respeitado a contento, acumulando-se queixas de todas as ordens. (NÓBREGA, 2015, p. 103. Grifos da autora)

Entende-se que enquanto houver contradições e injustiças haverá aí o germe da revolução, haverá o ímpeto de denunciar as causas reais, profundas, históricas e estruturais das mazelas sociais e políticas. Não apenas suas consequências. A exposição de peças contraditórias, que mesclam o autoritarismo da apropriação do território, pelo uso da declaração de utilidade pública (DUP), ao lado da propaganda ufanista da obra (figura 31),

tendo ao fundo as cenas urbanas de caos que duraram vários anos, evidenciaram irregularidades e abusos de poder contra a população.

Figura 30 - Placas proibitivas e propagandísticas lado a lado em Altamira



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

A partir das falas finais dos sujeitos entrevistados, traz-se uma constelação de esperanças, suspiros, que sobreviveram aos ataques do capital, de onde sempre se aguarda o próximo golpe e das deslealdades de antigos aliados nas lutas.

Eu passei uma fase, que hoje eu acredito unicamente que ainda estou caminhando, e vou continuar até o final da luta que eu acredito, é no movimento popular organizado e consciente, que é um negócio difícil e dá trabalho. Aí estamos com um trabalho na região, nos bairros, ouvindo o clamor do povo nesses bairros novos. (Trecho de entrevista com expropriada de bairro urbano, Altamira, março/ 2016).

A partir da resiliência das pessoas, sejam lideranças ou simples habitantes sem militância anterior em movimentos sociais, se procura reagir diante da marcha destrutiva do capital, a partir dos movimentos que resistiram ao canto da sereia na versão petista, buscando esclarecer as comunidades acerca da abrangência dos riscos e das possibilidades de superação desse modelo de desenvolvimento e sociedade tão nocivo à vida, que é o sistema do capital.

Além das organizações civis há outros novos organismos se estruturando. A Rede Eclesial Panamazônica – REPAM é uma espécie de “força-tarefa” da Igreja católica nos países panamazônicos, que recupera as reflexões acerca de desenvolvimento e socioambientalismo, inspirados pela firme decisão do Papa Francisco em discutir o futuro da humanidade e do planeta Terra.

Seminários sobre a *Laudato Si* que estão acontecendo em diversas dioceses e prelazias da Amazônia Legal e refletem sobre os sujeitos prioritários da Repam-Brasil, sobre as prioridades da Rede e os eixos de atuação, como a defesa da vida, dos territórios e dos direitos humanos dos povos tradicionais: Indígenas, das florestas, das águas, quilombolas, camponeses, mulheres, no contexto rural e urbano. Discutiu-se o acompanhamento dos movimentos sociais urbanos, rurais e às suas causas. *A necessidade do enfrentamento ao modelo de exploração predatório e os seus megaprojetos, fazendo denúncias, fortalecendo resistências e contribuindo com geração de alternativas, à luz da Ecologia Integral.* Dedicou-se atenção à circulação nas fronteiras, migrações forçadas, enfrentamento ao tráfico humano e à exploração sexual. Ressaltou apoio a “sistemas produtivos”, que geram renda para os povos originários na floresta e nas cidades, à Luz da Ecologia Integral e o *cuidado e defesa das águas, dos mananciais e nascentes, como bem comum de acesso universal.* (REPAM BRASIL, 2016. Grifos da autora).

As perspectivas atuais, em que pese o terrível avanço do capital, ameaçando de forma mais grave a vida, agora com a exploração de ouro às margens do Rio Xingu, atividade insalubre, viabilizada pelas obras da UHEBM, aponta para a inspiração vinda novamente da Igreja católica, dessa vez emanada da figura do Papa Francisco. Latino-americano, o líder religioso tem conclamado as pessoas a lutarem por um mundo justo.

Na encíclica *Laudato sí*, que está sendo estudada nas comunidades amazônicas, as comunidades eclesiais de base estão encontrando alento, forças para lutar, para sonhar novamente com um mundo diferente, livre do espectro dos desastres anunciados pela degradação da natureza e da humanidade.

No âmbito dos movimentos sociais locais, há um despertar para a necessidade de oferecer formação aos líderes de comunidades, reavivar as bases, formar adequadamente a juventude, apesar das limitações da formação.

Belo Monte foi empurrado goela abaixo pelos governos petistas, aliançados aos peemedebistas, tucanos, fazendeiros, madeireiros e mineradoras, representantes do capital. Mas não foi engolido por todos os grupos atingidos. Há quem tenha resistido sem sucumbir.

O reconhecimento da fragilidade na formação das lideranças nas bases é um diagnóstico interessante, pois a busca pelo melhor entendimento da dinâmica territorial, que se desenvolve sob os mecanismos acirrados de controle e mercantilização da natureza, voltada única e exclusivamente para atender às necessidades de valorização do capital, perpassa a compreensão de eventos ocorridos na escala local, regional e planetária. A formação básica nas comunidades, tal como a formação multidisciplinar de lideranças e agentes comunitários, passa a ser foco de atenção das entidades de classe e de base popular.

A análise do desmonte nas organizações de base, provocado pela imposição da UHEBM por meio dos governos petistas, mostra a corrosão do caráter classista de um grande coletivo, a rejeição e negação das concepções de projetos de desenvolvimento diferenciados por muitos de seus protagonistas, a sujeição de muitos coletivos de luta popular aos interesses do capital.

A dureza dos fatos evidenciados a partir da construção da usina no Rio Xingu, traz consigo o potencial de uma autocrítica e amadurecimento para os sujeitos militantes, envolvidos nas lutas que envolvem a sustentabilidade nos processos de desenvolvimento na Amazônia. A partir da realidade amplamente noticiada, fatos envolvendo corrupção, criminalização das lutas, retirada de direitos, etnocídios, entre outras faces da barbárie ali expostas, surge um amplo campo de lutas e da necessária reflexão acerca de onde afinal se pretende chegar com as lutas populares. A usina de Belo Monte evidenciou que não existe margem para um “capitalismo humanizado” nos grandes projetos de desenvolvimento do capital. Não bastou ter no poder central um partido que carregava o nome de uma classe, mas que serviu à outra, sua antagonista. É necessário construir, a partir do que já se aprendeu, novos movimentos, que não se rendam ao dinheiro fácil, que mantenham os horizontes da construção de um mundo melhor.

Se impõe a necessidade de refletir acerca das desterritorializações ocorridas internamente aos movimentos classistas, de enfrentar a tragédia da derrocada ética do PT e da implosão provocada nos movimentos sociais alinhados. Os debates, estudos, vivências comunitárias, são movimentos que sinalizam para a possibilidade de avanço na consciência de classe, na solidariedade e quiçá, no ressurgimento de um conjunto de movimentos, mais sério e comprometido com uma realidade social justa. A partir das premissas apresentadas por Thomaz Jr. (2016), acerca da categoria desterrreação como um designativo para a desterritorialização do trabalho, no limite, evidencia-se que

Apesar da suposta modernidade atual apregoada nos discursos hegemônicos, as principais características desta época são as diferentes formas degradantes das condições de trabalho, seguidas pelo processo constante de desterração, e suas repercussões para os desenraizamentos culturais, despertamentos e na saúde física e mental dos trabalhadores. (THOMAZ JR. 2016, p.5)

Acrescentamos a essa análise, a visão de que o desmonte da resistência classista, tal como operacionalizado no Médio Xingu, apresentou novos campos de propagação dos despertamentos e desenraizamentos, tão característicos da desterração do trabalho, no limite. Ao cooptar as organizações de base e desvirtuar suas características classistas, transformando-as em pseudo-agências de políticas públicas, os agentes petistas até então no comando do Estado, desconstruíram parte das bases que lhes deram origem e sustentação, na Amazônia. Outra parte das bases foi desterrada, juntamente com milhares de moradores ribeirinhos ou trabalhadores urbanos, pela desterritorialização no sentido clássico, com o capital tomando-lhes o território de vida e trabalho, para transforma-lo em território exclusivo do capital. A ação do estado capitalista, incidiu de forma tão inexorável, que para alguns desterrados pelo empreendimento, não existe mais território que não se converta em propriedade do Estado capitalista, conforme “pois com a Declaração de Utilidade Publica eles tomam a terra de qualquer maneira”, na fala de uma moradora removida.

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a despeito da polêmica global erigida e das disputas de modelos de desenvolvimento criadas em torno da obra, foi apresentada pelo governo federal, durante os mandatos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, como uma obra prioritária para o desenvolvimento do país. Não obstante, as evidências demonstraram que o maior interessado no empreendimento é o grande capital, representado pelas grandes empreiteiras, capital dos fundos de pensão e o empresariado do setor de comércio de produtos e serviços.

Ao invés da constituição de um efetivo debate público, que envolvesse as populações atingidas e atuasse na possibilidade de buscar alternativas menos desastrosas, ou ainda, na diminuição dos impactos da obra, o que se pôde testemunhar foi um processo contrário. Foi acionada a superestrutura estatal, para blindar a construção da obra, incluindo nesse pacote, a violação de direitos constitucionais dos povos indígenas, a modificação das leis ambientais, o uso da força policial e do aparato jurídico em última instância. Caracterizaram as ações do Estado aliado ao empreendedor, informações

importantes não divulgadas pela empresa responsável pelo empreendimento, a sistemática criminalização dos movimentos sociais contrários ao empreendimento, os frequentes episódios de conflito/tensão nos canteiros da obra, a criação e o uso de mecanismos de silenciamento e desmobilização do contraditório, via cooptação ou silenciamento intimidatório de movimentos e entidades. Outra dimensão, não menos importante, são os impactos socioambientais que ainda não foram adequadamente dimensionados, considerando o longo percurso do processo de licenciamento. A Amazônia permanece na condição de subalternidade diante da dinâmica de ampliação, reprodução e concentração do capital, sendo constituída ainda, em fronteira de recursos naturais, insumos necessários para o capital industrial e financeiro, como se fosse uma infinita reserva natural, sem habitantes.

Assim, a barragem de Belo Monte traz as marcas da irracionalidade do empreendimento, da falsidade ideológica nos discursos de “energia limpa”, do uso desmedido da força, do abuso do poder econômico, da criminalização dos que resistem, do desenraizamento de povos ribeirinhos, indígenas, moradores de bairros tradicionais, do desfiguramento de organizações classistas.

As lutas seguem, novos e antigos processos judiciais estão tramitando, com o empenho de vários defensores públicos, procuradores da república, que sensibilizados pela realidade vivida pelos desterrados, buscam em novas ações, chamar à razão um sistema que se mostra quase sempre à serviço da insanidade do capitalismo. Assim também na base, muitos atingidos fazem da luta por justiça uma razão para viver, mesmo após terem sido esvaziados de quase tudo.

O Ministério Público Federal, em Altamira, em ação judicial criada no ano de 2015, denunciou a prática de etnocídio, dos responsáveis pelo empreendimento, contra as diversas etnias indígenas na região, por meio das medidas de compensação e mitigação socioambiental, que eram condicionantes para os licenciamentos das obras da Usina. O processo ainda em andamento, aponta as interferências desastrosas nos modos de vida, nos usos das terras e nos traços culturais dos povos indígenas atingidos pelo empreendimento. O simulacro de ações que se diziam pautados no diálogo e esclarecimento das comunidades, revela-se um emaranhado de armadilhas e cooptação de lideranças, que provocaram danos e um agravamento da vulnerabilidade dessas populações. Os danos ficam evidentes nos conflitos e divisões internas em diversas comunidades, no adoecimento por consumo exagerado de alimentos processados, no abandono das práticas

de agricultura de subsistência, no aumento de doenças sexualmente transmissíveis, entre outras situações de degradação.

Para encerrar, volto ao começo, cito parte de depoimento do Bispo Emérito da Prelazia do Xingu⁵⁰, rememorando um fato marcante na história da resistência organizada na região.

Após fracassarem todas as negociações, os canavieiros decidiram no Domingo de Pentecostes, 22 de maio de 1983, bloquear a Estrada Transamazônica. Trabalhar o ano inteiro para só receber promessas de pagamento é duro. Havia famílias que até fome passaram. Alguns meses antes, eu havia visitado comunidade por comunidade e vi a aflição daquela gente. No dia 23, pela manhã, fui avisado por telefone do bloqueio da Transamazônica. Viajei imediatamente até o local. O povo me recebeu batendo palmas. Um serviço de alto-falante já estava instalado no acampamento. Peguei o microfone e expliquei que ali me encontrava para oferecer ao povo sofrido da Transamazônica o meu apoio e minha irrestrita solidariedade, na busca de seus direitos. Foi para mim um dever de consciência. Não discuti a legalidade da iniciativa popular. Todo mundo sabia que era ilegal e “inconstitucional” obstruir uma rodovia federal. Mas, todo mundo sabia também que o verdadeiro crime foi cometido por aqueles que até então não atendiam as mais justas reivindicações e prolongavam por tanto tempo o sofrimento de um povo humilde e trabalhador. No dia 1º de junho chegou a Polícia Militar. Armada até os dentes! Os manifestantes ergueram as mãos, mãos entrelaçadas umas às outras. Um PM gritou: “Abaixem as mãos! ” – Ninguém atendia a ordem. Uma mulher gritou: “Queremos paz! ” Os homens secundaram: “Queremos justiça! ” Foi neste momento que os PM jogaram as primeiras granadas “de efeito moral”. Mas, nenhum dos manifestantes se levantou. Nunca me esqueço de seu Severino, que estava ao meu lado segurando minha mão. Até hoje, quando recorro àquela hora, sinto os calos das mãos dele na minha mão. De repente ele me disse: “Bispo, vamos morrer! ”. Respondi: “Não, Severino! Não vamos morrer não! ”. Eu pensei que iam nos carregar um por um para desobstruir a estrada. Em vez disso veio uma saraivada de bombas de gás lacrimogêneo. Os soldados as arremessaram para o meio do povo: crianças e mulheres gritando, pessoas desmaiando, homens cambaleando de um lado para o outro. Fiquei deitado no meio da estrada, envolvido pela fumaça. Não enxerguei mais nada. Escondi meu rosto no chapéu. O gás estava me sufocando, a pele e os olhos ardendo. Depois de algum tempo a fumaça se dissolveu. Arrastei-me até o tanque com água potável que havia aí por perto, molhei meu lenço e lavei o rosto. Foi quando vi o médico Dr. Hélio desmaiado, já sendo socorrido pelos colonos. Cheguei mais perto querendo ajudar, quando um brutamente de soldado investiu furiosamente contra mim. Agarrou-me na camisa e me atirou violentamente ao chão. Chutou-me nas costas enquanto o povo gritou

⁵⁰ Disponível em: <http://www.prelaziadoxingu.com.br/index.php/prelazia-do-xingu-2/bispo/655-no-coracao-da-amazonia-depoimento-de-dom-erwin-krautler> Acesso em junho de 2017.

desesperadamente: “Larga ele! Larga ele! É nosso bispo! ” Não gritaram “É um bispo”, mas “É *nosso* bispo”. Aquele grito foi para mim como uma segunda ordenação episcopal, porque mostrou todo o carinho do povo para com seu pastor. O soldado me torceu o braço para trás e nesta posição me levantou do solo. Perguntei-lhe, porque estava agindo desta maneira. Respondeu apenas: “Tou cumprindo ordens”. Com o braço torcido para trás, a mão na altura da nuca, fui conduzido uns 100 metros até um ônibus da Transbrasiliana. Olhei para trás e vi o Chico Aguiar, presidente da Associação dos Fornecedores da Cana, se aproximar, de mãos erguidas e empurrado pelo fuzil de um policial. Ficamos presos nós dois, dentro do ônibus. Percebemos logo que naquela hora nos tornávamos “refêns” e que o sentimento do povo estava sendo negociado. O Major falou abertamente para o povo: “Eles não vão ser postos em liberdade tão cedo, se vocês não abrirem a estrada”. Quando, depois de uma hora, o povo abriu a estrada, fomos soltos. Já próximo ao acampamento, diante do povo que novamente estava no meio da estrada, o Major nos atacou verbalmente, chamando-nos de “agitadores” que não merecíamos a confiança e a consideração do povo. Pedi então que nos respeitasse, porque nem o Chico nem eu éramos agitadores. Estava ali por dever de consciência e no cumprimento de minha missão de pastor. E acrescentei: “O que agora aconteceu aqui é uma crueldade sem tamanho, uma enorme covardia contra um povo indefeso e desarmado, sem respeitar nem sequer crianças e mulheres! ” Foi o suficiente para o Major dar-me mais uma vez voz de prisão. Mas o povo gritou novamente o “Larga ele! Larga ele! É nosso bispo”. Diante dos gritos do povo o Major não teve outra alternativa do que pôr-me em liberdade. Voltei para o meio do povo, que chorando me abraçou. (PRELAZIA DO XINGU, 2017)

E como desfecho do episódio, o bispo continua:

Naquele mesmo dia o Jornal Nacional já dava notícia de que um bispo foi preso na Transamazônica e no outro dia os jornais comentavam exaustivamente as ocorrências na BR 230, com uma série de fotos das cenas em que o policial me derrubou, e maltratou e depois me conduziu ao ônibus. O Brasil todo veio a saber o que aconteceu na Transamazônica. Assim não deu mais para fazer vista grossa à situação intolerável das famílias. No dia 7 de junho os canavieiros fizeram fila no Banco do Brasil para finalmente receber o pagamento da safra (idem).

Dar sequência ao processo de visibilização das injustiças socioambientais nos rincões da Amazônia contemporânea, é tarefa assumida, desde então, por muitos pesquisadores, agentes de pastoral, jornalistas, militantes, indígenas, trabalhadores, pescadores. Muitos desses pesquisadores e ativistas, denunciavam em diferentes canais, ações e processos judiciais, que há um avanço do capital nacional e estrangeiro evidenciado no expansionismo territorial do agrohídrominéronegócio, acobertado por propagandas enganosas, promessas de empregos, que quando surgem, em pouco tempo deixam de existir. A partir desses trabalhos, não obstante o uso da máquina público-privada, o avanço do capital está sendo percebido com mais cautela pela população, principalmente diante da

crise que se intensificou do ano 2016 em diante. O golpe parlamentar que retirou a presidente Dilma Rousseff foi um mau presságio, mas talvez tenha poupado o coletivo das bases do partido, de sofrer mais desgastes, visto que a profundidade da crise econômica, o ambiente de corrupção sistêmica, a desindustrialização do país, o incentivo à produção criminosa das commodities, o crescente desemprego, também fazem parte do legado neoliberal, de tucanos e petistas. A tomada do poder por golpistas da extrema direita, absurdamente retrógrados, é consequência direta da irresponsável rendição petista ao modelo neoliberal e aos arranjos feitos na busca pelo poder.

Para o empreendimento UHEBM, a saída de Dilma Rousseff da presidência não significou perdas, visto que o antigo projeto da ditadura militar, de construir usinas hidrelétricas na bacia do Rio Xingu, foi consolidado em seus mandatos. Os desdobramentos futuros e tenebrosos, do ponto de vista sociomambiental, interessam bastante aos capitalistas nacionais e internacionais, que ditam as prioridades dos governos, independentemente de suas cores partidárias. Enquanto houver reservas florestais e minerais, o capital não dará trégua à Amazônia. Certamente sofrerá ainda mais o país, a classe trabalhadora, com as consequências de tal megadesastre socioambiental e político, que engoliu parte de seus atores, pelo processo de implosão nas bases e *impeachment* na cúpula.

Durante a pesquisa, os retrocessos e prejuízos no campo das organizações populares, movimentos sociais e resistência organizada, diretamente atingidos pela “engenharia social” dos governos petistas, ficaram evidentes. Dispersão, vergonha, depressão, descrença nas organizações, foram alguns dos efeitos visíveis nos sujeitos, atingidos e ativistas, que encontramos durante a construção do trabalho. A resistência e resiliência dos pobres foi testada ao limite.

Contudo, para a academia, não basta dar visibilidade ao dado sociológico, pois de acordo com Horkheimer e Adorno (1973), a ciência somente deixa de ser mera duplicação da realidade no pensamento se estiver impregnada de espírito crítico. Para o autor,

O dado só se oferece a uma visão que o considere sob o aspecto de um verdadeiro interesse, seja de uma sociedade livre, de um Estado justo ou do desenvolvimento da humanidade. E quem não compara as coisas humanas com o que elas querem significar, vê-as não só de uma forma superficial, mas definitivamente falsa.(HORKHEIMER; ADORNO, 1973, p. 21)

Ainda há horizontes para sonhos de justiça e equilíbrio socioambientais, visíveis nas lutas pelo cessamento da destruição da natureza, por uma sociedade que pratique e cultive a equidade. A resistência se refaz nas lutas, a adaptação ao sistema não contamina a totalidade dos explorados, atingidos. Compartilhando dessas premissas e da permanência de uma utopia da Amazônia como “terra sem males”, lócus de uma população sem medo, parte de um planeta humanizado, dedico esse trabalho aos que lutam e sonham essa construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSERALD, Henri (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. Elementos para análise do RIMA de Belo Monte à luz das conclusões e recomendações do projeto Avaliação de Equidade Ambiental. In: MAGALHÃES, Sônia M. S. Barbosa; HERNANDEZ, Francisco del Moral (org.). **Painel de Especialistas - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Belém, 29 de outubro de 2009. Disponível em http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf

ALMEIDA, A.W.B. Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. **Tese** (Doutorado em Antropologia Social) – UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1993.

ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil. **Blog da Boitempo**. 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/> Acessado em 04/03/2015).

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 19, p. 71-94, nov. 2002.

ALVES, José Bairral. As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO): degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. 2014. 671 f. Tese (Doutorado em Geografia) UNESP: Presidente Prudente-SP.

ANTONAZ, Diana. Os estudos sócio-antropológicos no EIA da UHE de Belo Monte. In: MAGALHÃES, Sônia M. S. Barbosa; HERNANDEZ, Francisco del Moral (org.). **Painel de Especialistas - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Belém, 29 de outubro de 2009. Disponível em http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf Acesso em set. 2014.

_____. Especialistas e militantes: um estudo a respeito da gênese do pensamento energético no atual governo (2002-2005). **Tenotã – Mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. SEVÁ FILHO, A. O; SWITKES, G. (org.) São Paulo: International Rivers Network, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Do novo sindicalismo ao sindicalismo negocial de Estado**. Rio de Janeiro, *Jornal dos Economistas*, n. 268, novembro de 2011.

ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. **Dilemas do “novo sindicalismo” no Brasil**: ruptura e conservação. Califórnia, *Latin American Perspectives*, n. 5, vol. 41, 2014.

ARAÚJO, Rubens Milagre, PAULA, André Saraiva de e SEVÁ FILHO, A. Osvaldo . A eletricidade gerada em Tucuruí: para onde? Para quê?. In: SEVÁ FILHO, A. Osvaldo. **Tenotã – Mõ**: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

ARAÚJO, R.S. O PDRS Xingu e a política de expansão da UFPA no contexto de instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte: o caso do Campus de Altamira. 2015. 337 fls. Tese. (Doutorado em Educação) UFPA, Belém - PA.

BECKER, Bertha. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, Garamond. 2007 [1ª ed. 2004].

BRASIL. **Atlas de Energia Elétrica do Brasil**. Brasília: ANEEL, 2002.

BRASIL; MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Anuário estatístico de energia elétrica 2016: ano base 2015. Brasília: Empresa de Pesquisa Energética, 2016.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CÉSAR, B. T. **PT**: a contemporaneidade possível – base social e projeto político (1980-1991). Porto Alegre: Ed. Universidade URGs, 2002

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **As Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil**: 7ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente, Brasília, DF, 23 a 26 de novembro de 1982.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. Barragens e Desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões. In: SEVÁ FILHO, A. Osvaldo. **Tenotã – Mõ**: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

FERNANDES, F. **O limite da ingenuidade**. Folha de S. Paulo, Opinião, p.2, 08/08/1994.

_____. **Em Busca do Socialismo**: últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

FOSQUIERA, Atamis Antonio. Da barranca do rio para as periferias dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens frente às políticas do setor elétrico no Brasil. **Tese**. Presidente Prudente, SP: UNESP, 2009.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9ª edição. São Paulo: Edições Loyola. 2011. 391 p.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola. 2009. 166 p.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil**

contemporâneo. Petrópolis. Editora Vozes. 2010.

GOMES E SILVA, Ivana de Oliveira. 2009. 107f. De Awaete a Asurini: histórias do contato (1971-1991). **Dissertação** (Mestrado em Antropologia); Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS); Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (UFPA).

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e Liberalismo enraizado. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

HARVEY, D. **O novo Imperialismo.** 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HÉBETTE, J. Impacto social dos grandes projetos na Amazônia. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** Belém: EDUFPA, p. 149-155, 2004.

IBAMA. Parecer nº. 168/2012 – Análise do 2º Relatório Semestral de Andamento do Projeto Básico Ambiental e das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011 da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Brasília: IBAMA, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios (PNAD)**, 2012. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **Análise do atendimento de condicionantes da Licença de Instalação da Usina de Belo Monte.**

JANNUZZI, Antonio Cesar. **Regulação da qualidade de energia elétrica sob o foco do consumidor.** Dissertação (Mestrado em Sistemas Elétricos de Potência), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

KOHLHEPP, G. “Desafios à Ciência e às Políticas de Desenvolvimento Regional. Reflexões e Recomendações sobre o Futuro da Amazônia”, **Estudos Avançados**, vol. 3, nº 7, 1990. P.183-199.

LACERDA, Paula Mendes. **Movimentos sociais na Amazônia:** articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 8, n. 1, p. 153-168, jan.-abr. 2013

LEVIEN, Michael. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 04.01, p. 21-53, jun. 2014.

LEME ENGENHARIA LTDA. Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Belo Monte – **Estudo de Impacto Ambiental:** Diagnóstico da Área Diretamente Afetada – meio socioeconômico e cultural – ADA Urbana. Brasília: Leme Engenharia Ltda, v. 23, 2009a.

_____. Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Belo Monte – **Estudo de Impacto Ambiental:** Diagnóstico da Área Diretamente Afetada – meio socioeconômico e cultural – ADA Urbana. Brasília: Leme Engenharia Ltda, v. 24, 2009b.

_____. Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Belo Monte – **Estudo de Impacto Ambiental**: Planos, Programas e Projetos e Conclusões. Brasília: Leme Engenharia Ltda, v. 33, Tomo 1, 2009c.

_____. Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Belo Monte – **Estudo de Impacto Ambiental**: Planos, Programas e Projetos e Conclusões. Brasília: Leme Engenharia Ltda, v. 33, Tomo 2, 2009d.

MAGALHÃES, S.; MARIN, R. E. A. e CASTRO, E. Análise de situações e dados sociais, econômicos e culturais. In: MAGALHÃES, S. e HERNANDEZ, F. M. (Orgs.). **Painel de Especialistas**: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém: [s.n.], p. 23 - 35, 2009.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

_____. **O Capital**. Crítica da economia política: livro I. 25 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b. 2v: (966 p.)

MARX, K. , ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora**: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. Revista Outubro, n. 21, 2º sem., 2013.

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

NASCIMENTO, M. G. **Migrações nordestinas para a Amazônia**. REVISTA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E MEIO AMBIENTE--n.12, Vol II, Dez. 1998. Disponível em <http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/12mariadasgracasnascimento_migracoes_nordestinasparaamazonia.pdf>. Acesso em 13/05/2015>.

NORTE ENERGIA S.A. **Notícias**. Belo Monte avança e 2013 representará o pico da obra. Disponível em :<http://norteenergiasa.com.br/site/2012/12/28/belo-monte-avanca-e-2013-representara-o-pico-da-obra/> Acesso em 10 mar. 2013

_____. **Conheça a Norte Energia** [Consórcio de empresas outorgadas para construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte]. Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/norte-energia-s-a/>. Acesso em: 12 mar. 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PAIVA, A.M.T. Das Águas do Rio, as Mulheres em Movimento na Defesa do Xingu: a resistência contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte em Altamira - Oeste do Pará. **Dissertação**. PPGCS, UFPA, 2010.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Caderno Temático de Programa de Governo: O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

PERPETUA, Guilherme Marini. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha:** a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. 2016. 370f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PINHEIRO, Daniele Carvalho. **Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas consequências no tratamento de questões sociais e ambientais:** O Caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, GO. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

PINTO, Lúcio Flávio. Grandezas e misérias da energia e da mineração no Pará. In: SEVÁ FILHO, A. Osvaldo. (org.) **Tenotã – Mõ:** alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU (PDRS Xingu). **Relatório do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu 2011-2014.** Disponível em: <http://pdrsxingu.org.br/upload/18-06-2015-08-49-36-759-AM-RelatorioPDRS-2015.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. **Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2011.** Aprovar Regimento Interno do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, na forma do Anexo Único desta Resolução. Disponível em: https://www.dropbox.com/sh/3klk6y4xxjwxzqw/AABhWB2fDU96I_sMzFZ2rIKGa. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Como funcionam as câmaras técnicas do CGDEX.** Disponível em: <http://pdrsxingu.org.br/camarastecnicas>. Acesso em 12 jun. de 2015.

_____. **Relação de Projetos Aprovados 2011** (documentos). Disponível em: <http://pdrsxingu.org.br/projetos>. Acesso em: 08 jun. 2015.

_____. **Relação de Projetos Aprovados 2012** (documentos). Disponível em: <http://pdrsxingu.org.br/projetos>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. **Relação de Projetos Aprovados 2013** (documentos). Disponível em: <http://pdrsxingu.org.br/projetos>. Acesso em: 08 ago. 2015. 273

_____. **Relação de Projetos Aprovados 2014** (documentos). Disponível em: <http://pdrsxingu.org.br/projetos>. Acesso em: 08 jun. 2015.

_____. **Reunião da Coordenação Geral do PDRS Xingu.** Disponível em: http://www.pdrsxingu.org.br/docs/20170523-CG-Ata-reuni%C3%A3o-da-Corrdena%C3%A7%C3%A3o-Geral_RV.pdf Acesso em 30 jun. 2017.

_____. **Projetos Excluídos CGDEX.** Disponível em: http://www.pdrsxingu.org.br/docs/Projetos%20Excluidos%20CG_Doc.pdf Acesso em: 30 jun. 2017.

REIS, R. A. C. Nós, os outros e os “parentes”: política e povos indígenas no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2015.

SAMPAIO JR, P. A. **Desenvolvimentismo e novo desenvolvimentismo**: tragédia e farsa. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 112, p. 672-688, 2012.

SILVA, Luiz Antonio Medeiros da. **Reestruturação do setor elétrico**: conflito e negociação na bacia do rio Uruguai. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

SILVA, M. I. C. Mulheres migrantes na Transamazônica: construção da ocupação e do fazer política. **Tese**. (Doutorado em Ciências Sociais) IFCH, UFPA, 2008.

SILVA, P. L. Minima Moralia e educação: reflexões sobre a formação humana na educação rural. **Tese**. (Doutorado em Educação e Inclusão) FAE, UFMG, 2006.

SOUZA, A. P. O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso de muitas vozes. **Dissertação** (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento sustentável) Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará, 2006.

SOUZA, M. L. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. *et. al*, **Geografia**: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 77-116.

THOMAZ JUNIOR, A. Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009, 997p. **Tese** (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/htm/f2.html>. Acesso em 03 jun. 2013.

_____. Por uma geografia do trabalho! (Reflexões preliminares). **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, 1, jun. 2010. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/585/631>>. Acesso em: 24 set. 2013.

_____. **Desterreação**: a desterritorialização do Trabalho no limite - Ensaio crítico; primeiras impressões. Presidente Prudente, SP: (mimeografado), 2016.

UMBUZEIRO, A. U. B., UMBUZEIRO, U. M. **Altamira e sua história**. Belém PA, 2012.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). **Vidas alagadas** – Conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008. p. 39-63.

ZARPELON, S. R. A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ongs e o cooperativismo da CUT. **Dissertação** (Mestrado em Ciência

Política) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2003.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. 484 p.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. “Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: as hidrelétricas em Minas Gerais” In. ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens & BARROS, Doralice P. (Org.) **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; LASCHEFSKI, Klemens; SANTOS, Ana Flávia. **O desastre da Samarco e as políticas de afetações**: classificações e ações que produzem o sofrimento social. Belo Horizonte: UFMG, 2016. (Série Mariana Artigos).

ANEXOS



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira

MPF Procuradoria
da República
em Altamira

EXCELENTÍSSIMO(a) Sr (a). JUIZ(a) FEDERAL DA VARA ÚNICA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALTAMIRA-PARÁ

Ref.: Inquérito Civil Público nº 1.23.003.000125/2015-44

Inquérito Civil Público nº 1.23.003.000244/2010-92

Organização das Nações Unidas

"Reconhece o direito à água potável e limpa e ao saneamento como um **direito humano** que é essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos;"¹

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimam que **1,5 milhão de crianças entre 0 e 5 anos** morrem todos os anos em decorrência da diarreia, uma das doenças causadas pela falta de saneamento básico.²

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por seu representante, Procurador da República que ao final subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, vem à presença de Vossa Excelência para, com base no que está descrito no incluso Inquérito Civil Público e no artigo 129, inciso III, art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c art. 6º, VII, 'b' da Lei Complementar nº 75 de 1993 e art. 1º, I da Lei nº 7.347, de 1985, propor a presente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE, SAÚDE E EDUCAÇÃO

COM PEDIDO DE LIMINAR

em face de

¹ Art. 1º da Resolução A/64/292, de 3 de agosto de 2010, da Assembleia Geral da ONU

² http://www.unicef.org/media/files/Final_Diarrhoea_Report_October_2009_final.pdf



União, pessoa jurídica de direito público interno, representada pela Advocacia Geral da União no Estado do Pará, estabelecida na Av. Boulevard Castilhos França, nº 708 - Edifício do Bacen - 4º, 5º e 6º andares – Bairro Comércio - Belém - PA – Cep.: 66.010-020.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, autarquia federal de regime especial, inscrita no CNPJ nº 03.659.166/0014-27, estabelecido na Rua Coronel José Porfírio, s/nº, Bairro São Sebastião, Município de Altamira – PA, Cep.: 68.370-000.

Norte Energia S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.001.180/0002-07, com sede em Brasília/DF, Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, nº 100, Salas 904 e 1004, Centro Empresarial Varig, Asa Norte, Cep.: 70.714-900 e com filial em Altamira/PA, na Rua Boa Esperança, RUC Jatobá, Cep.: 68.371-971.

Município de Altamira, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 05.263.116/0001-37, com sede na Rua Otaviano Santos, 2288 - Sudam I, Altamira - PA, Cep.: 68.371-250.

Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.945.341/0051-50, estabelecida na Rua Nova, S/n, Bairro Vila Vitória Centro, Município de Altamira/PA, Cep.: 68.376-720.

pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos.

1. DO OBJETO DESTA AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Trata-se, na origem, de Inquérito Civil instaurado para investigar o cumprimento do Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte referente ao saneamento básico no Município de Altamira-PA, nas suas diversas áreas interdependentes, conforme art. 3º, I, da Lei 11.445/2007, quais sejam: **a) abastecimento de água potável; b) esgotamento sanitário; c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.**

Diante da complexidade do tema, o MPF instaurou procedimentos específicos para cada componente do saneamento básico, tratando-se, no momento do: **a) abastecimento de água potável e b) esgotamento sanitário de Altamira-PA, objetos desta Ação Civil Pública.**

2. DOS FATOS



Ao acompanhar a implementação do Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte quanto ao saneamento básico em Altamira, o Ministério Público Federal se deparou com uma realidade preocupante para o meio ambiente e saúde das pessoas, bem como constatou diversas irregularidades no cumprimento das condicionantes referente ao tema, conforme será exposto a seguir.

2.1. HISTÓRICO

As provas produzidas no âmbito dos Inquéritos Cíveis em epígrafe comprovam a inércia dos réus diante de fatos e estudos que demonstram a violação de direitos humanos, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde e à educação, ocasionados pela ausência de saneamento básico em conjunto com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A má gestão dos sistemas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, aliada à falta de percepção da importância do saneamento básico dos cidadãos, levou a uma situação caótica na cidade de Altamira, desencadeando um processo desordenado de perfuração de poços para captação de água do lençol freático e abertura de fossas rudimentares para despejar o esgoto produzido, observando-se ainda a disposição de esgoto diretamente nas ruas da cidade.

A Companhia de Saneamento do Estado do Pará – Cosanpa é a atual gestora dos deficientes sistemas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário do Município de Altamira.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas, em estudo que analisou o cumprimento da condicionante do saneamento básico da UHE de Belo Monte (Projeto Indicadores de Belo Monte, Novembro de 2014)³, juntado aos autos do Inquérito Civil Público nº 1.23.003.000125/2015-44, fls. 160/178:

Dada a insatisfação com o serviço prestado pela Cosanpa, houve retrocesso na cobertura do atendimento, com beneficiários optando por poços rasos, perfurados nos quintais das residências, em detrimento da ligação à rede pública. O Ministério Público Federal, em documento de 2009, aponta diversas fragilidades na distribuição de água realizada pela Cosanpa (Procedimento Administrativo 1.23.003.00046/2006-42 - Recomendação Nº 003/2009 MPF/PRM/ATM/GAB1).

(...)

³ Esse estudo faz parte do projeto "Indicadores de Belo Monte", que tem por objetivo monitorar o cumprimento de algumas condicionantes do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte. O monitoramento se dá sob os seguintes temas: educação, saúde, reassentamentos agrários, controle da malária, fiscalização ambiental e **saneamento básico**. E ainda para as seguintes questões indígenas: saúde, educação, proteção das terras indígenas, regularização fundiária e participação social. O projeto é executado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), por meio do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes) e financiado pela Câmara Técnica de Monitoramento das Condicionantes da UHE Belo Monte (CTM) do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX).



Somente 421 dos 24.250 domicílios recenseados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 tinham acesso à rede de esgotamento sanitário, **o que equivale a menos de 2%.** E aproximadamente **12% da população é atendida com água encanada**, conforme relatórios da Cosanpa.

As informações prestadas pela Cosanpa, por si, são preocupantes, demonstrando que menos de 2% dos domicílios altamirenses possuíam, em 2010, esgotamento sanitário, com apenas 12% das residências atendidas por sistema de água potável.

Todavia, a realidade da cidade de Altamira é mais grave do que informado pela Companhia de Saneamento do Estado do Pará.

O Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte revelou que **Altamira**, com mais de 104 anos de fundação, **não possui sistema de esgotamento sanitário operante.**

O PBA, Vol III, Tomo 5. Ponto 5.1.9.2, pág. 134 do documento, juntado aos autos do Inquérito Civil Público nº 1.23.003.000125/2015-44, fls. 179/282, afirma que:

“todo o esgoto gerado em Altamira é coletado por fossas rudimentares individuais, sendo que algumas casas nem possuem fossas.”

Ou seja, **não há sistema operante de esgotamento sanitário em Altamira**, sendo todo o esgoto gerado (pela população, hospitais e pontos comerciais) despejado diretamente no solo (por meio de fossas rudimentares), nas ruas da cidade ou em cursos de água, como no Rio Xingu e Igarapés que margeiam o perímetro urbano altamirense.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas (Projeto Indicadores de Belo Monte, Novembro de 2014):

Na maior parte de Altamira, bem como em Vitória do Xingu e demais localidades, os domicílios se restringem ao uso de fossas sépticas com prevalência de “fossas negras”, aquelas cujas **escavações não contam com revestimentos internos**, o que agrava o **risco de contaminação dos terrenos**. **Alie-se a isso o uso dominante de poços para o abastecimento de água e o que se tem é um cenário de vulnerabilidade para a saúde pública.**

Depreende-se que a falta de saneamento básico gerou um ciclo vicioso consistente em despejar o esgoto no solo, contaminando o lençol freático, mas, ao mesmo tempo, retirar do lençol freático contaminado a água para consumo humano.



Disso resulta um sério comprometimento da qualidade das águas subterrâneas, **bem como da saúde da população, provocando ainda a poluição do meio ambiente.**

Conforme a **NOTA TÉCNICA Nº 8/2015-NUPER**, requisitada pelo Procurador da República signatário e juntada aos autos do Inquérito Civil Público nº 1.23.003.000125/2015-44, fls. 282/284:

A falta de infraestrutura urbana de saneamento em Altamira, por toda a sua existência, trouxe como consequência a disposição de resíduos sólidos em lixões e o despejo de águas residuárias (esgoto) de forma inadequada no solo e nos recursos hídricos entre outros. Esses problemas impactam de forma negativa a saúde e a qualidade de vida da população de uma comunidade.

Com a construção da UHE de Belo Monte, esses problemas deveriam ter sido resolvidos até **25 de julho de 2014**, data marcada pela **condicionante 2.10 da Licença de Instalação nº 795/2011** para a plena operação dos sistemas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário em todo perímetro urbano altamirense.

Entretanto, **o que se verifica é um agravamento dos sérios problemas já detectados, agora provocados diretamente pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**, pondo em severo risco a saúde das pessoas e a qualidade do meio ambiente.

A Fundação Getúlio Vargas já havia alertado sobre o agravamento dos problemas ambientais provocados pela UHE de Belo Monte (Projeto Indicadores de Belo Monte, Novembro de 2014):

Tem-se ainda a perspectiva de piora da qualidade da água – num cenário sem rede



de coleta e tratamento de esgoto –, quando do enchimento do reservatório da UHE Belo Monte. Há receios na sociedade local de que o barramento reduziria a capacidade de autodepuração do rio, permitindo que o esgoto se cumule nas ramificações fluviais. Segundo o EIA, a ocupação humana deve se intensificar nas áreas marginais dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas.

Ressalte-se que nem mesmo o Reassentamento Urbano Coletivo Jatobá, **construído pela própria Norte Energia S/A** para abrigar as pessoas reassentadas por conta da obra, possuía tratamento adequado de **esgoto**, o qual era **despejado diretamente em um dos Igarapés da cidade**.

Essa situação está sendo investigada por meio do Inquérito Civil Público N.º 1.23.003.000361/2015-61, onde consta o Auto de Infração IBAMA N.º 1031 – E, juntado aos autos do Inquérito Civil Público n.º 1.23.003.000125/2015-44, fls. 433/435.

No Auto de Infração lavrado em face da Norte Energia S/A, o IBAMA assevera que:

O Memorando n.º 3423/2014 DILIC/IBAMA, informou **que a Nota Técnica n.º 346/2014 COHID/IBAMA constatou o derramamento de esgoto in natura (sem tratamento), não autorizado pelo IBAMA, diretamente para as águas de um igarapé**, a partir de uma caixa de recepção de esgoto existente próxima à Estação de Tratamento – ETE compacta, instalada dentro de um Reassentamento Urbano Coletivo, em implantação pela Norte Energia na cidade de Altamira.

A Nota supra citada menciona que, **em vistoria no Reassentamento Urbano Coletivo – RUC Jatobá, no dia 05/02/2014, foi flagrado o funcionamento irregular da ETE provisória**. O módulo de tratamento compacto da ETE não estava operando (segundo informações, há três dias), e o esgoto bruto estava sendo acumulado na caixa de recepção de 20.000 litros, que, rachada na parte superior e com a tampa quebrada ou deslocada, vazava esgoto bruto, provavelmente diluído com água pluvial. **O esgoto que vazava era escoado através de um ralo que deságua na encosta de um tributário do Igarapé Ambé**. Foram registradas fotos e gravado vídeo do ilícito.

Foi constatado também indícios de escoamento habitual de esgoto, uma vez que foi observada a formação de musgos, marca de acúmulo de líquido, nas paredes da mureta que delimita a estação de tratamento e a caixa d'água que recebe o esgoto bruto e nos equipamentos, marca de escoamento na parede externa da caixa d'água por onde vazava o esgoto, bem como no barranco próximo ao Igarapé no ponto onde os canos lançavam o esgoto bruto a céu aberto.

(...)

A Norte Energia S.A lançou efluentes em desacordo com o art. 3º da Resolução Conama n.º 430/2011. O Art. 3º estabeleceu que os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados diretamente nos corpos receptores após o devido tratamento e desde que obedeçam às condições, padrões e exigências dispostos nesta Resolução e em outras normas aplicáveis.

Dessa forma, foi lavrado o Auto de Infração n.º 1031-E, no Valor de R\$ 2.500.500,00,



pelo Art. 62, inciso V, do Decreto nº 6.514/2008, por lançar resíduos líquidos em desacordo com as exigências estabelecidas na Resolução Conama nº 430/2011, conforme laudo de constatação (Nota Técnica n.º 346/2014 COHID/IBAMA)

Não bastasse o panorama de total desrespeito do empreendedor pelas normas constitucionais que tutelam o meio ambiente e a saúde das pessoas, observa-se na cidade de Altamira um caos generalizado devido a falta de saneamento básico.

Basta caminhar pelo seu perímetro urbano para constatar a grave situação relatada, não resolvida pelo empreendedor e entes públicos responsáveis pela construção da UHE de Belo Monte.

Por todos os lados se vê sujeira em Altamira. Quando chove, a cidade exala um forte cheiro de lixo e esgoto.

Relatório fotográfico feito em dezembro de 2015 pela equipe de servidores do Ministério Público Federal comprova as afirmações descritas⁴.

Nas fotos, observam-se: **galinhas se alimentando de esgoto doméstico**; **urubus** por toda a cidade; **esgoto hospitalar sendo jogado diretamente na rua da orla da cidade**, principal espaço público de convívio do povo altamirense; **esgoto despejado no rio Xingu**, sem nenhum tratamento; **esgoto escorrendo a céu aberto** por toda a cidade, inclusive na rua do IBAMA.



⁴ Robson C. M. Bentes e Antônio Valberto da Silva Paula.



Embora a situação retratada já seja suficiente para comprovar a calamitosa situação da cidade paraense, o MPF, por meio da investigação cível feita nos Inquéritos Cíveis em epígrafe, passa a demonstrar um **fato ainda mais preocupante que atinge Altamira, de forma silenciosa.**

2.2. DAS GRAVES LACUNAS DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

2.3. DO DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO

Como dito anteriormente, o abastecimento de água da população altamirense é feito quase exclusivamente por meio do lençol freático da cidade, sem nenhum controle sanitário.

Essa realidade peculiar deveria ter levado o empreendedor a estudar, **pormenorizadamente**, o lençol freático que abastece Altamira, fazendo uma análise minuciosa da origem das águas subterrâneas, seu destino, qualidade, volume e interferências provocadas pelo empreendimento UHE de Belo Monte.

Entretanto, após analisar os documentos que compõe o licenciamento ambiental da Usina, conclui-se que **não há estudos pormenorizados a respeito do lençol freático de Altamira,**



revelando uma lacuna grave do processo de licenciamento ambiental.

Embora tenha constatado falhas nos estudos do lençol freático de Altamira, identificando, ainda, poluição desse corpo de água devido à construção da UHE de Belo Monte, o IBAMA, por meio do Parecer Técnico 105/2009, de 16/09/2009, juntado aos autos do Inquérito Civil Público nº 1.23.003.000125/2015-44, fls. 285/291, apenas recomenda, timidamente, o monitoramento da situação e algumas medidas isoladas, sem se preocupar com a resolução completa do problema, nos seguintes termos:

A coleta de informações para poços tubulares se concentrou no uso do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas – SIAGAS que é um banco de dados administrado pelo Serviço Geológico Brasileiro – CPRM, apesar de ser um banco de relevância internacional as informações apresentadas via web são restritas e **não correspondem a totalidade de poços tubulares existentes na região pesquisada. Portanto deveria ter sido realizado um inventário de poços para a cidade**, o que não desabona o levantamento do empreendedor, apenas torna seu inventário mais impreciso.

Tendo em vista que com a subida do lençol freático serão criadas na região áreas permanentemente alagadas e que essa elevação causará alterações nas características geológico-geotécnicas dessas áreas é recomendável a elaboração, principalmente para cidade de Altamira, de um mapa de áreas críticas que auxiliará o gestor governamental e também o empreendedor a realizar ações com o objetivo de mitigar esses riscos. Pois essas alterações afetarão principalmente áreas com predominância de aterros, edificações com fundações inadequadas e encostas, tornado-as áreas de risco.

O relatório também deveria ter focado na parte de águas subterrâneas a influência da subida do lençol freático nos pequenos cursos d'água existentes na região, principalmente no Igarapé que se encontra na área urbana da cidade de Altamira.

Com a subida do lençol freático os riscos de contaminação dos aquíferos subjacentes serão maximizados, essa análise é realizada pelo relatório que conclui que serão necessárias medidas para a manutenção da qualidade da água desses aquíferos. Contudo, o relatório não informa quais as medidas que deverão ser adotadas para essa manutenção, sendo necessária a proposição dessas medidas para diminuir os riscos de contaminação.

Como o próprio relatório informa, existe a possibilidade do igarapé próximo ao lixão da cidade de Altamira receber chorume e, portanto recomendamos que sejam tomadas medidas para a minimização desse risco. Sugerimos a transformação dele em aterro sanitário e criação de barreiras de contenção.

Recomendamos a implantação de redes de monitoramento da qualidade da água tanto superficial quanto subterrânea para as comunidades que façam uso desse recurso para consumo sem tratamento.

No final do Parecer Técnico, a Autarquia Ambiental recomendou ao empreendedor:



Solicitação formal ao Serviço Geológico Brasileiro – CPRM do cadastramento de todos os poços nas Áreas de Influência do empreendimento, visando proporcionar uma gestão adequada dos recursos hídricos subterrâneos da região.

Confecção de um mapa de áreas críticas para a cidade de Altamira mostrando pontos que serão severamente afetados pela subida do lençol freático. E indicando os pontos mais vulneráveis a contaminação antrópica dos aquíferos subjacentes.

Em 29.09.2009, um grupo de cientistas divulgou a *análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*, identificando graves problemas e sérias lacunas no EIA de Belo Monte. Esse estudo foi intitulado “Painel de Especialistas”, juntado aos autos do Inquérito Civil Público nº 1.23.003.000125/2015-44, fls. 292/406.

Esses cientistas, acadêmicos com larga experiência de pesquisa na Amazônia, reconhecidos por seus trabalhos sobre as temáticas tratadas nos estudos, trouxeram ao IBAMA – e ao público – considerações extremamente graves que colocavam em xeque os estudos realizados pelo empreendedor quanto a dimensão dos impactos socioambientais gerados pela obra e seus programas de mitigação.

Na Parte IV do Painel, fls. 339/344, intitulado “Graves Problemas: Hidrografia da Volta Grande do Xingu e Aumento dos níveis de água em Altamira”, o pesquisador Jorge Molina, Engenheiro e Hidrólogo do Instituto de Hidráulica e Hidrologia e da Universidad Mayor de San Andrés, Bolívia, analisou os estudos do EIA quanto as águas subterrâneas, afirmando que (pág 102 do documento):

O EIA mostra que o lençol freático dos aluviões da área urbana de Altamira e dos grandes aluviões acima e abaixo da cidade, segue aproximadamente os níveis de água do rio Xingu. De acordo com o EIA, os níveis registrados nos poços de controle ficaram sempre acima do nível do Xingu, mesmo na época úmida. Na situação com o reservatório, a flutuação dos níveis de água do lençol freático deverá ser similar ao do rio Xingu, sendo, portanto, eliminada grande parcela das variações sazonais naturais.(...) Muitos impactos na área urbana da Altamira e nas ilhas e aluviões têm relação com a subida dos níveis da água. Por este motivo é importante um melhor detalhamento deste impacto. Outra omissão do EIA é que não existe uma avaliação da área atingida pelo aumento do lençol freático, mesmo que provavelmente corresponda à dos aluviões.

Outrossim, conforme asseverado pela FGV, sempre houve uma **perspectiva de piora da qualidade da água – num cenário sem rede de coleta e tratamento de esgoto –, quando do enchimento do reservatório da UHE Belo Monte.**

Essa afirmação se fundamenta em dois fatos evidentes, tratados a seguir: i) aumento do nível do lençol freático de Altamira, devido ao barramento do Rio Xingu, com a conseqüente contaminação das águas subterrâneas pelo afogamento de fossas rudimentares escavadas por toda cidade; ii) diminuição da velocidade do rio, devido ao seu barramento, criando áreas de remanso onde o esgoto se acumulará.



Esses fatos comprovam o desrespeito ao Princípio da Prevenção por parte do empreendedor e entes públicos responsáveis pela construção da UHE de Belo Monte,

A Constituição Federal de 1988 expressamente adotou o princípio da prevenção no *caput* do art. 225, ao preceituar o dever do Poder Público e da coletividade de proteger e preservar o meio ambiente para as **presentes e futuras gerações**. Esse princípio também está consagrado na Lei nº 6.938/81, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente.

Os objetivos do Direito Ambiental são fundamentalmente preventivos. Sua atenção está voltada para o momento anterior à consumação do dano. Ou seja, diante da pouca valia da simples reparação sempre incerta e, quando possível, excessivamente onerosa, a prevenção é a melhor, quando não a única solução.

O Princípio da Prevenção fundamenta a legislação ambiental e todas as políticas públicas de meio ambiente e visa a impedir a ocorrência de danos ao meio ambiente, concretizando-se pela adoção de cautelas antes da efetiva execução de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras de recursos naturais.

Aplica-se o Princípio da Prevenção naquelas hipóteses onde os riscos são conhecidos e previsíveis, de modo a se exigir do responsável pela atividade impactante a adoção de providências visando, senão eliminar, minimizar os danos causados ao meio ambiente.

Ora, mesmo diante de estudos que sinalizavam para danos ambientais e de saúde pública evidentes, devido à ausência de saneamento básico em conjunto com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, os réus desta Ação Civil Pública quedaram-se inertes, desrespeitando o Princípio da Prevenção e não adotando as cautelas necessárias antes da efetiva execução das atividades poluidoras e utilizadoras de recursos naturais por parte da Usina, o que gera a responsabilidade civil dos demandados, nos termos da lei.

2.4. DAS ÁREAS DE REMANSO FLUVIAIS

O simples fato de barrar o rio Xingu altera a velocidade de sua correnteza, favorecendo locais de água parada, **antes inexistentes**.

Previamente ao barramento do rio, o esgoto aí despejado contava com uma correnteza mais veloz que a atual, **propiciando uma autodepuração mais célere dos rejeitos sem tratamento**.

Atualmente, há um agravamento da situação de Altamira com o barramento do rio Xingu, pois o esgoto in natura despejado no rio federal, tenderá a se acumular nas ramificações fluviais, provocando uma degradação significativa da qualidade da água e meio ambiente circundante e, conseqüentemente, morte da fauna aquática, proliferação de algas e interdição do rio para recreio.

Além dessa questão, há outra mais grave.

2.5. DO AFOGAMENTO DE FOSSAS RUDIMENTARES OCASIONADO PELO BARRAMENTO DO RIO XINGU



O barramento do Rio Xingu ocasionará um aumento constante do nível do rio e do lençol freático de Altamira, gerando o afogamento das fossas rudimentares escavadas por toda cidade.

Isso provocará a mistura indesejada das águas subterrâneas com a parte sólida do esgoto despejado diretamente no solo, piorando, ainda, a contaminação advinda de lixões e cemitérios.



A NOTA TÉCNICA Nº 8/2015-NUPER, elaborada pelo corpo técnico do Ministério Público Federal, assevera que:

Com o objetivo de melhorar as condições de infraestrutura de saneamento, o EIA da UHE Belo Monte trouxe, entre outros, o Programa de Intervenção em Altamira (p.310/325), no qual constam ações para abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos⁴. Entretanto, problemas relacionados a esgoto, anteriores a implementação dos projetos de saneamento básico em Altamira, ainda existem e continuarão a existir por algum tempo. **O município não contava com sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário, entre outros, e o destino do esgoto na cidade fazia-se (e ainda se faz), predominantemente, por meio de fossas rudimentares, fossas/sumidouros ou em cursos de água. Dessa forma, somada ao passivo já existente devido às fossas e sumidouros (e outros destinos inadequados de disposição de esgotos) que se encontram na área urbana de Altamira, a elevação do nível da água, tanto a superficial como a subterrânea, deverá agravar ainda mais a situação: fossas e sumidouros que estiverem compreendidos até às proximidades da chamada cota 100 deverão ser atingidas pelas águas do lençol freático.** E também, os efluentes desses "equipamentos" que se localizam acima do nível máximo do lençol freático, mas próximos a este, poderão atingi-lo com maior facilidade. Portanto, as ações em saneamento trazidas devido ao empreendimento hidrelétrico de Belo Monte são importantes para encaminhar o município em direção a condições mais civilizadas. **Mas**



isso somente acontecerá quando pendências e inconformidades em relação ao saneamento forem solucionadas, entre outras, *ligações intradomiciliares no sistema de esgotamento sanitário e limpeza/desativação de todos os meios inadequados de disposição e destino final de esgotos.*

Embora tenha sido questionada quanto a grave situação ambiental e de saúde pública decorrente do aumento do nível do lençol freático e possível afogamento de fossas rudimentares da cidade de Altamira, a Norte Energia permaneceu silente, conforme se verifica às fls. 90/91 e 122/123, do Inquérito Civil Público nº 1.23.003.000125/2015-44.

Já o IBAMA, quando questionado sobre o tema, respondeu às fls. 130 que *“o lençol freático da área urbana de Altamira está sendo monitorado pela Norte Energia* no âmbito do Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas do PBA. São 38 cisternas cadastradas e 55 poços tubulares perfurados pela Norte Energia na área urbana de Altamira, que compõem a rede de monitoramento”.

A Autarquia ambiental informa que *“o empreendedor presume* que eventuais impactos somente deverão ser observados em uma restrita faixa marginal aos futuros reservatórios ou ao longo de faixas marginais de igarapés que contribuem diretamente com os reservatórios” e como “no entorno dos Igarapés de Altamira serão implantados parques no âmbito do Projeto de Parques e Reurbanização da Orla do PBA” (...) isso “deverá minimizar eventual impacto de elevação do lençol freático sobre a população de Altamira”

Ainda conforme o IBAMA, *“a Princípio não é identificado impacto adicional associado ao enchimento do reservatório do Xingu* e a realização de ligações domiciliares do sistema de abastecimento de água, já que, conforme registrado nos relatórios consolidados do Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas, *grande parte dos poços rasos de Altamira já apresentam contaminação por esgoto doméstico.* Já a execução de ligações domiciliares relativas ao sistema de esgotamento sanitário *deverá ter impacto positivo direto sobre a qualidade de água dos igarapés de Altamira,* conforme demonstrado na Modelagem Matemática de Qualidade da Água apresentada pela Norte Energia”.

Pela resposta do IBAMA fica claro que o monitoramento das águas subterrâneas não tem o objetivo de prevenir a contaminação do lençol freático de Altamira.

Pelo contrário, *mesmo verificada a contaminação das águas subterrâneas por esgoto doméstico, confirmando a relação causal entre falta de saneamento/contaminação do lençol freático, nenhuma medida resolutiva foi tomada pelo Poder Público ou empreendedor até o momento.*

O monitoramento das águas subterrâneas, feito pela NESA, não é suficiente para conter o risco ambiental e de saúde pública gerado pelo aumento do nível do lençol freático de Altamira e afogamento das fossas rudimentares e sumidouros espalhados por toda cidade, porque tal monitoramento não tem cunho preventivo nem resolutivo.

A resolução do problema está na identificação, limpeza e desativação de todas as fossas rudimentares e outros meios inadequados de disposição e destino final de esgoto, combinado com a efetiva ligação das residências altamirenses à rede coletora de esgotamento sanitário.



Conjuntamente, deve haver a conclusão do sistema de abastecimento de água potável da cidade de Altamira, fornecendo a população água tratada com a respectiva limpeza e desativação dos poços artesanais, que funcionam sem nenhum controle sanitário e de outorga da União.

Além disso, deve haver a completa recuperação ambiental do lençol freático, rios e Igarapés de Altamira contaminados por esgoto.

Diante desse quadro, torna-se clara a urgência de resolução dos problemas apontados.

Entretanto, não foi assim que pensaram, nem procederam a Norte Energia, o IBAMA, a União, o Município de Altamira e a Cosanpa.

O sistema de abastecimento de água potável, que deveria ser entregue em 25/07/2014, ainda não foi concluído, o que faz a população continuar retirando a água de poços perfurados sem nenhuma fiscalização sanitária. Também não há controle do Poder Público Federal, União, quanto a outorga de uso de tais recursos.

Por sua vez, o sistema de esgotamento sanitário, que deveria estar operando desde julho de 2014, ainda não foi concluído, sendo um dos principais entraves a falta de ligações intradomiciliares, as quais o empreendedor, **com o aval e chancela do IBAMA e União**, nega-se a fazer.

Embora o Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, mais tarde complementado pelo Plano Básico Ambiental, tenha previsto a necessidade de implantar o saneamento básico em Altamira, com as estruturas correspondentes de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável, a cidade, até a conclusão desta Ação Civil Pública, **não possui nenhum dos dois sistemas prometidos em operação.**

2.6. DO PLANO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA

O afluxo populacional provocado pela UHE de Belo Monte gerou um acréscimo considerável de pressão sobre serviços e infraestrutura públicos da cidade de Altamira, sobretudo os referentes ao fornecimento de água potável e esgotamento sanitário.

Conforme o Plano Básico Ambiental, as cidades de Altamira, Vitória do Xingu e as localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal responderiam pela maior parte das demandas associadas ao afluxo populacional, **sendo Altamira a que receberia o maior número de pessoas.**

Foi previsto para Altamira a implantação da vila residencial de apoio às obras, com cerca de 500 residências para funcionários, integrada à malha urbana atual, além de um afluxo populacional da ordem de 26.000 pessoas até o pico das obras (o que se mostrou subestimado, já que há dados informando afluxo populacional de 40.000 pessoas).

Por todos esses impactos, somados aos problemas ambientais já relatados, as obras do saneamento básico a cargo do empreendedor deveriam ter sido concluídas até o pico do afluxo populacional decorrente da construção da Usina, **ainda em julho de 2014.**

Essa obrigação está prevista no Plano Básico Ambiental, Volume III, TOMO 5, ponto 5, no



bojo do Plano de Requalificação Urbana - PRU, **concebido para mitigar os impactos decorrentes da implantação da UHE Belo Monte sobre as cidades de Altamira e Vitória do Xingu**, e também sobre os núcleos de Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

O PRU tem por objetivo dotar os núcleos urbanos de Altamira, Vitória do Xingu, Belo Monte e Belo Monte do Pontal de infraestrutura urbana adequada **para abrigar o afluxo populacional esperado em função das obras e já havia constatado que as prefeituras municipais envolvidas não se encontravam:**

adequadamente estruturadas e capacitadas, demandando apoio e assessoramento para gerenciar as intervenções e modificações que se farão na estrutura urbana. Assim, as propostas estabelecidas no presente Plano de Requalificação Urbana devem ser implementadas em consonância com os Programas de Fortalecimento da Administração Pública e de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos, integrantes do Plano de Articulação Institucional.

Segundo o Plano de Requalificação Urbana, previsto no PBA, as intervenções propostas buscam:

fortalecer a rede urbana diretamente afetada pela implantação da UHE Belo Monte frente aos impactos esperados e, ao mesmo tempo, incorporar as oportunidades de desenvolvimento regional daí resultantes.

Conforme o PBA, para atingir os objetivos previstos no Plano de Requalificação Urbana, foram criados programas, dentre os quais, o "Programa de Intervenção em Altamira", que contém o "Projeto Saneamento", analisados a seguir.

2.7. DO PROGRAMA DE INTERVENÇÃO EM ALTAMIRA

2.8. DO PROJETO DE SANEAMENTO

O Programa de Intervenção em Altamira foi previsto no EIA (volume 33, item 12.10), com o objetivo de mitigar os impactos gerados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, preparando a cidade para um crescimento que se observaria no período de poucos anos, decorrente da: i) formação do reservatório do Xingu (**às margens da orla urbana da cidade de Altamira**); ii) pela implantação da vila residencial e iii) pela migração esperada em função da implantação do empreendimento.

Segundo o PBA (Volume III, TOMO 5, ponto 5.1.2), o Programa de Intervenção em Altamira tem por objetivo:

não só o atendimento às demandas criadas pelo empreendimento, como a solução



de passivos ambientais acumulados ao longo das últimas décadas. A chegada de novos habitantes, a relocação dos moradores das áreas alagáveis e a implantação da vila residencial promoverão alterações na dinâmica de funcionamento da área urbana, **em especial na infraestrutura de saneamento**, na demanda por serviços públicos, nos fluxos internos e estruturas de mobilidade, com reflexos nos vetores de crescimento do perímetro urbano.

Para a consecução desses objetivos, foi elaborado, dentre outros Projetos, o de saneamento, Vol III, Tomo 5. Ponto 5.1.9.2 do PBA.

Conforme o PBA, o Projeto de Saneamento tem por objetivo dotar a cidade de Altamira de sistemas de saneamento adequados, com a construção de:

sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e destinação dos resíduos sólidos urbanos para a totalidade da área urbana do município de Altamira, incluindo a vila residencial de apoio às obras.

O Projeto de Saneamento prevê ainda as seguintes obrigações para o empreendedor quanto a rede de abastecimento de água potável (pag 134/135 do PBA, Vol III, Tomo 5, ponto 5.1.9.4):

i) **Captação de Água Bruta:** reforma da captação superficial e do sistema de bombeamento de água bruta, além da respectiva adutora, que serão responsáveis em conduzir água bruta na quantidade necessária até a estação de tratamento de água; ii) **Tratamento de Água:** implantação de nova estação de tratamento de água bruta para garantir a distribuição de água potável com qualidade e quantidade necessária para toda a população urbana; iii) **Reservação e Distribuição de Água Potável:** implantação de sistema de reservação e rede de distribuição para atendimento constante das demandas de água potável da cidade na quantidade e pressão adequadas; iv) **Universalização do Sistema de Abastecimento de Água:** o sistema deverá fornecer água potável com maior garantia de qualidade e quantidade para todos os moradores da sede municipal.

Já para o sistema de esgotamento sanitário as obrigações previstas no Projeto de Saneamento são (pag 134/135 do PBA, Vol III, Tomo 5, ponto 5.1.9.4):

i) **Coleta de Esgotos:** implantação de rede e estações elevatórias para encaminhar o esgoto coletado para a futura estação de tratamento de esgoto, **eliminando as fossas rudimentares e os lançamentos de esgotos "in natura" nos cursos d'água;** ii) **Tratamento de Esgotos:** implantação de estação de tratamento de esgotos para atender a resolução CONAMA n° 357, de 17 de março de 2005; iii) **Disposição Final:** encaminhamento e lançamento do efluente tratado em corpo receptor; iv)



Universalização do Sistema de Esgotamento Sanitário: o sistema de esgotamento sanitário deverá ser implantado por completo para atendimento de toda a população urbana.

Ressalte-se que o Projeto de Saneamento previu a conclusão das obras antes do período em que Altamira receberia a maior parte da população migrante, o que se deu em julho de 2014 em diante, **quando a pressão sobre os serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável foi máxima.**

Infelizmente, a cidade de Altamira, até a conclusão desta Ação Civil Pública, **não possui nenhum dos dois sistemas prometidos em operação, conforme se demonstrará adiante.**

2.9. DO DESCUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES AMBIENTAIS COM O AVAL DO IBAMA

O Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte previu a necessidade de saneamento básico em Altamira, correlacionando-o ao fluxo populacional gerado pela construção do empreendimento e a pressão ambiental correlata.

O Plano Básico Ambiental já havia detalhado as obrigações do empreendedor quanto ao tema, conforme exposto.

Em 01.02.2010, a Licença Prévia n° 342/2010 impôs ao empreendedor o cumprimento da condicionante 2.9, consistente em dar início às obras de saneamento básico em Altamira.

Por sua vez, a condicionante 2.10 da Licença de Instalação n° 795/2011, de 01.06.2011, estabeleceu que o empreendedor deveria concluir e entregar as obras do saneamento básico referente ao abastecimento de água potável e esgotamento sanitário de Altamira em 25/07/2014, antes da operação da UHE de Belo Monte, **o que não aconteceu.**

Mesmo descumprindo o cronograma e não realizando as obras necessárias para a operação dos sistemas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário da cidade paraense, em completo desrespeito às normas constitucionais e legais que tutelam o meio ambiente, a saúde, a educação e a dignidade das pessoas, o IBAMA emitiu, **em 24.11.2015, a Licença de Operação - LO n° 1317/2015, postergando para 30.09.2016 o cumprimento da condicionante que deveria ter sido cumprida em 25/07/2014.**

Todavia, como será demonstrado, nem mesmo a data estipulada pelo IBAMA na LO será cumprida **(todas as licenças mencionadas instruem o Inquérito Civil Público n° 1.23.003.000125/2015-44, fls. 407/419).**

Atualmente, não há nenhum suporte fático que avalize a operação dos sistemas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário em setembro de 2016.

O número de domicílios envolvidos na conclusão das obras de saneamento básico é bem superior aos 24.250 detectados em 2010 pelo IBGE, devido não só aos mais de 6 anos de crescimento natural da cidade, como também pelo fluxo populacional que se instalou em Altamira, em decorrência da construção da UHE de Belo Monte.

Ou seja, para concluir as obras do saneamento, a NESA deverá implementar o



fornecimento de água encanada e rede de esgotamento sanitário em mais de **24.250 domicílios** altamirenses, até setembro de 2016, fazendo no curto prazo de 6 meses o que não fez, em 1 domicílio, no prazo de 6 anos.

Tal fato, por si só, denuncia que o **prazo estipulado pelo IBAMA é fictício**, não sendo possível operar os sistemas em setembro de 2016.

2.10. DAS CONTRADIÇÕES RELACIONADAS AO SANEAMENTO BÁSICO

Ademais, quanto ao tema, a Norte Energia S/A – NESA insiste em interpretar as obrigações constantes no Plano Básico Ambiental de forma a se eximir dos deveres que lhe incumbem.

Na condicionante do saneamento básico a NESA ostenta uma postura duvidosa de “decidir” o que será ou não de sua responsabilidade, negando-se a fazer, peremptoriamente, o que ela mesma afirma não ser da sua alçada.

Infelizmente, essa atitude é chancelada pelo IBAMA, que, num processo confuso que envolve as esferas política, pública e privada, muitas vezes se comporta como fiel patrocinador dos interesses da NESA, tanto é que expediu a Licença de Operação 1317/2015 em favor da UHE de Belo Monte, desconsiderando os impactos socioambientais ocasionados pelo descumprimento da condicionante do saneamento básico, uma das mais importantes do licenciamento ambiental, gerando, por consequência, danos severos aos direitos humanos, meio ambiente, saúde, educação e dignidade das pessoas.

As provas carreada aos autos dos Inquéritos Cíveis em epígrafe comprovam as afirmações feitas ao norte.

À fl. 15 do ICP 1.23.003.000125/2015-44, a NESA, atendendo a requisição do MPF, informou que **não lhe cabia executar as ligações intradomiciliares para conectar as edificações do Município de Altamira à rede coletora de esgoto**.

Segundo o empreendedor:

Coube à Norte Energia realizar a implantação dos sistemas de esgotamento sanitário nos municípios e localidades mencionados, **restando aos usuários, nos termos da lei, conectar-se a esse sistema**.

À fl. 130, 4º parágrafo, o IBAMA fala a respeito das ligações intradomiciliares relacionadas ao esgotamento sanitário, asseverando que o:

PBA da UHE Belo Monte **não determina a responsabilidade da Norte Energia em implantar as ligações**.

Posteriormente, em resposta a outra requisição do MPF, a NESA, às fls. 122/123 do ICP



mencionado, afirma, de forma vaga e imprecisa, negociar com o Município de Altamira um **Termo de Compromisso para a execução das obras de ligações intradomiciliares.**

O empreendedor ainda informou que não existem negociações para a essa questão quanto aos Municípios de Anapu e Vitória do Xingu, **beneficiários de condicionante de igual conteúdo,**

Ora, em um momento, a NESA afirma que não assumirá nenhuma responsabilidade quanto as ligações intradomiciliares, decisão chancelada pelo IBAMA; em outro, afirma negociar com o Município de Altamira as referidas ligações, asseverando ainda que não fará o mesmo quanto aos outros municípios (Vitória do Xingu e Anapu), beneficiários da mesma condicionante.

Caso prevalecesse o entendimento do empreendedor, o que não é razoável, teríamos uma situação de imenso desperdício de dinheiro público, com a perda das estruturas externas de saneamento, parcialmente concluídas pela NESA (rede, estações elevatórias e estação de tratamento de esgotos), ***orçadas em dezenas de milhões de reais.***

Ressalte-se que para o funcionamento de estação de tratamento de esgoto (ETE) precisa-se de matéria-prima, o esgoto, que deve ser encaminhado à ETE por meio da rede de esgotamento sanitário.

Logo, as ligações domiciliares e intradomiciliares à rede de esgotamento sanitário têm que estar efetivadas. Caso contrário, por mais que a ETE apresente uma eficiência muito próxima de 100% referente à remoção da poluição, será imprestável.

Por outro lado, de nada adianta um sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário em uma cidade que não conta com abastecimento de água potável eficiente em termos de qualidade e quantidade (cobertura), como é o caso de Altamira.

Ademais, a obrigação do empreendedor de realizar as ligações intradomiciliares é decorrente do Plano Básico Ambiental, que é claro nesse sentido, conforme se exporá a seguir.

2.11. A CONDICIONANTE DO SANEAMENTO SEMPRE FOI CLARA

Conforme o PBA, o Projeto de Saneamento (Vol III, Tomo 5. Ponto 5.1.9.1 pág 132 do documento) tem por objetivo dotar a cidade de Altamira **de sistemas de saneamento adequados,** com a construção de:

sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e destinação dos resíduos sólidos urbanos para a totalidade da área urbana do município de Altamira, incluindo a vila residencial de apoio às obras.

O Projeto de Saneamento prevê ainda as seguintes obrigações para o empreendedor quanto a rede de abastecimento de água potável (pag 134/135, Vol III, Tomo 5, ponto 5.1.9.4):

- i) **Captação de Água Bruta:** reforma de captação superficial e do sistema de



bombeamento de água bruta, além da respectiva adutora, que serão responsáveis em conduzir água bruta na quantidade necessária até a estação de tratamento de água; ii) **Tratamento de Água:** implantação de nova estação de tratamento de água bruta para garantir a distribuição de água potável com qualidade e quantidade necessária para toda a população urbana; iii) **Reservação e Distribuição de Água Potável:** implantação de sistema de reservação e rede de distribuição para atendimento constante das demandas de água potável da cidade na quantidade e pressão adequadas; iv) **Universalização do Sistema de Abastecimento de Água:** o sistema deverá fornecer água potável com maior garantia de qualidade e quantidade *para todos os moradores da sede municipal*.

Já para o sistema de esgotamento sanitário as obrigações previstas no Projeto de Saneamento são (pag 134/135, Vol III, Tomo 5, ponto 5.1.9.4):

i) **Coleta de Esgotos:** implantação de rede e estações elevatórias para encaminhar o esgoto coletado para a futura estação de tratamento de esgoto, **eliminando as fossas rudimentares e os lançamentos de esgotos "in natura" nos cursos d'água;** ii) **Tratamento de Esgotos:** implantação de estação de tratamento de esgotos para atender a resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005; iii) **Disposição Final:** encaminhamento e lançamento do efluente tratado em corpo receptor; iv) **Universalização do Sistema de Esgotamento Sanitário:** o sistema de esgotamento sanitário deverá ser implantado *por completo* para atendimento de toda a população urbana.

Por fim, não deixando dúvidas quanto as obrigações relacionadas ao Saneamento Básico, o PBA (pag 134, Vol III, Tomo 5, ponto 5.1.9.2) afirma que:

Todo o esgoto gerado em Altamira é coletado por fossas negras individuais, sendo que algumas casas nem possuem fossas. **O sistema existente deve ser eliminado com a implantação de rede de esgotamento sanitário e estação de tratamento de esgoto.**

Não há dúvidas!

Percebe-se que a NESA tem o dever de, segundo o PBA, "fornecer água potável com maior garantia de qualidade e quantidade *para todos os moradores da sede municipal*".

Na mesma linha, o PBA afirma que o "o sistema de esgotamento sanitário deverá ser implantado *por completo* para atendimento de toda a população urbana" e que o sistema existente de fossas rudimentares "*deve ser eliminado com a implantação de rede de esgotamento sanitário e estação de tratamento de esgoto.*".

Ora, não há dúvidas que é obrigação do empreendedor eliminar os sistemas atuais de disposição final de esgoto na cidade de Altamira, por intermédio da "**implantação de rede de esgotamento sanitário e estação de tratamento de esgoto**", rede esta que deve ser



construída “por completo”, o que, obviamente, envolve as ligações intradomiciliares.

Ademais, segundo o PBA (Volume III, TOMO 5, ponto 5.1.2), o Programa de Intervenção em Altamira tem por objetivo:

não só o atendimento às demandas criadas pelo empreendimento, como a solução de passivos ambientais acumulados ao longo das últimas décadas.

Ora, pelo PBA não há dúvidas de que o passivo ambiental referente ao saneamento básico também deve ser resolvido pelo empreendedor, o que envolve: i) **limpeza e desativação de todas as fossas rudimentares e outros meios inadequados de disposição e destino final de esgoto**; ii) **limpeza e desativação dos poços artesanais, que funcionam sem nenhum controle sanitário e de outorga da União**; iii) **completa despoluição do lençol freático, rios e igarapés de Altamira que estejam contaminados por esgoto.**

Lamentavelmente, embora o PBA seja claro, como analisado, mesmo após a Licença de Operação, há incertezas quanto o efetivo funcionamento dos sistemas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Altamira.

Também há dúvidas quanto a resolução dos passivos ambientais referentes ao tema, o que sequer é discutido no âmbito do cumprimento dessa condicionante, demonstrando uma atuação leniente do IBAMA quanto aos desmandos do empreendedor.

2.12. DAS INCERTEZAS QUANTO À OPERAÇÃO DOS SISTEMAS

Não bastasse o panorama explicitado acima, há uma desavença entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado do Pará – Cosanpa e o Município de Altamira para ver quem irá gerir as estruturas de saneamento básico, quando concluídas.

Atualmente, os sistemas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário são geridos pela Cosanpa (Lei 2.241/2011 – fl. 115).

Entretanto, o Projeto de Lei Municipal nº 132/2015, encaminhado pelo Executivo Municipal à Câmara dos Vereadores, ao criar a Coordenadoria de Saneamento de Altamira, deixa explícita a vontade do Município em assumir a operação dos referidos sistemas, ainda não concluídos pela Norte Energia, **rescindindo o convênio firmado com a Cosanpa.**

Quanto a esse Projeto de Lei, o Presidente da Câmara Municipal fez um “Pedido de Explicações” ao Chefe do Poder Executivo, fls. 115/117 do ICP 1.23.003.000125/2015-44, cobrando esclarecimentos relacionados a: i) gestão dos sistemas e os recursos públicos necessários para tanto; ii) como se dará a rescisão do convênio firmado com a Cosanpa e iii) estrutura da Coordenadoria de Saneamento de Altamira.

Dado esse imbróglio, percebe-se que até mesmo a gestão dos sistemas está em aberto, não se sabendo o preço das tarifas que será cobrado dos cidadãos.

Para a Organização das Nações Unidas, o ideal seria que essas cobranças não ultrapassassem 5% do orçamento familiar, o que deverá ser respeitado pelo Poder Público.



Por último, há uma completa desinformação da população quanto as questões relacionadas ao saneamento básico, o que será tratado no tópico seguinte, pela sua importância.

2.13. DO PLANO DE RELACIONAMENTO COM A POPULAÇÃO

2.14. DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Plano de Relacionamento com a População está inserido no Plano Básico Ambiental - PBA e prevê a obrigação do empreendedor promover a educação ambiental, conscientizando a população local sobre a importância do saneamento básico.

O Programa de Educação Ambiental, previsto no PBA, Vol III, Tomo 5, pag. 142, item 5.1.9.12, deveria informar a população de Altamira sobre: i) o andamento das obras; ii) operação dos sistemas; iii) consumo e cobrança que será implantada; iv) necessidade de ligação das edificações ao sistema de esgotamento sanitário, e v) educação em saneamento.

Às fls. 19/28 do ICP 1.23.003.000125/2015-44, a Norte Energia S/A – NESA, atendendo a requisição do MPF, enviou relatório de atividades do Programa de Educação Ambiental, descrevendo uma série de ações executadas, como prova do correto cumprimento do programa.

Todavia, estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (Indicadores de Belo Monte, Novembro de 2014 e Julho de 2015), que examinou o cumprimento da condicionante do saneamento básico, constatou a ineficiência do referido programa.

Para a FGV (documento de novembro de 2014):

“Observa-se que há pouca clareza sobre as responsabilidades específicas do empreendedor e do poder público numa etapa posterior à instalação da infraestrutura de saneamento básico. O impasse sobre quem deve efetuar e custear as ligações intradomiciliares é o aspecto mais evidente dessa imprecisão.

(...)

De qualquer forma, essa questão não encerra todo o âmbito em que a cooperação entre o empreendedor e o poder público ainda carece de refinamento e amadurecimento. **Mesmo que as necessárias conexões à rede de água e esgoto sejam equacionadas, restará o imenso desafio da gestão de um sistema integrado, com a decorrente mobilização de capacidades institucionais.**

O próprio PBA imputa ao empreendedor a participação nesse processo, por meio de ações como o Programa de Fortalecimento da Administração Pública, o Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos e o Programa de Articulação e Interação Institucional.

É necessário reconhecer que a fragilidade das instituições locais frente à atribuição de intensas transformações no território ainda é patente. As tratativas entre o Governo do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Altamira quanto à operação do sistema permanecem inconclusas. Em que pese um Convênio de Cooperação Federativa ter sido assinado em 2011 – o que tornaria a Cosanpa



responsável pela operação –, não foram encontradas cópias ou menções sobre a elaboração do contrato de programa, conforme prevê a legislação, ação decorrente do convênio.

Além do mais, o Plano Municipal de Saneamento, contratado pela Norte Energia, aprovado pela Cosanpa e entregue à Prefeitura Municipal de Altamira em abril de 2014, precisa estar amplamente acessível à população.

Ao tomar a decisão sobre a ligação à rede, é provável que o cidadão altamirense avalie custos e benefícios. São esperados, minimamente, esclarecimentos e debates, dentre eles: quais são os benefícios decorrentes, quem será o responsável por realizar as instalações, custos e responsabilidades sobre as mesmas, despesas que incidirão sobre o imóvel após ligação à rede (tarifa ou taxa) e parâmetros sobre a qualidade dos serviços ofertados.

(...)

Ademais, o histórico do tema em Altamira, em especial no abastecimento de água, sinaliza algum desgaste das relações da sociedade com a companhia estadual de saneamento. Sabe-se que em determinado momento havia muito mais famílias que usufruíam dos serviços prestados pela Cosanpa. Dada a insatisfação com o serviço, houve retrocesso na cobertura do atendimento, com beneficiários optando por poços rasos, perfurados nos quintais das residências, em detrimento da ligação à rede pública. O Ministério Público Federal, em documento de 2009, aponta diversas fragilidades na distribuição de água realizada pela Cosanpa (Procedimento Administrativo 1.23.003.00046/2006-42 - Recomendação Nº 003/2009 MPF/PRM/ATM/GAB1).

Desconsiderar os cidadãos e futuros consumidores do sistema, especialmente em estágio avançado da instalação de infraestrutura, significa acirrar ainda mais as insatisfações e desconfiar em relação às instituições envolvidas, o que deve engendrar reveses concretos para o pleno atingimentos dos objetivos."

Já no documento elaborado em julho de 2015, a FGV assevera:

Embora se reconheça um movimento recente de prestação de esclarecimentos – como é o caso do cadastro – esse é um passo ainda pontual e que chega tardiamente, em especial quando se tem em vista que a condicionante correspondente ao saneamento foi estipulada há mais de quatro anos. Ademais, comunicação adequada e transparência são pontos importantes, mas não compõem isoladamente o que se reconhece como participação social.

Corroborando os estudos da FGV, o Fórum de Defesa de Altamira, que congrega várias entidades da sociedade civil local, encaminhou em 10.06.2015, documento ao MPF, fls. 120/121 do ICP 1.23.003.000125/2015-44, que **descreve a total desinformação da população quanto às questões que envolvem o saneamento básico no Município de Altamira.**

No documento, o Fórum expõe "as dificuldades de acesso a informações claras e corretas



sobre a condicionante saneamento 2.10 da Licença de Instalação N° 795/2011 expedida pelo IBAMA – em particular das ações de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Altamira.”

O Fórum em Defesa de Altamira afirma que a “a conclusão da obra está atrasada e a pressa com que esta obra está sendo executada, a rede de tubulação traz para a comunidade uma insegurança e desconfiança de saneamento de péssima qualidade”.

O Fórum explicita ainda que há muitas dúvidas quanto as ligações intradomiciliares e a gestão do saneamento básico no Município.

Logo, o plano não atingiu seu objetivo, não tendo encontrado ressonância na população destinatária, sendo patente a desinformação da população local.

Em que pese tais comprovações, o IBAMA validou as ações desenvolvidas pela NESA, sem se preocupar em investigar concretamente o efetivo cumprimento do Programa de Educação Ambiental, validando e legitimando, uma vez mais, o descumprimento do PBA praticado pelo empreendedor, detentor de uma liberdade quase irrestrita para interpretar, segundo seus próprios interesses, as obrigações postas no licenciamento ambiental.

Nesse sentido, tendo em vista a ineficiência do Programa de Educação Ambiental executado pela NESA, para a resolução desse problema deverá ser adotada nova metodologia, que se baseará no trabalho desenvolvido pela Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan); reconhecida nacionalmente pela campanha “se liga na rede”. (saiba mais em cesan.com.br/seliganarede).

Baseado nessa campanha, deverão ser criadas parcerias com diversas instituições públicas e sociedade civil, propiciando a realização de debates, reuniões com lideranças comunitárias de cada bairro da cidade, apresentações nas escolas, visitas guiadas às estações de tratamento e projeções de cinema nas comunidades, visita porta a porta, tudo voltado a explicar à população, de forma clara, que ter a casa conectada a um sistema de saneamento e abastecimento de água potável é um dos passos mais importantes para garantir a saúde da família.

Deverão ainda ser formados grupos locais de acompanhamento das obras de ligação, os quais se dedicam a dar continuidade aos esclarecimentos e a minimizar conflitos.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO

3.1. DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte é uma obra do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, União, sendo financiada por recursos federais advindos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e licenciada pelo IBAMA.

Nesse sentido, nos termos do art. 109, I⁵, da Constituição da República, é clara a

⁵ Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;



competência da justiça federal para julgar o presente caso.

3.2. DA LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Constituição da República, ao definir o Ministério Público como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbiu-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127). Nesse escopo, foram estabelecidas suas funções institucionais no artigo 129, III, destacando-se:

promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Pari passu, a legislação infraconstitucional, por meio da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85, art. 5º, I)⁶, ampliada pela Lei nº 8.078/90, art. 82, I⁷, e corroborada pela Lei Complementar nº 75/93, art. 6º, VII, 'b'⁸ (Lei Orgânica do Ministério Público da União), comete ao *Parquet* a proteção, a prevenção e a reparação de danos ao patrimônio público, ao **meio ambiente**, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a **outros interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos**.

Delimitando o tema, o mestre HUGO NIGRO MAZZILLI define:

O Ministério Público está legitimado à defesa de qualquer interesse difuso, **pelo seu grau de dispersão e abrangência**.⁹

E, logo adiante, arremata:

O interesse de agir do Ministério Público é presumido. Quando a lei lhe confere legitimidade para acionar ou intervir, é porque lhe presume interesse. Como disse Salvatore Satta, o interesse do Ministério Público é expresso pela própria norma que lhe

⁶ Art. 5º. Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007). I - o Ministério Público; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).

⁷ Art. 82. Para os fins do art. 81, parágrafo único, são legitimados concorrentemente: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995) (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência) I - o Ministério Público,

⁸ Art. 6º Compete ao Ministério Público da União: VII - promover o inquérito civil e a ação civil pública para: b) a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

⁹ MAZZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*, 9ª ed. Saraiva, 1997, p. 32.



consentiu ou impôs a ação.

Na percutiente lição de **NELSON NERY JÚNIOR**, “sempre que se estiver diante de uma **ação coletiva, estará presente aí o interesse social, que legitima a intervenção e a ação em juízo do Ministério Público.**”¹⁰

Prossegue o renomado autor:

De consequência, toda e qualquer norma legal conferindo legitimidade ao Ministério Público (CF 129 IX) para ajuizar ação coletiva, será constitucional porque é função institucional do Parquet a defesa do interesse social (CF 127 caput).

(...)

Como o art. 82, inc.I, do CDC confere legitimidade ao MP para ajuizar ação coletiva, seja qual for o direito a ser defendido nessa ação, haverá legitimação da instituição para agir em juízo. O art. 81, parágrafo único, do CDC diz que, a ação coletiva poderá ser proposta para a defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos (incs. I e III).

A legitimidade do Ministério Público Federal vem ainda assegurada pelo art. 14, § 1º da Lei nº 6.938/81, que reza:

Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. **O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.**

Diante do exposto, conclui-se que o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** encontra-se legitimado a propor a presente Ação Civil Pública para a defesa do meio ambiente e demais direitos difusos ora tutelados, como saúde e educação, assegurados constitucionalmente.

3.3. DA LEGITIMIDADE PASSIVA DOS DEMANDOS

As pessoas demandadas, na qualidade de autoras das ilegalidades perpetradas, são partes legítimas para figurar no polo passivo da presente demanda.

Frise-se que a Usina Hidrelétrica de Belo Monte é uma obra do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, União, sendo financiada por recursos federais advindos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e licenciada pelo IBAMA.

¹⁰ NERY JÚNIOR, Nelson. Ação civil pública, coordenação de Edis Milaré. RT, 1995, p. 366.



No contexto do cumprimento da condicionante do saneamento básico, União e IBAMA, financiador e fiscalizador das obras da UHE de Belo Monte, respectivamente, são os entes públicos federais responsáveis pela situação atual de calamidade que se encontra Altamira, tendo, ambos, contribuído decisivamente com os graves danos gerados ao meio ambiente e sérios riscos ocasionados à saúde pública, acima apontados.

O empreendedor, por sua vez, é responsável diretamente pelo descumprimento de condicionantes ambientais delimitadas no Plano Básico Ambiental, como descrito.

O Município de Altamira e a Cosanpa são os entes públicos locais responsáveis pela administração ineficiente dos sistemas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário da cidade de Altamira, também tendo, ambos, contribuído decisivamente para a situação atual da cidade quanto ao saneamento básico.

Ressalte-se que não existe, no direito coletivo, nenhuma condição específica para que alguém – pessoa física, jurídica – ocupe o polo passivo nas Ações Cíveis Públicas, sendo necessário apenas que realize, ameace realizar, ou se omita, causando lesão a qualquer interesse transindividual, como é o caso do meio ambiente, a saúde e a educação.

Esse é o posicionamento, dentre outros, de João Batista de Almeida (Aspectos controversos da ação civil pública, 2.ed. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2009, p. 189):

figura no polo passivo da ação civil pública aquele que pratica conduta que ameaça ou causa lesão a um bem tutelado por essa via processual. Assim, qualquer pessoa, física ou jurídica, inclusive entes públicos diretos ou indiretos, pode estar nessa situação.

Pelos fatos narrados, não há dúvida quanto a ocorrência de condutas lesivas ao meio ambiente, à saúde e à educação praticadas pelos demandados.

Ademais, a responsabilidade objetiva por danos ao meio ambiente permite figurar no polo passivo todos aqueles que, seja por ação ou omissão, contribuíram para o evento danoso.

É oportuno que seja esclarecido que a relação de causalidade não se limita à figura do agente causador do dano, sendo estendida a todos aqueles que tenham participado do evento que proporcionou a lesão ao meio ambiente, conforme preceitua o art. 3º, inciso IV, da Lei nº 6.938/81¹¹.

Como lembra Fábio Dutra Lucarelli (Responsabilidade Civil por dano ecológico. Editora Revistas dos Tribunais), "dado ao caráter de ordem pública de que goza a proteção do meio ambiente, institui-se a solidariedade passiva pela reparação do dano ecológico". E arremata: "é o interesse público que faz com que haja a solidariedade entre os degradadores do ambiente, a fim de garantir uma real, mais eficaz e mais rápida reparação integral do dano".

Nesse sentido, basta a participação do agente com repercussão lesiva no meio ambiente, ainda que indireta ou mediata, para haver a configuração de nexo de causalidade, possibilitando a responsabilização civil.

¹¹ Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;



Logo, os demandados devem responder aos termos desta Ação Civil Pública, estando todos legitimados a figurar no polo passivo, consoante exposto.

3.4. DO DIREITO HUMANO AO SANEAMENTO BASICO

A Organização das Nações Unidas “Reconhece o direito à água potável e limpa e ao saneamento como um direito humano que é essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos;”¹²

Segundo **Ban Ki-moon, Secretário-geral da ONU**, “A água potável segura e o saneamento adequado são fundamentais para a redução da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e para a prossecução de todos e cada um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.”

As provas coligidas pelo Ministério Público Federal, e encartadas nos Inquéritos Cíveis em epígrafe, denunciam a contundente violação de direitos Humanos por parte do Estado brasileiro e empreendedor da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, ocorrida na cidade de Altamira.

Conforme comprovado, a cidade paraense, com mais de 104 anos de fundação, não possui sistema de esgotamento sanitário operante e praticamente não detém sistema de abastecimento de água potável, o que faz os seus moradores retirarem a provisão de água do lençol freático.

Essa situação fez surgir um ciclo vicioso consistente em despejar o esgoto no solo, contaminando o lençol freático, mas, ao mesmo tempo, retirar do lençol freático a água para consumo humano, **contaminada por esgoto doméstico, comercial e hospitalar.**

Essa fato, comprovado à exaustão, constitui, por si, a negação do direito humano ao saneamento e à água potável e limpa, essenciais para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos, como preconiza a Organização das Nações Unidas.

Ademais, a cidade de Altamira vive hoje à beira de um colapso quanto a contaminação total do seu principal corpo de água para consumo humano.

A possibilidade real de o aumento do nível do lençol freático (causado diretamente pelo barramento do rio Xingu para encher os reservatórios da UHE de Belo Monte) afogar as fossas rudimentares escavadas por toda cidade, tornando as águas subterrâneas totalmente impréstáveis para o consumo humano, não suscitou nas autoridades brasileiras e agente privado responsáveis pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte nenhuma atitude preventiva ou resolutive quanto a questão.

Pelo contrário, mesmo estando plenamente cientes do grave problema ambiental e de saúde pública ocasionados pela falta de saneamento básico, os réus desta Ação Civil Pública ficaram-se inertes, devendo, portanto, serem responsabilizados pelas violações aos direitos humanos perpetradas, nos termos da lei vigente.

Frise-se que essa conclusão está em consonância com os 31 “Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos”, aprovado por consenso em junho de 2011 pelo Conselho

¹²Art. 1º da Resolução A/64/292, de 3 de agosto de 2010, da Assembleia Geral da ONU



de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, após seis anos de discussões.

O referido trabalho conta com três pilares, que são: **PROTEGER**: a obrigação dos Estados de proteger os direitos humanos; **RESPEITAR**: a responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos; **REPARAR**: a necessidade de que existam recursos adequados e eficazes, em caso de descumprimento destes direitos pelas empresas.

Embora não se constitua num Tratado de Direitos Humanos, esses Princípios, elaborados a partir de normas de direitos humanos preexistentes, representam um momento histórico na consolidação de parâmetros normativos aplicáveis à conduta das empresas em relação aos direitos humanos, conforme assevera o "Conectas Direitos Humanos", organização não governamental internacional.

Importante destacar os Princípios 1 e 3, direcionados aos Estados, preconizando o seguinte, respectivamente:

Os Estados devem proteger contra violações dos direitos humanos cometidas em seu território e/ou sua jurisdição por terceiros, inclusive empresas. Para tanto, devem adotar as medidas apropriadas para prevenir, investigar, punir e reparar tais abusos por meio de políticas adequadas, legislação, regulação e submissão à justiça.

Os estados devem estimular e se for preciso exigir que as empresas informem como lidam com o impacto de suas atividades sobre os direitos humanos

Já quanto aos princípios direcionados às empresas, destacam-se o 11 e o 13, respectivamente:

As empresas devem respeitar os direitos humanos. Isso significa que devem se abster de infringir os direitos humanos de terceiros e enfrentar os impactos negativos sobre os direitos humanos nos quais tenham algum envolvimento.

A responsabilidade de respeitar os direitos humanos exige que as empresas: A. Evitem que suas próprias atividades gerem impactos negativos sobre direitos humanos ou para estes contribuam, bem como enfrentem essas consequências quando vierem a ocorrer; B. Busquem prevenir ou mitigar os impactos negativos sobre os direitos humanos diretamente relacionadas com operações, produtos ou serviços prestados por suas relações comerciais, inclusive quando não tenham contribuído para gerá-los.

Ora, até o momento, o Estado brasileiro, por meio dos entes Políticos e Administrativos responsáveis pela UHE de Belo Monte, quedaram-se inertes quanto a situação caótica do saneamento básico em Altamira, deixando de adotar as medidas apropriadas para prevenir,



investigar e punir os descumprimentos das condicionantes por parte do empreendedor.

Ademais, mesmo tendo constatado a contaminação do lençol freático da cidade de Altamira por esgoto doméstico, e antever que o aumento do nível das águas subterrâneas pode causar uma catástrofe ambiental, gerando graves riscos de saúde pública, o Estado brasileiro não exigiu que a empresa responsável informasse como lidaria com essas violações de direitos humanos.

Por sua vez, o agente privado responsável pela obra abstém-se de enfrentar os impactos negativos sobre os direitos humanos que suas ações provocam, não assumindo as responsabilidades que lhe são pertinentes.

Portanto, comprovada a violação do direito humano à água potável e limpa e ao saneamento, essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos, perpetrada pelos réus desta ACP, **nasce a obrigação de reparar**, que no caso concreto, deverá abranger, além do dever de praticar os atos necessários à resolução do problema mencionado, **a imposição, por decisão judicial, ao agente privado, de realizar "Pedido Formal de Desculpas" aos cidadãos altamirenses, veiculado em meios de comunicação.**

Com efeito, desde de **25/07/2014** deveriam operar, em Altamira, sistemas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, levando à população bem-estar físico, mental e social. Entretanto, devido às omissões dos réus, não cumprindo as responsabilidades legais que lhe incumbiam, até o momento a cidade paraense não possui nenhum dos dois sistemas.

É impossível quantificar o mal-estar físico, mental e social gerado à comunidade altamirense pela falta de saneamento básico.

Dessa forma, além de serem os réus obrigados a praticar os atos necessários à resolução do problema, no caso em apreço, o agente privado deverá ser condenado a realizar **"Pedido Formal de Desculpas"**, visando a reparação integral pelas violações aos direitos humanos comprovadas, e, cujo conteúdo traz a simbolização de que o cumprimento da Constituição e das leis, no Estado Democrático de Direito, deve ser imposto a todos, sem distinção de qualquer natureza, conforme preceitua o art. 5º, caput, da CRFB/88.

3.5. DO DIREITO À SAÚDE

Para a Organização Mundial de Saúde-OMS, saneamento básico é o gerenciamento ou controle dos fatores físicos que podem exercer efeitos nocivos ao homem, prejudicando seu bem-estar físico, mental e social.

Esse conceito está ligado intimamente ao de saúde, descrito pela OMS como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de infecções e enfermidades.

A falta de saneamento básico está relacionada à contração de várias doenças que podem levar a morte.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), **1,5 milhão de crianças entre 0 e 5 anos morrem todos os anos em**



decorrência da diarreia, uma das doenças causadas pela falta de saneamento básico. Globalmente, cerca de 88% das mortes por diarreia são atribuídas à má qualidade da água, saneamento inadequado e falta de higiene¹³.

De acordo com o Instituto Trata Brasil, os resultados do estudo “**Esgotamento Sanitário Inadequado e Impactos na Saúde da População**”, realizado em 2011, mostram que 396.048 pessoas foram internadas por diarreia no Brasil. Dessas, 138.447 eram crianças menores de 5 anos.

Estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com o Instituto Trata Brasil, juntado aos autos do Inquérito Civil Público nº 1.23.003.000125/2015-44, fls. 139/159, revelou que a contaminação por doenças parasitárias de veiculação hídrica é especialmente trágica em crianças de 0 a 5 anos.

Conforme o estudo, a falta de saneamento básico atinge notadamente crianças e mulheres grávidas, aumentando em 24% a taxa de mortalidade infantil entre as crianças de 1 a 6 anos e faz crescer em 24% os casos de morte pré-natal (filho nascido morto).

Nessa fase inicial da vida, a maior parte do gasto calórico é para o desenvolvimento do cérebro e o **dispêndio de energia no combate a repetidas infecções e doenças compromete o desenvolvimento intelectual de forma permanente.**

São várias as doenças relacionadas à inexistência de saneamento básico que **roubam das crianças a saúde em um época essencial para o desenvolvimento futuro, ceifando, também, de forma abrupta e prematura, a vida dos bebês:** amebíase, ancilostomíase, ascaridíase, cisticercose, cólera, dengue, disenterias, elefantíase, esquistossomose, febre amarela, febre paratífóide, febre tifóide, giardíase, hepatite, infecções na pele e nos olhos, leptospirose, malária, poliomielite, teníase e tricuriase.

Nesse sentido, é evidente que o acesso ao saneamento adequado está diretamente ligado às chances de desenvolvimento e à dignidade das pessoas, sendo também um fator de gastos evitáveis para a saúde pública, pois para cada real gasto em saneamento básico, deixa-se de se gastar 5 reais em doenças relacionadas, conforme estudo citado.

O acesso às políticas sociais e econômicas que promovem, protegem e, sobretudo, previnem danos à saúde é um direito social constitucional, assegurado a todos, sendo dever do Estado garanti-lo, conforme art. 6º e 196 da Constituição¹⁴.

Revelando a ligação indissociável entre saneamento e saúde, prescreve o art. 200, IV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988¹⁵ c/c art. 6º, II da Lei 8.080/1990, a

¹³ http://www.unicef.org/media/files/Final_Diarrhoea_Report_October_2009_final.pdf

¹⁴ **Art. 6º.** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)**

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

¹⁵ **Art. 200.** Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

Art. 6º. Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS): II - a participação na formulação



participação do Sistema Único de Saúde – SUS na formulação da política e na execução das ações de saneamento básico.

A Lei 8.080/1990 é explícita em reconhecer no seu art. 3º que “Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.864, de 2013)”.

Conforme foi comprovado, mesmo estando plenamente cientes do grave problema de saúde pública ocasionado pela falta de saneamento básico na cidade de Altamira, os réus desta Ação Civil Pública quedaram-se inertes, ocasionando um agravamento alarmante da situação.

Agindo dessa forma, desrespeitaram as disposições constitucionais e legais que tutelam o direito à saúde, razão pela qual devem ser responsabilizados, nos termos da lei.

3.6. DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Segundo o estudo da FGV em parceria com o Instituto Trata Brasil, já mencionado, a diferença de aproveitamento escolar entre crianças que têm e não têm acesso ao saneamento é de 18%.

Os dias perdidos na escola sobem para 11,4% para os estudantes que vivem em áreas não saneadas. A principal justificativa de falta a escola é a contração de doenças (60%), subindo para 74% entre as crianças de 0 a 3 anos, confirmando a faixa etária mais sensível aos efeitos danosos da ausência de saneamento básico.

Esses números revelam perdas irreparáveis de potencial intelectual, que não poderão ser repostos no futuro, prejudicando a vida escolar e profissional das crianças sujeitas aos efeitos deletérios da ausência de saneamento básico.

Nesse sentido, é clara a vinculação entre saneamento e desenvolvimento intelectual e profissional da pessoa.

A falta de saneamento básico atinge diretamente a fruição do direito constitucional a educação, previsto no art. 6º da Constituição, tendo em vista que impede o pleno desenvolvimento intelectual da pessoa.

O direito a educação, assegurado todos, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, está previsto também no art. 205 da Constituição¹⁶, sendo dever do Estado e da família garanti-lo, com a colaboração da sociedade.

Com efeito, mesmo estando plenamente cientes do grave problema de saúde pública ocasionado pela falta de saneamento básico na cidade de Altamira, os requeridos quedaram-se

da política e na execução de ações de saneamento básico;

¹⁶ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



inertes, ocasionando um agravamento alarmante da situação.

Agindo dessa forma, desrespeitaram as disposições constitucionais e legais que tutelam o direito à educação, **notadamente das crianças de 0 a 3 anos**, as mais vulneráveis nesse contexto.

3.7. DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO

3.8. DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

O princípio da precaução funciona como uma espécie de princípio 'in dubio pro ambiente': **na dúvida sobre a perigosidade de uma certa atividade para o ambiente, decide-se a favor do ambiente e contra o potencial poluidor**, isto é, o ônus da prova da inocuidade de uma ação em relação ao ambiente é transferido do Estado ou do potencial poluído para o potencial poluidor.

Por força do princípio da precaução, é o potencial poluidor que tem o ônus da prova de que um acidente ecológico não vai ocorrer e de que adaptou medidas de precaução específicas.

Acima de tudo, **o princípio da precaução impõe que a responsabilidade de produzir os resultados científicos que provem a inocuidade ou a insignificância dos riscos seja atribuída a quem tem interesse no desenvolvimento da atividade interdita ou condicionada**.

Esse Princípio foi reconhecido internacionalmente no Princípio 15 da Declaração do Rio de Janeiro, votada na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), e também presente na Convenção da Diversidade Biológica¹¹ (Preâmbulo) e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática 12 (art. 3º).

A Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias sobre o Princípio da Precaução, publicada em 02.02.2000, deixa claro quando se deve invocar o postulado: *"A invocação do princípio da precaução é uma decisão exercida quando a informação científica é insuficiente, inconclusiva ou incerta e haja indicações de que os possíveis efeitos sobre o ambiente, a saúde das pessoas ou dos animais ou a proteção vegetal possam ser potencialmente perigosos e incompatíveis com o nível de proteção escolhido"*.

O Princípio da Precaução se assenta em dois pressupostos, bem delineados pela doutrina especializada: *a possibilidade que condutas humanas causem danos coletivos vinculados a situações catastróficas que podem afetar o conjunto de seres vivos – por uma parte –, e a falta de evidência científica (incerteza) a respeito da existência do dano temido – por outra. Incerteza não somente na relação de causalidade entre o ato e suas consequências, mas quanto à realidade do dano, a medida do risco ou do dano*.

Tamanha é a relevância do princípio que, inobstante a previsão em tratados internacionais já introduzidos no ordenamento jurídico brasileiro, o art. 1º da Lei 11.105/05, aplicável ao caso pela invocação do *microsistema de direitos difusos*, prevê a observância obrigatória da precaução para proteção do meio ambiente.

A orientação principiológica é no sentido de que a ausência de evidência científica, seja por deficiência na técnica ou no próprio dever de informação, enseja a aplicação do princípio da precaução e não execução da ação potencialmente impactante.



Desta forma, se após a análise suficientemente informada, correta em sua amplitude, contextualizada e científica, o EIA/RIMA atesta a incerteza sobre os impactos ambientais ou demonstra impossibilidade de sua análise segura, deve-se buscar outras alternativas, com as adaptações necessárias ao projeto e correta definição das medidas de mitigação e compensação.

A precaução demanda tal solução e, mais que isto, deve ser entendida como um *standard*, de forma que se proíba determinada atividade em certo contexto, a questão deve voltar a ser analisada assim que possível, ou seja, *novas descobertas e desenvolvimentos devem ser levados em consideração*.

O princípio da precaução se materializa por meio de três instrumentos, os quais devem estar presentes simultaneamente: *(a)avaliação de riscos; (b)gestão de riscos; (c)comunicação de riscos*.

A avaliação de riscos é essencial para avaliar a viabilidade ambiental de um empreendimento, pois *compreende a análise do conjunto de dados científicos pragmáticos e isentos de opiniões pessoais, que servem de fundamento para as decisões políticas sobre a aceitação do risco que de certa atividade possa decorrer*.

A *gestão de risco*, por sua vez, permite estabelecer, a partir de aspectos sociopolíticos, econômicos e ambientais, medidas de controle, fiscalização e mitigação dos efeitos potencialmente perigosos de um fenômeno, produto ou processo identificados na avaliação.

Por fim, a sociedade deve ser verdadeiramente informada dos riscos e quais as medidas de gestão serão tomadas, aspecto representado pela *comunicação de risco*, materializando o princípio democrático de informação em seu aspecto material.

No caso presente, conforme se demonstrou, há indicações firmes sobre a insuficiente informação e diagnóstico dos impactos decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte sobre o lençol freático de Altamira, utilizado pela quase totalidade da população para consumo humano, a colocar em dúvida a proteção ambiental necessária para evitar os danos ambientais e à saúde pública descritos e comprovados ao norte, de modo a impor a incidência do Princípio da Precaução.

Conforme comprovado na investigação cível do Ministério Público Federal, os documentos que compõe o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (EIA/RIMA e PBA) **não trazem estudos pormenorizados a respeito do lençol freático de Altamira, revelando uma lacuna grave do processo de licenciamento ambiental, o que foi reconhecido pelo IBAMA e estudo "Painel de Especialistas"**.

Por sua vez, conforme comprovado, a falta de saneamento básico em Altamira gerou um ciclo vicioso consistente em despejar o esgoto no solo, contaminando o lençol freático, mas, ao mesmo tempo, retirar do lençol freático contaminado a água para consumo humano.

Disso resultou um sério comprometimento da qualidade da água do **lençol freático do município paraense, bem como da saúde da população, provocando ainda a poluição do meio ambiente**.

Outrossim, com o barramento do rio Xingu tal situação será agravada, pois haverá um aumento constante do nível do rio e do lençol freático de Altamira, gerando o afogamento das fossas rudimentares escavadas por toda cidade.

Isso provocará a mistura indesejada das águas subterrâneas com a parte sólida do



esgoto despejado diretamente no solo, piorando a contaminação advinda de lixões e cemitérios, gerando uma situação catastrófica de violação ao meio ambiente e saúde humana.

Infelizmente, tais questões ambientais foram totalmente negligenciadas pelos réus, sequer havendo estudos detalhados ou informações claras quanto aos danos ambientais retratados nesta ação.

Nesse sentido, **deverá ser aplicado à espécie o Princípio da Precaução, fundamentando a imediata paralisação do barramento do rio Xingu, até que haja estudos, informações claras e seguras quanto à iminente possibilidade de afogamento das fossas rudimentares escavadas por toda Altamira, em decorrência direta das obras da UHE de Belo Monte (barramento do rio federal), provocando uma catástrofe ambiental e de saúde pública, conforme retratado à exaustão nesta Ação Civil Pública.**

O entendimento acima esposado é respaldado pela jurisprudência sobre o assunto, conforme se observa das ementas do Superior Tribunal de Justiça –STJ, abaixo transcritas:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANOS AMBIENTAIS. ADIANTAMENTO DE DESPESAS PERICIAIS. ART. 18 DA LEI 7.347/1985. ENCARGO DEVIDO À FAZENDA PÚBLICA. DISPOSITIVOS DO CPC. DESCABIMENTO. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO.** 1. Segundo jurisprudência firmada pela Primeira Seção, descabe o adiantamento dos honorários periciais pelo autor da ação civil pública, conforme disciplina o art. 18 da Lei 7.347/1985, sendo que o encargo financeiro para a realização da prova pericial deve recair sobre a Fazenda Pública a que o Ministério Público estiver vinculado, por meio da aplicação analógica da Súmula 232/STJ. 2. Diante da disposição específica na Lei das Ações Cíveis Públicas (art. 18 da Lei 7.347/1985), afasta-se aparente conflito de normas com os dispositivos do Código de Processo Civil sobre o tema, por aplicação do princípio da especialidade. 3. **Em ação ambiental, impõe-se a inversão do ônus da prova, cabendo ao empreendedor, no caso concreto o próprio Estado, responder pelo potencial perigo que causa ao meio ambiente, em respeito ao princípio da precaução.** Precedentes. 4. Recurso especial não provido. (RESP 201100265904, ELIANA CALMON, STJ -SEGUNDA TURMA, DJE DATA:01/10/2013)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. CONSTRUÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA. REDUÇÃO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO CABIMENTO. DISSÍDIO NOTÓRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO INCONTESTE. NEXO CAUSAL. **PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.** CABIMENTO. PRECEDENTES. 1. Não há falar, na espécie, no óbice contido na Súmula nº 7/STJ, haja vista que os fatos já restaram delimitados nas instâncias ordinárias, devendo ser revista nesta instância somente a interpretação dada ao direito para a resolução da controvérsia. Precedentes. 2. Tratando-se de dissídio notório, admite-se, excepcionalmente, a mitigação dos requisitos exigidos para a interposição do recurso pela alínea "c" "quando os elementos contidos no recurso são suficientes para se concluir que os julgados confrontados conferiram tratamento jurídico distinto à similar situação fática"



(AgRg nos EAg 1.328.641/RJ, Rel. Min. Castro Meira, DJe 14/10/11). 3. A Lei nº 6.938/81 adotou a sistemática da responsabilidade objetiva, que foi integralmente recepcionada pela ordem jurídica atual, de sorte que é irrelevante, na espécie, a discussão da conduta do agente (culpa ou dolo) para atribuição do dever de reparação do dano causado, que, no caso, é inconteste. 4. **O princípio da precaução, aplicável à hipótese, pressupõe a inversão do ônus probatório, transferindo para a concessionária o encargo de provar que sua conduta não ensejou riscos para o meio ambiente e, por consequência, aos pescadores da região.** 5. Agravo regimental provido para, conhecendo do agravo, dar provimento ao recurso especial a fim de determinar o retorno dos autos à origem para que, promovendo-se a inversão do ônus da prova, proceda-se a novo julgamento. (AGARESP 201201507675, RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA, STJ -TERCEIRA TURMA, DJE DATA:27/02/2013)

Outrossim, mister se faz, no presente caso, a inversão do ônus da prova, tendo em vista que em busca da efetiva reparação aos danos ambientais, bem como a punição dos agentes causadores dos referidos danos, tem-se deferido a inversão do ônus da prova no direito ambiental, imputando ao demandado o *onus probandi*.

Haja vista que a responsabilidade civil ambiental se reveste de nítido interesse público, deve-se recorrer, por analogia, ao art. 6º, Inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor¹⁷, o qual prevê a possibilidade de inversão do **ônus da prova pelo juiz, desde que presente a verossimilhança das alegações.**

Ademais, também reforça essa possibilidade a Lei da Ação Civil Pública, ao prever em seu artigo 21 que *"aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor"*.

Destarte, tanto em homenagem ao princípio do poluidor-pagador, quanto da precaução e da prevenção, impõe-se ao sujeito que desenvolve uma atividade potencialmente lesiva ao meio ambiente o ônus de provar que sua atividade não lhe oferece riscos.

De qualquer forma, verifica-se que em se tratando de ação civil pública em defesa do meio ambiente, quando manifestamente verossímil as alegações, e pela própria afetação do meio ambiente, bem constitucionalmente protegido (art. 225, CF/88), afigura-se plenamente cabível a inversão do ônus da prova, mormente porque o Poder Judiciário deve agir cautelosamente, tendo em vista que está em análise relevante bem público.

Nesse sentido, asseverando essas características do regime de proteção do ambiente, o Min. Herman Benjamin¹⁸ escreveu que *"qualquer que seja a qualificação jurídica do degradador, público ou privado, no Direito brasileiro a responsabilidade civil pelo dano ambiental é de natureza objetiva, solidária e ilimitada, sendo regida pelos princípios do poluidor-pagador, da reparação in*

¹⁷ Art. 6º São direitos básicos do consumidor: VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

¹⁸ REsp 1071741/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/03/2009, DJe 16/12/2010)



integrum, da prioridade da reparação in natura, e do favor debilis, este último a legitimar uma série de técnicas de facilitação do acesso à Justiça, entre as quais se inclui a inversão do ônus da prova em favor da vítima ambiental".

Nesta senda, confira-se mais entendimentos jurisprudenciais:

ACP. DANO AMBIENTAL. ÔNUS. PROVA.

Trata-se da inversão do ônus probatório em ação civil pública (ACP) que objetiva a reparação de dano ambiental. A Turma entendeu que, **nas ações civis ambientais, o caráter público e coletivo do bem jurídico tutelado e não eventual hipossuficiência do autor da demanda em relação ao réu conduz à conclusão de que alguns direitos do consumidor também devem ser estendidos ao autor daquelas ações, pois essas buscam resguardar (e muitas vezes reparar) o patrimônio público coletivo consubstanciado no meio ambiente. A essas regras, soma-se o princípio da precaução. Esse preceitua que o meio ambiente deve ter em seu favor o benefício da dúvida no caso de incerteza (por falta de provas cientificamente relevantes) sobre o nexo causal entre determinada atividade e um efeito ambiental nocivo. Assim, ao interpretar o art. 6º, VIII, da Lei n. 8.078/1990 c/c o art. 21 da Lei n. 7.347/1985, conjugado com o princípio da precaução, justifica-se a inversão do ônus da prova, transferindo para o empreendedor da atividade potencialmente lesiva o ônus de demonstrar a segurança do empreendimento.** Precedente citado : REsp 1.049.822-RS , DJe 18/5/2009. REsp 972.902-RS, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 25/8/2009.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROVA PERICIAL. INVERSÃO DO ÔNUS. ADIANTAMENTO PELO DEMANDADO.DESCABIMENTO. PRECEDENTES.

I - Em autos de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual visando apurar dano ambiental, foram deferidos, a perícia e o pedido de inversão do ônus e das custas respectivas, tendo a parte interposto agravo de instrumento contra tal decisão.

II - Aquele que cria ou assume o risco de danos ambientais tem o dever de reparar os danos causados e, em tal contexto, transfere-se a ele todo o encargo de provar que sua conduta não foi lesiva.

III - Cabível, na hipótese, a inversão do ônus da prova que, em verdade, se dá em prol da sociedade, que detém o direito de ver reparada ou compensada a eventual prática lesiva ao meio ambiente - artigo 6º, VIII, do CDC c/c o artigo 18, da lei nº 7.347/85.

IV - Recurso improvido.

(REsp 1049822/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/04/2009, DJe 18/05/2009)



3.9. DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO

Conforme art. 3º, III da Lei 6.938/81¹⁹, poluição é a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que **direta ou indiretamente**, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população ou afete as condições sanitárias do meio ambiente.

Tendo em vista esse conceito, fica fácil perceber que a ausência de saneamento básico causa poluição ambiental ao permitir a contaminação da água e do solo, advinda de esgoto produzido pela população, gerando ainda inundações e deslizamentos de terra, afetando a vida das pessoas diretamente.

No caso de contaminação do solo e do lençol freático por lançamento de esgoto sem tratamento adequado, a poluição é ainda mais preocupante, pois o dano ambiental é aparentemente invisível, só sendo percebido por meio de análises químicas da água e do solo contaminados, e exames de saúde da população atingida.

Os lixões, cemitérios e fossas rudimentares são as principais causas de contaminação do lençol freático. As águas subterrâneas localizadas nas proximidades desses locais registram a presença de bactérias de diversas categorias, elevado teor de metais pesados (alumínio, cromo, cádmio, manganês, bário e chumbo), coliformes fecais e estreptococos fecais.

Altamira possui os três vetores de contaminação, sendo, por isso, de extrema preocupação a situação atual do saneamento básico.

O pleno acesso ao saneamento básico, além de ser um direito humano, é essencial para a tutela do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no art. 225 da CRFB/88²⁰.

O art. 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Comentando a expressão constitucional, "bem de uso comum do povo" PHILIPPI JÚNIOR e RODRIGUES asseveram que:

¹⁹ Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas; II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente; III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

²⁰ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.



os atributos do meio ambiente não podem ser de apropriação privada mesmo quando seus elementos constitutivos pertençam a particulares. Significa que **o proprietário, seja público ou privado, não pode dispor da qualidade do meio ambiente ao seu bel-prazer, porque ele não integra a sua disponibilidade. Os bens ambientais são bens de interesse público**, dotados de um regime jurídico especial, enquanto essenciais à sadia qualidade de vida e vinculados assim, a um fim de interesse coletivo.²¹

Na qualidade de direito a *bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida*, pode ser desfrutado e exercido, dentro dos limites constitucionais, por qualquer pessoa.

Na lição de ÉDIS MILARÉ:

o reconhecimento do direito a um meio ambiente sadio configura-se, na verdade, como extensão do direito à vida, quer sob o enfoque da própria existência física e saúde dos seres humanos, quer quanto ao aspecto da dignidade dessa existência - a qualidade de vida, que faz com que valha a pena viver.²²

Os requeridos, por não promoverem as ações que lhe competiam para evitar a poluição do solo, rios, igarapés e lençol freático de Altamira, ofenderam o direito constitucional de toda a coletividade ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, prejudicando, por via direta, o direito à saúde e, por via reflexa, o direito à vida.

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº. 6.938/81), art. 3º, IV, não deixa dúvidas quanto a condição de poluidores dos réus, que, mesmo estando plenamente cientes do grave problema ambiental e de saúde pública ocasionados pela falta de saneamento básico na cidade de Altamira, quedaram-se inertes, ocasionando um agravamento alarmante da situação:

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, **responsável, direta ou indiretamente**, por atividade causadora de degradação ambiental.

Segundo a legislação ambiental, a relação de causalidade não se limita à figura do agente causador do dano, sendo estendida a todos aqueles que tenham participado do evento que proporcionou a lesão ao meio ambiente.

Nesse sentido, torna-se clara a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades e omissões dos réus, que direta e indiretamente, prejudicaram a saúde, a segurança e o bem-estar da população, afetando as condições sanitárias do meio ambiente.

Assim, mister se faz o provimento jurisdicional no sentido de impor aos demandados, poluidores, a obrigação de reparar os danos causados por sua conduta, objetivando-se proteger o meio ambiente de atividades nocivas, bem como assegurar o direito à sua restauração e higidez, constitucionalmente garantido à coletividade.

²¹ PHILIPPI JR, Arlindo; ALVES, Alair Caffé. Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental. Barueri: Manole, 2005, p. 17.

²² MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p.137.



Portanto, devem os requeridos, em sede de ação civil pública, reparar todos os danos ambientais causados, sendo a Lei nº 7.347/1985 o instrumento próprio para a imputação da responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente (inciso I do art. 1º)²³, mediante a imposição de indenização em dinheiro e obrigações de fazer e não fazer, conforme permite seu art. 3º²⁴.

3.10. DA RESPONSABILIDADE CIVIL

As ações e omissões consideradas lesivas ao meio ambiente devem sujeitar os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, **conforme estabelecido no §3º do art. 225 da Constituição da República e no art. 14, §1º, da Lei nº 6.938/81**²⁵.

A prática de um ilícito ambiental gera consequências em distintas esferas do direito, já que é, ao mesmo tempo, um ilícito administrativo, penal e civil. Dessa forma, constatada a ocorrência do ilícito, deve o agente receber, concomitantemente, as sanções penal e administrativa, além de ser obrigado a proceder à reparação civil do dano causado, nos termos do art. 225, § 3º da CF/88.

Essa posição é adotada, inclusive, pela nossa doutrina:

Como se vê, a danosidade ambiental, potencial ou efetiva, pode gerar uma tripla reação do ordenamento jurídico, ou seja, um único ato pode detonar a imposição de sanções administrativas, penais e civis". (MILARÉ, 2005, p. 207.)

3.11. DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA

Consagrou-se, em nosso ordenamento jurídico, a responsabilidade civil objetiva por danos

²³Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (Redação dada pela Lei nº 12.529, de 2011), I - ao meio-ambiente;

²⁴Art. 3º A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

²⁵ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
Art 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores: § 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.



ao meio ambiente, permitindo figurar no polo passivo desta ACP todos aqueles que, por ação ou omissão, contribuíram para o evento danoso

O evento danoso praticado contra o meio ambiente apresenta enorme repercussão em função do seu caráter eminentemente difuso, em razão da agressão a direitos de terceira geração, qual seja, a garantia de um meio ambiente ecologicamente sadio e equilibrado, garantia esta instituída em nosso ordenamento jurídico com o desígnio de assegurar às gerações presente e futura o exercício do direito à vida, conforme comando presente no art. 225, caput, de nossa Carta Magna.

Diante disso, o ordenamento jurídico brasileiro adotou o sistema da responsabilidade objetiva como técnica de particular importância à reparação dos danos causados ao meio ambiente, contemplando a **teoria do risco integral**.

Logo, a responsabilidade ambiental prescinde da perscrutação da culpa do infrator, contentando-se com a existência do evento danoso.

A responsabilidade objetiva pelo dano ambiental está prevista no art. 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81:

Art. 14, § 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, **independentemente da existência de culpa**, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Pelos artigos acima mencionados, é de se concluir que a responsabilidade dos causadores de danos ao meio ambiente é objetiva e integral.

3.12. DA REPARAÇÃO IN NATURA

Os arts. 4º, inciso VII, e 14, § 1º, da Lei nº 6.938/1981 e o art. 225, § 3º, da Constituição Federal exigem do degradador a obrigação de **recuperar e indenizar** os prejuízos causados, recuperação esta que deve ser integral, nos seguintes termos:

Art 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da **obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados** e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Art. 225, § 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, **independentemente da obrigação de reparar os danos causados**".

A reparação integral obriga o responsável a reparar todo o dano, sob pena de redundar em



impunidade.

Esse é o entendimento do E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

A jurisprudência do STJ está firmada no sentido de que a necessidade de reparação integral da lesão causada ao meio ambiente permite a cumulação de obrigações de fazer e indenizar (Resp 1180078/ MG - Ministro HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA - DJe 28/02/2012)

Como dito alhures, efetivada a agressão ao meio ambiente, nascem várias consequências legais para o autor do ato ilícito, dentre as quais se destaca a obrigação de fazer, consistente em recuperar ambientalmente a área degradada.

Nesse sentido, a **Norte Energia S/A** deverá apresentar ao IBAMA um Plano de Recuperação da Área Degradada – PRAD, conforme Termo de Referência a ser fornecido pela Autarquia ambiental, **visando a completa recuperação ambiental de todo o lençol freático do perímetro urbano de Altamira, bem como dos Igarapés e Rios atingidos por lançamento de esgoto sem tratamento adequado.**

Ademais, o PRAD deverá vir acompanhado de cronograma de execução e informações detalhadas acerca dos procedimentos metodológicos e técnicos que serão utilizados, possibilitando o monitoramento pela Autarquia ambiental.

Ressalte-se que qualquer atividade só poderá ser iniciada após a aprovação do PRAD e a autorização da Autarquia ambiental.

Portanto, nenhuma ação de recuperação poderá ser executada segundo o livre arbítrio dos requeridos, pois imperiosa se faz a avaliação prévia pelo órgão ambiental competente, a fim de se verificar a eficácia das medidas propostas, bem como sua adequação às necessidades ambientais, evitando-se, assim, que ações sem o devido estudo agravem ainda mais a situação da área degradada.

Por derradeiro, cumpre mencionar que a reparação do dano, mediante obrigação de fazer, é imprescritível. A esse respeito, lapidares as palavras de CARLOS ROBERTO GONÇALVES:

é impensável a prescrição da pretensão reparatória do dano ambiental, por tratar-se de matéria de ordem pública, indisponível, de titularidade difusa e para a qual a Carta Política de 1988 prevê proteção perpétua.²⁶

No mesmo sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL - DIREITO AMBIENTAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL – **IMPRESCRITIBILIDADE DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL** – PEDIDO GENÉRICO – ARBITRAMENTO DO QUANTUM

²⁶ GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 96.



DEBEATUR NA SENTENÇA: REVISÃO, POSSIBILIDADE - SÚMULAS 284/STF E 7/STJ.

1. É da competência da Justiça Federal o processo e julgamento de Ação Civil Pública visando indenizar a comunidade indígena Ashaninka-Kampa do rio Amônia. 2. Segundo a jurisprudência do STJ e STF trata-se de competência territorial e funcional, eis que o dano ambiental não integra apenas o foro estadual da Comarca local, sendo bem mais abrangente espalhando-se por todo o território do Estado, dentro da esfera de competência do Juiz Federal. 3. Reparação pelos danos materiais e morais, consubstanciados na extração ilegal de madeira da área indígena. 4. O dano ambiental além de atingir de imediato o bem jurídico que lhe está próximo, a comunidade indígena, também atinge a todos os integrantes do Estado, espalhando-se para toda a comunidade local, não indígena e para futuras gerações pela irreversibilidade do mal ocasionado. 5. Tratando-se de direito difuso, a reparação civil assume grande amplitude, com profundas implicações na espécie de responsabilidade do degradador que é objetiva, fundada no simples risco ou no simples fato da atividade danosa, independentemente da culpa do agente causador do dano. **6. O direito ao pedido de reparação de danos ambientais, dentro da logicidade hermenêutica, está protegido pelo manto da imprescritibilidade, por se tratar de direito inerente à vida, fundamental e essencial à afirmação dos povos, independentemente de não estar expresso em texto legal.** 7. Em matéria de prescrição cumpre distinguir qual o bem jurídico tutelado: se eminentemente privado seguem-se os prazos normais das ações indenizatórias; se o bem jurídico é indisponível, fundamental, antecedendo a todos os demais direitos, pois sem ele não há vida, nem saúde, nem trabalho, nem lazer, considera-se imprescritível o direito à reparação. **8. O dano ambiental inclui-se dentre os direitos indisponíveis e como tal está dentre os poucos acobertados pelo manto da imprescritibilidade a ação que visa reparar o dano ambiental.(...)** (REsp 1120117/AC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 19/11/2009).

3.13. DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS

Os requeridos devem responder ainda pelos danos materiais advindos de suas ações e omissões.

O E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA consolidou diretriz segundo a qual:

A restauração in natura nem sempre é suficiente para reverter ou recompor integralmente, no terreno da responsabilidade civil, o dano ambiental causado, daí não exaurir o universo dos deveres associados aos princípios do poluidor-pagador e da reparação in integrum (Resp 1180078/ MG -- Ministro HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA - DJe 28/02/2012)

Nesse sentido, é perfeitamente possível o pedido de reparação pelos danos materiais difusos cumulado com o pedido de reparação in natura.

Efetivamente:



A responsabilidade civil ambiental deve ser compreendida o mais amplamente possível, de modo que a condenação a recuperar a área prejudicada não exclua o dever de indenizar - juízos retrospectivo e prospectivo (REsp 1198727/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 09/05/2013) (grifo nosso).

Outrossim, de acordo com a melhor doutrina, **a obrigação civil de reparar integralmente o dano ambiental**, mediante prestações específicas, **pode e deve ser cumulada com a indenização pelos prejuízos ambientais irreversíveis**, além dos danos futuros atrelados a tais fatos.

É importante ressaltar que os artigos 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81, e 3º da Lei nº 7.347/85 **devem ser entendidos como pedidos cumulativos e não alternativos**²⁷.

Com efeito, desde julho de 2014, a cidade de Altamira deveria contar com sistemas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, bem como deveriam ter sido resolvidas todas as questões relacionadas ao passivo ambiental.

A partir dessa data, os réus entraram em mora, devendo assumir a responsabilidade por toda poluição gerada por falta de saneamento básico na cidade de Altamira, até que todas as questões quanto ao tema sejam plenamente solucionadas.

O quantum dessa indenização deverá ser especificado em momento oportuno, em liquidação de sentença, devendo ser realizada com a participação do IBAMA, que quantificará o dano ambiental.

Desse modo, pugna-se pela condenação dos réus pelos danos materiais efetivamente causados ao meio ambiente, a fim de que haja o efetivo ressarcimento dos danos.

3.14. DOS DANOS MORAIS

A Constituição da República assegura o direito à indenização por dano moral, nos termos do inciso V do art. 5º²⁸.

Outrossim, a indenização pelos danos morais em sede de ação civil pública goza de previsão legal expressa, nos termos do *caput* do art. 1º da Lei nº 7.347/1985.

Ademais, o Código de Defesa do Consumidor, como parte integrante do microsistema legal de tutela dos direitos difusos e coletivos, também prevê no art. 6º, VI, a reparabilidade do dano

²⁷ Art. 3º, Lei 7.347/85 - A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

Art. 14, § 1º, Lei 6.938/81 - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

²⁸ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;



extrapatrimonial²⁹.

Por fim, cite-se a súmula 37 do STJ, segundo a qual *"são cumuláveis as indenizações por dano patrimonial e moral oriundas do mesmo fato"*.

Segundo ALBERTO BITTAR FILHO:

chega-se a conclusão de que o dano moral coletivo é a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos. Quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico: quer dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial.³⁰

Vale destacar, ainda, o escólio do douto Procurador Regional da República ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS, que, analisando o dano moral coletivo, ponderou:

Assim, é preciso sempre enfatizar o imenso dano moral coletivo causado pelas agressões aos interesses transindividuais. Afeta-se a boa-imagem da proteção legal a estes direitos e afeta-se a tranquilidade do cidadão, que se vê em verdadeira selva, onde a lei do mais forte impera.³¹

Tal intranquilidade e sentimento de desprezo gerado pelos danos coletivos, justamente por serem indivisíveis, acarretam lesão moral que também deve ser reparada coletivamente. Ou será que alguém duvida que o cidadão brasileiro, a cada notícia de lesão a seus direitos não se vê desprestigiado e ofendido em seu sentimento de pertencer a uma comunidade séria, onde as leis são cumpridas? A expressão popular 'o Brasil é assim mesmo' deveria sensibilizar todos os operadores do Direito sobre a urgência na reparação do dano moral coletivo.³²

A esse respeito, é oportuno ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça vem modificando o seu entendimento acerca da caracterização de dano moral coletivo, conforme se verifica da ementa abaixo transcrita:

ADMINISTRATIVO - TRANSPORTE - PASSE LIVRE - IDOSOS - DANO MORAL COLETIVO - DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA DOR E DE SOFRIMENTO -

²⁹ Art. 6º São direitos básicos do consumidor: VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

³⁰ BITTAR FILHO, Alberto. Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro, Direito do Consumidor, vol. 12. Ed. RT.

³¹ RAMOS, André de Carvalho. A ação civil pública e o dano moral coletivo, Direito do Consumidor, vol. 25. Ed. RT, p. 83.

³² Idem, p. 83.



APLICAÇÃO EXCLUSIVA AO DANO MORAL INDIVIDUAL - CADASTRAMENTO DE IDOSOS PARA USUFRUTO DE DIREITO - ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA PELA EMPRESA DE TRANSPORTE - ART. 39, § 1º DO ESTATUTO DO IDOSO - LEI 10741/2003 VIAÇÃO NÃO PREQUESTIONADO. 1. O dano moral coletivo, assim entendido o que é transindividual e atinge uma classe específica ou não de pessoas, é passível de comprovação pela presença de prejuízo à imagem e à moral coletiva dos indivíduos enquanto síntese das individualidades percebidas como segmento, derivado de uma mesma relação jurídica-base. **2. O dano extrapatrimonial coletivo prescinde da comprovação de dor, de sofrimento e de abalo psicológico, suscetíveis de apreciação na esfera do indivíduo, mas inaplicável aos interesses difusos e coletivos.** 3. Na espécie, o dano coletivo apontado foi a submissão dos idosos a procedimento de cadastramento para o gozo do benefício do passe livre, cujo deslocamento foi custeado pelos interessados, quando o Estatuto do Idoso, art. 39, § 1º, exige apenas a apresentação de documento de identidade. 4. Conduta da empresa de viação injurídica se considerado o sistema normativo. 5. Afastada a sanção pecuniária pelo Tribunal que considerou as circunstâncias fáticas e probatórias e restando sem prequestionamento o Estatuto do Idoso, mantém-se a decisão. 6. Recurso especial parcialmente provido. (REsp 1057274/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/12/2009, DJe 26/02/2010)

No caso em espécie, os requeridos, além de violarem direitos humanos, infringiram o direito fundamental constitucional da comunidade de Altamira em usufruir de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uma sadia qualidade de vida.

Os réus, mesmo estando plenamente cientes do grave problema ambiental e de saúde pública ocasionados pela falta de saneamento básico em Altamira, quedaram-se inertes.

Isto é, mesmo sabendo que a população bebe água contaminada por esgoto doméstico, comercial e hospitalar, os requeridos nada fizeram para resolver a questão.

Pelo contrário, a Norte Energia preferiu silenciar; mais que isso, decidiu não resolver o problema, já que, por uma interpretação autêntica do PBA, **com o aval do IBAMA**, não se considera responsável por entregar, em pleno funcionamento, os sistemas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

Como se não bastasse, a NESA sequer discute, também como aval do IBAMA, a **resolução do passivo ambiental da cidade paraense**, consistente em: i) recuperação ambiental do lençol freático, rios e igarapés da cidade; ii) limpeza e desativação das fossas rudimentares e de todos os meios inadequados de disposição e destino final de esgotos e iii) limpeza e desativação dos poços de toda a área urbana de Altamira.

A União, o Município de Altamira e a Cosanpa também devem ser responsabilizados, pois contribuíram decisivamente para a situação atual, conforme demonstrado.

Assim agindo, fomentaram um sentimento de descrédito da sociedade em relação à eficácia das disposições constitucionais.

Vê-se, pois, um dano moral difuso à sociedade.

Por todo o exposto, não pairam dúvidas acerca do cabimento da reparação por danos



morais coletivos, que deverá ser realizado por meio de **indenização pecuniária (a ser revertido para o Fundo de Bens Lesados de que trata o art. 13 da Lei da Ação Civil Pública)** e imposição, por decisão judicial, ao agente privado, de realizar **"Pedido Formal de Desculpas"** aos cidadãos altamirenses, veiculado em meios de comunicação.

Frise-se que o pedido de desculpas deve ser aceito como forma de reparação dos danos causados aos cidadãos altamirenses pela construção da UHE de Belo Monte, mormente quando se considera que a indenização pecuniária, no caso concreto, por si só, não atinge o objetivo de reparar o abalo moral coletivo comprovado.

O **"Pedido Formal de Desculpas"** também é importante para simbolizar o cumprimento das leis no Estado Democrático de Direito, fazendo nascer na população atingida pelo abalo moral o sentimento de que a Constituição e as leis do seu país aplicam-se a todos, sem distinção de qualquer natureza, conforme preceitua o art. 5º, caput, da CRFB/88.

3.15. DA SUSPENSÃO OU PERDA DE FINANCIAMENTO PÚBLICO

3.16. DA SUSPENSÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Norte Energia S/A deve ainda sofrer as seguintes sanções, por causa dos danos ambientais por ela praticados: i) suspensão da participação em linhas de financiamento oferecidas por estabelecimentos oficiais de crédito; ii) sofrer restrições no que diz respeito a incentivos e benefícios fiscais que porventura receba do Poder Público; iii) ter a sua atividade suspensa, por meio da suspensão da Licença de Operação, conforme determinam os incisos II, III, IV do art. 14 da Lei nº 6.938/1981:

Art 14. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e **danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:**

II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - à suspensão de sua atividade.

3.17. DA INAPLICABILIDADE DO DISCURSO DO "APAGÃO"

A decisão de interpretar autenticamente o PBA, chancelada pelo IBAMA, além de revelar uma postura censurável da NESA no âmbito do licenciamento ambiental, escancara o desejo de descumprir as condicionantes ambientais estabelecidas **há mais de 6 anos no processo de licenciamento.**



A condicionante do saneamento básico é mais uma dentre várias condicionantes descumpridas pela NESA.

O descumprimento reiterado dos deveres impostos no licenciamento ambiental fez o MPF ajuizar dezenas de Ações em face da NESA, União e IBAMA, obtendo, em muitas delas, decisões judiciais favoráveis para obrigar o empreendedor e entes públicos a cumprirem suas obrigações legais.

Lamentavelmente, em instâncias superiores, várias dessas decisões são suspensas liminarmente no bojo de Pedidos de Suspensão de Segurança ajuizados pela União, que se utiliza de argumentos *ad terrorem*, como a figura do “apagão”, conseguindo, infelizmente, a suspensão liminar das merecidas sanções impostas ao construtor da UHE de Belo Monte.

Todavia, as linhas de transmissão da Usina, necessárias para escoar a energia gerada pela UHE de Belo Monte, apenas estarão concluídas em abril de 2017, conforme detectado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.³³

Isto é, mesmo que venha a operar e gerar energia, Belo Monte não terá como escoar a produção até abril de 2017, o que retira o crédito do argumento.

Ademais, quando se decidiu construir Belo Monte, antes de 2009, considerava-se a obra estratégica para o desenvolvimento industrial brasileiro, que naquela época, apresentava taxas superiores às atuais de crescimento econômico.

Entretanto, com a desaceleração evidente da economia, provocada pela crise econômica atual, a demanda por energia elétrica diminuiu, revelando um uso político do argumento *ad terrorem* do “apagão”, que quase sempre convence as instâncias superiores do Poder Judiciário, as quais, muitas vezes distantes dos reais problemas ocasionados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, deixam se convencer.

Esse cenário faz nascer no empreendedor uma segurança quase inabalável quanto a continuidade da obra, mesmo diante do descumprimento reiterado do PBA e constatação de irregularidades gravíssimas, **que põem em risco a vida e a saúde das pessoas**, como as apontadas na presente Ação Civil Pública.

4. DO VALOR DA CAUSA

O valor aproximado das obras referentes às ligações intradomiciliares para que o sistema de esgotamento sanitário funcione é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), conforme fls. 83 do Inquérito Civil Público nº 1.23.003.000125/2015-44, devendo ser esse o valor da causa.

5. DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

Nos termos do art. 273, I, do Código de Processo Civil, o juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que,

³³ <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/11/aneel-ve-problema-em-transmissao-para-belo-monte-ja-em-2016-20151117135507457323.html>



existindo prova inequívoca, se convença da **verossimilhança da alegação** e haja **fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação**.

As provas produzidas no âmbito dos Inquéritos Cíveis em epígrafe comprovam a inércia dos réus diante de fatos e estudos que demonstram a violação de direitos humanos, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde e à educação, ocasionados pela ausência de saneamento básico em conjunto com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Nesse sentido, mister se faz provimento judicial, obrigando os demandados a reparar integralmente os danos ao meio ambiente, à saúde e à educação verificados, incluindo-se o "Pedido Formal de Desculpas", a ser realizado pelo empreendedor.

Outrossim, configura-se o receio de dano irreparável ou de difícil reparação pela possibilidade real e imediata de agravamento das condições ambientais relacionadas ao lençol freático de Altamira, devido ao barramento do rio Xingu, ocasionando o afogamento das fossas rudimentares escavadas por toda a cidade paraense, com a possível contaminação da população pelas graves doenças causadas pela falta de saneamento básico, como a diarreia, que mata, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), **1,5 milhão de crianças entre 0 e 5 anos todos os anos**³⁴.

Além da diarreia, cite-se outras doenças causadas pela inexistência de saneamento: amebíase, ancilostomíase, ascaridíase, cisticercose, cólera, dengue, desenterias, elefantíase, esquistossomose, febre amarela, febre paratifóide, febre tifóide, giardíase, hepatite, infecções na pele e nos olhos, leptospirose, malária, poliomielite, teníase e tricuriase.

Relembre-se que a falta de saneamento básico atinge notadamente crianças e mulheres grávidas, aumentando em 24% a taxa de mortalidade infantil entre as crianças de 1 a 6 anos e faz crescer em 24% os casos de morte pré-natal (filho nascido morto).

Dado esse cenário, torna-se claro o **fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação**.

Ademais, deve-se registrar os princípios basilares do direito ambiental, destacando-se o **princípio da precaução**, uma vez que os objetivos do Direito Ambiental são fundamentalmente preventivos. Isso porque **a atenção deve estar voltada para o momento anterior ao da consumação do dano**, pois diante da incerteza e, na maioria das vezes, onerosa reparação, **a prevenção é a melhor, quando não, a única solução, uma vez que os danos ambientais, na maioria das vezes, são irreversíveis e irreparáveis**.

Por sua vez, a Constituição Federal de 1988 expressamente adotou o princípio da prevenção, ao preceituar, no *caput* do art. 225, o dever do Poder Público e da coletividade de proteger e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Logo, no caso em apreço, deve ser deferida a antecipação dos efeitos da tutela.

Ante o exposto, comprovados os requisitos do art. 273, I, do CPC, requer o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, liminarmente, *sem ouvir os demandados*:

1. A imediata **suspensão da Licença de Operação nº 1317/2015, emitida pelo IBAMA, até que sejam realizadas as seguintes obrigações decorrentes da condicionante do**

³⁴ http://www.unicef.org/media/files/Final_Diarrhoea_Report_October_2009_final.pdf



saneamento básico: i) limpeza e desativação das fossas rudimentares e de todos os meios inadequados de disposição e destino final de esgotos, em todo perímetro urbano da cidade de Altamira, bem como ii) limpeza e desativação dos poços de toda a área urbana de Altamira, com o respectivo iii) fornecimento de água potável encanada e efetivo funcionamento do sistema de esgotamento sanitário, incluindo as ligações intradomiciliares, em todo perímetro urbano da cidade de Altamira.

2. A condenação da Norte Energia S/A na obrigação de fazer, consistente em paralisar, no prazo de 48 horas, **sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por dia de atraso**, o barramento do rio Xingu, devido ao iminente perigo de afogamento de fossas rudimentares da cidade de Altamira pelo aumento do nível do lençol freático, **até que sejam realizadas as seguintes obrigações decorrentes da condicionante do saneamento básico:** i) limpeza e desativação das fossas rudimentares e de todos os meios inadequados de disposição e destino final de esgotos, em todo perímetro urbano da cidade de Altamira, bem como ii) limpeza e desativação dos poços de toda a área urbana de Altamira, com o respectivo iii) fornecimento de água potável encanada e efetivo funcionamento do sistema de esgotamento sanitário, incluindo as ligações intradomiciliares, em todo perímetro urbano da cidade de Altamira.

2.1. **Caso não seja deferida liminarmente a medida antecedente**, requer o MPF a condenação da Norte Energia S/A na obrigação de fazer, consistente em paralisar, no prazo de 48 horas, **sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por dia de atraso**, o barramento do rio Xingu, devido ao iminente perigo de afogamento de fossas rudimentares da cidade de Altamira pelo aumento do nível do lençol freático, **até a conclusão da perícia, realizada pelo Serviço Geológico Brasileiro sobre a qualidade das águas subterrâneas de Altamira, com base no princípio da Precaução.**

2.2. No cumprimento da decisão, a Norte Energia S/A deverá tomar todas as medidas técnicas e cautelas necessárias para garantia da segurança dos residentes na Volta Grande do Xingu, devendo comunicá-los a respeito da medida, promovendo a sua remoção, caso seja necessário.

3. A condenação da Norte Energia S/A na obrigação de fazer, consistente em elaborar, em 20 dias, **sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por dia de atraso**, plano emergencial detalhado de abastecimento de água potável para toda população urbana da cidade de Altamira, e respectivo cumprimento do plano até o efetivo funcionamento, em todo perímetro urbano de Altamira, do sistema de fornecimento de água potável, caso seja constatada, por perícia, a imprestabilidade do lençol freático para consumo humano.

4. Condenação da Norte Energia S/A, Município de Altamira e União, conjuntamente, na obrigação de fazer, consistente em apresentar, no prazo de 20 dias, **sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por dia de atraso, para cada ente**, plano técnico e operacional, especificando, **por bairros da cidade**, cronograma detalhado das obras referentes: 4.1) às ligações intradomiciliares à rede de esgotamento sanitário de todos os domicílios do perímetro urbano de Altamira; 4.2) à limpeza e desativação das fossas rudimentares e outros meios inadequados de disposição de esgotos de todos os domicílios do perímetro urbano de Altamira; 4.3) à limpeza e desativação dos poços de água de todos os domicílios do perímetro urbano de Altamira; 4.4) ao fornecimento de água potável encanada e efetivo funcionamento do



sistema de esgotamento sanitário, em todo perímetro urbano da cidade de Altamira.

5. **Condenação da Norte Energia S/A, Município de Altamira e União, conjuntamente**, na obrigação da fazer, consistente em, no prazo de 180 dias, **sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por dia de atraso, para cada ente, efetivar o pleno funcionamento dos sistemas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, contemplando todos os domicílios do perímetro urbano de Altamira, bem como realizar:** i) limpeza e desativação das fossas rudimentares e outros meios inadequados de disposição de esgotos de todos os domicílios do perímetro urbano de Altamira; ii) limpeza e desativação dos poços de água de todos os domicílios do perímetro urbano de Altamira.

A Norte Energia S/A deverá executar todas as obras, bem como arcar com todos os custos financeiros, cabendo ao Município de Altamira e à União prestarem apoio técnico e operacional.

6. **Condenação da Norte Energia S/A** na obrigação de fazer, consistente em apresentar ao IBAMA, no prazo de 60 dias, **sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por dia de atraso, Plano de Recuperação da Área Degradada – PRAD**, com cronograma de execução e informações detalhadas acerca dos procedimentos metodológicos e técnicos que serão utilizados, possibilitando o monitoramento pela Autarquia ambiental, quanto ao **lençol freático, Igarapés e Rios contaminados por esgoto de toda parte urbana de Altamira**, ocasião em que a autarquia ambiental deverá manifestar-se tecnicamente a respeito dos atos necessários à consecução dessa obrigação, bem como se o Plano apresentado contempla a plena recuperação ambiental, ressaltando que qualquer atividade só poderá ser iniciada após a aprovação do PRAD e a autorização do IBAMA.

7. **Condenação da Norte Energia S/A** na obrigação de fazer, consistente em executar, plenamente, o Plano de Recuperação da Área Degradada – PRAD, no prazo estabelecido pelo IBAMA, com a efetiva reparação do dano e recuperação ambiental integral, em toda parte urbana de Altamira, do **lençol freático, Igarapés e Rios contaminados por esgoto lançado sem tratamento**.

8. **Condenação da Norte Energia S/A e Município de Altamira**, na obrigação de fazer, consistente em elaborar, no prazo de 20 dias, **sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por dia de atraso, para cada ente**, Campanha de Educação Ambiental, **bem como iniciar a sua execução em 10 dias**, após concluída elaboração da Campanha, que, organizada territorialmente por bairros do perímetro urbano, conterá as seguintes ações: **i)** criação de grupo permanente de Educação Ambiental, com participação de servidores públicos municipais ligados ao serviço de saneamento, representante da Norte Energia S/A, representante do IBAMA, representantes da sociedade civil, incluindo o Fórum de Defesa de Altamira, representante da Fundação Getúlio Vargas e assistentes sociais; **ii)** cronograma detalhado de realização de debates e reuniões com lideranças comunitárias, por bairros da cidade, com a criação de grupos locais de acompanhamento das obras de ligação intradomiciliar, responsáveis por prestar esclarecimentos e minimizar conflitos; **iii)** cronograma detalhado de apresentações que falem da importância do saneamento básico em todas as escolas públicas e privadas do perímetro urbano de Altamira; **iv)** abertura das estações de tratamento para visitas, feitas em dois dias da semana, com visitantes separados por bairros da cidade; **v)** cronograma detalhado de projeções de cinema nas comunidades, com animações didáticas que informem a importância do saneamento básico para a vida dos cidadãos altamirenses; **vi)** visita porta a porta,



com presença de assistente social, organizada por bairro, explicando a população, de forma clara, que ter a casa conectada a um sistema de saneamento e abastecimento de água potável é um dos passos mais importantes para garantir a saúde da família, informando na oportunidade esclarecimentos quanto à cobrança das tarifas de água encanada e esgotamento sanitário.

9. Condenação da Norte Energia S/A no custeio integral de todos os atos, material, recursos humanos e equipamentos necessários à execução **da Campanha de Educação Ambiental, devendo custear e providenciar, ainda, publicidade** que será veiculada na estação de rádio de maior audiência (3 vezes ao dia, manhã, tarde e noite), internet (no seu site oficial) e TV, esta, por meio de inclusões informativas de 30 segundos, nos intervalos de programas de maior audiência, uma vez pela manhã e três vezes a noite, por todo o período que durar a conclusão das obras de saneamento básico, acima requeridas, informando a população altamirense sobre a execução da Campanha de Educação Ambiental, notadamente sobre: i) a criação dos grupos permanentes de Educação Ambiental e seus integrantes ii) de forma prévia, as datas de realização de debates e reuniões com lideranças comunitárias, por bairros da cidade; iii) de forma prévia, as datas das apresentações que falem da importância do saneamento básico em todas as escolas públicas e privadas do perímetro urbano de Altamira; iv) de forma prévia, as datas das visitas às estações de tratamento, com visitantes separados por bairros da cidade; v) de forma prévia, as datas das projeções de cinema nas comunidades, com animações didáticas que informem a importância do saneamento básico para a vida dos cidadãos altamirenses; vi) de forma prévia, as datas das visitas porta a porta, organizada por bairro, explicando a população, de forma clara, que ter a casa conectada a um sistema de saneamento e abastecimento de água potável é um dos passos mais importantes para garantir a saúde da família.

Em todos os veículos de comunicação em que a campanha será publicada, deverá constar que a Norte Energia S/A e o Município de Altamira a realizam obrigados por decisão judicial, devendo, antes da divulgação da informação, esclarecer que: **"A Norte Energia S/A e o Município de Altamira, obrigados por decisão judicial da Justiça Federal de Altamira, nos autos do processo nº (...), em ação ajuizada pelo Ministério Público Federal, vêm, respeitosamente, informar a população altamirense o seguinte"**.

A Campanha de Educação veiculada na TV deverá conter o texto escrito, conforme exposto acima, vocalizado e traduzido em linguagem de sinais.

10. Condenação da Norte Energia, ainda, a realizar, **por 90 dias consecutivos, "Pedido Formal de Desculpas"** aos cidadãos altamirenses, veiculado na estação de rádio de maior audiência (3 vezes por dia, manhã, tarde e noite), internet (na sua página oficial, primeira página, em local de destaque) e TV, esta, por meio de inclusões que contenham o seguinte texto, que será também vocalizado e traduzido em linguagem de sinais: **"A Norte Energia S/A, vem, obrigada por decisão judicial da Justiça Federal de Altamira nos autos do processo nº (...), em ação ajuizada pelo Ministério Público Federal, pedir desculpas ao povo altamirense por todos os transtornos causados pelo não cumprimento, até o momento, da condicionante do saneamento básico, a qual deveria ter sido plenamente cumprida em 25/07/2014, conforme condicionante 2.10 da Licença de Instalação nº 795/2011 da Usina Hidrelétrica de Belo Monte"**.

11. A imediata suspensão da participação da Norte Energia S/A em linhas de financiamento oferecidas por estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a suspensão de incentivos e benefícios fiscais que porventura receba do Poder Público, até que sejam



sanadas todas as questões do saneamento básico postas nesta Ação.

12. **Condenação da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA** na obrigação de fazer, consistente em disponibilizar as informações técnicas, bem como os documentos relacionados à consecução das obrigações postas nos itens antecedentes, no prazo máximo de 5 dias, assim que solicitado pela Norte Energia S/A, Município de Altamira, União ou IBAMA, **sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso.**

13. **Condenação do IBAMA** na obrigação de fazer, consistente em entregar ao Serviço Geológico Brasileiro, no prazo de 10 dias, **sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia de atraso,** relatório detalhado da localização de todos os poços tubulares e cisternas cadastrados para monitoramento das águas subterrâneas da cidade de Altamira, informando a situação da qualidade da água em cada ponto monitorado, deixando claro, ainda, se houve degradação da qualidade da água no período em que houve o monitoramento.

14. **Realização de perícia, custeada pela União (art. 18, LACP), e elaborada pelo Serviço Geológico Brasileiro**, consistente na análise química do solo e das águas subterrâneas da cidade de Altamira, localizadas próximas aos cemitérios, lixões e 5 pontos de maior adensamento populacional no perímetro urbano altamirense, a fim de constatar, na água, a presença de metais pesados (alumínio, cromo, cádmio, manganês, bário e chumbo), coliformes fecais, estreptococos fecais e outras substâncias nocivas a saúde humana, **devendo a Norte Energia S/A, Município de Altamira, Cosanpa e IBAMA disponibilizarem as informações e documentos necessários à realização da perícia, caso seja solicitado pelo Serviço Geológico Brasileiro, no prazo de 5 dias, sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso, para cada ente.**

15. **Condenação do Município de Altamira** na obrigação de fazer consistente em disponibilizar ao público, no site oficial da Prefeitura, no prazo de 5 dias, **sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso,** o inteiro teor do **Plano Municipal de Saneamento**, contratado pela Norte Energia, aprovado pela Cosanpa e entregue à Prefeitura Municipal de Altamira em abril de 2014, devendo ainda informar a população a respeito da medida, por meio de rádio (3 vezes ao dia, manhã, tarde e noite), internet (site oficial da prefeitura) e TV, esta, com inclusões informativas de 10 segundos (escrita, vocalizada e traduzida por linguagem de sinais) nos intervalos de programas de maior audiência, uma vez a noite, pelo período de 10 dias seguidos, constando, em todos os veículos de comunicação que **“O Município de Altamira, obrigado por decisão judicial da Justiça Federal de Altamira, nos autos do processo nº (...), em ação ajuizada pelo Ministério Público Federal, vem, respeitosamente, informar a população altamirense que o Plano Municipal de Saneamento encontra-se disponibilizado no site oficial da Prefeitura para consulta e obtenção do arquivo”.**

6. DOS PEDIDOS

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL requer, ao final, a procedência integral dos seguintes pedidos:



1. A citação dos requeridos para, querendo, contestar a presente ação;

2. A confirmação da tutela antecipada, em todos os seus termos, para tornar definitiva:

2.1. A Suspensão da Licença de Operação nº 1317/2015, emitida pelo IBAMA, até que sejam realizadas as seguintes obrigações decorrentes da condicionante do saneamento básico: i) limpeza e desativação das fossas rudimentares e de todos os meios inadequados de disposição e destino final de esgotos, em todo perímetro urbano da cidade de Altamira, bem como ii) limpeza e desativação dos poços de toda a área urbana de Altamira, com o respectivo iii) fornecimento de água potável encanada e efetivo funcionamento do sistema de esgotamento sanitário, incluindo as ligações intradomiciliares, em todo perímetro urbano da cidade de Altamira.

2.2. A condenação da Norte Energia S/A na obrigação de fazer, consistente em paralisar o barramento do rio Xingu, devido ao iminente perigo de afogamento de fossas rudimentares da cidade de Altamira pelo aumento do nível do lençol freático, até que sejam realizadas as seguintes obrigações decorrentes da condicionante do saneamento básico: i) limpeza e desativação das fossas rudimentares e de todos os meios inadequados de disposição e destino final de esgotos, em todo perímetro urbano da cidade de Altamira, bem como ii) limpeza e desativação dos poços de toda a área urbana de Altamira, com o respectivo iii) fornecimento de água potável encanada e efetivo funcionamento do sistema de esgotamento sanitário, incluindo as ligações intradomiciliares, em todo perímetro urbano da cidade de Altamira.

No cumprimento da decisão, a Norte Energia S/A deverá tomar todas as medidas técnicas e cautelas necessárias para garantia da segurança dos residentes na Volta Grande do Xingu, devendo comunicá-los a respeito da medida, promovendo a sua remoção, caso seja necessário.

2.3. A condenação da Norte Energia S/A na obrigação de fazer, consistente em elaborar, em 20 dias, sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por dia de atraso, plano emergencial detalhado de abastecimento de água potável para toda população urbana da cidade de Altamira, e respectivo cumprimento do plano até o efetivo funcionamento, em todo perímetro urbano de Altamira, do sistema de fornecimento de água potável, caso seja constatada, por perícia, a imprestabilidade do lençol freático para consumo humano.

2.4. Condenação da Norte Energia S/A, Município de Altamira e União, conjuntamente, na obrigação de fazer, consistente em apresentar, no prazo de 20 dias, sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por dia de atraso, para cada ente, plano técnico e operacional, especificando, por bairros da cidade, cronograma detalhado das obras referentes: 4.1) às ligações intradomiciliares à rede de esgotamento sanitário de todos os domicílios do perímetro urbano de Altamira; 4.2) à limpeza e desativação das fossas rudimentares e outros meios inadequados de disposição de esgotos de todos os domicílios do perímetro urbano de Altamira; 4.3) à limpeza e desativação dos poços de água de todos os domicílios do perímetro urbano de Altamira; 4.4) ao fornecimento de água potável encanada e efetivo funcionamento do sistema de esgotamento sanitário, em todo perímetro urbano da cidade de Altamira.

2.5. Condenação da Norte Energia S/A, Município de Altamira e União, conjuntamente, na obrigação de fazer, consistente em, no prazo de 180 dias, sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por dia de atraso, para



cada ente, efetivar o pleno funcionamento dos sistemas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, contemplando todos os domicílios do perímetro urbano de Altamira, bem como realizar: i) limpeza e desativação das fossas rudimentares e outros meios inadequados de disposição de esgotos de todos os domicílios do perímetro urbano de Altamira; ii) limpeza e desativação dos poços de água de todos os domicílios do perímetro urbano de Altamira.

A Norte Energia S/A deverá executar todas as obras, bem como arcar com todos os custos financeiros, cabendo ao Município de Altamira e à União prestarem apoio técnico e operacional.

2.6. **Condenação da Norte Energia S/A** na obrigação de fazer, consistente em apresentar ao IBAMA, no prazo de 60 dias, **sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por dia de atraso**, Plano de Recuperação da Área Degradada – PRAD, com cronograma de execução e informações detalhadas acerca dos procedimentos metodológicos e técnicos que serão utilizados, possibilitando o monitoramento pela Autarquia ambiental, quanto ao **lençol freático, Igarapés e Rios contaminados por esgoto de toda parte urbana de Altamira**, ocasião em que a autarquia ambiental deverá manifestar-se tecnicamente a respeito dos atos necessários à consecução dessa obrigação, bem como se o Plano apresentado contempla a plena recuperação ambiental, ressaltando que qualquer atividade só poderá ser iniciada após a aprovação do PRAD e a autorização do IBAMA.

2.7. Condenação da Norte Energia S/A na obrigação de fazer, consistente em executar, plenamente, o Plano de Recuperação da Área Degradada – PRAD, no prazo estabelecido pelo IBAMA, com a efetiva reparação do dano e recuperação ambiental integral, em toda parte urbana de Altamira, do **lençol freático, Igarapés e Rios contaminados por esgoto lançado sem tratamento**.

2.8. **Condenação da Norte Energia S/A e Município de Altamira**, na obrigação de fazer, consistente em elaborar, no prazo de 20 dias, **sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por dia de atraso, para cada ente, Campanha de Educação Ambiental, bem como iniciar a sua execução em 10 dias**, após concluída elaboração da Campanha, que, organizada territorialmente por bairros do perímetro urbano, conterá as seguintes ações: **i)** criação de grupo permanente de Educação Ambiental, com participação de servidores públicos municipais ligados ao serviço de saneamento, representante da Norte Energia S/A, representante do IBAMA, representantes da sociedade civil, incluindo o Fórum de Defesa de Altamira, representante da Fundação Getúlio Vargas e assistentes sociais; **ii)** cronograma detalhado de realização de debates e reuniões com lideranças comunitárias, por bairros da cidade, com a criação de grupos locais de acompanhamento das obras de ligação intradomiciliar, responsáveis por prestar esclarecimentos e minimizar conflitos; **iii)** cronograma detalhado de apresentações que falem da importância do saneamento básico em todas as escolas públicas e privadas do perímetro urbano de Altamira; **iv)** abertura das estações de tratamento para visitas, feitas em dois dias da semana, com visitantes separados por bairros da cidade; **v)** cronograma detalhado de projeções de cinema nas comunidades, com animações didáticas que informem a importância do saneamento básico para a vida dos cidadãos altamirenses; **vi)** visita porta a porta, com presença de assistente social, organizada por bairro, explicando a população, de forma clara, que ter a casa conectada a um sistema de saneamento e abastecimento de água potável é um dos passos mais importantes para garantir a saúde da família, informando na oportunidade esclarecimentos quanto à cobrança das tarifas de água encanada e esgotamento sanitário.



2.9. **Condenação da Norte Energia S/A no custeio integral** de todos os atos, material, recursos humanos e equipamentos necessários à execução **da Campanha de Educação Ambiental, devendo custear e providenciar, ainda, publicidade** que será veiculada na estação de rádio de maior audiência (3 vezes ao dia, manhã, tarde e noite), internet (no seu site oficial) e TV, esta, por meio de inclusões informativas de 30 segundos, nos intervalos de programas de maior audiência, uma vez pela manhã e três vezes a noite, por todo o período que durar a conclusão das obras de saneamento básico, acima requeridas, informando a população altamirense sobre a execução da Campanha de Educação Ambiental, notadamente sobre: i) a criação dos grupos permanentes de Educação Ambiental e seus integrantes ii) de forma prévia, as datas de realização de debates e reuniões com lideranças comunitárias, por bairros da cidade; iii) de forma prévia, as datas das apresentações que falem da importância do saneamento básico em todas as escolas públicas e privadas do perímetro urbano de Altamira; iv) de forma prévia, as datas das visitas às estações de tratamento, com visitantes separados por bairros da cidade; v) de forma prévia, as datas das projeções de cinema nas comunidades, com animações didáticas que informem a importância do saneamento básico para a vida dos cidadãos altamirenses; vi) de forma prévia, as datas das visitas porta a porta, organizada por bairro, explicando a população, de forma clara, que ter a casa conectada a um sistema de saneamento e abastecimento de água potável é um dos passos mais importantes para garantir a saúde da família.

Em todos os veículos de comunicação em que a campanha será publicada, deverá constar que a Norte Energia S/A e o Município de Altamira a realizam obrigados por decisão judicial, devendo, antes da divulgação da informação, esclarecer que **"A Norte Energia S/A e o Município de Altamira, obrigados por decisão judicial da Justiça Federal de Altamira, nos autos do processo nº (...), em ação ajuizada pelo Ministério Público Federal, vêm, respeitosamente, informar a população altamirense o seguinte"**.

2.10. **Condenação da Norte Energia**, ainda, a realizar, **por 90 dias consecutivos, "Pedido Formal de Desculpas"** aos cidadãos altamirenses, veiculado na estação de rádio de maior audiência (3 vezes por dia, manhã, tarde e noite), internet (na sua página oficial, primeira página, em local de destaque) e TV, esta, por meio de inclusões que contenham o seguinte texto, que será também vocalizado e traduzido em linguagem de sinais: **"A Norte Energia S/A, vem, obrigada por decisão judicial da Justiça Federal de Altamira nos autos do processo nº (...), em ação ajuizada pelo Ministério Público Federal, pedir desculpas ao povo altamirense por todos os transtornos causados pelo não cumprimento, até o momento, da condicionante do saneamento básico, a qual deveria ter sido plenamente cumprida em 25/07/2014, conforme condicionante 2.10 da Licença de Instalação nº 795/2011 da Usina Hidrelétrica de Belo Monte"**.

2.11. **A condenação da Norte Energia S/A na suspensão da participação em linhas de financiamento oferecidas por estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a suspensão de incentivos e benefícios fiscais que porventura receba do Poder Público, até que sejam realizadas as seguintes obrigações decorrentes da condicionante do saneamento básico:** i) limpeza e desativação das fossas rudimentares e de todos os meios inadequados de disposição e destino final de esgotos, em todo perímetro urbano da cidade de Altamira, bem como ii) limpeza e desativação dos poços de toda a área urbana de Altamira, com o respectivo iii) fornecimento de água potável encanada e efetivo funcionamento do sistema de esgotamento sanitário, incluindo as ligações intradomiciliares, em todo perímetro urbano da cidade de Altamira.



2.12. Condenação da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA na obrigação de fazer, consistente em disponibilizar as informações técnicas, bem como os documentos relacionados à consecução das obrigações postas nos itens antecedentes, no prazo máximo de 5 dias, assim que solicitado pela Norte Energia S/A, Município de Altamira, União ou IBAMA, **sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso.**

2.13. Condenação do IBAMA na obrigação de fazer, consistente em entregar ao Serviço Geológico Brasileiro, no prazo de 10 dias, **sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia de atraso,** relatório detalhado da localização de todos os poços tubulares e cisternas cadastrados para monitoramento das águas subterrâneas da cidade de Altamira, informando a situação da qualidade da água em cada ponto monitorado, deixando claro, ainda, se houve degradação da qualidade da água no período em que houve o monitoramento.

2.14. Realização de perícia, custeada pela União (art. 18, LACP), e elaborada pelo Serviço Geológico Brasileiro, consistente na análise química do solo e das águas subterrâneas da cidade de Altamira, localizadas próximas aos cemitérios, lixões e 5 pontos de maior adensamento populacional no perímetro urbano altamirense, a fim de constatar, na água, a presença de metais pesados (alumínio, cromo, cádmio, manganês, bário e chumbo), coliformes fecais, estreptococos fecais e outras substâncias nocivas a saúde humana, **devendo a Norte Energia S/A, Município de Altamira, Cosanpa e IBAMA disponibilizarem as informações e documentos necessários à realização da perícia, caso seja solicitado pelo Serviço Geológico Brasileiro, no prazo de 5 dias, sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso, para cada ente.**

2.15. Condenação do Município de Altamira na obrigação de fazer consistente em disponibilizar ao público, no site oficial da Prefeitura, no prazo de 5 dias, **sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso,** o inteiro teor do **Plano Municipal de Saneamento**, contratado pela Norte Energia, aprovado pela Cosanpa e entregue à Prefeitura Municipal de Altamira em abril de 2014, devendo ainda informar a população a respeito da medida, por meio de rádio (3 vezes ao dia, manhã, tarde e noite), internet (site oficial da prefeitura) e TV, esta, com inclusões informativas de 10 segundos, nos intervalos de programas de maior audiência, uma vez a noite, pelo período de 10 dias seguidos, constando, em todos os veículos de comunicação que “O Município de Altamira, obrigado por decisão judicial da Justiça Federal de Altamira, nos autos do processo nº (...), em ação ajuizada pelo Ministério Público Federal, vem, respeitosamente, informar a população altamirense que o Plano Municipal de Saneamento encontra-se disponibilizado no site oficial da Prefeitura para consulta e obtenção do arquivo”.

Caso não haja o deferimento de tutela antecipada, requer o MPF que os pedidos acima elencados sejam julgados procedentes em sede de sentença.

3. Condenação do Município de Altamira na obrigação de não fazer, consistente em se abster de cobrar tarifas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, **por ela ou por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado a quem os serviços de saneamento sejam concedidos,** maiores do que 5% do orçamento dos núcleos familiares altamirenses, conforme preconiza a Organização das Nações Unidas.

4. A condenação dos réus no pagamento de indenização por danos materiais, no quantum a ser liquidado posteriormente, com a participação do IBAMA.



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira

MPF Procuradoria
da República
em Altamira

5. A condenação dos réus no pagamento de indenização por danos extrapatrimoniais, **no valor arbitrado pelo Juízo, a ser revertido ao Fundo do art. 13 da LACP.**

6. **Seja determinada a inversão o ônus da prova, tendo em vista a aplicação, por analogia, do art. 6º, VIII, do CDC.**

7. A condenação dos réus ao pagamento dos honorários advocatícios e custas judiciais.

8. Requer ainda a produção de todas as provas em direito admitidas e a juntada ao processo judicial dos Inquéritos Cíveis em epígrafe, que acompanham esta inicial.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).**

Altamira, 04 de março de 2016.

HIGOR REZENDE PESSOA

Procurador da República



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.340, DE 21 DE OUTUBRO DE 2010.

Institui o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS do Xingu, o seu Comitê Gestor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto na alínea “b” do inciso XIII do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS do Xingu, com a finalidade de promover políticas públicas que resultem na melhoria da qualidade de vida da população que habita sua área de abrangência.

§ 1º A área de abrangência do PDRS do Xingu compreende os Municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, no Estado do Pará.

§ 2º O PDRS do Xingu faz parte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, de que trata o Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, e orientará programas, projetos e ações federais a serem implementados na sua área de abrangência, bem como promoverá a harmonização daqueles já existentes.

§ 3º A implementação do PDRS do Xingu deverá observar a cooperação entre órgãos e entidades federais e entre estes e os órgãos e entidades dos demais entes federados, assim como a participação dos setores organizados da sociedade local.

§ 4º O PDRS do Xingu será publicado mediante ato do Ministro de Estado da Integração Nacional e divulgado nos sítios dos órgãos envolvidos.

Art. 2º Fica criado, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, o Comitê Gestor do PDRS do Xingu, com as seguintes atribuições:

I - monitorar a execução e a efetividade do PDRS do Xingu;

II - promover a articulação entre os instrumentos de planejamento governamentais e entre os órgãos públicos e, quando necessário, desses com as entidades da sociedade, com a finalidade de implantar as ações do PDRS do Xingu de forma eficiente, eficaz e ágil;

III - promover avaliações periódicas sobre a execução e efetividade do PDRS do Xingu;

IV - revisar e atualizar o PDRS do Xingu sempre que considerar necessário;

V - elaborar relatório anual sobre a execução e efetividade do PDRS do Xingu, que será apresentado à Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, do Conselho de Governo, criada pelo Decreto nº4.793, de 23 de julho de 2003, e ao qual deverá ser dada ampla publicidade;

VI - elaborar no prazo de até seis meses seu regimento interno.

Art. 3º O Comitê Gestor será composto de forma paritária por quinze representantes de órgãos governamentais e por quinze representantes de organizações da sociedade civil.

Art. 4º A representação governamental no Comitê Gestor será integrada por membros, titulares e suplentes, do Governo Federal, dos Governos do Estado do Pará e dos Municípios, pertencentes à área de abrangência do PDRS do Xingu, a seguir indicados:

I - cinco representantes do Governo Federal;

II - cinco representantes do Governo do Estado do Pará; e

III - cinco representantes das Prefeituras Municipais.

§ 1º Os representantes referidos no inciso I serão definidos em processo coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e indicados pelos correspondentes Ministros de Estado.

§ 2º A Casa Civil da Presidência da República convidará o Governo do Estado do Pará a indicar seus representantes.

§ 3º A Casa Civil da Presidência da República convidará o Consórcio Belo Monte a indicar os representantes das Prefeituras Municipais.

§ 4º Os membros titulares e suplentes de que tratam os incisos I e II poderão ser indicados entre representantes do mesmo órgão ou entidade ou de órgãos e entidades distintos.

§ 5º Os membros titulares e suplentes de que trata o inciso III poderão ser indicados entre representantes do mesmo Município ou de Municípios distintos.

Art. 5º A representação da sociedade civil no Comitê Gestor será integrada pelos seguintes representantes:

I - quatro representantes, titulares e suplentes, do setor empresarial e de entidades sindicais patronais dos setores urbano, rural e pesqueiro da área de abrangência do PDRS do Xingu, distribuídos da seguinte forma:

a) um representante de entidades patronais do setor urbano;

b) um representante de entidades patronais do setor rural;

c) um representante do setor pesqueiro; e

d) um representante da empresa Norte Energia S.A.;

II - quatro representantes, titulares suplentes, das entidades sindicais dos trabalhadores urbanos, rurais e dos pescadores, sendo pelo menos um representante de cada um desses segmentos atuantes na área de abrangência do PDRS do Xingu;

III - quatro representantes, titulares suplentes, das entidades representativas dos demais segmentos da sociedade civil local, compreendendo os movimentos sociais e as organizações ambientais atuantes na área de abrangência do PDRS do Xingu;

IV - dois representantes, titulares e suplentes, das comunidades indígenas oriundas da área de abrangência do PDRS do Xingu, sendo pelo menos dois representantes, titulares ou suplentes, provenientes de comunidades indígenas de terras indígenas inseridas na área de influência direta do empreendimento de Belo Monte;

V - um representante titular e um suplente de instituição de ensino e pesquisa atuante na área de abrangência do PDRS do Xingu.

§ 1º Os representantes referidos no inciso I e respectivos suplentes serão indicados de comum acordo pelas sindicatos patronais da indústria e comércio, da agricultura e pecuária e do setor pesqueiro da Região de Integração do Xingu no Estado do Pará.

§ 2º Os representantes referidos no inciso II e respectivos suplentes serão indicados de comum acordo pelos sindicatos de trabalhadores urbanos, rurais e dos pescadores da Região de Integração do Xingu no Estado do Pará, em processo a ser coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

§ 3º Os representantes referidos no inciso III e respectivos suplentes serão indicados de comum acordo pelas entidades representativas dos respectivos segmentos, em processo a ser coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

§ 4º Os representantes referidos no inciso V e respectivos suplentes serão indicados a partir de processo a ser coordenado pela Casa Civil da Presidência da República.

§ 5º Os representantes referidos no inciso IV e respectivos suplentes serão indicados a partir de processo a ser coordenado pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

§ 6º Todos os indicados deverão ter atuação na área de abrangência do PDRS do Xingu e serem relacionados com a entidade representada.

Art. 6º Os membros do Comitê Gestor serão designados pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

§ 1º A participação no Comitê Gestor não ensejará qualquer tipo de remuneração e será considerada como prestação de serviço de relevante interesse público.

§ 2º O Comitê Gestor contará com uma coordenação-geral integrada por três membros, sendo um do Governo Federal, um do Governo do Estado do Pará e um escolhido entre os representantes do poder público municipal.

§ 3º O Comitê Gestor poderá contar com uma secretaria executiva a ser designada pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República entre os órgãos que integram o colegiado.

Art. 7º O Comitê Gestor será instalado em até sessenta dias após a publicação deste Decreto.

§ 1º O Comitê Gestor elaborará e aprovará seu regimento interno em até seis meses contados da publicação deste Decreto, assegurando paridade deliberativa entre os representantes do Governo e da sociedade civil.

§ 2º O Comitê Gestor poderá instituir câmaras técnicas para implementação do PDRS do Xingu e promoção de debates sobre políticas setoriais.

Art. 8º O título “MESORREGIÕES DIFERENCIADAS” e o subtítulo “Sub-regiões selecionadas pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional” do Anexo I ao Decreto nº 6.047, de 2007, passam a vigorar, respectivamente, acrescidos dos seguintes itens:

“14. MESORREGIÃO DO XINGU” (NR)

“11. Sub-região da Área de Abrangência do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu - PDRS do Xingu” (NR)

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogados o Decreto de 19 de novembro de 2009, que instituiu Grupo de Trabalho Intergovernamental com o objetivo de concluir o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS do Xingu, e o Decreto de 17 de junho de 2010, que dá nova redação ao **caput** do art. 5º daquele Decreto.

Brasília, 21 de outubro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

João Reis Santana Filho

Carlos E. Esteves Lima

Este texto não substitui o publicado no DOU de 22.10.2010 e retificado no DOU de 10.11.2010